

IMPrensa DE 1930 E MEMÓRIA HISTÓRICA:

UMA QUESTÃO PARA A ANÁLISE

DO DISCURSO.

por

BETHANIA SAMPAIO CORRÊA MARIANI

Dissertação apresentada ao Departamento de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como requisito para a obtenção do Grau de Mestre em Lingüística.

Orientadora: Profa. Dra. Eni Pulcinelli
Orlandi

Este exemplar é a redação final da tese defendida por Bethania Sampaio Corrêa Mariani e aprovada pela Comissão julgadora em 29/11/88

CAMPINAS - 1988

RS.



ORIENT: Profa. Dra. ENI DE LOURDES PULCINELLI ORLANDI

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

Para Fernando que, com
carinho e bom humor ,
acompanhou-me neste per
curso.

Agradeço

Em especial, a minha orientadora, Eni Pulcinelli Orlandi, que me fez perceber a relação entre a linguagem e o mundo.

Aos professores Edgard de Decca e Carlos Vogt pelas sugestões dadas no exame de qualificação.

Aos amigos Ute, Nina, Tânia, Moema, Lu, Marina, Marília, Cristina, Ronaldo e Otavio que, mesmo acompanhando de longe, sempre deram estímulos à elaboração deste trabalho.

E a Verinha, pela dedicação e paciência no trabalho de datilografia.

Para a realização deste trabalho, recebi
apoio das instituições:

Universidade Estadual de Campinas

CAPES

CNPq

RESUMO

Neste trabalho, fizemos uma análise sobre o funcionamento do discurso jornalístico-político do *Correio da Manhã* e de *O País* no ano da chamada Revolução de 1930. Nesta análise, procuramos evidenciar os mecanismos enunciativos básicos que, em cada jornal, interferiram na organização dos processos de significação.

Além deste percurso analítico, enveredamos também por um outro que foi o exame do depoimento de três jornalistas cariocas — Barbosa Lima sobrinho, José Mota Maia e Paulo Mota Lima — que vivenciaram o período de 30.

Através da observação dos depoimentos e da análise do funcionamento discursivo dos jornais acima citados, foi-nos possível explicitar a relação de constituição mútua entre o jornalismo político e a formação da memória histórica sobre a revolução de 30.

RESUMÉE

Dans ce travail, on a fait une analyse du fonctionnement du discours journalistique-politique du *Correio da Manhã* et *O País* pendant l'année de la Révolution de 1930. Dans cette analyse, on a essayé de mettre en évidence les mécanismes énonciatifs de base qui ont intervenu dans l'organisation des processus de signification.

On a fait aussi un autre parcours analytique qui a été l'examen du rapport de trois journalistes de Rio de Janeiro — Barbosa Lima Sobrinho, José Mota Maia et Paulo Mota Lima — qui ont vécu à la période de 1930.

Par l'observation des rapports et de l'analyse du fonctionnement discursif des journaux mentionnés, on a en la possibilité d'explicitier la relation de constitution mutuelle entre le journalisme politique et la formation de la mémoire historique sur la révolution de 30.

ÍNDICE

Apresentação	1
Primeira Parte - Formulando Questões	5
1. Percurso Preliminar	5
1.1 O que dizem os lingüistas	7
1.2 O que fazem os historiadores	15
1.3 O que divulgam os jornalistas	23
2. Localizando a questão e circunscrevendo o objeto: História, Memória, e Discurso jornalístico-polí tico	31
3. Linguagem e História (ou discutindo a lingüística e chegando ao discurso)	36
3.1 Saussure, Chomsky e o preço da científicida de	37
3.2 Linguagem, discurso e história	41
3.3 Alguns conceitos em Análise do Discurso	45
Segunda Parte - Lendo 1930	54
1. Organização do material de análise	54
2. <i>Correio da Manhã</i> e <i>O País</i> em 1930	58
2.1 <i>Correio da Manhã</i> - Um Brasil	59
2.2 <i>O País</i> - Outro Brasil	66
3. Quando cada jornal conta um caso	76
3.1 O período pré-eleitoral	70
3.1.1 Caso 1: O comício Vargas	81

3.1.2	Caso II: O acontecimento em Montes Claros	107
3.2	O período pós-eleitoral	137
3.2.1	Caso III: As eleições	151
3.2.2	Caso IV: A morte de João Pessoa	164
3.3	O Período revolucionário e pós-revolucionário	179
4.	Afinal, de qual Brasil falavam estes jornais? ..	203
Terceira Parte - Ouvindo 1930		209
1.	Das entrevistas e entrevistados	209
2.	Entrevistas I	210
3.	Entrevista II	222
4.	Entrevista III	234
5.	Memória de jornalistas e o fio discursivo da memória histórica	253
Conclusão Geral		258
Anexos		260
Notas		269
Referências Bibliográficas		272

"Qu'on lise dans ces pages, jusque dans leurs lacunes, un questionnement du rapport de la langue à l'histoire dans l'ordre du discours. Le travail du rapport entre mémoire et discours nous paraît d'ores et déjà une question posée à l'AD, si celle-ci désire sérieusement rendre compte du processus de constitution d'un sujet parlant en sujet idéologique de son discours: que signifient donc "se souvenir", "oublier", "répéter" pour un sujet énonciateur pris dans le développement historique des pratiques discursives réglées par les FD?"

(J.J. Courtine: Analyse du discours politique)

APRESENTAÇÃO

"Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto: aliás, nada nos diz de antemão que uma dessas maneiras de considerar o fato em questão seja anterior ou superior às outras."

Saussure: Curso de Linguística Geral

Ao pensar em percorrer os históricos caminhos da constituição da memória social, sobretudo os referentes a períodos revolucionários, uma das primeiras imagens que me ocorreu foi a de pensar o passado como uma antiga fotografia já amarelada pelo tempo, o que tanto lhe empresta certo charme como, muitas vezes, impede uma visão mais nítida por parte do observador.

Uma fotografia representa um ponto de vista, isto é, quem fotografa enquadra o instantâneo de uma cena (produzida ou espontânea) de acordo com seu ângulo de visão e, também, de acordo com as possibilidades técnicas que a própria máquina oferece. Um fotógrafo não capta o real na sua totalidade ao dizer que sua foto reproduz o flagrante de uma cena. Ao contrário, há, forçosamente, uma recriação do que foi visto.

Neste sentido, ao pensarmos do ponto de vista do observador da foto, percebemos que este sofre os efeitos de significação produzidos pelo modo como a foto foi tirada. Isto não significa, no entanto, que a própria observação seja passiva, pois aquele que olha a foto também irá produzir seus próprios efeitos de compreensão e significação sobre a imagem congelada, na medida em que suas

histórias particulares se projetam e incorporam uma leitura possível para a foto. Um olhar, portanto, nunca é imparcial. Assim é que uma fotografia revela mais de uma história — seja para o fotógrafo, para o observador ou mesmo para um integrante da cena fotografada — ao evocar fragmentos de uma história sobre o passado. Ao olharmos uma fotografia produzimos necessariamente uma nova foto. Foto esta que engloba a anterior e que, provavelmente, também será refeita e englobada por novos observadores em um processo (talvez) interminável de produção de novas e outras fotos — momentos dinâmicos em que o histórico e sua(s) leitura(s) se misturam.

Sem pretender montar uma correlação estanque, podemos pensar no sentido de que, do mesmo modo que a fotografia revela e produz a construção do momento determinado de uma cena, os acontecimentos diários, tal como são cronologicamente fixados pela imprensa, também sinalizam "flashes" do amplo processo de organização política e cultural de uma sociedade. Nos diferentes jornais, assim como na fotografia, encontram-se diferentes leituras para os fatos narrados, representando, assim, o mosaico de aspectos culturais e de opiniões político-ideológicas de uma sociedade.

Simultaneamente, a cada leitura do cotidiano produzida pelos jornais corresponde à exclusão de parte da rede de fatos e idéias que compõem o todo da História. Não queremos dizer com isso que a completude em termos da História seja possível. Não há como, no caso entender, captar toda a dinâmica de uma sociedade. Além disto, também não estamos afirmando que haja neces-

sariamente uma intenção enganosa — má fé — por parte daqueles que escrevem na imprensa em querer iludir o leitor. No nosso entender, dois movimentos inter-relacionados se somam na organização e função do discurso jornalístico: a narração dos fatos tanto resulta da produção de uma leitura singular como implica a possibilidade de organizar e direcionar a leitura do público. Em outras palavras, o discurso jornalístico possui uma prática particular que tanto capta, transforma e divulga fatos e idéias, como produz uma leitura do presente que pode vir a formar a opinião pública e constituir uma visão do passado enquanto memória social.

Esse conjunto de observações que vimos tecendo acerca do fazer jornalístico e sua similaridade com o fazer fotográfico — junto às outras que seguem no decorrer dos próximos capítulos — deve revestir-se de um esperado caráter científico. No entanto, parece-nos claro que o trabalho do pesquisador em Ciências Humanas, no sentido de percorrer e interpretar a continuidade dos acontecimentos, também está carregado, em certa medida, do efeito pluralidade de leituras possíveis de se fazer face a um fato histórico.

A formulação incessante de diversas análises (muitas vezes contraditórias entre si) de documentos referentes a um mesmo acontecimento surge em função dos diferentes pontos de vista teóricos e metodológicos (as diferentes máquinas e técnicas fotográficas) de que pesquisadores se valem para narrar e interpretar a continuidade da História.

E foi isto que tivemos em mente no decorrer deste trabalho:

do ponto de vista da Análise do Discurso, formulamos outras questões (que não a de historiadores ou sociólogos, por exemplo) sobre um período da História do Brasil — a Revolução de 30 — a partir da leitura de dois jornais da época, visando compreender o papel da imprensa na constituição da memória histórica deste período.

PRIMEIRA PARTE

1. PERCURSO PRELIMINAR

"Soulignez tout d'abord les Thèses qui articulent la conception que nous présentons ici.

- (1) Il existe un ordre du discours, que nous désignons comme matérialité du discursif, distinct de l'ordre de la langue.*
- (2) La matérialité du discursif consiste en un rapport déterminé entre la langue et la l'idéologie."*

(J. J. Courtine, Définition d'orientations Théoriques et construction de procédures en analyse du discours).

Ao realizarmos um breve levantamento dos trabalhos feitos por lingüistas, historiadores e jornalistas sobre o discurso jornalístico, pudemos verificar que em sua maioria tais trabalhos ou prendem-se à opinião ingênua de que os jornais diários apenas informam os fatos ou, por outro lado, elaboram análises lingüísticas imediatistas, entre determinada notícia e o fato a que ela se refere. Os estudos pouco esclarecem a questão da linguagem, pois neles a linguagem é tida como clara e transparente; um código a-histórico pronto a ser decifrado. Além disso, verificamos que nestes trabalhos não há uma indagação mais profunda a respeito da função social da imprensa enquanto formadora da opinião pública e enquanto consciência ou memória dos leitores face a um determinado acontecimento ou sucessão de acontecimentos. As análises empreendidas por vezes limitam-se a comparar o acontecimento ao mo-

do como vem descrito nos diversos jornais. Não discutimos a relevância deste momento de análise, mas nos perguntamos se não seria possível ir mais além.

Pudemos verificar, ainda, que a maior parte de tais traba-lhos concentra-se metodologicamente na perspectiva da análise de conteúdo. Fazer análise do conteúdo significa:

1 - permanecer no âmbito de uma lingüística que dá prioridade à função comunicativa da linguagem, definindo língua como transmissão de informação;

2 - atingir apenas o nível do explícito textual, usando , na maioria dos casos, métodos estatísticos de trabalho;

3 - usar os textos como documento, isto é, como exemplo da explicação que está sendo elaborada ou como exemplar da situação em que foram produzidos.

Os três pontos mencionados permitem revelar o caráter empírico-subjetivo próprio de procedimentos lingüísticos tradicionais. Caracterizamos estes procedimentos como empíricos uma vez que neles a linguagem é tida como transparente e reduzida à dimensão da comunicação; subjetivos porque o analista ao trabalhar com o texto encontra o significado que, na verdade, já esperava encontrar. O texto é mero pretexto para se dizer o que se quer.

Passaremos, agora, a apresentar sucintamente o levantamento que fizemos dos trabalhos escritos por lingüistas, historiadores e jornalistas sobre — ou tomando como objeto — o discurso jorna

lístico. Cabe ressaltar que a apresentação que faremos não pretende, em hipótese alguma, ser exaustiva. Os autores que citaremos foram escolhidos por serem considerados representativos das diversas tendências analíticas e teóricas nos três campos de conhecimento já mencionados.

1.1 O que dizem os lingüistas

Evidentemente, não se pretende aqui que todos os lingüistas produzem os mesmos tipos de análise ou de formulações teóricas. O que faremos será apresentar alguns destes trabalhos.

Começemos, então, com Trew — 'What the papers say: linguistic variation and ideological difference' — e Hodge — 'Newspapers and communities' — apontando os aspectos comuns aos dois artigos.

Ambos os autores trabalham na perspectiva de um modelo funcional de linguagem, considerando a linguagem como instrumento de comunicação. Neste sentido, procuram mostrar como "linguistic structures are used to explore, systematize, transform, and often obscure analyses of reality; to regulate the ideas and behaviour of others; to classify and rank people, events and objects; to assert institutional or personal status." (Trew, 1979:3)

Trew, no artigo citado, pretende investigar a presença da ideologia no discurso jornalístico e o papel por ela desempenhado na configuração de problemas sociais. Metodologicamente, Trew faz a comparação entre duas reportagens de dois jornais bri

tânicos sobre tumultos ocorridos durante o carnaval e a consequente intervenção policial. Um dos jornais analisados — *The Morning Star* — pertence ao partido comunista e o outro — *Sun* — não mantém relações com política partidária específica, mas é jornal de grande circulação.

O autor pretende isolar a ideologia nos discursos jornalísticos citados a fim de ilustrar "further aspects of the linguistic expression of the relations of newspapers and ideologies to social process and ideological conflict." (op. cit., p. 119)

Para Trew, discurso é um campo onde se encontram juntos processos ideológicos e processos lingüísticos. É interessante notar que Trew segue um caminho na utilização do termo discurso, que se origina tanto nos trabalhos de Foucault como nos de Harris (em *Discours Analysis*, 1952). No nosso entender, tal mescla de conceitos e teorias configura-se bastante complicada na medida em que a proposta contida no trabalho de Harris está centralizada na linha distribucionalista; não se fala, portanto, em semântica e, muito menos em ideologia. Seu mérito está em ser um trabalho pioneiro na área de análise de textos (voltaremos a este ponto no próximo capítulo). Por este motivo, torna-se ambíguo o trabalho de Trew: instala um modelo distribucional, partindo de premissas da lingüística funcional para estudar a ideologia no discurso jornalístico.

O percurso analítico de Trew visa mostrar que há contraste lingüístico entre os dois jornais. Tal contraste existe tanto a nível de escolha do léxico, quanto de organização sintática.

Tais diferenças, segundo seu ponto de vista, caracterizam a ideologia de cada jornal. No nosso entender, não é possível estabelecer-se uma relação direta entre o texto do jornal e a ideologia sem se cair em um reducionismo simplista.

O autor considera, por exemplo, que uma palavra do lêxico não teria um sentido único e determinado, isto é, que sua significação estaria limitada pelos tipos de relações que ela poderia ter com outras ou com certos padrões de variação lingüística. Sem dúvida, o significado das palavras está, em parte, circunscrito pelo co-texto (enunciados concorrentes em um mesmo texto). Esta concepção, no entanto, nos pareceria mais procedente se Trew não partisse da idéia de que sobre o caráter informativo da língua - gem existe um uso ideológico; um mascaramento do "verdadeiro" sen tido das palavras.

Sem dúvida, cada jornal tem um modo próprio de organizar a superfície lingüística de seus textos. No entanto, achamos prudente não esquecer que os dois jornais escolhidos não derivam de condições de produção homogêneas: um é doutrinário e opinativo, enquanto que o outro é informativo. Tal diferença é constitutiva de cada jornal e deve ser levada em consideração no momento da análise.

Trew analisa o lingüístico para demonstrar o ideológico, enquanto que a análise do discurso vinda de Pêcheux, analisa o discursivo para mostrar a relação entre o lingüístico e o ideológico. A análise do discurso explicita o processo de materialização do ideológico, que está no discursivo. Em outras palavras, busca verificar como se deu a sedimentação de certos sentidos,

e não outros, dentre os sentidos possíveis em dada conjuntura.

Hodge, em 'Newspapers and communities', promove um estudo geral sobre as versões parciais que os jornais dão dos acontecimentos, sejam jornais populares, sejam jornais de qualidade ("so-called quality press"). Ele destaca o fato de que para se entender a distância que vai do "real world" para uma "parcial version of the world" é necessário se depreender a "community constituted by the act of communication, those who produce the paper and those who read it." (op cit., p. 157)

Sua proposta, então localiza socialmente jornalistas e leitores, determinando que os primeiros, em sua maioria, pertencem à classe média, enquanto que os autores distribuem-se entre a classe média e a média alta (os leitores dos jornais de qualidade) e a classe baixa (os leitores dos jornais populares). Logo no primeiro caso, de acordo com sua hipótese, haveria uma espécie de circularidade: a classe média escreve para que a classe média leia. No segundo caso, no entanto, ocorreria um desequilíbrio: "the world of popular press is sold to members of one class by members of another " (op. cit., p. 158) .

O modo idealizado por Hodge para desfazer esta trama do envolvimento social entre jornalistas e leitores, mediada pelo jornal, parece-nos demasiadamente presa à figura, ao indivíduo, ao homem-jornalista e/ou homem-leitor. Suponhamos que haja um jornalista de classe baixa escrevendo em um jornal de qualidade. Como Hodge resolveria este problema? No nosso entender, não se trata de relações entre indivíduos, (soa-nos bastante subjetivista e intencionalista uma proposta deste tipo), mas entre sujeito

tos e, mais especificamente, entre lugares que estes sujeitos ocupam no momento em que fazem ou que lêem um jornal.

Após as observações gerais citadas acima, Hodge parte para uma análise mais específica: qual é o mundo vendido pelo *Sun*, *The Times* e pelo *Socialist Worker*?

Comparando uma edição típica do *The Times* e uma do *Sun*, o autor mostra (estatisticamente) como aquele apresenta mais notícias internacionais (na proporção de dezenove para um) do que este. Do mesmo modo, o autor analisa sintaticamente as estruturas das sentenças — os títulos das matérias mencionadas — observando que em *The Times*, as sentenças são predominantemente ativas. O mundo do *The Times*, então, "is world where actors are in foreground. The events described are either public acts, involving public persons, or persons who are only known because of the news worthy incident they are involved in" (op. cit., p. 161).

Qual a relação que se pode fazer entre este mundo e a realidade social dos leitores? indaga-se Hodge. Sua resposta está simplesmente em apontar para o fato de que os leitores classe A do *The Times*, embora tenham poder, este não é nem de longe semelhante ao descrito no mundo do jornal. "The readers have economic power, but the main criterion of importance in the world of the over seas news sections is political power" (op. cit., p. 163). Quando existe a possibilidade de identificação entre o leitor e algum indivíduo em destaque em notícia internacional, este é caracterizado de modo ridículo ou é apresentado como vítima de alguma situação desagradável.

Em suma, segundo o autor, os leitores do *The Times* acabam por fazer uma imagem pouco satisfatória do seu próprio mundo ("It is not an encouraging picture ") em função do mundo veiculado pelo jornal.

Não nos deteremos aqui em seguir detalhadamente a análise do *Sun* e do *Socialist Worker*. O modelo e o processo analítico são os mesmos. Interessam-nos mais resultados.

Para Hodge, de acordo com sua análise, os acontecimentos narrados em o *Sun* são em maioria violentos ou ligados a sexo. Os indivíduos são apresentados como amorais, sejam agressores, vitimas ou policiais. "The society of maniacs, perverts and victims, sometimes but not invariably reduces to order by the law, but only after the event" (op. cit., p. 166).

E os leitores do *Sun*? Estes são bastante semelhantes aos personagens do mundo descrito no jornal, ou, pelo menos, pertencem ao mesmo status sócio-econômico, identificando-se com as vítimas.

Segundo o autor, vários aspectos decorrem deste processo jornal/leitor. Inicialmente, há o apagamento do político, isto é, este torna-se incompreensível e impensável. Além disso, tal processo jornalístico gera mecanismos de auto-repressão e, paralelamente, leva a uma separação radical entre o que é legítimo (dentre os impulsos violentos e amorais citados pelo jornal) e o que não é.

No caso do *Socialist Worker*, Hodge, ao descrever a versão de sociedade proposta pelo jornal, mostra apenas que esta é vis-

ta como dividida em classes e que a noção de violência, por exemplo, fica delimitada entre maus patrões e empregados-vítima. O jornal apresenta um estilo bastante retórico, não se furtando a dar longas explicações sobre questões trabalhistas.

Há, segundo o autor, uma semelhança possível de ser estabelecida entre *The Times* e o *Socialist Worker*. Ambos se dirigem sobretudo a propostas sociais — distintas, evidentemente — do que a indivíduos. As histórias individuais são citadas para reforçar um aspecto do grupo. Já não se pode dizer o mesmo em relação ao *Sun*. Porém, em termos de estrutura sintática, tanto o *Socialist Worker* quanto o *Sun* usam o imperativo. No primeiro jornal o imperativo aparece quase como palavra de ordem, levando o leitor a se tornar parte do coletivo social. No segundo, o imperativo está mais ligado ao resultado de bem-estar devido ao consumo de algo.

Finalmente, para Hodge a análise serviu para mostrar "the kind of consciousness the paper forms, the version of social reality it mediates, and the community it creates to incorporate its readers" (op. cit., p. 173).

Algumas observações sobre o artigo de Hodge se fazem necessárias. Como contraponto à noção de "jornal popular" exemplificada em o *Sun*, passaremos a apresentar a proposta de Serra (1980) em sua breve análise de *O Dia*, jornal carioca de larga penetração na chamada classe baixa.

De acordo com Serra, o que caracteriza *O Dia* como popular é a presença marcante de "matérias trabalhistas", de "informações que dizem respeito aos menos favorecidos"; "a linguagem"; o ma-

terial policial; e o "registro de reclamações e reivindicações populares" (op. cit., p. 31). Mesmo guardando as devidas proporções entre um jornal popular inglês e um brasileiro, cabe ressaltar que Hodge não mencionou os fatores citados acima, ficando mais restrito a uma espécie de "perfil" de leitores e jornalistas.

Ainda segundo Serra, ocorre nas páginas de *O Dia*, uma "dramatização do cotidiano", em que o jornal assume uma posição de cronista, isto é, narra para os leitores os acontecimentos diários levando-os a se sentirem co-participantes daquele mundo. A leitura do jornal, às vezes, acaba deixando o "real pálido" ou, em outras palavras, o torna natural, próximo da realidade do leitor. Nesse sentido, o modo como *O Dia* narra os fatos, somado a uma reiteração cotidiana dos mesmos assuntos, articula uma certa visão de sociedade que acaba sendo incorporada pelo leitor.

No nosso entender, em termos de caracterização do jornal, a proposta de Serra é mais produtiva: ela evidencia a construção do imaginário social feita pelo jornal. Hodge, de certa maneira, simplifica a relação leitor/jornal por estar preso à noção de indivíduo. Diríamos que os jornais mencionados por Hodge pertencem a formações discursivas (cf. mais adiante 3.3) predominantemente distintas, o que não impediria um entrecruzar de vozes oriundas destas formações discursivas. Estes jornais mais respondem uns aos outros do que têm como função específica reforçar um comportamento de classe. Em outras palavras, eles podem até ser reduzidos ao papel de jornal de classe, contanto que os percebamos em um espaço discursivo conflituoso onde a identidade

de de cada um se realiza por negar os outros; onde ambos co-existem num mesmo campo de forças.

Por fim, é interessante citar também tanto o artigo de Mouillaud 'Le système des journaux' — uma vez que autor retoma a noção de campo tal como formulada por Bourdieu, aplicando-a à compreensão do sistema de jornais — como o de Perelman "A propos de l'objectivité de l'information". Ambos os autores propõem-se a discutir apenas aspectos teóricos e metodológicos, não realizando nenhuma análise propriamente dita.

Mouillaud, após realizar uma revisão crítica dos trabalhos desenvolvidos por historiadores e psico-sociólogos da comunicação, propõe um estudo dos jornais partindo da hipótese de que estes, "funcionam num tempo e num espaço comuns", constituindo um campo com características próprias" (op. cit., p. 67). De acordo com seu ponto de vista, a análise de conteúdo parece ser o método mais indicado para descobrir a ordem existente sob a incessante produção de notícias diárias. Segundo o autor, a coexistência dos jornais em um mesmo campo produz "efeitos de diferenciação", isto é, cada jornal luta por se colocar em evidência ao mesmo tempo em que procura deixar os outros em um fundo indiferenciado. A busca de diferenciação faz, portanto, com que cada jornal tenha marcas específicas tanto a nível de sua apresentação formal (diagramação, fotos, títulos) como também na seleção (modo de redação) das notícias a serem divulgadas. Outro aspecto relevante e de extrema importância em nosso trabalho é a sistematização feita por Mouillaud acerca da função da imprensa. Para o autor, os jornais "situéx entre l'actualité et leurs lecteurs, ils codent

chaque jour pour eux l'ensemble d'informations; ils leur assignent une place sur l'échiquier des positions possibles; des journaux, n'est-il pas possible de revenir vers la langue? de même qu'ils visent des attentes, la langue vise des sens qui ne sont pas dans les choses avant qu'elle les ait découpées en un certain ordre, en fixant les limites du même et de l'autre " (op. cit., p. 68).

Há ainda que se considerar, conforme a análise de Muoillaud, que o jornal se apresenta como uma "fausse totalité": tem como matéria o presente, em todas as suas facetas, e abranda este caráter dinâmico do real com a continuidade da forma.

No que se refere a Perellman, este ao tematizar a objetividade da informação afirma que deve-se analisá-la de acordo com a relação estabelecida entre o jornal e "um contexto de conhecimentos, crenças, hábitos e regras admitidas " (op. cit., p. 183). A partir deste ângulo, tornar-se-ia possível verificar a tendência de um jornal, ou seja, sua objetividade e (im)parcialidade devem ser medidas em função seja dos critérios internos ao próprio jornal, seja em relação ao contexto social mais amplo. Mesmo assim, Perellman relativiza a noção de objetividade mostrando, através do relato de casos jornalísticos variados, que nem a independência financeira pode conduzir a uma total imparcialidade. Afinal, um jornal não depende de seus leitores?

Ainda segundo o autor, o modo como os jornais veiculam as informações pode vir a influenciar e a formar a opinião pública local ou mundial. Mesmo utilizando-se de um estilo objetivo, isto é, com normas de escrita que eliminam os efeitos sub-

jetivos, a imprensa tem como atuar junto aos leitores. No entanto, não há como se considerar parâmetros para separar o relato do jornalista do objetivo do não objetivo, pois há sempre uma interpretação e esta não deforma uma informação necessariamente. Como solução para este impasse, Perellman sugere uma espécie de pluralismo interno aos jornais e entre os jornais, pois "seul le pluralisme, grâce aux controverses qu'il fait naître et à l'esprit critique qu'il favorise, permettra, si pas de garantir une information objective, du moins de se reprocher d'une vision des choses que l'on voudrait espérer pur tous" (op. cit., p. 188).

Tanto Perellman como Mouillaud fornecem indícios produtivos de como trabalhar com os jornais diários — material tão farto e diversificado. Do que foi apresentado, apreendemos alguns pontos, tais como os efeitos de diferenciação citados por Mouillaud e a idéia de que imparcialidade e objetividade, embora sejam qualidades vendidas pelos jornais e consumidas pela quase totalidade do público leitor, não são orgânicas, conforme o ponto de vista de Perellman.

1.2 O que fazem os historiadores

No que se refere aos historiadores, estes muitas vezes têm buscado na lingüística apoio teórico e metodológico como suporte para suas análises. Por sua vez, os lingüistas prendem-se à história quando imaginam que esta poderá comprovar o que pesqui

sam, sobretudo em termos de variação lingüística. O final da história marca uma insatisfação de ambos os lados.

Mas o que acontece afinal? Parece-nos que alguns historiadores, talvez por conhecerem apenas a visão de língua como sistema homogêneo e abstrato, quando elaboram trabalhos e defendem teses sobre discurso jornalístico, enfatizam sobretudo o lado do cumental dos jornais, usando métodos estatísticos ou interpretativos.

Robin (1973) apresenta os riscos que correm os historiadores ao buscarem cegamente na lingüística para a leitura e interpretação de textos. Segundo a autora, as análises em geral situam-se em modelos quantitativos e/ou conteudísticos, pouco acrescentando à história ou à lingüística propriamente di tas.

Apresentaremos a seguir dois trabalhos inseridos nesta li nha de pesquisa que caracterizamos como pouco elucidativa e re ducionista.

O trabalho de Morin (1969) — ('L'écriture de la presse' — por exemplo, traz um modelo metodológico preocupado em quantificar as informações contidas em sete jornais parisienses a respeito da viagem de Khrushchev à França. Morin utiliza-se metodologicamente de uma "unidade de informação que, como o próprio no me já designa, pressupõe um sentido único e inequívoco do vocabulário por ela apresentado. Análises deste tipo partem aprioris ti camente da noção de fato histórico, bem como de um sentido li teral das palavras. Deste modo, ao recorrer ao jornal como fon te de dados, observam-no como se fosse um documento inequívoco

do real ou de máscara do real.

Numa linha de pesquisa documental, situa-se *Revolução de 30 — Partidos e Imprensa Partidária no Rio Grande do Sul (1928-1937)*, organizado por Trindade, do Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-grandense. Neste livro os diversos artigos compõem um panorama do processo político-partidário gaúcho e de seus respectivos órgãos de imprensa.

Embora o valor documental da obra seja inegável, uma de suas tarefas, por exemplo "a proposta de análise da imprensa integralista gaúcha, baseada no estudo detalhado de três jornais de Porto Alegre" (op. cit., p. 430), é levada a termo somente com uma descrição dos jornais e superficiais referências a respeito do seu público leitor. O mesmo se repete na análise do jornal *Estado do Rio Grande*, durante o ano de 1930. O texto do jornal é pretexto para se contar parte do processo político do Rio Grande do Sul e seu papel na revolução de 30.

Na apreciação que fizemos do livro citado, não deixamos de levar em consideração que, se a imprensa se configura como uma boa fonte para a análise histórica, não se pode, no entanto, confiar cegamente na abordagem que um jornal faz dos acontecimentos, assim como não se deve interpretá-lo a partir de um determinado ponto de vista histórico tido como verdadeiro.

Dentre os trabalhos historiográficos que, tendo como objeto o jornal, não se enquadram no perfil anteriormente mencionado, gostaríamos de chamar a atenção para *El Grand Octubre Russo* de Carbonell (1968). Nesse livro, o autor tem como tema central

a diversidade de interpretações históricas feitas sobre a revolução russa. Vamos deter em um dos capítulos: — 'Nacimiento de los mitos'.

No capítulo citado, Carbonell afirma que "todo lo que constituye la verdad o la seducción enjañosa de las representaciones colectivas y las opiniones públicas existe en el mismo momento en que actores y espectadores participan en el acontecimiento o asisten a él. Los mitos (...) son inseparables, en el tiempo, de lo que los suscitan." (o. cit., p. 51) Inserido neste contexto, Carbonell passa a traçar uma série de considerações a respeito dos chamados "instrumentos de información: rumor, narración, carta, diário, telegrama de agência, reportaje...", já que os mesmos desempenham um papel relevante — às vezes até como fonte — para o nascimento e perpetuação dos mitos históricos. Assim é que, segundo o autor, tenta-se minimizar o porte da revolução russa no jornal *Le Temps* ou, como em o *Bulletin du Jour*, faz-se simplesmente um falseamento das informações. Em *Le Temps*, o pouco espaço para a veiculação das notícias e a pouca importância dada ao fato em si, somados à repetição incessante de certos comentários contrários aos revolucionários, resultaram na formação de uma opinião pública negativa e receosa das consequências políticas da revolução comunista. A longo prazo, o enraizamento da interpretação dada aos 'fatos' acaba contribuindo na produção de certa memória social.

Para Carbonell, portanto, a imprensa vale mais como fonte do modo de funcionamento do imaginário de uma época; ela fornece mais as interpretações dos fatos do que os fatos em si en-

quanto informações. A abordagem do autor parece-nos bastante valiosa porque relativiza a credibilidade, a objetividade e a im-
parcialidade do jornal como "instrumento de informac[i]õn."

Gramsci, outro teórico das questões sociais, também irá se dedicar ao tema do jornalismo. Em *Os Intelectuais e a Organiza-
ção da Cultura* (1982), Gramsci faz uma análise de vários tipos de periódicos (em termos de organização, aspecto externo), obser-
vando sua função e inserção no mundo político. Para tanto, o autor formula, com fins metodológicos, o que seria um contexto de situação — "a existência de um agrupamento cultural, mais ou menos homogêneo, de um certo tipo, de um certo nível e, particu-
larmente, com uma certa orientação geral" — no qual os leitores — "elementos ideológicos e elementos econômicos" — compram o jornal — "mercadoria vendida" — em um negócio feito por uma empre-
sa editorial com plano comercial mínimo" (op. cit., pgs. 162 e 163). O jornalismo é situado, deste modo, como uma atividade que tanto supre carências intelectuais e políticas de seu público leitor, como também, as cria para conseqüentemente aumentar a clientela e a área de atuação.

A partir destas observações iniciais, Gramsci organiza primeiramente o que seria um dos deveres do jornalismo: "a atividade jornalística tem como dever seguir e controlar todos os movi-
mentos e centros intelectuais que existem num país", distinguin-
do-os e separando os inovadores dos que não vão adiante e dos retrógrados (op. cit., p. 163). Num segundo momento, após dis-
tinguir três tipos fundamentais de revistas, "caracterizados de acordo como o modo pelo qual são compilados, pelo tipo de leitor

ao qual pretendem se dirigir e pelas finalidades educativas que querem atingir" (op. cit., p. 165), Gramsci relaciona a cada tipo discriminado um conjunto de periódicos italianos e ingleses, apresentando em seguida a descrição dos conteúdos básicos de cada um.

Em outro trecho do artigo, o autor ressalta a importância dos "aspecto exterior" (op. cit., p. 178) de qualquer periódico, pois é esta exterioridade que garante a comercialização do jornal em si e do seu conteúdo ideológico. Alguns aspectos são então listados e, dentre eles, temos: "páginas, composição das margens, das intercolunas, largura das colunas, papel, tinta, nitidez ou não dos caracteres, etc" (op. cit., p. 178). Para Gramsci, "o exterior de uma publicação deve ser cuidado com a mesma atenção que o conteúdo ideológico e intelectual: na realidade as duas coisas são inseparáveis e assim é que deve ser" (op. cit., p. 179).

Hã, ainda, uma série de considerações sobre partes que constituem (ou podem vir a constituir) um jornal. São elas: a) "informação crítica", isto é, resenhas sistematicamente veiculadas sobre publicações variadas; b) "colaboração estrangeira", que deve ser orgânica, sistemática; c) "rubrica gramatical-lingüística", onde a "língua deveria ser tratada como uma concepção do mundo, como a expressão de uma concepção do mundo; aperfeiçoamento técnico da expressão, seja quantitativo, seja qualitativo" (op. cit., p. 183); d) "resenhas críticas bibliográficas"; e) "rubrica científica"; f) estudos de economia; g) "temas de jurisprudência"; h) "suplementos semanais".

Um último aspecto que consideramos importante no artigo de Gramsci está ligado à distinção entre o jornal de informação e o jornal de opinião. No primeiro caso, o jornal vende a imagem de que não tem partido político, enquanto que no segundo, o jornal é claramente "órgão oficial de determinado partido" (op. cit., p. 188). No caso deste trabalho, conforme veremos na Parte II, nem sempre se pode traçar uma fronteira tão nítida entre um e outro.

Como observações finais desta parte, lembramos que de acordo com nosso ponto de vista, cabe à imprensa o relato do cotidiano. Tal relato, porém, como afirma Carbonell, não pode ser visto como registro fiel do real (aliás, qual real?) mas sim, como construção ideológica dos acontecimentos.

1.3 O que divulgam os jornalistas

A produção dos teóricos da comunicação social sobre o jornalismo é intensa. Os trabalhos a que tivemos acesso fazem referência, em maior ou menor grau, ao papel político e social da imprensa. Contudo, parece haver um consenso em torno de um ideal de imparcialidade, objetividade e veracidade da informação. "Em tese — salvo, é óbvio, nos jornais de cunho partidário ou ideológico — a imprensa de acordo com o mito da objetividade, deveria colocar-se numa posição neutra e publicar tudo o que ocorresse, deixando ao leitor a tarefa de tirar suas próprias conclusões" (Rossi, 1982: 9). No entanto, isto raramente acontece.

Segundo o próprio Rossi (ou Lage, em *Ideologia e Técnica da notícia*, 1982) isto não é possível devido à influência de fato - res externos, tais como a ideologia da empresa que domina o jor nal, a ideologia do próprio jornalista, do público leitor a que se destina, a ação da censura, etc. A única saída, ainda segun- do os autores, está centrada em um (possível) poder de manipula- ção da linguagem pelo próprio jornalista. Este poder, aliado à força da realidade dos fatos, afastaria o fantasma da subjetivi- dade e da "mentira". (Acreditamos que o termo mentira pode aqui ser entendido como mascaramento ideológico, dentro do ponto de vista dos autores).

De acordo com Lage, "a proposta de uma linguagem absoluta- mente *transparente*, por trás da qual se apresentasse o fato *in- tegro*, para que o leitor produzisse o seu julgamento, conduziu os jornalistas a uma atitude de indagação e lhes deu, em certas circunstâncias, o poder de buscar o seu próprio ponto de equilí- brio, devolvendo um conceito de *verdade extraído dos fatos* com o extraordinário *poder de convencimento* extraído dos próprios *fa* tos. Foi com esse método que o repórter John Reed contou, com e loquência militante, a revolução americana e a revolução russa ; assim se construiu, para além das aparências montadas, a imagem real do nazismo e se chegou ao fundo de muitos escândalos e ini- qüidades " (op. cit., p. 9, grifo nosso).

Várias são as perguntas que podemos formular a respeito des- ta longa citação. Preocupar-nos-emos mais, porém, com a questão da pretendida transparência da linguagem e com a pretendida vera cidade dos fatos — afirmações praticamente inquestionáveis para

o autor.

No nosso entender, a linguagem e o sujeito que dela faz "uso" são históricos. Não há possibilidade de se falar sobre os fatos — "com o extraordinário poder de convencimento dos próprios fatos" — porque estes, tal como a linguagem, são produtos históricos e têm uma complexa relação de constituição mútua. Vemos, assim, que a "solução" que Rossi e Lage propõem para se alcançar a objetividade e veracidade esbarra na própria noção de linguagem por eles formulada. Diríamos, como Vogt, que "há na linguagem mais do que a inocência da informação" (1982: 41).

Esse ideal (ou exigência) de clareza da linguagem, sobre o qual está calcada a possibilidade de objetividade e veracidade jornalística está preso, conforme Haroche (1984: 27), na "idéia da existência implícita de uma alternativa entre o tudo dizer (a transparência, a confissão) e o nada dizer (a mentira, a dissimulação). Esta concepção opõe, de modo categórico, a idéia de um sistema fechado e perfeito, a idéia de um indivíduo senhor do seu discurso, consciente e, no entanto, imperfeito, em suma, humano, dizendo a 'verdade' ou, ao contrário, 'mentindo'".

Em outro artigo, Lage (1978) parte para uma conceituação da noção de verdade — admitindo a verdade como atributo — para tentar estabelecer quais os critérios de verdade seriam pertinentes ao jornalismo. Segundo o autor, "notícias são relatos de aparências codificadas (a) pelo código semiológico (lingüístico), (b) pelas técnicas de nomeação, ordenação e seleção, (c) por um estilo. Obedecidas a estas três ordens de restrições ao elenco de possibilidades do enunciado, a verdade se apresenta como conformida-

de do texto com o acontecimento aparente. Tal conformidade, supostamente, qualifica o jornalista como correto, honesto; a inconformidade o qualificaria como incorreto desonesto. A obediência ao código e à técnica medem sua competência e domínio da expressão " (op. cit., p. 93).

Prosseguindo na busca da verdade nas notícias, Lage relativiza o poder do jornalista — "o jornalista não escapa às contingências de controle dispostas pela propaganda, os estereótipos de classe ou grupo, etc." — em "refletir a realidade de maneira mais justa", mas enfatiza sua habilidade em deixar transparecer "indícios de verdade". Ora, no nosso entender, mesmo essa habilidade de escrita dos jornalistas deve ser também relativizada. Voltamos, mais uma vez a insistir que se está comentando um equívoco enquanto se acreditar no poder de manipulação da linguagem pelos indivíduos, sejam estes jornalistas ou não.

No final do artigo, Lage enuncia treze "verdades consistentes" (op. cit., p. 95) a respeito dos jornais. Destacaremos algumas, que consideramos mais relevantes.

Inicialmente, o autor afirma que um jornal sempre informa, em primeiro lugar, sua ideologia e que esta, na grande imprensa, "será a ideologia de um segmento econômico bastante forte para suportar os custos." (op. cit., p. 95) Esta ideologia, signo de dominação e censura, produz a sua verdade, que é veiculada no fragmentário mundo vendido pelos jornais. No entanto, segundo o autor, é possível a inversão desta ordem do produto jornalístico. "Uma palavra, uma nota, podem evidenciar tudo que se quer esconder. Uma pequena nota reveladora costuma gritar mais

do que a manchete espalhafatosa e conformista. Por isto os jornais são temidos " (op. cit.,, p. 96). Por fim, o autor afirma que os jornais também informam o "sentido, o tom e as formas da propaganda, oculta ou ostensiva " (op. cit., p. 97).

Sobre estas verdades consistentes enunciadas por Lage, gos-
tariamos de salientar um ponto que nos parece crucial: cada jornal escreve uma verdade; não importa se há um dado real (aliás, qual seria? quem o saberia?) e se este está oculto ou não. O jornal (e aqui frisamos que não estamos nos referindo aos indi-
víduos que o escrevem, isto é, ao jornalista honesto ou ao ini-
ciante) fala de algum lugar no/do todo social; ele é falsamen-
te um todo verdadeiro ou uma mentira. O discurso jornalístico
é construção parcial do social, do cultural, do histórico, do
imaginário e como tal deve ser entendido.

Com um estilo e objetivo bastante diferentes, Montenegro
(1976) pretende denunciar problemas internos à imprensa que in-
terferem na produção jornalística. Não se trata, portanto, so-
mente de censura, isto é, da ação governamental inibindo a pro-
dução jornalística. Segundo seu ponto de vista, há outras for-
mas de controle que se originam através das próprias empresas e
dos anunciantes. O mecanismo interno que faz ouvir a voz do do-
no do jornal, ou seja, a ideologia que homogeneiza as vozes dos
jornalistas, se representa no editor. Cabe aos editores "conci-
liar os interesses de seus patrões e/ou da publicidade com suas
inclinações pessoais, seus conhecimentos, as técnicas jornalís-
ticas que aprenderam, os recursos e prazos dos jornais, as ins-
tituições vigentes, a censura, os subordinados e os leitores ".

(op. cit., p. 248).

Assim sendo, Montenegro desconstrói o percurso ideológico das técnicas recomendadas nos manuais de jornais. A primeira delas trata do "leitor-médio" ou "leitor-abstrato", isto é, um hipotético leitor-em-geral determinado pelos estudos publicitários. Deste modo, os editores se guiariam para montar uma pauta com matérias que atingissem seu idealizado leitor-alvo.

Este conceito apresentado por Montenegro nos remete ao jogo de imagem tal como foi proposto por Pêcheux (1969). O leitor-médio seria a imagem de público leitor que cada jornal faz. Só que visto de acordo com as formações imaginárias, o processo não teria um único sentido, ou seja, apenas do jornal para o leitor. A situação inversa, também ocorre, a imagem que o leitor tem do jornal para escolhê-lo como leitura diária e a imagem que o jornal faz da imagem que o leitor faz dele (jornal) — ou de si próprio (leitor) ou do referente. Essa dinâmica restringe, em parte, esse poder que Montenegro delega aos jornais e mais especificamente ao editor.

Prosseguindo, Montenegro passa a explicitar a técnica do *lead*, fundada na regra dos "cinco W. e um H.". Um *lead* é a abertura resumitiva da matéria. A técnica dos cinco W e H consiste em apresentar no *lead* os seguintes elementos: 'who', quem; 'what', que; 'when', quando; 'where', onde; 'why', por que; e 'how', como.

O próprio autor demonstra criticamente que esta técnica reduz os problemas sociais a uma estória particular — os detalhes

específicos se sobrepõem às causas e às conseqüências dos acontecimentos. O mundo se transforma em uma série de casos isolados. "O que fica para o leitor é um verdadeiro sistema de encarar o mundo como uma coleção de fatos desarticulados e casuais, noticiados através de uma técnica que se afirma preservar uma propagada neutralidade ou objetividade de informação" (ibid, p. 250). Segundo Montenegro, as edições dominicais, que trazem matérias mais analíticas sobre temas políticos e sociais, não conseguem diluir a força do impacto diário dessas notícias centralizadas sobre quem disse o quê, onde, quando, etc.

O mais interessante, do ponto de vista de Montenegro, está na padronização (produzida pela técnica) de um tipo de texto e, conseqüentemente, de uma forma de leitura. Os leitores se habituariam a receber informações descontextualizadas.

Ainda segundo o autor, outra técnica (que inclusive vem substituindo o lead) é uma introdução bizarra ou um detalhismo instigante sobre determinada pessoa. Esse procedimento é típico de revistas como *Veja*, *Isto é* e chega a fazer com que o leitor consuma matérias que, em princípio, não escolheria para ler.

Para finalizar, poderíamos também citar o livro de Erbolato — *Técnicas de codificação em jornalismo* — que de certo modo serviria de contraponto para a postura crítica de Montenegro. No entanto, mesmo correndo o risco de reducionismo, é possível separar o que os jornalistas vêm dizendo sobre o seu produto e seu trabalho da seguinte maneira: há os mais críticos, (Como Montenegro); os supostamente críticos, (como Lage); e aqueles que acreditam no jornalismo como uma poderosa arma reveladora das misé

rias humanas (Rossi e Erbolato).

De qualquer modo, todos concordam com a importância de se separar a opinião da notícia. No entanto, não concebem que o jornalista que produz a notícia, a produz de determinado lugar; sua voz que se apresenta como autônoma é sócio-historicamente determinada. O sujeito-jornalista retoma sentidos que o pré-existem e ao retomar tanto pode repeti-los (reproduzir), como transformá-los. E essa é sua função e risco.

2. LOCALIZANDO A QUESTÃO E CIRCUNSCREVENDO O OBJETO: HISTÓRIA, DISCURSO JORNALÍSTICO-POLÍTICO E MEMÓRIA.

"... a História existe apenas em relação às questões que nós lhe formulamos. Materialmente, a História é escrita com fatos, formalmente, com uma problemática e conceitos".

(Veyne, P. - O inventário das diferenças)

Quais e quantas são as histórias sobre acontecimentos políticos narradas durante um período histórico que acaba resultando em ruptura com o período anterior? Como são divulgadas tais histórias? O que permite que uma delas venha a constituir uma imagem mais aceita socialmente e por isso mesmo assuma, ao longo do tempo, o caráter de história oficial? O que acontece com as demais? Qual a relação entre o dizer e o que fazer neste período de ruptura?

Tomamos como ponto de partida para tentar responder a estas questões um fato bastante conhecido e consagrado na história do Brasil: a revolução de 30. Mas o que foi a revolução de 30? Ou melhor dizendo: do ponto de vista da historiografia atual, como se configura esse período? Por outro lado, como terá sido o cotidiano político do ano de 1930? Que histórias políticas, além da morte de João Pessoa e da revolução em si, se sucederam durante este ano? Como se construiu a imagem que a história oficial faz da revolução?

Quando se narra o processo político e econômico dos anos 20 que desenboca na crise de 1930, retoma-se em geral a leitu-

ra feita por historiadores como Werneck Sodré (1962) para quem a revolução resultou da luta entre as oligarquias agro-exportadoras e a burguesia industrial com a conseqüente ascensão desta. No entanto, para outros como Fausto (1970), a revolução de 30 é o resultado da aliança entre certos fragmentos dissidentes das oligarquias agrárias com os militares. Por fim, há ainda certos historiadores como de Decca (1976 e 1984) e Tronca (1985), que demonstram o quanto a idéia de revolução de 30 representa a repetição da memória histórica engendrada pelo vencedor. Segundo de Decca, os historiadores que tematizam este período reproduzem a montagem de uma determinada idéia de revolução que leva ao apagamento do papel exercido pelo operariado e pelo Partido Comunista Brasileiro com suas propostas de revolução vencidas e silenciadas.

Como se pode observar, a historiografia contemporânea não compartilha da mesma imagem acerca da revolução de 30. Não existe sequer concordância sobre a própria idéia de revolução: cada análise representa um ponto de vista, isto é, tem sua "verdade" (versão) sobre o acontecimento e sobre os documentos de que se dispõe a analisar.

Não foi nosso interesse privilegiar necessariamente uma das análises acima. Propusemo-nos a investigar o próprio cotidiano político da época e, para tal, empreendemos a leitura desse dia a dia nos jornais *Correio da Manhã* (aliancista e partidário de Getúlio Vargas) e *O País* (governista e partidário de Julio Prestes). Isto não significa, porém, que neste trabalho se possa encontrar "como as conjunturas se traduzem em enunciados" (Mainque

neau, 1987: 23); se assim o fosse, a Análise do Discurso estaria condenada a ser um apêndice da História.

Empreendemos uma leitura comparativa em que buscamos verificar de início pontos comuns e diferentes na exposição de um mesmo acontecimento. Concentramos nosso interesse e atenção, principalmente, no modo como cada jornal se referia — determinando ou indeterminando, elogiando ou criticando, citando ou silenciando — às diferentes comunidades discursivas políticas do período histórico já mencionado. Ressaltamos, ainda, que tais comunidades discursivas foram sendo discriminadas somente durante a leitura dos jornais, ou seja, optamos por não lidar com informações fornecidas pelos historiadores já mencionados.

Ao lermos estes dois jornais, tivemos em vista que, na relação entre imprensa e história, cabe à imprensa ser um dos veículos que narra e divulga as histórias do cotidiano político. Em outras palavras, vemos a imprensa como uma instituição mediadora entre estas histórias do cotidiano político e os leitores.

No entanto, além de acompanhar o movimento da história, a própria imprensa também se faz sujeito do processo histórico, seja contribuindo na formação da memória social, seja formando a opinião pública.

Diremos, pensando estritamente sobre o jornalismo político, que a imprensa detém uma dupla singularidade: de um lado, possui uma prática discursiva⁽¹⁾ específica — isto é, um processo de organização interno que estrutura a vertente social (o fazer) e a vertente textual (o dizer) do discurso político. Ao

mesmo tempo, qualquer jornal é também um dos lugares em que o discurso político pode inscrever a vertente textual de sua prática discursiva seja através de matéria paga, seja tomando um jornal seu porta-voz.

Um jornal quase sempre é a consciência ou a memória dos leitores face a determinado acontecimento. Como afirma Gramsci (1982: 161) o jornalismo satisfaz as necessidades de uma certa categoria do seu público. Além disso, também cria e desenvolve tais necessidades o que no nosso entender, em termos de sua prática, conduz à construção de uma representação do real.

Há que se acrescentar ainda, um dado a este ponto de vista: quando atua como sujeito narrador da história, a imprensa o faz sob a máscara da informação objetiva, verdadeira e imparcial. Sendo assim, não tratamos o discurso jornalístico como um documento indiscutível da época, mas como monumento, isto é, algo que representa e também constitui o período. No nosso entender, (interpretando Foucault, 1969), em termos analíticos isto implica na passagem de uma observação estática e apriorística (análise de conteúdo) para a compreensão do modo de funcionamento dos jornais nas condições de produção específicas de 1930 e, simultaneamente, remeter tais discursos às formações discursivas do período. Ao invés de caracterizarmos o cotidiano do discurso jornalístico como unidades cristalizadas, partimos para analisá-lo como prática discursiva constitutiva e constituindo a conjuntura de 30.

Por tematizarmos o discurso jornalístico enquanto monumento, procuramos entender a maneira própria de cada jornal se apropriar

de fatos e vozes políticas. Em outras palavras, na análise em -
preendida, visou-se recobrir o que está na ordem do discursivo
— isto é, os mecanismos enunciativos básicos que, em cada jor -
nal, interferem na determinação dos processos de significação —
bem como a organização do espaço discursivo formado pelos dois
jornais. Só deste modo tornou-se possível encontrar o fio da
meada que engendra a memória fixada pela história oficial e a
formação da opinião pública na própria época.

Em resumo, nossa proposta analisou a prática discursiva do
que denominamos discurso jornalístico-político de 30. Este tem
em sua organização um "como dizer" o fato político característi-
co da imprensa pré-industrial.

Por fim, cabe ainda ressaltar que, paralelamente a esta in-
vestigação central, abrimos também um outro espaço de discussão
teórica e analítica: a análise de depoimentos de três jornalis -
tas (Barbosa Lima Sobrinho, José Mota Maia e Paulo Mota Lima) que
vivenciaram o período da revolução.

3. LINGUAGEM E HISTÓRIA (OU DISCUTINDO A LINGÜÍSTICA E CHEGANDO AO DISCURSO)

"S'agit-il, quand on parle d'histoire à propos de la linguistique, de cette vague évidence selon laquelle les facteurs sociaux influent sur la langue" la langue "s'enrichissant" au fur et à mesure de l' "évolution" des progrès techniques et sociaux? On bien s'agit-il d'autre chose, au-delà de cet historicisme sociologiste évolutionniste que le structuralism n'a pas trop de mal à récupérer par le biais de la "parole" et des "sujets parlants"?"

(Pêcheux, Palice)

A existência de uma relação entre o lingüístico e o histórico é inegável e a explicitação da natureza dessa relação é fundamental. No entanto, raramente se encontram trabalhos que englobam esses dois campos das ciências humanas. Quando muito, se permanece em um reducionismo analítico em que os fatos lingüísticos apenas ilustram pesquisas históricas ou a história apenas emoldura diacronicamente uma análise lingüística.

Para se compreender em que medida a referência à história é pertinente quando se toca em assuntos de linguagem (sem incorrer nas simplificações mencionadas acima) e para, ao mesmo tempo, circunscrever seu lugar teórico, torna-se necessário de início retomar criticamente algumas características da lingüística contemporânea. Tais características, além de forjarem a sua unidade enquanto ciência, excluíram de suas análises a história e os próprios homens enquanto sujeitos do processo. Façamos, portanto, um breve retorno crítico.

3.1 Saussure, Chomsky e o preço da cientificidade

É, com efeito, lugar comum afirmar que a partir de Saussure a lingüística se torna uma ciência. De fato, é a partir do *Curso de Lingüística Geral* que se encontra a separação entre o que pertence e o que não pertence ao estudo da lingüística. Temos assim, respectivamente, de um lado a língua — definida como um sistema de signos e descrita como homogênea, um fato social abstrato e estável — e de outro a fala — entendida como individual, heterogênea, efêmera. Junto a este primeiro divisor teórico, seguem-se vários outros: significante/significado; sincronia/diacronia; valor/significação. Cada uma dessas dicotomias contribui para a delimitação do que constitui o objeto da lingüística e que é passível de análise.

Vale dizer que a lingüística pós-saussureana se desenvolve sistematizando o primeiro termo das dicotomias, enquanto que com o segundo "se recobriu um domínio negativo que a lingüística, por não poder explicar, relegou à tarefa de outras ciências, que um dia o explicariam " (Vogt, 1977: 24).

Dessa forma, os estudos científicos das línguas percorrem um caminho que possibilitou a sistematização da Fonologia, da Morfologia e da Sintaxe, tradicionalmente chamadas de ramos da lingüística, ou ainda, os diferentes níveis de análises da gramática de uma língua. Mas, por outro lado, esses mesmos estudos excluíram qualquer aspecto que dissesse respeito à semântica, ao sujeito⁽²⁾ e à sua relação com a história. Em outras palavras, o que resultou do quadro teórico inicialmente formulado por Saus

sure é a análise e a descrição do funcionamento interno das línguas. Tal perspectiva tem na sua origem uma visão abstrata de língua, vinculada à prática social apenas enquanto um instrumento de comunicação — a fala — como se as línguas fossem transparentes e os homens — livres das injunções históricas — delas se servissem a seu bel-prazer.

No que se refere à vertente da gramática gerativo-transformativa, o preço que a lingüística pagou para permanecer científica e autônoma foi o de mais uma vez repelir os usos concretos de linguagem, isto é, práticas no interior de formações sociais comprometidas com formações ideológicas específicas. Com Chomsky, a ênfase no racionalismo (opondo-se ao empirismo de Bloomfield que, na tradição americana marca os trabalhos lingüísticos anteriores) e em um modelo de gramática que tem como ponto de partida de a análise a sentença assinalam uma lingüística voltada para o universal, ou seja, para o que as línguas têm em comum. Os estudos se centralizam, assim, na descrição da competência do falante, na sua capacidade inata não só de produzir, como também de compreender todas as sentenças geradas em sua língua materna. O desempenho — performance lingüística — é tido como determinado por fatores extra-lingüísticos e por isso mesmo, não é tomado como objeto de pesquisa.

Resta lembrar que esta teoria supõe um falante-ouvinte ideal em uma comunidade lingüística homogênea, o que corresponde, a nosso ver, a um ser genérico e indiferenciado compartilhando um mundo lingüístico estável e uniforme, para não dizer perfeito.

De modo geral, podemos dizer que inserido em uma ordem lógico-estrutural o objeto da lingüística — a língua, e não a fala; a competência, e não o desempenho — torna-se um objeto ideal, transparente, homogêneo e abstrato. Sendo definidas como um sistema de signos ou como um conjunto de sentenças bem formadas, as línguas humanas passam a ser descritas, analisadas e classificadas conforme modelos teóricos que descartam de suas análises as condições reais de produção do ato lingüístico, tanto no que se refere à relação com o momento histórico mais amplo, como na interação de seus interlocutores imediatos. Enquanto sistema, a língua é analisada somente sob o ângulo de seus mecanismos internos. Nas palavras de Pêcheux (1975: 20) "le système (ou la structure) est opposé à l'histoire comme l'explicable est opposé à son résidu inexplicable, et l'explicable systémique ou structural est premier, de sorte qu'il n'y a pas à s'interroger sur les conditions qui l'instituent comme explicable: le structuralisme linguistique, mais aussi le fonctionnalisme, et même le générativisme "se donnent" leur objet sous la forme générale de la langue (ou de la grammaire)".

Não é de se estranhar, portanto, que haja um silêncio nas propostas de análise destas teorias sobre fenômenos lingüísticos considerados menores — ou desvios do padrão dessa língua modelar, ideal — como o equívoco, o jogo entre o dito e o não dito, brincadeiras lingüísticas produzindo efeitos de non sense, ambiguidades e metáforas.

Há ainda outras questões que não se situam apenas na ordem da língua e que são igualmente excluídas: a construção da memó-

ria social, a formação da opinião pública, o senso comum, os modos de (in)determinação na retransmissão do discurso do outro, a interdição de certos enunciados para sujeitos específicos em situações específicas ou a monótona repetição de outros (e não estamos aqui referindo-nos aos clichês). Tais modos de organização da linguagem extrapolam o aspecto da gramática da língua (embora esta lhes sirva de base) e apontam de modo mais direto para o fato de que, na relação com a história e com o sujeito, a linguagem humana não representa apenas um instrumento de comunicação.

A permanência no ponto de vista da língua como instrumento de comunicação nos levaria a crer na existência de uma língua única, usada indiferentemente por todas as classes sociais, em qualquer região e em qualquer situação comunicativa e cultural. Seria ingenuidade admitir que em dado momento de interlocução falantes diferentes estabeleçam uma troca de palavras com sentido único, produzindo uma via única de compreensão. A aparência de unidade da língua (Pêcheux, 1975: 83) esconde o intervalo da não-comunicação (Pêcheux, *ibid*), isto é, o mito da comunicação necessária e transparente, cujo suporte é uma língua única e homogênea, tenta apagar o espaço onde circulam os sentidos, que é tanto o das contradições sociais e ideológicas como o do lúdico — um nem sempre descompromissado jogo com a polissemia.

Digamos que nos processos lingüísticos anteriormente citados, especialmente na formação da opinião pública e na construção da memória social, teríamos a possibilidade de recuperar ,

em parte, marcas da "fala" da história ou pelo menos pistas de como ela — a história — se realizou nos sujeitos. Segundo nosso ponto de vista, isto significa entender que uma das formas de existência histórica dos conflitos sociais se constitui nos modos de significação da linguagem, logo, nos modo de inter-relação entre sujeitos em uma determinada conjuntura social e ideológica. Ora, a permanência na lingüística oriunda de Saussure (que que pressupõe uma homogeneidade da língua) ou de Chomsky (que visa a competência de um falante que é nenhum e é todos ao mesmo tempo) não permite explicitar o modo de produção social da linguagem pelo/no sujeito.

Para dar conta, então, desse processo de constituição mútua entre certos aspectos do lingüístico com o histórico-ideológico, torna-se necessário estabelecer um objeto teórico específico — o discurso — distanciado das já mencionadas dicotomias língua/fala, competência/performance e "inscrito na relação entre língua e história". (Courtine, 1982: 240).

3.2 Linguagem, Discurso e história

No âmbito da lingüística descritiva, como se sabe, a expressão análise do discurso (de agora em diante AD) surgiu inicialmente com Z. Harris (1952 e 1963) designando especificamente a aplicação do método de análise distribucional a textos. A partir o trabalho proposto por Harris e, também, de questionamento oriundos da Europa, sobretudo na França e na Inglaterra,

desenvolve-se uma linha de pesquisa voltada para textos orais ou escritos que toma como base a língua em uso. Seja a análise de aspectos organizacionais internos ao texto, seja a análise de aspectos interacionais entre falante/ouvinte, sejam ainda análises de estratégias discursivas, sua função e sua relação com o contexto histórico social, todos estes trabalhos pecam por uma questão primeira e original: não consideram que os processos histórico-ideológicos são constitutivos do discurso. A própria concepção de discurso, por se manter restrita à concepção de parole ou texto corrido, corrobora na permanência da concepção de língua como informação. Na perspectiva apresentada, o contexto social aparece como pano de fundo ou situação-exemplo em que a análise lingüística se desenrola.

Na reflexão a que nos propusemos neste trabalho, tomou-se como ponto central o fato de que o discurso é uma das instâncias da ideologia, não se podendo, portanto, analisá-los independentemente. Os termos *língua*, *texto* e *discurso* sofrem por este motivo um deslocamento conceitual e a expressão *análise do discurso* passa a designar um outro campo do conhecimento e não uma nova área da lingüística como comumente se afirma. (3)

Não se trata, portanto, da mera substituição de certo campo teórico com objeto próprio por um outro. Quando se fala em AD e em seu objeto, o discurso, está se fazendo um deslocamento que, segundo Pêcheux, delimita um lugar entre o social da lín-gua e o individual da fala.

Ainda podemos acrescentar (talvez correndo o risco de parecermos evidentes demais) que essa mudança de terreno provocada

pela necessidade de explicitação das relações entre linguagem e história, que é instituída na AD, tanto acarreta um novo en-tendimento do que vem ser língua, como introduz e transforma con-ceitos provenientes do marxismo e de Foucault.

Lembrando, deste modo, que a maneira como se define língua revela as diferentes perspectivas teóricas, cabe, então, apresentarmos a concepção própria à AD.

Longe de ser transparente, a linguagem é aqui tida como opaca; longe de ser veículo para troca de informações, a linguagem é aqui tida como a base para o confronto e a diferença.

Este caminho de reflexão leva ao questionamento da noção de sentido literal e de comunicação clara e precisa, pois o fato da linguagem não é homogêneo nem uno. A literalidade não se constitui o ponto de partida, mas de chegada para a AD uma vez que é historicamente determinada. Como afirma Pêcheux (1975) "o sentido de uma seqüência só é materialmente concebível na medida em que concebemos esta seqüência como pertencendo necessariamente a uma formação ideológica." Deste modo, o que importa em termos discursivos é a predominância ideológica de um sentido sobre os demais em dada conjuntura histórica. Torna-se, assim, relevante ressaltar que, quando se fala em efeitos de sentido de um discurso, não se está pressupondo que as palavras tenham um sentido único e preciso, sendo modificadas apenas por intenção de um locutor todo poderoso. É sobre a própria condição de existência da linguagem que a noção de efeitos de sentido se refere.

A língua, finalmente, fornece as condições materiais de ba-

se — mecanismo de enunciação e sintaxe — do discurso. "O que se designa sob o nome língua constitui uma invariante pressuposta por todas as condições possíveis em um momento histórico dado, a condição de possibilidade do *discurso* " (Pêcheux, *Langages* 37, p. 3). Nesta perspectiva, o estudo da ordem da língua se faz pertinente na medida em que observa-se suas possibilidades e limites em termos da ordem do discurso.

Se retormarmos, por exemplo, a questão do sentido das palavras em termos de análise lingüística, ficaríamos restritos (é bem provável) a pensar em termos de denotação/conotação, sendo que a fronteira entre o conotativo e o denotativo teria seu valor de verdade atribuído pelo lingüista. No entanto, chegar à determinação do sentido das palavras, implica em entender que "les mots changent de sens selon les positions tenues par ceux qui les emploient" (Haroche, Henry, Pêcheux, 1971: 102).

Para Pêcheux, o discurso é *efeito de sentido* entre interlocutores e não transmissão de informação. É necessário notar que a noção de efeito transcende o aspecto argumentativo da linguagem, pois os próprios interlocutores fazem parte do dizer e ocupam lugares determinados na estrutura sócio-ideológica.

Na hipótese de Pêcheux, estes lugares são representados nos processos discursivos através de uma série de formações imaginárias, isto é, uma rede de projeções que o inter-locutores fazem do seu próprio lugar social, do lugar do outro, do objeto discursivo, etc. Para a analista, desfazer esta rede de projeções significa perceber quem diz o quê para quem, onde ... ou quem está autorizado a dizer determinadas coisas em determinados

lugares, de certo modo, etc. Em suma, é tarefa do analista de discurso depreender a ordem do discurso que é distinta da ordem da língua e da ordem das coisas.

Uma vez que o lugar de onde se fala é constitutivo do dizer e que ninguém diz qualquer coisa de qualquer lugar, analisar este mecanismo discursivo é analisar o funcionamento do discurso em relação às suas condições de produção.

3.3 Alguns conceitos em Análise do Discurso

Como já afirmamos anteriormente, acreditamos que processos históricos — no caso deste trabalho, especificamente, conflitos políticos no período da revolução de 30 — têm uma realidade material na língua.

De acordo com Pêcheux (1981: 65), períodos revolucionários podem ser considerados como momentos privilegiados no que diz respeito às línguas. Ainda segundo o autor, os debates sociais resultantes dos conflitos político-ideológicos encontram no discurso uma de suas formas de expressão. O aparecimento de

neologismos, palavras de uso corrente trocando subitamente de sentido e a formação de novas metáforas são alguns aspectos do processo de inter-relação entre linguagem e história, manifestando-se na prática discursiva dos sujeitos ideologicamente envolvidos na disputa pelo poder.

A formação da opinião e a construção da memória social são mecanismos históricos que se realizam principalmente através do funcionamentos discursivos de contradição, repetição e indeterminação entre outros. São processos históricos que necessitam fixar seu sentido tendo como base a língua.

Neste processo o que entra em jogo é uma dupla construção do sentido: das palavras e da enunciação no movimento histórico e do movimento histórico nas palavras e na enunciação. Esta incorporação dos sentidos se realiza nos sujeitos falantes que envolvidos no processo histórico concordam, discordam, retomam ou repetem pontos de vista concorrentes ou contrários, isto é, lutam com a materialidade do sentido a dar às suas palavras, imaginando-se livres para tal, mas sendo determinado pelas formas de dizer já existentes.

O resultado final deste embate histórico e lingüístico é tanto ou a exclusão ou a assimilação de certos sentidos, como também, a perpetuação de outros que virão a constituir a memória oficial do acontecimento em si.

Foi possível verificar, por exemplo, que o termo *aliança liberal* ora significava mudança, renovação de um determinado estado de coisas, ora significava falsidade, retrocesso. Tal al-

ternância de sentido decorre das diferentes cenas enunciativas⁽⁴⁾ de cada jornal. Do mesmo modo, os termos *comunista/comunismo* ou significavam determinada doutrina política ou significavam desagregação familiar, fim da religião destruição da pátria, etc.

É por este caminho que a AD postula a materialidade do discurso e, conseqüentemente, do sentido: há a fixação ideológica de um sentido sobre os demais (também possíveis) numa mesma dada conjuntura, do mesmo modo que há a fixação de uma representação sócio-histórica através da prática concreta realizada socialmente pelo sujeito. Deste modo, pode-se conceber o discurso como um lugar de encontro entre o lingüístico e o ideológico.

Ao conjugar a análise da marcas lingüísticas formais de um texto (a distinção texto/discurso será feita oportunamente) com suas condições de produção, (entendendo-se que estas — as condições de produção — não constituem uma moldura da análise, nem sua justificativa, mas sim, são também objeto de análise por constituírem o discurso), a AD promove a relação por um lado do discursivo com o lingüístico e por outro com o ideológico, resguardando-se, deste modo, do subjetivismo idealístico das teorias da enunciação e do formalismo objetivo das teorias da competência lingüística.

No âmbito específico da AD, Pêcheux (1975: 10) redimensiona a noção de ideologia introduzindo o termo *formação ideológica*. Uma formação ideológica (FI) constitui um "conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais, nem universais, mas se reportam mais ou menos às posições (de clas-

se) em conflito uma com as outras" (Haroche, Henry, Pêcheux , 1971: 102, parênteses nosso).

Toda FI em uma conjuntura dada comporta uma ou mais *formações discursivas* (FD), isto é, "aquilo que se pode e deve dizer (articulado sob a forma de uma arenga, um sermão um panfleto, uma conferência, um programa, etc) a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada" (Haroche, Henry, Pêcheux, *idem*).

É na FD que se dá a interpelação do indivíduo em sujeito. O efeito ideológico que resulta do processo de constituição do sujeito está na ilusão que este carrega de que é livre e de que pode entre outras coisas, dominar a linguagem. No entanto, o sujeito é assujeitado pelo discurso: retoma os sentidos pré-existentes e é conduzido a tomar um lugar social possível que ele mesmo se institui ao falar.

É oportuna, nesse quadro de reflexão, a observação de Mainweneau (1988:77) afirmando que os trabalhos em AD em geral "as sociam mais ou menos diretamente, um conjunto de textos a uma região definida da sociedade, pensada em termos de classes sociais ou frações de classes. Num quadro teórico deste tipo, a FD aparece como uma zona onde se manifestam um pouco desordenadamente as aspirações de classe que lhes daria suporte." Segundo o autor, há uma instância social que, em função do processo de análise acima descrito, fica oculta. Esta instância, denominada por Mainweneau de *comunidade discursiva* corresponde ao "grupo ou rede de grupos no interior dos quais são produzidos, gerados os textos que derivam da FD." (op. cit., p. 39).

Com a proposta de Maingueneau, torna-se possível relativizar o absoluto da noção de luta de classes, já que a comunidade discursiva" supõe a presença de um grupo específico, sociologicamente caracterizável." Além disso, permite relacionar o as pecto social e o "linguageiro" da FD.

No caso de nossa análise, por exemplo, foi possível deli - near a partir do ponto de vista do *Correio da Manhã* e de *O País*, alguns grupos políticos (enquanto comunidades discursivas) atuantes na época: o Partido Republicano Paulista, a Concentração Conservadora, o Partido Democrático do Rio de Janeiro, de São Paulo, da Paraíba e de Minas Gerais, o Partido Libertador do Rio Grande do Sul, os revolucionários de 1922 e 1924 e os comu nistas. (5)

As alianças ou antagonismos políticos destes grupos corres pondem a três Formações discursivas, delimitadas do seguinte mo do:

1) A formação discursiva governista (FDG), constituída pelas forças conservadoras, isto é, que defendiam os interesses políticos vigentes e que, no período da campanha eleitoral, uniram-se em torno da candidatura de Julio Prestes. A FDG é re presentada sobretudo pelo Partido Republicano Paulista e pela Concentração Conservadora de Minas Gerais;

2) A formação discursiva da Aliança Liberal (FDAL), representada por quem era contrário à candidatura de J. Prestes; for mada pelo Partido Libertador do Rio Grande do Sul, Partido Demo crático e revolucionários de 22 e 24;

3) A formação discursiva comunista (FDC), assumida publicamente a partir de maio, quando Prestes lê, em Montividêu, o manifesto comunista.

As formações discursivas não são imutáveis nem fixas; ao contrário, são bastante dinâmicas, podendo vir a desaparecer numa época e reaparecer em outra. As relações que as diferentes formações discursivas mantêm entre si podem ser de aliança, antagonismo, inserção, apagamento, etc., configurando, posições específicas numa conjuntura ideológica determinada. A formação discursiva governista (FDG) e a formação discursiva da aliança liberal (FDAL), por exemplo, são instâncias antagônicas e polêmicas inseridas na mesma 'base' ideológica de 1930. A relação de antagonismo tanto institui estas formações como as distingue. Podemos mesmo dizer que a FDG e a FDAL se configuram nesta mesma relação que as diferencia.

Maingueneau (1983) irá chamar de campo discursivo a este sistema de relações que as diversas formações discursivas estabelecem entre si num momento histórico dado. Por estarem em concorrência, num campo, as formações discursivas se constituem umas em relação às outras, numa perene relação de diferenciação e mesmo de aproximação, mas sempre mantendo uma identidade própria. Ainda segundo o autor, duas ou mais formações discursivas podem corresponder, em termos de análise, a um espaço discursivo, isto é, "um sub-campo julgado particularmente produtivo" (Maingueneau, 1983: 16).

Como já foi exposto, as formações discursivas estão sempre

em concorrência; estão sempre buscando se definir umas em relação às outras. Nesta perspectiva, ainda de acordo com Mingueneau, o funcionamento de um campo discursivo (assim como o de um espaço discursivo) é regido sobretudo pela polêmica.

Mantendo uma relação polêmica, uma formação discursiva procura sempre excluir ou negar as outras (ou, especificamente, uma outra). Ao buscar um modo de excluir o outro, ela institui novos mecanismos de reconfiguração de suas fronteiras. O espaço discursivo é assim marcado por uma inter-incompreensão, condição assumida pelas vozes dos discursos em confronto para exercer a atividade polêmica. Tanto se pode depreender a "voz agente", isto é, aquela que cita outro para incompreendê-lo , como a "voz paciente", aquela que é retomada e desqualificada.

No espaço discursivo polêmico, as vozes/sujeitos não ocupam lugares fixos; há uma alternância dos papéis de agente e paciente. Na realidade, o que a voz-agente cita e transforma, seja anulando, seja desqualificando não é o discurso efetivo de seu adversário, a voz-paciente, "mas sim um simulacro, construído como seu próprio negativo pela voz agente "(Mingueneau, *ibid*, p. 16).

Outra distinção teórica relevante é *texto/discurso*.

Quando explicitamos nosso propósito em investigar o discurso jornalístico político nos jornais *Correio da Manhã* e *O País*, já estávamos nos colocando do ponto de vista de uma construção teórica. O que chamamos de discurso jornalístico não representa um dado empiricamente observável, não designa os jornais propriamente ditos. Os jornais citados, na medida em que

representam um tipo de conjunto de textos políticos na conjuntura de 30, serviram de ponto de partida para a construção e análise do que chamamos de discurso jornalístico-político.

O discurso, portanto, é tanto uma construção do analista como uma construção em si, ou seja, fruto de uma prática discursiva intersubjetiva, mediada pela inscrição em suas condições de produção.

Por texto, que se realiza em um conjunto de enunciados, compreende-se um objeto empírico, uma superfície lingüística com começo, meio e fim. No entanto, não se pode afirmar o mesmo a respeito do discurso, pois todo "discurso nasce de outro discurso e reenvia a outro. Por isso não se pode falar em um discurso, mas em estado de um processo discursivo. Esse estado deve ser compreendido como resultado de processos discursivos sedimentados, institucionalizados" (Orlandi, 1983: 19).

Um texto é um exemplar do discurso, sendo que a recíproca não é verdadeira: o discurso é uma dispersão de textos. Estamos nos referindo ao fato de que o discurso político, por exemplo, não se encontra apenas nos proferimentos de presidentes, deputados ou senadores. Seu tipo pode estar presente em conversas informais, músicas, notícias jornalísticas, etc. Há uma dispersão e uma penetração de aspectos do tipo discurso político em textos de origens variadas. No *Correio da Manhã* e em *O País*, o discurso jornalístico-político é formado por telegramas, reportagens, entrevistas, artigos assinados, fotografias, etc.

Orlandi (1988) partindo da noção de que o discurso é uma

uma dispersão de textos, afirma, de acordo com Foucault, que o texto é uma dispersão do sujeito, apresentando, por este motivo, várias vozes decorrentes das diversas posições do sujeito no texto. Em outras palavras, um texto pode apresentar enunciados oriundos de diferentes formações discursivas, embora pertencentes a um mesmo sujeito. Segundo a autora, a unidade do texto — sob sua heterogeneidade — é fruto da exigência da não contradição decorrente do princípio de autoria.

A partir do ponto de vista de Maingueneau — o espaço discursivo polêmico sendo marcado por vozes que se inter-incompreendem — e o de Orlandi — um texto pode ser formado por várias vozes que refletem o confronto das várias FDs — foi-nos possível elaborar o que chamamos de coro não harmônico de vozes. Em um mesmo texto, a voz agente pode, em determinados enunciados, estar jogando com o simulacro do discurso do outro a fim de desqualificá-lo, enquanto que em outros enunciados pode estar construindo um simulacro do seu próprio discurso, baseado na imagem que julga que o outro faz de si e dela mesma. As vozes agente e paciente estão sempre submetidas a um jogo de imagens em confronto num mesmo espaço discursivo e representando-se em um mesmo texto. O efeito ideológico está na ilusão de homogeneidade e de verdade produzidos no texto, em decorrência da domesticação do confronto.

Destramar este processo, presente nos mecanismos enunciativos do *Correio da Manhã* e de *O País* foi uma das tarefas deste trabalho. Para tanto, resta-nos ainda descrever o corpus referente ao discurso jornalístico-político e especificar a metodologia que adotamos face a estas questões teóricas.

SEGUNDA PARTE

LENDO 1930

1. Organização do material de análise

"Face à un corpus, chercheur n'a a priori aucune raison d'étudier tel phénomène plutôt que tel autre et de recourir à telle procédure plutôt qu'à telle autre. Si, par son propos, il décide de s'intéresser, par exemple, aux adjectifs évaluatifs, à des métaphores ou à certaines structures syntaxiques, ce ne peut être qu'en vertu d'hypothèses qu'elles-mêmes reposent à la fois:

- sur une certaine connaissance de son corpus;

- sur sa connaissance des possibilités qu'offre à l'analyste l'étude de ces types de faits langagiers. Qu'on veuille ou non, toute analyse implique ces deux ordres de considérations."

(Maingueneau, *Nouvelles tendances en Analyse du Discours*)

Retomando a noção de campo dos jornais proposta por Mouillaud (cf. Parte I, capítulo 2.3) podemos considerar que o *Correio da Manhã* (CM) e o *País* (OP) (junto com os demais jornais da época) por estarem em concorrência com os outros em um mesmo campo, criam marcas distintivas próprias a nível dos fatos que são (ou não) tornados públicos, da forma externa (diagramação, fotos, títulos, charges, etc) e da organização textual.

Entendemos que o CM e OP funcionam em um tempo e em um campo comum constituindo um espaço discursivo com características

próprias. Nesse sentido, as marcas diferenciadoras de cada jornal são constitutivas do espaço por ambos instituído e do qual ambos pertencem.

Enquanto um conjunto empírico de notícias políticas veiculadas por ambos os jornais, o corpus analisado tem começo ('ja - neiro de 1930) e fim (dezembro de 1930). A análise que se desenvolveu tomou o conjunto de notícias políticas veiculadas pelos jornais e ultrapassou os limites impostos pelos textos em si , pois promoveu a articulação do espaço discursivo formado pelos dois jornais com as formações discursivas dominantes na época.

Para se compreender esta articulação, foi necessário estabelecer relações com as condições de produção dos jornais. Como já tivemos oportunidade de observar anteriormente, as condições de produção são constitutivas dos discurso e, nesse sentindo, o espaço discursivo formado por ambos tanto constitui como é constituído pelo processo histórico de 1930.

A partir destas considerações foi possível estabelecer três momentos históricos no ano de 30, cada um com suas singularidades políticas. São eles: 1) o período pré-eleitoral (janeiro e fevereiro); 2) o período pós-eleitoral (março a final de setembro); o período revolucionário e pós-revolucionário (outubro a dezembro).

Esta divisão inicial permitiu-nos acompanhar de perto o que cada jornal publicou, isto é, a seleção dos acontecimentos de acordo com o ponto de vista próprio de cada um.

Tal divisão inicial correspondeu a uma etapa metodológica. Em seguida selecionamos para fins específicos de análise comparam

tiva dos modos de funcionamento do discurso jornalístico-político de cada jornal quatro episódios que representam momentos históricos conturbados da vida nacional em 1930.⁽⁶⁾ Dois são do pré-eleitoral — a leitura da plataforma da Aliança Liberal feita por Vargas; o tiroteio em Montes Claros — e dois são do período pós-eleitoral — as próprias eleições; a morte de João Pessoa. Evidentemente, selecionamos também o próprio período revolucionário.

Selecionamos depois vários fragmentos discursivos que são ilustrativos dos episódios mencionados. Esta seleção pôde ser realizada na medida em que lidamos com o conceito de *recorte* proposto por Orlandi (1981). Segundo a autora, um recorte é "um fragmento de situação discursiva."

Ao lançarmos mão de tal conceito, pudemos superar os resultados tradicionalmente obtidos através da segmentação linear do texto em frases e parágrafos. O que buscamos estabelecer, portanto, foram fragmentos co-relacionados de "linguagem-situação", representados nos quatro episódios acima discriminados.

Do mesmo modo, não abordamos apenas a leitura do dia do acontecimento em si. O recorte do material jornalístico tanto abrangeu um período de três semanas (como no caso de plataforma da Aliança Liberal) como de dois meses (no caso, por exemplo, da revolução em outubro).

Após o resumo sucinto de cada um dos casos, segue-se a caracterização do funcionamento do discurso jornalístico-político em cada um dos jornais. Para tanto, buscamos na superfície linguística dos textos marcas que tanto apontassem para esse fun-

cionamento como fossem esclarecedoras de como as formações discursivas estão inscritas na organização das notícias políticas.

Embora já intuíssemos que alguns mecanismos lingüísticos , como por exemplo o discurso relatado, fossem relevantes para a compreensão do funcionamento discursivo dos jornais, apenas durante o processo de análise em si, que envolveu novos recortes, pudemos estabelecer e trabalhar com outras marcas lingüísticas tais como adjetivação e paráfrases . Tais marcas remetem para os modos de (in) determinação no relato dos acontecimentos e no relato do discurso do outro.

Foi deste modo que trabalhamos o material de análise: comparando fragmentos de situação discursiva do CM e de OP nos quatro momentos políticos citados, para procurar estabelecer, a partir da análise do funcionamento discursivo de ambos os jornais, as relações indicativas do engendramento do sentido que leva à formação da opinião pública e à construção da memória social.

2. O Correio da Manhã e O País em 1930

"Afínal, estou vagando e divagando em terreno que me é totalmente desconhecido, por maior que seja minha boa vontade em assumir um comportamento político, espectador que sou e sempre fui de um espetáculo em que a ação verdadeira nunca é a apresentada no palco, pois se desenrola nos bastidores e com pouca luz. Que peut un homme?"

(C. D. de Andrade - O observador no escritório)

Para situar o CM e de OP no final dos anos 20 e mais especificamente em 1930, é importante lembrar que ainda neste período os jornais, em sua maioria, costumavam receber subvenções públicas ou privadas. Tal procedimento gerava uma dependência com relação aos interesses políticos dessas fontes financiadoras. Poucos eram aqueles jornais consolidados e independentes, vivendo exclusivamente da venda avulsa e de recursos oriundos da publicidade.

Note-se, portanto, que o espaço da política nos jornais do período pode, muitas vezes, vir a sofrer variações de acordo com seu engajamento político-financeiro.

Além disso, segundo Sodré (1977: 317), "a preocupação fundamental dos jornais, nessa época, é o fato político." Em outras palavras, para Sodré — que diferencia a política do fato político — os jornais, ao trabalharem com o 'fato político', reduzem-no sempre aos seus protagonistas, ou seja, "tudo se personaliza e se individualiza." Deste modo, ler a história da revolução de

30 nos jornais da época, foi ler sobretudo as ações de alguns sujeitos e menos a história das forças sociais em luta.

2.1 Correio da Manhã: um Brasil

O *Correio da Manhã* (CM) foi fundado em junho de 1901 por Edmundo Bittencourt.

Geralmente descrito como "vibrante, enérgico, polêmico" (Alves 1980: 97) o CM caracterizou-se sempre como um jornal de oposição. Assim sendo, não recebia subvenções governamentais , nem favores oficiais. Suas fontes básicas de renda eram a venda avulsa e a grande publicidade que enchia suas páginas.

É interessante observar que o modo como o CM é freqüentemente descrito evidencia a imagem que dele se fixou a nível de memória social. Assim é que para Sodré, por exemplo, "o jornal de Edmundo Bittencourt foi, realmente, veículo dos sentimentos e motivos da pequena burguesia. Quebrou a monótona uniformidade política das combinações de cúpula, dos conchavos de gabinete; levantou sempre o protesto das camadas populares na fase histórica em que a participação dos trabalhadores era mínima." (Sodré, op. cit. , p. 392)

Não muito distante deste ponto de vista encontra-se a opinião de Alves (1980). Para ele e seu grupo de pesquisadores , o CM "procura manter-se como um jornal apartidário (...). Sua bandeira é a defesa da causa popular (...). O jornal, ao sustentar tais lutas (campanhas populares), vai procurando consolidar

a confiança e o apogeu de uma clientela urbana que lhe dava força e prestígio." (Alves, op. cit., p. 99) No entanto, mais adiante, acrescenta contraditoriamente: "Era um jornal conservador na medida em que defendia a ordem, a justiça, a manutenção daquela República, não se propondo a mudar a estrutura do país. Ao mesmo tempo, era liberal, por defender o livre debate das idéias, contra a corrupção e a arbitrariedade policial. Enfim, era um jornal independente porque não se ligava a nenhuma corrente política ou aos partidos estaduais. Ele não constituía porta-voz da oposição." (ibid, p. 104)

A partir de todas essas declarações, algumas divergentes entre si deve-se acentuar, sobretudo, o paradoxo em se caracterizar o CM como *popular* e de *oposição* simultaneamente a *liberal*, *conservador* e *independente*.

No nosso entender, para ser de oposição, um jornal precisa estar efetivamente engajado em uma luta política, construindo uma certa visão do real histórico para seus leitores. Neste sentido, mesmo uma leitura rápida do *Correio da Manhã* em 1930 comprova sua ligação com a Aliança Liberal, frente da oposição ao governo de Washington Luiz.

Mas, o que caracterizaria o CM como popular? Ou ainda, o que significa esta vaga observação "levantar sempre o protesto das camadas populares"? Parece-nos que os autores que viemos citando associam a idéia de ser de oposição à idéia de ser popular.

Tal perspectiva encontra-se plenamente justificada quando retomamos o artigo de apresentação do próprio jornal: "A praxe

de quantos até hoje têm proposto pleitear no jornalismo nosso a causa do direito e das liberdades populares tem sido sempre a afirmação, antecipada ao público, da mais completa neutralidade. Em bom senso sabe o povo que esta norma de neutralidade com que certa imprensa tem por costume carimbar-se é puro estratagema para, mais a gosto e jeito, poder ser parcial e mercenária. Jornal que se propõe a defender a causa do povo não pode ser, de forma alguma, jornal neutro. Há de ser, forçosamente, jornal de opinião." (E. Bittencourt, apud Sodré, p. 328)

Neste artigo encontramos claramente a ligação entre o ser popular e o ser de oposição com opinião, o que nos permite inferir uma associação entre ser da situação e ser de elite. Contudo, voltamos a insistir: mas quais seriam as características de um jornal popular?

Segundo Serra (cf., parte I, cap.1.3), analisando *O Dia*, do Rio de Janeiro, um jornal popular desenvolve "matérias trabalhistas"; informações que dizem respeito aos menos favorecidos"; "registro de reclamações e reivindicações populares"; "lingua - gem mais coloquial".

Diante de tal inventário de características (e mantendo o distanciamento crítico necessário aos 40 anos que separam os dois jornais), o CM apresenta um conjunto de notícias bastante distinto. Não há nenhuma seção dedicada especificamente à sua causa operária ou camponesa ou ainda às questões trabalhistas. De modo geral, os trabalhadores — quando mencionados — torna-se simples figurantes em eventos políticos importantes, como por exemplo, em uma notícia do dia 30 de janeiro, que tem por

título "Como vai sendo recebida no norte a caravana da Aliança". Nesta notícia, descreve-se que "em Santa Rita, à passagem do Sr. João Pessoa, cerca de 1000 operários da Fábrica de Tecidos Tibiry, *uniformizados*, prestar-lhe-ão homenagem." (grifo nosso)

Mais interessante e significativa, porém, é a matéria da página 6 do dia 3 de janeiro, que tem por título e sub-título, respectivamente: "A *nossa* atividade industrial" e "Quantos operários possui o Distrito Federal?" Em ambas as reportagens, o operário não é representado como um sujeito de ação. No primeiro caso, ele é apresentado de forma indistinta, tanto pela quantidade numérica — são mil — como pela ênfase dada ao termo "*uniformizados*", que vem em destaque por estar entre vírgulas. No segundo caso, a indeterminação é tal, que os operários praticamente se tornam uma coisa possuída pelo Distrito Federal. Além disso, há uma ambigüidade na expressão "nossa atividade industrial", na medida em que, por utilizar o pronome possessivo *nos*sa, o CM se inclui e se identifica, forçosamente, com segmentos sociais detentores de poder.

Por estes motivos e também por outros, a serem discriminados quando da análise das cinco situações histórico-políticas, é que não consideramos o *Correio da Manhã* como um jornal popular.

2.1.1 Organização externa do Correio da Manhã

Normalmente com catorze páginas — à exceção de domingo ,

quando publica também o Suplemento de Cultura, que é uma espécie de encarte dirigido sobretudo às crianças e às mulheres, com assuntos variados — o CM pode ter suas seções agrupadas da seguinte maneira: 1) notícias nacionais e internacionais ("informações do exterior"); 2) lazer ("nos teatros", "livros novos", "correio musical", "música em discos", "folhetim", "vida social", "no mundo da tela"); 3) comércio ("a vida comercial", "A bolsa", "feiras livres", "leilões"); 4) Esportes — ("correio esportivo"); e ainda, 5) "assuntos femininos"; "atos religiosos", "classificados".

Cabe ressaltar que não há páginas fixas para tais colunas e seções. A paginação segue, em geral, a seguinte ordem: na primeira página, a ênfase está nas notícias internacionais. O espaço para temas nacionais só é dado quando se trata de algum evento político considerado relevante pelo jornal (v. Anexo 1). Durante janeiro e fevereiro, por exemplo, período final da campanha para eleições presidenciais de primeiro de março, o jornal publica (quase) diariamente uma seção intitulada "A sucessão presidencial", no canto à direita da primeira página. (v. Anexo 2) Após as eleições, tal seção foi inicialmente suprimida sendo, no entanto, retomada durante um curto período de tempo, após as eleições de março.

A primeira página continuou sendo um espaço dedicado primordialmente às questões internacionais, mas o CM passou a registrar, por exemplo, os movimentos de J. Prestes, presidente eleito, paralelamente a notícias como "Juarez Távora diverge radicalmente de Luiz Carlos Prestes. Como o bravo chefe revolucionário en-

tende a solução mais conveniente à realidade brasileira" (CM , 19 p. 19/6).

Da página dois à página seis, encontram-se o editorial e uma miscelânea de artigos versando sobre assuntos variados, nacionais ou internacionais, sendo que, muitas vezes, tais artigos vêm assinados. Eventualmente, entre as páginas três e cinco, aparece uma seção intitulada "Publicações a pedido" ou "Publicações especiais". Esta seção caracteriza-se por ser matéria paga, em geral charge ou texto opinativo extraído dos jornais governistas e transcrito para o CM (v. Anexos 3 e 4). É interessante observar que o próprio CM publica junto a esta coluna uma pequena nota, em negrito, afirmando que se trata de matéria paga e que, portanto, "não somos nem poderíamos ser solidários com essas publicações."

As páginas sete e oito são, na maioria das vezes, dedicadas ao lazer, apresentando nas fofocas da "vida social" as novas publicações literárias e apresentações teatrais.

Enquanto nas páginas nove e dez encontram-se as seções de esportes, o folhetim, os anúncios religiosos, as páginas seguintes são dedicadas ao comércio.

Por fim na página treze, vêm os classificados e anúncios (embora estes estejam também espalhados por todo o jornal). Na página catorze, "Mundo da tela" tem sua vez, com grandes fotos de artistas de cinema, além do anúncio dos novos filmes em cartaz.

No CM noticia-se de tudo: política, casamentos nobres na Europa, fatos corriqueiros, crimes e até concursos — "Qual o ga-

lã mais querido?"

Na redação de reportagem e artigos sobressai o aspecto cronístico do CM, apresentando explicações minuciosas dos fatos narrados. A utilização freqüente da primeira pessoa do plural — "A AL solicita-nos avisar aos componentes das caravanas que partem..." (21/1); "E do outro lado da rua da Misericórdia notamos, em seus carros, o Sr. Lindolfo Collor e sua família..." (3/1) — somada a um esboço de diálogo com o leitor — "Algun encontro no Club dos Duzentos?" (9/1); "Que haverá de verdade em tudo isto?" (9/1) — criam uma espécie de tom intimista, como se o jornal buscasse uma proximidade, ou melhor, uma familiaridade com o leitor.

Por fim, no que se refere ao discurso jornalístico-político especificamente, vale destacar que o mesmo é formado por um conjunto de textos vindos de fontes diversas, tais como: editorial, reportagens, (de correspondentes e jornalistas do próprio CM ou das agências de notícias), matérias transcritas de outros jor-nais, cartas, telegramas, colunas assinadas, publicações a pedido, comunicados do governo, da AL e do próprio jornal. Tal diversidade de textos e sujeitos-enunciadores compõe uma unidade a nível discursivo, na medida em que o CM se inscreve na formação discursiva aliancista.

Como poderemos observar a seguir, o jornal *O País* distingue-se bastante do CM, não só por seu engajamento político partidário, como também, por sua organização interna.

2.2 O País : outro Brasil

Fundado em 1884 por João José dos Reis e vendido, anos mais tarde, para Francisco de Paula Mayrink, *O País* foi um jornal de existência política atribulada, tornou-se um jornal influente na vida política, chegando a ser um dos mais vendidos na capital federal. No entanto, esta hegemonia sofreu dois duros ataques, ambos culminando em apedrejamento e emalestelamento. O primeiro se deu quando Hermes da Fonseca deixou o governo, e o segundo, com a revolução de 30.

Seu principal diretor e redator no período de 30, foi João de Sousa Laje, que entrou para *O País* no final do mandato de Prudente de Moraes, quando o jornal estava passando por uma crise financeira.

Os memorialistas da imprensa brasileira costumam descrever Laje como "amigo incondicional de todos os governos", a que se ve com "diligência e agrado" (Luiz Edmundo, apud Sodré, 1977 : 325). Segue-se a partir daí, a imagem tradicionalmente construí da sobre OP: jornal conservador, dependente financeiramente do governo e, por isso mesmo, defensor de suas atitudes e de seu poder.

Por este processo de transferência das "qualidades de João Laje" — "jornalista corrupto, de opinião alugada, concluindo com o poder" (Sodré, op. cit., p. 381) — para OP, constrói-se uma visão única do jornal: sem personalidade própria, a serviço da elite brasileira e portuguesa.

Este ponto de vista é tão radical que chega mesmo a relacionar a própria existência de OP unicamente à defesa do governo e conseqüentemente, aos ataques à imprensa oposicionista. Durante o estado de sítio do governo Bernardes, por exemplo, quando o CM foi proibido de circular (de 31 de agosto até 20 de maio de 1925), OP teria ficado apagado enquanto jornal. "A diatribe, o insulto de Edmundo Bittencourt dava leitor ao Laje. Bittencourt calado, Laje morria." (Sodré, *ibid*, p. 419)

No entanto, tal raciocínio empreendido por Sodré não considera que, mesmo seguindo determinada linha política, um jornal é formado por vozes diversas. Neste sentido, torna-se necessário procurar pistas, isto é, evidências internas à estrutura do próprio jornal, que evidenciem sua ligação com as posições políticas e ideológicas defendidas pelo governo.

2.2.1 Organização externa de O País

Vejamos, agora, algumas características de OP em 1930. Com raras fotografias e muitas matérias assinadas, OP, comparativamente ao CM, apresenta um noticiário político nacional maior.

Sua primeira página (v. Anexo 5) em geral se apresenta da seguinte forma: dois ou três artigos sobre política nacional; um conto de caráter moralista; um artigo sobre a educação física ou primária; alguma notícia literária e, eventualmente, artigos sobre acontecimentos internacionais.

As referências religiosas e morais são constantes, chegando

até mesmo a influenciar a campanha para eleição presidencial , como se pode observar no título da reportagem na página dois , do dia 14 de fevereiro: "Uma página de fé católica e beleza moral". Esta reportagem constituía-se de um relato sobre o caráter católico dos partidários de Julio Prestes. Frequentemente, ainda na primeira página, há seções intituladas: "Fazer o bem amando a Pátria".

Chamamos a atenção para o fato de que há uma espécie de guerra declarada por *OP* ao comunismo. Com certa constância surgem artigos como "Crachãs Bolchevistas" (p. 3, dia (9/7)). Este artigo representa um exemplo típico, onde se lê "No meio da tragédia comunista que há quase três décadas oprime, rebaixa e despedaça a Santa Rússia...". É oportuno observar o maniqueísmo instituído através dos adjetivos *Santa* — que remete à defesa do mundo católico empreendida pelo jornal — em oposição à tragédia comunista.

O *País* tem, normalmente, onze páginas, podendo porém chegar a dezesseis nos domingos. Apresenta pouquíssimas propagandas publicitárias. Na primeira página, um dos raros anúncios é o do sabonete Gessy, sem quase destaque. Suas seções e colunas distribuem-se da seguinte maneira: na primeira página, como já descrevemos, praticamente todas as matérias assinadas dizem respeito às questões nacionais, sejam políticas, religiosas ou morais.

Nas páginas dois e três, encontram-se colunas como "notas avulsas", "Ecos e fatos"; "Getulices" e, bem raramente, uma publicação intitulada "interesses particulares". Esta correspon-

de, em parte, à seção "publicações a pedido" do CM, pois nem sempre trata de política, como no dia 5 de janeiro, em que há uma crítica à moda das saias compridas. (v. Anexo)

Além dessas colunas, que tratam de política e assuntos variados (como previsão do tempo, maldições egípcias) há, nes-
tas páginas, o editorial e outras reportagens preocupadas so-
bretudo em registrar críticas à oposição. Por exemplo, no dia
26/2, na página 3, temos: "Mentira, mentira, mentira — eis a
arma da Aliança Liberal".

"Informações gerais" é o título que na página 4 tanto in-
dica a programação teatral, como leilões, "movimento dos vapo-
res", "audiências nas varas" e plantão de polícia". Nas pági-
nas 5 e 4, encontram-se as seções "vida social", "artes e artis-
tas", "crimes, acidentes e roubos", "loteria", "efemérides di-
plomáticas" e "vida judiciária".

As páginas 7 e 8 dividem-se entre "telegramas, cartas e
informações dos estados" e informações telegráficas do estran-
geiro", enquanto que, em geral, nas páginas restantes, vêm a
"semana cinematográfica", "País esporte", "leilões de penhores"
e anúncios variados misturados aos classificados.

O discurso jornalístico-político de OP é formado por um con-
junto de textos variados. Tais textos são em sua maioria maté-
rias assinadas, mas encontramos também notas de agências de notí-
cias e telegramas.

3. QUANDO CADA JORNAL CONTA UM CASO

"Quarta, 10 de agosto de 1921 - Mas como é que se pode chegar à verdade? Troquei o Daily News pelo Morning Post. As proporções do mundo tornam-se logo totalmente diferentes. O MP dedica as letras maiores e as duas colunas ao assassinio de Mrs. Lindsay; anglo-indianos, anglo-escocesses, e velhos reformados e senhoras patrióticas. Todos escrevem cartas sobre cartas a deplorar o estado do país; a aplaudir o MP, o único baluarte que resta. Lamentam a decadência da Inglaterra, que prospera como de costume no DN? quase imaculada no Daily Herald. Os heróis do momento no Herald são os desempregados, que se envolvem em tumultos. O MP ignora-os completamente. Mas o DN tornou-se um animal do saco de retalhos. As notícias são recortadas em fragmentos agradáveis e escritas em morossílabos. Bem. Posso eu perguntar: o que é a verdade?"

(Virginia Woolf: Diário)

3.1 O período pré-eleitoral

A observação da primeira página do CM e OP no primeiro dia do ano já permite delinear o posicionamento político-partidário de cada um dos jornais, bem como oferece pistas acerca da imagem que cada um constrói sobre os sujeitos-políticos envolvidos no processo de disputa pelo poder.

Enquanto que no CM a adesão à candidatura Vargas vem estampada na coluna "A Sucessão Presidencial" , uma vez que esta quase que só faz anunciar os eventos liberais, inclusi

ve anúncios da Aliança — "A Aliança pede-nos a publicação do seguinte convite ao povo carioca" (22/1) — em *OP*, o descontentamento com as atitudes da oposição se marca ou pela ausência de notícias ou pela crítica ferina ao pensamento liberal.

Tais procedimentos — tanto silenciar a respeito do adversário como citá-lo irônica e malevolamente — reaparecem inúmeras vezes e são característicos de ambos os jornais. Cabe ressaltar que o *CM*, embora dê acentuado destaque aos atos e aos políticos aliancistas, não deixa de informar (se bem que em reduzida proporção) as atitudes do governo de Washington Luís e Julio Prestes (por exemplo, eventuais informes sobre o "chefe da nação, como no dia 11/1, em que o *CM* anuncia quais os senadores recebidos por Washington Luiz para audiência).

Assim é que nos dois meses que antecedem as eleições de 19 de março, o *CM* dá destaque aos seguintes episódios: 1) leitura da plataforma liberal feita por Vargas (3/1); 2) descrição da viagem da caravana liberal ao norte e ao nordeste (4/1 a 29/2); 3) o tiroteio em Montes Claros, provocado por aliancista locais; (8/2); 4) discursos de deputados pró-Aliança e pró Luiz Carlos Prestes; 5) o cerco, em São Paulo, a uma casa aonde estariam escondidos os revolucionários Siqueira Campos, Miguel Costa, Juarez Távora e Crauville Bellerofonte (10/1); 6) as mortes causadas pela dissolução do comício aliancista em Vitória (25/2); 7) entrevistas com Getúlio Vargas (18/1) e Antônio Carlos, o presidente de Minas (27/2).

O episódio de Montes Claros, embora sendo politicamente

negativo aos interesses da Aliança Liberal, não deixa de ser citado e descrito no *Correio da Manhã*. Como poderá ser observado mais adiante (cf. 3.1.2), cabe ao CM noticiar este fato não só porque é um jornal "sério e independente", mas principalmente porque é necessário desconstruir o sentido atribuído pelo governo.

Quando ocorrem os tiroteios contra aliancistas em Natal e em Vitória, as manchetes do CM estampam uma adjetivação semelhante à de OP: "O atentado *brutal e premeditado* de Natal em que tomou parte um irmão do presidente Lamartine". Esta adjetivação constrói junto à opinião pública aspectos negativos do governo, atitude que o CM — "sério e independente" — não pode demonstrar claramente. Os ataques frontais ao governo resultam sempre do relato de discursos políticos aliancistas.

Ao mesmo tempo, na reportagem que se desenrola mais adiante, afirmações do tipo: "não queremos *fazer comentários*" e "é trabalho sereno e esclarecido de um *verdadeiro* jornalista, conscente da sua *missão de relatar....*" poderiam parecer paradoxais — em relação à manchete que as precedem — pois apontam para a questão já discutida de que o jornalismo é neutro e os fatos é que falam por si.

Tal manchete e tais afirmações coexistem no mesmo espaço de significação construído no CM. São ambas produto de um mesmo sujeito enunciador e evidenciam a chamada heterogeneidade constitutiva do sujeito e do seu discurso.

No discurso jornalístico-político do CM, as vozes adversá-

rias, quando reproduzidas integralmente, não têm como ameaçar as vozes aliancistas, pois estão quase sempre confinadas na seção "publicações especiais" e seguidas de uma pequena nota na qual o CM afirma: "... Não somos, não seremos, nem poderíamos ser identificados nem solidários com as opiniões ou idéias contidas nas ditas publicações espeicais..."

Um outro ponto a ser somado na caracterização do funcionamento discursivo do CM no período pré-eleitoral encontra-se no modo como é instituída a diferenciação entre o posicionamento político das duas facções. Neste aspecto, destaca-se a ênfase na idéia de retorno ao regime liberal sustentada pela Aliança , como se pode notar no seguinte trecho:

- a) "O Sr. Getúlio Vargas, falando à nação na Esplanada do Castelo, prometeu-lhe aquilo que ela mais acaricia neste momento que é a *restituição de um regime liberal que lhe foi furtado* (...) Enquanto que o Sr. Júlio Prestes, seguindo aí como alhures as pegadas do Sr. Washington Luiz, evitou a questão política como um terreno minado em que lhe conviria palmilhar, o Sr. Getúlio, desfraldando a bandeira do Liberalismo, *prometeu restituir a paz e o direito de viver à família brasileira*. (CM, 1ª pg., 7 de janeiro, grifos nossos)

Tal imagem construída pela Aliança Liberal acerca de si mesma e do país, vem reproduzida no jornal através da citação de discursivos, aliancistas e é reforçada de dois modos. Em primeiro lugar, nas reportagens, o sujeito-político aliancista é (eventual -

mente) citado como "libertário" ou "libertador" (cf. 14/1).

Em segundo, "a onda humana (...) tão intensa e avassaladora" presente nos comícios demonstra "entusiasmo e solidariedade à causa liberal" (cf. 14/1, CM). O CM, como se pode observar, vai mais além: "Na capital paulista (...) pode-se dizer que o povo delirou de ardor cívico num dos seus maiores dias de expansão franca ao lado da parte sofredora da nação, demonstrando cabalmente que o seu sentir é o mesmo do resto dos seus irmãos e que o mesmo é o seu desejo de ver a grande pátria, que os maus políticos têm infelicitado e tornado madrasta dos seus filhos, livre desses maus políticos". (CM, 7/1, 19 pg. grifos nossos)

Em outras palavras, há um entrelaçamento entre o desejo do povo em ver a "grande pátria livre dos maus políticos" e o desejo da Aliança em "restituir a paz e o direito de viver à família brasileira". Deste modo, a imagem que a Aliança faz de si mesma e do povo, confunde-se com aquela que o CM constrói acerca do próprio povo e do país.

Cabe ressaltar ainda que nesse jogo de imagens enfatiza-se sempre a característica de *tranquilidade* e *calma* do povo. Enunciados descritivos do tipo "o entusiasmo e a melhor ordem reinaram durante todo o percurso" (CM, 5/1, 19 pg) são constantes e encontram eco nos pronunciamentos de Vargas citados pelo CM — "O Sr. Getúlio Vargas concluiu concitando o povo a guardar uma decisão calma e tranqüila, a fim de concorrer às urnas convencido de que "toda a compreensão será inútil e toda a violência só pode gerar violência. Só o amor constrói para a eternidade." (CM

8/1, 19 pg.)

Embora essas formas de dizer na conjuntura política pré-eleitoral sejam constitutivas do discurso político da Aliança Liberal, não se pode afirmar que todos os sujeitos-políticos envolvidos no projeto aliancista as compartilhem igualmente. Não raro as reportagens do CM citam discursos de Maurício de Lacerda ou de Batista Luzardo convocando o povo para uma revolução: "Assomou à tribuna o Sr. Maurício de Lacerda. Disse, depois de atacar a situação e analisando a obra da Aliança, que embora a plataforma de Getúlio contente a média da opinião nacional, é indiscutível que nem na substância, nem na forma, a campanha dos liberais alcançará a vitória para o povo, se este, dispondo-se a novos calvários não se preparar para a reivindicação cívica deste momento. É preciso, disse, que o povo se prepare para uma guerra civil justa, como as há..." (CM, 14/1, 19 pg., grifo nosso)

Do mesmo modo, o nome de Luis Carlos Prestes, citado com frequência em discurso do mesmo Maurício de Lacerda, "incendeia multidões" (CM, 2"2, 19 pg.). "Em toda a parte o nome de Luiz Carlos Prestes incendeia as multidões. O clero, por onde tem passado a caravana, mostra-se solidário com os liberais, tendo alguns sacerdotes feito discursos incendiários e declarando estarem prontos a dar seu sangue pela causa que dizem sumamente cristã." (idem)

Verifica-se, portanto, que o projeto político da Aliança Liberal comporta um coro de vozes não-harmônico correspondente a duas comunidades discursivas: a liberal e a revolucionária.

A heterogeneidade de vozes constitutiva da formação discursiva

siva da Aliança Liberal é retomada e reproduzida no *Correio da Manhã*. Por este motivo, o discurso jornalístico-político do CM reflete em primeira instância a negociação política entre comunidades discursivas que no momento das eleições, e apenas nele, encontram-se aliadas. Nesse caso podemos ver duas regiões diferenciadas da mesma FD.

No CM esta heterogeneidade de vozes é mostrada através da citação dos discursos dos diferentes sujeitos políticos. Em outras palavras, o intertexto do CM apresenta várias vozes decorrentes de comunidades divergentes. Como estas estão momentaneamente aliadas, a unidade discursiva do jornal fica garantida, embora suas reportagens apresentem sujeitos com posições políticas (em parte) divergentes.

O CM pode retomar e reproduzir este coro de vozes dissonantes, na medida em que, enquanto porta-voz dos interesses da oposição, posiciona-se contrário ao governo de Washington Luiz. Devemos chamar a atenção para o fato de que, neste período pré-eleitoral, não se toca na existência de comunistas nas fileiras da Aliança Liberal.

Por outro lado, OP enche suas páginas com artigos políticos criticando claramente os opositores do governo. Já nas próprias manchetes e títulos lê-se o desagravo e a ironia, como se pode notar em "Como o Rio de Janeiro reafirmou ser eminentemente nacional à candidatura de Julio Prestes" (2/1, pg. 5). "Fatos contra embustes" (5/1, pg. 3); "Getulices" (8 e 15/1, pg. 3); "A condenação da Aliança" (8/1, pg. 4); "Ridículos e insensatos" (10/1, pg. 3). Some-se a isto o destaque dado ao episódio de Montes Claros,

quando os situacionistas se aproveitam para caracterizar a Aliança Liberal de maneira ainda mais negativa.

Paralelamente a esta campanha de descrédito da Aliança, OP desenvolve a de defesa do governo, salientando a administração eficiente de Washington Luiz ("As grandes realizações do governo Julio Prestes, artigo diário durante o mês de janeiro) e o caráter moral de ambos ("Uma página de fé católica e de beleza moral", artigo evidenciando o aspecto católico e moralista de Júlio Prestes e de seus partidários, ainda, "Estadista e historiador: um perfil do Sr. Washington Luiz, em 11/1, 1.^a página).

Os caminhos de crítica e da denúncia são apenas suficientes para OP propagandear sua adesão ao governo católico e de "grandes realizações" e assim defender sua continuidade através de Júlio Prestes.

Não é por acaso que na véspera do dia das eleições (29/2) OP traga em grandes letras a seguinte manchete na primeira página: "Para o trabalho prosperidade do seu povo, o Brasil precisa da continuidade, da ordem, da paz e da segurança dos direitos políticos e individuais que o atual governo restabeleceu e mantém. Votar um JÚLIO PRESTES e VITAL SOARES é concorrer para que esta continuidade permaneça e se consolide." (grifo nosso)

Emprestando seu espaço a vozes situacionistas, OP torna-se seu porta-voz. Os discursos da crítica e da denúncia aliados ao discurso sobre a eficiência do governo contribuem na construção de uma representação negativa da formação discursiva aliancista perante a opinião pública. Quando não é possível excluir através do silêncio a voz dos aliancistas — que sempre será voz

paciente no discurso jornalístico-político de OP — objetiva-se desautorizá-la a partir do confronto com as vozes da formação discursiva governista. Neste caso, a Aliança Liberal sempre sai perdendo, pois o espaço discursivo de OP visa incompreendê-la.

Estes caminhos em OP, no entanto, não são suficientes para instituir um divisor político eficiente e que garantisse a vitória do governo no momento das eleições de março. Ocorre, também, um processo lingüístico e histórico de reconfiguração do sentido político através de definição das palavras. Observemos os seguintes fragmentos:

b) "Não temos partidos organizados. (...) Reação — ensina um grande léxico da língua — é oposição, é ação contra ação. Reacionário é, portanto, aquele que reage contra uma situação, aquele que se opõe a um estado de coisas. (...) Assim, onde estão os reacionários é no campo oposto. É nas fileiradas rarefeitas da Aliança Liberal. (...) A política reacionária cujo único e real objetivo parece consistir no propósito de convencer a nação da necessidade de se proclamar de novo a República e destruir por completo a construção que até hoje repudiam. (...) " (OP, 1ª pg., com o título: "A plataforma que apenas foi lida e a plataforma que vai ser executada.")

c) "O que mais se condena agora no programa de governo do Sr. Júlio Prestes é a sua acentuada tendência para o pragmatismo. (...) O pragmatismo fez a grandeza dos

Estados Unidos, está fazendo hoje, também a grandeza maior de São Paulo, através de uma *política moderna* (...) A Aliança Liberal condena o pragmatismo e dá a entender que o governo devem cuidar primeiro dos *problemas imaginários de ordem moral que temos a resolver*. Ela quer, em primeiro lugar, voto secreto, maior liberdade ainda de imprensa anistia e livre prática do comunismo. A Aliança Liberal está cheia de altos e baixos doutrinarios. O Sr. Getúlio Vargas, quando ministro da fazenda, parece que não pensava assim. Lembro-me bem de um discurso que ele pronunciou fazendo o elogio caloroso ao pragmatismo e dando aos fenômenos econômicos a paternidade sobre todos os outros fenômenos da vida. Não sei como no Brasil os homens mudam de idéias tão depressa" (OP, 3/1, pg. 4, título: "Altos e baixos doutrinarios").

Nestes trechos, o que está em jogo é mais do que o sentido de algumas palavras: reacionário/reação e pragmatismo (versus problemas imaginários). O que está em jogo no cenário do discurso são definições de termos-chave da política exercida pela FDG de modo a evitar equívocos e ambigüidade.

No primeiro caso, (exemplo b), trata-se de instituir a imagem política do campo adversário — "assim, onde... Aliança Liberal" — através da delimitação do sentido da palavra *reac*ionária — "Reacionário é, portanto, aquele que reage contra uma situação... coisas." Ou melhor dizendo, a inserção reacionário — com sua definição — na formação discursiva governista

faz com que seu sentido possa ser deslocado e aplicado aos aliancistas. E, em decorrência, o efeito de sentido negativo — "aferrado à autoridade constituída, contrária à liberdade; tirano, despótico" (cf. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* de A. B. de Holanda) — do termo *reacionário* é estendido à ordem do discurso político aliancista, configurando-o, desta forma, como uma ameaça à República.

No segundo caso (exemplo c), os termos *pragmatismo*, *EUA*, *São Paulo* e *política moderna* situam-se na FDG, opondo-se frontalmente a expressão *problemas imaginários de ordem moral*, relacionada à FDAL. Na restrição do sentido de *pragmatismo* — termo aplicável apenas "aos fenômenos econômicos" — observa-se sua vinculação semântica à *política moderna*. Ao mesmo tempo em que se está falando da política (econômica) moderna americana e paulista, duas "grandezas" econômicas. Logo, que (a Aliança Liberal) se opõe ao moderno, isto é, o *Pragmatismo*, se opõe por consequência ao que está historicamente constituído, ou seja, o governo (paulista). Dentro desta concepção, todos os problemas não econômicos são "problemas imaginários", criados (ou inventados) pela Aliança Liberal e não condizentes com a situação brasileira.

Em resumo, o espaço discursivo formado por OP e pelo CM em 1930, no período pré-eleitoral, configura-se como um espaço polêmico e de natureza maniqueísta, em que cada jornal, por ser porta-voz de correntes políticas antagônicas tem como objetivo incompreender o adversário. Vimos, em linhas gerais, o modo de

funcionamento discursivo de cada um, observando que embora as estratégias enunciativas sejam semelhantes em alguns aspectos , serão sempre diferentes quanto ao objetivo político — seja o real silenciamento do adversário através do discurso da ironia e da crítica, como o faz OP, seja a construção da idéia de interpretação entre os desejos do povo e os da Aliança como faz o CM.

3.1.1 Caso 1 - O comício Vargas

Resumo

Durante a campanha presidencial de sucessão a Washington Luiz, Getúlio Vargas vem ao Rio de Janeiro como líder da Aliança Liberal e candidato a presidente da república, para fazer a leitura e propaganda de sua plataforma de governo. Uma polêmica se desenrola em torno do local onde se realizaria o ato. Segundo o *Correio da Manhã*, os clubes e teatros da cidade, dentre eles o Municipal, negaram seu espaço a Getúlio por ele representar oposição ao governo. Por outro lado, *O País* afirma que o Teatro Municipal, especificamente, tem um regulamento que proíbe manifestações políticas. Vargas, então, acaba realizando seu comício (dia 2 de janeiro de 1930) em um lugar público: A Esplanada do Castelo. Após o comício, cada jornal faz um relato di-

ferente: O País, que de início ignora o acontecimento, passa, depois, a fazer ataques violentos à plataforma e aos políticos a - liancistas individualmente; o Correio da Manhã, no entanto, descreve em minúcias a realização do comício.

Vejamos, agora, alguns dos textos que relatam (e não rela - tam) a seqüência dos acontecimentos.

1) Dia 1/1/30

a) "O Sr. Getúlio Vargas esteve ontem no palácio do Catete a fim de retribuir a visita que o presidente da República lhe mandou fa zer. A plataforma do candidato da Aliança Liberal será lida ama - nhã, às 5 horas da tarde e ao ar livre, na Esplanada do Castelo." (Manchetes da primeira página na coluna A Sucessão Presidencial, em (CM).

b) "O Sr. Getúlio Vargas lerá, amanhã, a sua plataforma. Fã-lo - ã em praça pública, na esplanada do Castelo, porque todas as ca - sas de diversões se recusaram a ceder os seus salões para esse fim, bem como dois grêmios esportivos procurados pela comissão de recepção. Estes dois últimos, que foram o Fluminense e o Vasco da Gama, alegaram não permitirem os estatutos sociais quaisquer manifestações políticas em suas dependências. As casas de espetá - culos limitaram-se simplesmente a negar ao pedido (...) Em vista disso, à noite, (a comissão) procurou o Sr. Getúlio Vargas a fim de lhe comunicar o resultado improfícuo de seus esforços. (...) O presidente rio-grandense observou: "Será melhor assim. Falarei ao ar livre em praça pública, em contato mais íntimo com o povo!" (CM, fragmentos do artigo de 1.^a página A sucessão Presidencial)

c)" O deputado Humberto Dantas publicou ontem um vibrante editorial a propósito da plataforma lida pelo eminente presidente Júlio Prestes. (...) O articulista depois de ferir ponto por ponto os desejos manifestados com relação ao norte pelo notável estadista (...) termina: "A política da S. Ex. será uma política de ordem e moralidade, empenhada em uma ação pacífica de trabalho, dentro da qual se desenvolverão as energias econômicas de todo o país e serão encaminhados os problemas importantes da comunidade." (fragmentos do artigo intitulado A plataforma Júlio Prestes, transmitido de Aracaju pela A. A., em OP, pg. 8)

d)" Lisboa, 31 - A imprensa desta capital continua publicando trechos da plataforma lida no banquete político que lhe foi oferecido, pelo Sr. Júlio Prestes, candidato da maioria da nação à sucessão do presidente Washington Luiz." (OP, pg. 8, no a sem título, transmitida pela agência AA e inserida em O Momento Político).

e)" (...) O que se passou ante-ontem, na esquina da rua do Ouvidor, ao aproximar-se o cortejo dos candidatos da Aliança Liberal, demonstra, mais uma vez, a odiosa tirania que essa gente quer impor à opinião pública sob a capa do seu liberalismo (...) (OP, pg. 3, com o título Nota Edificante. Este artigo está junto a notícias variadas — de política à feminino e moda.)

f)"Falando pelos congressistas, o vice-presidente do Senado recapitulou em síntese a obra administrativa do governo, salientando, com aplausos de todos, os atos de patriótico acerto e indiscutida benemerência que vêm caracterizando a gestão atual. Não poderia deixar de ocupar a atenção dos espíritos a situação polí

tica, e observou-se, então, a impecável correção com que se tem conduzido o Sr. Presidente da República, segundo todos os direitos e liberdades dos cidadãos, para que o país possa em tranqüilidade eleger em março próximo o supremo dirigente dos seus destinos. (...) Entremos o novo ano confiante e tranqüilos: aten-to, prestigioso e prestigiado, o governo saberá, como até agora, cumprir o seu dever com toda serenidade e justiça, para que não se interrompa a *obra fecunda e benemêrita* de mais de três anos de nobres esforços pelo *reerguimento interno e projeção externa de nacionalidade*. (OP, pg. 3, fragmentos de O Congresso e o Presidente).

2) dia 2/1/1930

a) "Ele (Getúlio Vargas) se considera um candidato da nação, reagindo contra a máquina política de que o presidente da República é o grande manipulador e com a qual vai impondo soberanamente a sua vontade ao país. (...) Nestas condições, entendeu o Sr. Getúlio Vargas que era a opinião pública que ele deveria, em primeiro lugar, se dirigir, expondo-lhe as suas idéias e propósitos (...) Está anunciado que, depois da leitura da plataforma do Sr. Getúlio Vargas, o povo que estará reunido, logo mais à tarde na Esplanada do Castelo, acompanhará o candidato da Aliança Liberal até o Hotel Glória, em que o presidente gaúcho se encontra hospedado. (...) Não custava nada ao Sr. Getúlio Vargas fazer isso (comício em praça pública), que teria sido mais prático, quando se sabe que o governo, envolvendo-se ostensivamente na campanha presidencial criou ao presidente gaúcho todos os empecilhos para evitar

que a solenidade se efetuasse em um de nossos teatros. (CM, 1.^a página, Coluna A Sucessão Presidencial).

b) "Tem-se feito alarido na imprensa oposicionista ao redor do fato da recusa do teatro municipal para a leitura da plataforma do Sr. Getúlio Vargas, candidato da Aliança Liberal à presidência da República. Este alarido desfechou em exploração política, não tem nenhuma procedência, como se vai ver nos próprios dispositivos regulamentares que regem a administração do teatro. (Segue regulamentação e decreto) Como se vê, em virtude do artigo 31 do citado decreto, acham-se terminantemente vedados no teatro municipal atos e solenidades de caráter político. (...) Mas o artigo 49 reforça ainda a providência impeditiva quanto aos meses de dezembro a março, porque neste período a nossa primeira casa de espetáculos se acha fechada a quaisquer funções, devido a necessidade de sofrer o edifício reparos (...) "(OP com o título "A Plataforma do Sr. Getúlio Vargas e a cessão do teatro", pg. 2 e 3)

3) Dia 3/1/1930

a) " Na Esplanada do Castelo, findo o almoço, o presidente do estado do Rio Grande do Sul leu a sua plataforma de governo, S. Exc. chegou às 17 horas e 35 minutos, num automóvel fechado. Encontravam-se já na tribuna improvisada no centro da praça, entre dois microfones que deviam irradiar a plataforma do presidente do Rio Grande do Sul, diversos políticos aliandos ao partido liberal. Logo depois da chegada do Sr. Getúlio Vargas, foi levantado num mastro o pavilhão nacional, tendo, então, S. Exc. iniciado a leitura da sua plataforma. O policiamento da praça do Castelo fora

feito por agentes da 4.^a Delegacia (...) (Com o título "O presidente do estado do Rio Grande do Sul leu, ontem, a sua plataforma política.", OP, pg. 4)

b)"Enorme multidão correu à Esplanada do Castelo, calculando-se a assistência em cerca de 100.000 pessoas." (CM, 1.^a página, Manchete da coluna A Sucessão Presidencial).

c)"E como já passasse das cinco horas, gritava o Sr. Geraldo Vianna para os que estavam no caminhão: — Desçam logo! a outra banda da tribuna! E já, senão o futuro presidente chega! (...) O senador Massa consulta um popular: — Vocês, que conhecem aqui o lado de onde chove, podiam dizer se há risco de chuva... E é um marinheiro que responde com segurança: — A chuva que cai sempre se anuncia do lado do Corcovado. Um popular exclama mais animado: — "Não chove. Porque, hoje, já não há dúvida... que Deus é liberal." (...) Um popular exclamava: "Deus é mesmo liberal!" (...) Ainda não tinham cessado as aclamações, quando o Sr. Evaristo de Moraes em rápida oração, proferiu eloquente saudação ao civismo do povo carioca. (...) Começou declarado (João Neves, líder gaúcho) nunca ter pensado lhe tivesse sido reservada a felicidade de falar para tamanha massa de brasileiros... Enalteceu a atitude do Sr. João Pessoa... e passou a elogiar o povo carioca (...) O Sr. Epitácio Pessoa, porém solicitado usou da palavra proferindo violento discurso de combate ao governo. Disse que a causa da Aliança o eletrizava... Continuando, o Sr. Epitácio Pessoa ataca fortemente o governo declarando que a sucessão presidencial do país não pode se processar por heranças testamentárias." (CM, 1.^a página, fragmentos da narração do comício na coluna A Sucessão Presidencial).

4) Dia 4/1/1930

a) "Diz (João Pessoa) um dia dispomos apenas de um terço do eleitorado, conforme suas declarações no Jornal do Comércio de Recife, para em outro garantir que só temos, nós da oposição três mil eleitores, quando a verdade é que, só no município de Campina Grande dispomos de cerca de 3.000 votos. (...) Mirable dictu! Julgue assim o público da "lógica" do presidente da Paraíba. Agora, a verdade verdadeira. (...) E agora veja o público desta capital, veja o país inteiro se é ou não desvairamento o estado sob que age o presidente João Pessoa. É ou não delirante o chefe de Estado que escreve o seguinte trecho: "A Paraíba ofendida em sua autonomia não iria sacrificar as forças inconscientemente dessa reação. (...) Para uma violência desta natureza, uma violência maior." (...) E agora, saiba o país inteiro que, diante de tal ameaça insólita e evidente, eu responsabilizo desde já o presidente João Pessoa por qualquer atentado contra mim..." (OP, 1.^a página, A Situação Política na Paraíba, assinado por Heráclito Cavalcanti).

b) "O dia de ontem foi o último da estadia do Sr. Getúlio Vargas. Teve o candidato liberal um dia de intensa atividade no Glória Hotel. Foi S. Exc. muito procurado desde as primeiras horas do dia. Era uma verdadeira romaria." (CM, pg. 3, continuação de A Sucessão Presidencial).

c) "A partida do Sr. Getúlio Vargas para São Paulo representa uma grande transigência nos seus propósitos. O candidato liberal estava firme na resolução de aqui voltar diretamente ao Rio Grande. Mas como São Paulo está no caminho da sua rota, sempre

aquiesceu ao instantes apelos dos democráticos dali." (CM, pg. 3, continuação de A Sucessão Presidencial)

5) Dia 5/1/1930

a) "A recepção dos candidatos da Aliança Liberal em São Paulo foi entusiástica." (CM, pg. 3, título da coluna A Sucessão Presidencial)

6) Dia 8/1/1930

a) "Porto Alegre, 7 (A.B.) Os jornais, descrevendo a chegada de presidente Getúlio Vargas dizem que o chefe do governo rio-grandense foi recebido por mais de 30.000 pessoas, que o aclamavam de maneira delirante. (...) O Sr. Getúlio Vargas, em resposta ao agradecimento, disse que antes de iniciar a sua viagem ao Rio Grande do Sul. (...) Prosseguindo, disse o Sr. Getúlio Vargas: "Então compreendi bem que naquela ânsia popular havia o sentimento profundo e retrativo de que não mais poderíamos deter-nos nesta cruzada e que era preciso marchar para realizar os ideais pelos quais ansiamos, para a renovação dos costumes do país, para a remodelação de uma República que envelheceu aos 40 anos." (...) O presidente do Rio Grande do Sul rematou a sua peroração com e tais palavras: "Só o amor constrói para e ternidade." (CM, pg. 3, fragmento de A Sucessão Presidencial)

b) "O Sr. Olegário Maciel, candidato à sucessão do Sr. Antonio Carlos na presidência de Minas, várias vezes tem sido acusado por gente mentirosa de ser protestante. O Sr. Olegário nunca

quis, de público, desmascarar os intrujões. Agora, porém, numa carta ao Sr. Bueno de Moraes, de Jaguary, Juiz de Fora, o candidato mineiro acaba de por um ponto final na intrigalhada, declarando que é e sempre foi católico, apostólico, romano." (CM , pg. continuação de A Sucessão Presidencial).

c) "A mais forte impressão deixada pela passagem no Rio de Janeiro pela passagem do Sr. Getúlio Vargas, é, incontestavelmente, a do desapontamento da Aliança Liberal com as atitudes e propósitos do seu candidato." (OP, 19 pg., 'Condenação da Aliança', matéria assinada por

7) Dia 11/1/1930

a) "Ele (Getúlio Vargas) pretende: "sanear a Amazonia"; "encaminhar para ali as corrientes imigratórias" "porque o Brasil pode e deve ser uma das vozes decisivas no mercado da borracha, em vez de simples caudatário como tem sido até hoje" e isto porque "o rendimento das culturas é ainda inferior às necessidades do consumo". (...) Não é preciso mais para ter-se a impressão de que o Sr. Getúlio Vargas acaba de desembarcar de outro planeta . (.....) O fato é que, diante de tudo isto, o Sr. Getúlio Vargas, com uma simplicidade de causar dō, com uma ignorância difícil de se compreender, vem arengar às massa falando em transformar o Brasil "dentro em breve" no seu governo, naturalmente, "numa das vozes decisivas do mercado da borracha". (OP, pg. 3, Getulices , matéria assinada).

. Do relato do discurso do outro

A partir de uma leitura inicial dos textos apresentados, é possível estabelecer uma primeira distinção a nível de presença ou ausência de certas informações relativas aos acontecimentos políticos, à quantidade e à repetição das mesmas. Esta distinção por si só poderia apontar para o fato de que o tipo de relação entre o campo dos jornais e o campo das informações é esclarecedor do nível de (im)parcialidade e objetividade existente em um jornal.

Assim é que de um lado, o CM sistematicamente dá voz ao candidato Getúlio Vargas, bem como às atividades e pronunciamentos dos aliancistas em quantidade proporcionalmente superior ao conjunto de informações referentes a Washington Luiz e Júlio Prestes. Por outro lado, OP ou ignora os fatos relativos à Aliança Liberal e Getúlio Vargas, apresentando em seu lugar sobretudo notícias ligadas à facção do Partido Republicano Paulista, ou cita a fala dos aliancistas para, atacá-la e desautorizá-la.

Observe-se, por exemplo, os itens lb do CM e lc, de OP. Eles representam (em média) o comportamento discursivo dos dois jornais na véspera do comício Vargas. Enquanto o CM apresenta com detalhes a hora, o local e as circunstâncias do futuro pronunciamento, incorporando, inclusive, a própria voz de Vargas (para imprimir autenticidade? Para imprimir cumplicidade com o leitor? Ou para demonstrar uma intimidade entre Vargas e o próprio jornal)⁽¹¹⁾; OP anula/ignora essa voz colocando outra no lugar: a

plataforma lida por Júlio Prestes em ... Lisboa.

Em 4b, (relato pelo CM do último dia de Vargas no Rio) e em 6c (observações de OP sobre a permanência de Vargas no Rio) po - de-se ler a negação de uma informação na outra e vice-versa. Afinal, Vargas foi aclamado e "muito procurado" ou deixou "desapontamento"?

Este primeiro modo de abordar os textos, no entanto, não é suficiente. Quando muito ele confirma em parte a natureza polêmica do espaço discursivo constituído pelos dois jornais, assim como seu engajamento em formações discursivas antagônicas que mantêm entre si relações políticas contrárias.

Faz-se necessário, portanto, apresentar um estudo mais detalhado da superfície lingüística instituída nesses os jornais e aqui representada nos recortes citados.

Retomemos alguns fragmentos que se inscrevem no quadro lingüístico do discurso citado, mais especificamente, o discurso direto:

1b) "O presidente rio-grandense observou: "Será melhor assim. Falarei ao ar livre em praça pública, em contato mais íntimo como povo!" (CM)

3b) "O Senador Massa consulta um popular: "Vocês (...) podiam dizer se há risco de chuva." (...) Um popular exclamava; "Deus é mesmo liberal." (CM)

6a) "Prosseguindo, disse o Sr. Getúlio Vargas: "Então compreendi bem que naquela ânsia popular havia o sentimento profundo

do..." (CM)

1c) "O articulista, depois de ferir ponto por ponto os de sejos manifestados com relação ao norte pelo notável estadista (...) termina: "A política da S. Exc. será uma política de ordem e moralidade, empenhada em uma ação pacífica de trabalho, dentro da qual se desenvolverão..." (OP)

Em 1b e 6a, os verbos de introdução do discurso do outro são neutros no sentido de que não explicitam alguma tomada de po sição por parte da voz agente. Isto já não ocorre em 3b, quando os verbos *consulta* e *exclamava* demonstram uma tentativa, por parte da voz agente, de precisar as condições de produção em que o corre o ato de fala.

Lembramos que "um discurso direto não é uma simples justaposição de dois atos de enunciação, possuindo o mesmo estatuto" (Authier, 1978: 52). Como já observamos anteriormente, autonomia da voz paciente é fictícia (Authier, 1978: 52) pois a própria esco - lha do verbo introdutório pela voz agente já é indício de uma re constituição do sentido (como é o caso de 3b).

É interessante notar que nestes 3 casos a intra-textualidade vai fornecer indícios de que esta neutralidade é aparente. No exemplo 1b, o relato do resultado dos esforços da comissão de re - cepção a Vargas é pontuado por enunciados do tipo: "todas as ca - sas de diversões *se recusaram a ceder*"; "o Fluminense e o Vasco da Gama *alegaram não permitirem os estatutos...*"; "as casas de es petáculos *limitaram-se simplesmente a negar o pedido*". Em 3b, são também recursos expressivos do tipo: "enorme multidão *acor* -

reu"; "foram momentos de enorme loucura coletiva"; "demonstrações de entusiasmo à causa liberal que contribuem na produção de um sentido mais favorável à descrição do comício da Aliança Liberal". O mesmo ocorre em lc.

O sujeito destes enunciados e a voz agente do discurso direto falam de lugares situados na mesma formação discursiva. Em outras palavras, pela observação destes trechos, podemos dizer também que entre a voz agente e a voz paciente há uma equivalência e uma conseqüente adesão, ou seja, ambas se encontram lado a lado ou na formação discursiva da Aliança Liberal, como nos três primeiros casos, ou na formação discursiva do Partido Republicano Paulista, como o no caso lc. Daí o posicionamento sempre favorável do enunciador-jornalista frente às questões oposicionistas ou governamentais. Vemos, portanto, que quando se trata de reproduzir (através da utilização do discurso direto) uma voz paciente inscrita na mesma formação discursiva do enunciador jornalista, ambos os jornais se comportam da mesma forma. Ambos imprimem marcas lingüísticas textuais que produzem um efeito discursivo favorável ao seu ponto de vista, embora estas marcas estejam espalhadas ao longo do texto e não no verbo de comunicação.

Nos casos 4a e 7a (op), a voz agente na FDG (de modo evidente) quer induzir o leitor a prejudicar a voz paciente — João Pessoa e Getúlio Vargas — que pertence à FDAL. A citação direta das palavras da voz agente, nestes trechos faz com que estas sejam desautorizadas ("É ou não um delirante chefe de Estado que escreveu o seguinte trecho: —"). Ressaltamos que em ambos os casos a voz paciente fica desautorizada porque lhe é imputa

da ou uma contradição ou uma falta de conhecimento. Tal contradição se forma no nível da superfície textual através de marcas lingüísticas expressas pela voz agente tais como: "Agora, a verdade verdadeira. " (4a) e "... o Sr. Vargas com uma ignorância difícil de entender...." (7a).

Este jogo entre as citações corresponde ao "conflito constitutivo do discurso direto" (Authier, 1974: 53), ou seja, "a citação exata, prova a objetividade" da voz agente "em um contexto situacional que deturpa-lhe o sentido" (Authier, *idem*).

Os casos 4a e 7a representam dois tipos de heterogeneidade mostrada. Em 4a, a introdução da voz paciente se faz acompanhar de uma ruptura sintática, pois a citação é exemplo do discurso direto. "O fragmento citado está nitidamente mostrado como objeto: ele é extraído do fio enunciativo normal e remetido a um exterior: aquele de um outro ato de enunciação" (Authier, 1984:103).

Já em 7a, não ocorre ruptura sintática, já que a voz paciente é citada e integrada no discurso da voz agente. "De estatuto complexo, o elemento mencionado é inscrito na continuidade sintática do discurso ao mesmo tempo em que, através de marcas que nesse caso não são redundantes, é remetido ao exterior deste." (Authier, *idem*)

Nos dois exemplos apresentados, o discurso citado é dirigido a uma exterioridade, isto é, a uma formação discursiva antagônica à sua, tornando-se assim, fragilizado e passível de incompreensão, desautorização, crítica, negação, etc.

Junto a este mecanismo lingüístico do discurso direto (onde,

aparentemente, a voz paciente é apresentada de modo autônomo) , temos, também, na listagem apresentada, o discurso indireto e o indireto livre.

O primeiro, por sua própria natureza, já conduz a uma análise, tradução no percurso de retransmissão do discurso do ou - tro. Conforme Authier, "...o discurso indireto é plenamente a palavra de 1 (voz agente), dizendo o que significa a fala de 1 (voz paciente). Em outros termos, o que o receptor do discurso indireto recebe é uma paráfrase proposta por L" (1974: 64).

O segundo — discurso indireto livre — opera sintaticamente de modo a não romper o fio discursivo, levando a voz agente e a paciente a se confundirem em um mesmo enunciado, sem se valer sintaticamente do QUE subordinativo — marca formal do discurso indireto. Segundo Authier, o discurso indireto livre é um relato de fala que não vem explicitado gramaticalmente; não possui uma marca introdutória evidente. Os introdutores do discurso indireto livre são "fragmentos de discurso — bastante independentes sintaticamente daquilo que é relatado — *interpretáveis* co mo anunciando um relato" (Authier, *idem*, 80).

Por este motivo, muitas vezes há ambigüidade na interpretação do discurso indireto livre. Ainda segundo a autora, esta am bigüidade resulta da característica de "adivinhação que teria o DIL: é o autor que fala ou então é o seu personagem?" (*idem*, *ibidem*)

Retomemos, então, trechos dos fragmentos 2a, 3b, 4a e 1f.

2a) "Ele Getúlio Vargas) se considera um candidato da nação, reagindo contra a máquina política de que o presidente da república é o grande manipulador e com a qual vai impondo soberanamente a sua vontade ao país. (...) Nesta condição, entendeu o Sr. Getúlio Vargas que era a opinião pública que ele deveria, em primeiro lugar, se dirigir" (CM) .

3b) "Ainda não tinham cessado as aclamações, quando o Sr. Evaristo de Moraes, em rápida oração, proferiu eloquente saudação ao civismo carioca (...) Começou declarando (João Neves, líder gaúcho) nunca ter pensado lhe tivesse sido reservada tamanha felicidade de falar para tamanha massa de brasileiros... Enalteceu a atitude do Sr. João Pessoa... e passou a elogiar o povo carioca. (...) O Sr. Epitácio Pessoa, porém, solicitado, usou da palavra proferindo violento discurso de combate ao governo. Disse que a causa da Aliança o eletrizava. ... Continuando, o Sr. Epitácio Pessoa ataca fortemente o governo declarando que a sucessão presidencial do país não pode se processar por herança testamentárias". (CM)

1f) "Falando pelo congressistas, o vice-presidente do Senado recapitulou em síntese a obra administrativa do governo, salientando, com aplausos de todos, os atos de patriótico acerto e indicustida benemerência que vêm caracterizando a gestão atual. (...) Entremos no novo ano confiante e tranquilos: atento, prestigioso e prestigiado o governo saberá cumprir o seu dever." (OP)

4a) "Diz (João Pessoa) um dia que dispomos apenas de um terço do eleitorado, conforme suas declarações no Jornal do Comércio -

cio de Recife, para em outro garantir que sô temos, nos da oposição três mil eleitores, quando a verdade é que, sô no município de Campina Grande dispomos de cerca de 3.000 votos (...)" (OP).

Pode-se observar, nestes trechos, algumas variações no modo de se reproduzir a fala do outro.

Em 2a, por exemplo, o enunciador-jornalista, no seu papel de voz agente, se apropria de tal maneira do falar de Getúlio Vargas que torna-se quase impossível separar a voz agente da voz paciente. Em outras palavras, os verbos *se considera* e *entendeu* são indicadores de uma interpretação feita pela voz agente mais sobre o que Vargas possivelmente pensa do que teria realmente falado. Deste modo, a voz agente se mistura e sobrepõe à voz pa-ciente, incorporando-a favoravelmente.

Neste caso, é como se a voz agente de tal modo onisciente que pudesse citar um possível monólogo interior de Vargas consigo mesmo. A voz agente cria uma situação de interlocução totalmente fictícia para justificar o relato dos pensamentos, impressões e idéias não explicitadas pela voz paciente. Pelo fato das duas vozes compartilharem da mesma formação discursiva, produz-se uma imagem favorável sobre a Aliança Liberal e negativa sobre a FDG. Para o leitor do jornal, a ambigüidade que cerca o possível pensar/falar de Vargas, contrapõe-se às afirmações inequívocas de que o "presidente da República é o grande manipulador da máquina política."

Apenas pelo intertexto fornecido pelo artigo e pelo jornal

como um todo (cf. 1b) podemos ler como Vargas provavelmente se pronunciou a respeito do comício a ser realizado.

No caso do discurso indireto de 3b, a nível de superfície lingüística, há dois aspectos distintos que se interpenetram . Ao lado da descrição do comício segue a narração dos diferentes discursos. Em ambos os processos, encontram-se expressões valorativas do tipo: "*eloquente saudação*"; "*tamanha felicidade/tamanha massa*"; "*enalteceu a atitude/passou a elogiar*"; "*proferindo violento discurso de combate*"; "*o Sr. Epitácio Pessoa ataca fortemente o governo.*" Estas expressões, quando vistas em conjunto, produzem um efeito positivo no artigo frente ao comício , marcando-se assim, seu pertencimento à FDAL.

O interessante é notar que à parte os momentos de descrição (que veremos adiante, quando entram em jogo claramente as ponderações subjetivas do enunciador-jornalista); camuflam-se , nas frases típicas do discurso indireto, as apropriações que a voz agente faz da fala do outro, como se essa voz agente fosse neutra.

Expliquemo-nos melhor: a camuflagem reside na mesclagem de verbos de comunicação indicativos da seqüência temporal do discurso (como "*proferiu*", "*começou declarando*", "*proferindo*", *disse*") na introdução da fala da voz paciente com as expressões valorativas mencionadas acima. Assim, em "*Disse (Epitácio Pessoa) que a causa da Aliança o eletrizava*" o termo *eletrizava* ganha uma ambigüidade enunciativa. Afinal, ele pertence ao campo de fala da voz agente ou da voz paciente?

Com pequenas variações, o mesmo se repete em "proferiu eloquente saudação" e "proferindo violento discurso", onde *eloquente* e *violento* são usados como atributos de *saudação* e *discurso*, respectivamente, numa tentativa de se recuperar as condições de produção da entonação da fala da voz paciente. Mas como medir a eloquência ou violência a nível de fala?

Este processo de interpretação de vozes chega ao seu extremo em 1f. Neste fragmento, que corresponde aos segundo e último parágrafos de um artigo composto por duas colunas, ocupando meia página do jornal, podemos observar uma repentina mudança de enunciador existente no artigo: da 3.^a pessoa do singular passa-se subitamente para a 1.^a pessoa do plural, sem que esta passagem seja evidenciada em nenhum momento. O que se tem, portanto, é a mudança do relato do discurso do outro para, ao que parece, o próprio discurso do outro. Este interrelacionamento entre as vozes evidencia uma adesão total da voz agente à voz paciente, ambas no caso, pertencentes à FDG.

Nos três exemplos citados (2a, 3b, 1f) existe, a nível de funcionamento discursivo, um processo de construção do sentido em que as diferentes vozes agente e paciente compartilham da mesma formação discursiva, configurando, deste modo, a adesão de vozes.

Em resumo, em termos do uso do discurso direto, indireto e indireto livre na construção de efeitos de sentido a nível discursivo tem-se que quando a voz agente cita de modo neutro a voz paciente, o intertexto indica o tipo de relação entre ambas, ou seja, se pertencem à mesma formação discursiva, a relação é

de adesão, caso contrário, a relação se faz na desautorização da voz do outro. Nas demais situações, será o próprio verbo introditório, somado a outros recursos expressivos, que irá produzir tais efeitos de sentido. Este processo de construção do sentido atua indiferentemente em OP ou no CM. Os efeitos é que são diferentes pois são contextualizados de modo diferente.

. Do relato de acontecimentos

Gostaríamos de salientar que outros mecanismos de engajamento ou desautorização das formações discursivas irão ocorrer nos casos de relato descritivo de acontecimentos ou fatos políticos. Conforme 1a, 1d, 1e, 3e, 4c, 5a e 6b, pode-se observar que os relatos estão sempre permeados de comentários e observações de cunho valorativo. Retomemos, então estes trechos para melhor analisá-los.

1a) "O Sr. Getúlio Vargas esteve ontem no palácio do Cate - te a fim de retribuir a visita que o presidente da República lhe mandou fazer." (CM)

1d) "Lisboa, 31 — A imprensa desta capital continua publicando trechos da plataforma lida no banquete político que lhe foi oferecido, pelo Sr. Júlio Prestes... (OP)

1e) "... O que se passou ante-ontem, na esquina da rua do Ouvidor, ao aproximar-se o cortejo dos candidatos da Aliança Libe - ral, demonstra mais uma vez, a odiosa tirania que essa gente quer

impor a opinião pública sob a capa do seu liberalismo. (OP)"

3a) "Enorme multidão correu à Esplanada do Castelo, calculando-se a assistência em cerca de 1.000.000 pessoas. (CM)

4c) "A partida do Sr. Getúlio Vargas para São Paulo representa uma transigência grande nos seus propósitos." (CM)

5a) "A recepção dos candidatos da Aliança liberal em São Paulo foi entusiástica." (CM)

6a) "O Sr. Olegário Maciel, candidato à sucessão do Sr. Antonio Carlos na presidência da de Minas, várias vezes tem sido acusado por gente mentirosa de ser protestante." (CM)

Em alguns trechos, as marcas lingüísticas que mostram opiniões e comentários favoráveis são indícios mais sutis do que em outros, quando a evidência é maior.

Se separarmos os trechos em dois grupos, teremos o seguinte: no primeiro grupo, formado por 1e, 3a, 5a e 6b a adjetivação ostensiva e muitas vezes redundante — "odiosa tirania", "enorme multidão", "recepção... entusiástica", "gente mentirosa" — caracteriza de modo direto o posicionamento da voz agente frente ao narrado.

Percebe-se ainda que a adjetivação excessiva — hipérbole — não atua indiferentemente em OP e no CM. Em OP, as hipérboles agem tanto na adesão exagerada da FDG, como no descrédito não menos exagerado da FDAL. Já no CM, as hipérboles ficam restritas à descrição de atos e sujeitos políticos da FDG. Como afirmamos anteriormente, o exagero crítico fica a cargo de discursos dos depu

tados aliancistas habilmente reladados no CM.

No segundo grupo, composto por la, ld e 4c, por outro lado, ocorre um jogo entre o que está dito e o que não está dito, por este último ser uma pressuposição lingüística. Vejamos la: "O Sr. Getúlio Vargas esteve ontem no palácio do Catete a fim de retribuir a visita que o presidente da república lhe mandou fazer." Embora não esteja a nível do dito, podemos afirmar que o Presidente da República Washington Luis não visitou Vargas pessoalmente. É possível pressupor tal fato na medida em que Vargas retribui uma visita que lhe foi feita a mando de Washington Luis. (Infelizmente, o jornal não nos fornece nenhuma pista sobre o autor da visita e nem se Vargas foi recebido no palácio do Catete por W. Luis).

Em ld e 4c, o processo se repete, porém de modo distinto. O fato que a imprensa de Lisboa "continua publicando" trechos da plataforma de Júlio Prestes pressupõe que ela já a publica há algum tempo. E a "grande transigência" de Vargas não se encontra nos seus "propósitos" imediatos de ir ou não a São Paulo, mas sim, na sua vontade política de ganhar as eleições.

Em termos gerais, há ainda outras características mais específicas do CM que são a utilização de um registro menos formal na escrita; o excesso de pormenores na descrição dos fatos (citam-se as horas e os minutos, por exemplo, do início do comício bem como a progressão dos acontecimentos); a tentativa de estabelecer uma cumplicidade com o leitor através de perguntas retóricas (cf., o CM de 9/1, pg. 2, a citação de boatos e comentários com a seguinte observação: "O que haverá de verdade em tudo is -

to"); e o recurso a expressões que remetem para o senso comum ("como se sabe", "segundo se afirma") indeterminado a voz agente.

Do ponto de vista discursivo, cada jornal institui um determinado jogo de imagens e é com este jogo de imagens que tenta a atuar sobre a opinião pública. Deste modo, o CM, por representar uma voz constitutiva de formação discursiva aliancista, tem como esquema dominante a produção de uma determinada imagem de Vargas, J. Pessoa e todos os que pertencem à Aliança Liberal. Por outro lado, esta imagem se contrapõe radicalmente à produzida pelo deputado aliancista a respeito de W. Luis, J. Prestes e simpatizantes. O inverso ocorre em OP. Passemos a analisar, então, alguns fragmentos que nos permitem deslindar o processo de construção da imagem de Vargas no CM.

8) "... o Sr. Getúlio Vargas, aliás como sempre fez, no Rio Grande, disse *democraticamente* para os que queriam atirar dentro de um automóvel: "Esperem um pouco, vou tomar o meu refresco de coco, a que tanto me habituei nesta bela capital, queimada de sol". (CM, 4/1, pg. 3, continuação de A Sucessão Presidencial)

9) "O Sr. Getúlio Vargas, falando à nação da Esplanada do Castelo, *prometeu-lhe* aquilo que ela mais acaricia nesse momento que é a restituição de um *regime liberal* que lhe foi furtado . (...) Enquanto o Sr. Júlio Prestes seguindo aí como alhures as pegadas do Sr. W. Luis, evitou a questão política como um terreno minado, em que não lhe conviria palmilhar, o Sr. Getúlio Vargas, *desfraldando a bandeira do liberalismo* prometeu restituir

a paz e o *direito de viver* à família brasileira. (...) O Sr. Getúlio Vargas prometeu a *revogação das leis* que têm feito o país andar para trás, como são a da imprensa e a celerada." (CM, 7/1, pg. 3, continuação de A Lição de São Paulo).

10) "O Sr. Getúlio Vargas concluiu *concitando* o povo a a-guardar uma *decisão calma e tranqüila*, a fim de concorrer às urnas convencido de que "toda compreensão será inútil e toda vio-lência." (CM, 8/1, pg. 3, continuação de A Sucessão Presidencial)

11) "Nesta altura de minha palestra com o presidente Getú-lio Vargas, perguntei-lhe sobre boatos insistentes de revolução o próximo no sul. O presidente declarou-me: "Ignoro que haja uma revolução no sul. Estamos *trabalhando para uma eleição e não pa*-ra uma revolução. Não há motivos para revolução (...)" (CM, 18/1, pg. 4, Declarações do Sr. Getúlio Vargas ao CM).

Os termos destacados nos fragmentos acima, configuram um campo semântico organizado sobre a associação de duas vertentes: democracia/regime liberal e paz/tranqüilidade. Tudo isto é prometido por Vargas. Suas próprias palavras corroboram na configuração da imagem de um líder político democrático, tranqüilo e , acima de tudo, contrário a uma revolução.

Devemos ressaltar que este tipo de procedimento reitera-se diversas vezes e não apenas nos trechos que destacamos. É impor^u tante assinalar também que nem sempre o CM contrapõe este campo semântico ao que seria do partido governista. A imagem que se constrói de Vargas, silencia sobre seu oponente.

Neste cenário discursivo, a interlocução polêmica entre Var^u

gas e a FDG reduz-se a um monólogo em que o líder da Aliança Liberal é o único a falar. O jogo ideológico do CM está em dissimular a desautorização que elabora sobre a FDG a partir do momento em que repete integralmente com comentários favoráveis e reiteradamente as palavras de Vargas. Os dizeres de Vargas são assim configurados como humanitários (cf. 9), democráticos (cf. 10), bem-humorados (cf. 8) e anti-revolucionários (cf. 11).

O CM não entra de modo explícito na polêmica; não afirma, por exemplo, que Washington Luís é autoritário, mas inscreve Vargas em um contexto democrático e Liberal.

Por outro lado, OP opera discursivamente com a retomada do simulacros das vozes da formação discursiva da Aliança Liberal. Tais vozes (como já foi assinalado) sofrem uma desautorização a través da ironia, seja através da negação daquilo que afirmam. No discurso jornalístico-político de OP aparecem destacadas as falhas, contradições e omissões enunciadas no interior da FDAL. Apontemos mais alguns fragmentos que confirmam este aspecto:

12) "...) Então, como é isso? O candidato da Aliança man - da voluntariamente notas aos jornais falhas, omissas, deficientes? O será mesmo que esses jornais leram em excesso nessas notas e disseram o que o Sr. Getúlio não quis dizer para atenuar a desilusão?" (OP, 15/1, pg. 3, "Está certo, está errado"..., grifos nossos).

13) "Quando o Sr. Getúlio Vargas foi a São Paulo e ali foi recebido festivamente pela oposição, constituída pelo Partido Democrático, afirmaram os homens e os jornais da Aliança que ele havia conquistado o Estado todo, pois o eleitorado votaria nos candidatos do Partido Democrático. (...) E os amigos do Sr. Júlio Prestes julgaram melhor não desmentir a afirmação idiota, deixando que os fatos se encarregassem de o fazer (...) Todos sabem, no Brasil, que o Partido Republicano Paulista é uma fortíssima corrente política." (OP, 15/1, pg. 3, Como eles vencem)

14) "O salário mínimo fixado pelo governo, como deseja o Sr. Getúlio Vargas, é uma verdadeira revolução! (...) Ele ignora o alcance econômico das medidas que propõe, como, por exemplo, o salário mínimo." (Op, 18/1, pg. 3, Getulices: A questão social e a carestia, matéria assinada).

O que mais nos chama a atenção em OP é a ausência de vozes que apresentem os propósitos da formação discursiva governista. O que se tem, em geral, ou é a tomada de posição a partir da crítica violenta aos pronunciamentos provenientes da formação discursiva aliancista ou é um saudosismo, ou seja, a lembrança dos anos de governo de W. Luiz, ressaltando-se sempre os aspectos positivos da administração empreendida.

OP visa à construção de uma imagem negativa que torna mentirosos aqueles que compartilham da formação discursiva da Aliança Liberal. Neste sentido, OP se imprime um efeito de seriedade ao denunciar para a opinião pública os desacertos nas declarações de Vargas. Os enunciados acima grifados espelham o jogo entre a verdade da PDG e as mentiradas da FDAL.

Como se pode observar, em resumo, a leitura da Plataforma Vargas foi relatada e descrita em ambos os jornais através de mecanismos enunciativos e lexicais semelhantes. No entanto, tais mecanismos resultam em estratégias discursivas diferenciadas que produzem efeitos de sentido favoráveis ou contrários ao governo ou à Aliança Liberal, conforme estiverem em um ou outro jornal.

3.1.2 Caso 2: O acontecimento de Montes Claros

Resumo

Em Montes Claros, Minas Gerais, ia se realizar um congresso econômico — O Congresso do Algodão. Mello Viana, Vice-presidente de W. Luis, para lá se dirigiu a fim de participar do evento. Chegando em Montes Claros, foi recebido por partidários da Concentração Conservadora, facção política ligada ao governo federal (e não ao presidente de Minas, Antônio Carlos, que defendia os interesses da AL). Mello Vianna, cercado pela população local, saiu da estação ferroviária e seguiu a pé para a residência onde ficaria hospedado. Quando o cortejo passou pela casa de João Alves, chefe aliancista local, houve um tiroteio que resultou na morte de 5 pessoas e no ferimento de 13, dentre elas o próprio Mello Vianna.

Tal episódio foi retratado de maneira diferente pelo *OP* e pelo *CM*. De acordo com o ponto de vista do primeiro jornal, os aliancistas preparam uma emboscada com o objetivo de assassinar Mello Vianna e Carvalho Britto (chefe da Concentração Conservadora). O *CM*, por outro lado, constrói uma argumentação defen-

dendo a idéia de que o tiroteio foi decorrência a de uma provocação deliberada por parte dos integrantes do cortejo.

As manchetes e fragmentos de notícias a seguir representam aproximadamente a situação acima descrita. Vejamos então:

1) Dia 8/2/1930

a)"O estado de Minas abalado por gravíssimos acontecimentos. Atentado selvagem contra a vida do Sr. Vice-Presidente da República em Montes Claros. Da casa de residência do chefe local da Aliança Liberal foram alvejados a bala, pelas costas, os Drs. Mello Vianna, Carvalho Britto e sua comitiva — cinco mortos e quatorze feridos." (*O País*, 1ª pg., Manchetes)

b) Montes Claros, em Minas, onde se realizaria um congresso econômico, foi palco, na noite de anteontem de graves acontecimentos. De volta de um comício de propaganda política, os que nele tomaram parte foram atacadas a bala, tendo sido o Vice-Presidente da República atingido por dois projéteis. Além do Sr. Mello Vianna foram feridas mais treze pessoas, tendo-se registrado cinco mortes até agora." (*CM*, Manchetes da 1.ª pag.)

c)"A população carioca foi despertada ontem por toda sorte de boatos sinistros a respeito da ordem pública no Estado de Minas Gerais.

Da residência da Al naquela cidade do norte de Minas, havia partido, inopinadamente, cerrada fusilaria sobre os Srs. Mello Vianna e Carvalho Britto e pessoas que os acompanhavam ao deixar a estação. Os Srs. Mello Viana e Carvalho Britto escapa-

ram por milagre, sendo que o Sr. Vice-Presidente da República recebeu vários ferimentos. Foi ele visado na cabeça bem como o Sr. Carvalho Britto, que recebeu uma bala no chapéu. Morreram cinco pessoas e ficaram feridas 14. Eis, em resumo, o monstruoso e covarde crime dos liberais em Montes Claros. Eis a prova impressionante de que não há garantias em Minas para os adversários da Aliança, sinistramente chamada de liberal. (...) O Sr. Presidente da República desceu cedo de Petrópolis. A ordem está inalterada, a população perfeitamente calma e confiante. (...) Nossos telegramas reconstituem a cena bárbara e registram os fatos que se lhe seguiram. (OP, Editorial de 19 página)

d) Informações chegadas de Montes Claros dizem que o Sr. Fortunato Bulcão, presidente do Congresso que se realizaria hoje, naquela cidade, não foi atingido pelos disparos, durante os acontecimentos desenrolados em frente à residência do chefe aliancista local". (OP, 19 página, Agência Americana)

e) "De Montes Claros informam que os membros do Congresso do Algodão, inclusive os Drs. Mello Vianna e Carvalho Britto, foram ali atacados pelos aliancistas locais, tendo sido a cidade teatro de acontecimentos altamente lamentáveis" (OP, 19 pg., Agência Americana).

f) "A Concentração Conservadora acaba de receber telegramas comunicando terem falecido, em consequência dos tiros que receberam ontem, Francisco Ruffulo e José Valente, que acompanhavam a caravana que foi a Montes Claros." (OP, 19 pg., Agência Americana)

g) "A trágica emboscada de Montes Claros. Vibrante manifesto dos Drs. Mello Vianna e Carvalho Britto à Nação." (OP, 19 pg.,

Manchetes).

h)"A cidade de Montes Claros, no alto do sertão norte mineiro, está agora em trágica evidência, com as ocorrências lutuosas de anteontem nesta capital. Aliás, o assassinio político de uma vez por outra tem agitado aquele ambiente sertanejo de Minas remota. Ainda hoje, se lembra, em tons dolorosos, as cenas bárbaras em que se degladiaram, ali, duas famílias tradicionais — a família Prates e a família Alves, hoje novamente em evidência com as recentes ocorrências." (CM, 19 pg., introdução da matéria sobre o acontecimento).

i)"O Dr. Fleury da Rocha esteve à tarde no Ministério do Interior. Saiu do gabinete do ministro visivelmente comovido. Defrontando a reportagem, assim falou, como que interpellando a todos, no seu grande sofrimento: Mataram-no por que? Porque era secretário do Dr. Mello Vianna. Maldito Liberalismo!" (CM, 19 pg., sobre a morte de Rafael Fleury da Rocha)

j)"... Dois matutinos afixaram "placards" que, de certo modo, alarmavam o espírito público. Dizia-se que havia sido decretado o estado de sítio. Era natural que esses "placards" levassem a reportagem com insistência ao Ministério do Interior, insistindo em falar com o Sr. Vianna de Castelo. O ministro terminou recebendo os "reporteres" e lhes disse, mais ou menos em resumo: — Quero desfazer essa impressão absurda sobre decretação de sítio. O governo (...) se dirigiu ao governo de Minas, inteirando-o do que fora informado, e pedindo esclarecimento não só sobre a extensão das ocorrências, como ainda, das providências a

dotadas. Um repórter mais incrédulo perguntou: Mas não há mesmo sítio? E o ministro responde com firmeza: Tanto não há que o *Jornal do Brasil* e o *Jornal do Comércio* que afixaram o aludido "placard" o fizeram retirar." (CM, 1ª pg.)

1)"A situação em Montes Claros continua confusa pela falta de comunicações. (...) O telégrafo está nas mãos da Concentração Conservadora, mantendo-se fechado para a situação oficial do Estado; que fica assim, impedido de controlar os acontecimentos. Parece, porém (...) que o conflito não teve maiores proporções que as verificadas em outros episódios da mesma natureza, entre as duas facções políticas antagônicas. Pessoas de responsabilidade, que conhecem os meios de Minas Gerais, afirmaram que o conflito só se teria dado mediante provocações (...) A falta de notícias criou um ambiente de ansiedade nesta capital, cujas ruas centrais apresentam aspecto desusado." (CM, 1ª pg., do correspondente oficial)

2) Dia 9/2/1930

a)"A maioria das forças políticas do Distrito realiza, amanhã, às 17 horas, na Praça Marechal Floriano Peixoto, um grande comício de protesto pela sinistra chacina. É lisongeiro o estado de saúde do Sr. Vice-Presidente da República. Faleceram ontem, na capital mineira, a Sra. Iracy de Oliveira e o menino Hostílio Tecles. Os funerais, em Belo Horizonte, do Dr. Rafael Fleury. A repercussão nos Estados." (OP, Manchetes, 1ª pg., 9)

b)"Os acontecimentos de Montes Claros. O Sr. Pires Albuquerque, procurador geral da República, seguiu ontem para Belo Hori-

zonte, de onde embarcou para Montes Claros." (CM, 1ª pg., Manchetes)

c) "A opinião pública continua ainda sob a pungente impressão consternadora das graves ocorrências de Montes Claros. (...) A sinistra chacina veio coroar a onda rubra com que o liberalismo pretende intimidar o país, forçando-o a render-se ao seu programa de truculência e fratricídio." (OP, 1ª pg.)

d) "Só agora, no trem de regresso para Belo Horizonte, posso informar sobre os revoltantes acontecimentos que tiveram por palco a cidade de Montes Claros e que, de uma vez por todas, vêm comprovar os processos criminosos e terroristas com que a A. L. desenvolve sua ação na atual campanha política em Minas. Nossa chegada a Montes Claros constitui verdadeira apoteose, tal era o entusiasmo da enorme multidão, composta de mais de 3.000 pessoas que, num verdadeiro delírio, saudavam incessantemente os Srs. Vice-Presidente da República e o chefe da Concentração Conservadora. (...) Como se vê, no curto espaço de duas horas e meia, foi escrita em Montes Claros a mais negra página de quantas vem produzindo o situacionismo mineiro, na atual campanha. (...) A carnificina foi cuidadosamente preparada, tendo os liberais colhido os resultados esperados para o seu macabro banquete e até o momento que deixamos essa cidade, o delegado Wanderley Paschoal não havia efetuado uma só prisão, nem tomado qualquer atitude para punir os autores de tão nefando crime." (9/2, OP, do correspondente especial)

e) "O Dr. Carvalho Brito relata ao presidente Júlio Prestes a trágica ocorrência. Entre outras coisas, diz o chefe da Con -

centração Conservadora que a caravana por ele e pelo Sr. Mello Vianna chefiada "foi ali recebida por duas mil pessoas. Quando se dirigiam para a casa destinada à hospedagem do Sr. Mello Vianna, ao defrontarem a residência do Sr. João Alves, partiram do interior do edifício e de cima das árvores fronteiras, duas longas descargas de carabina e revólver, determinando a dispersão da massa popular. Já antes — continua o telegrama — eram nas janelas das casas próximas jagunços de carabina. (...) O telegrama conta ainda a morte do secretário do Vice-Presidente da República; fala que os ferimentos do Sr. Mello Vianna não haviam abalado o seu ânimo e acrescenta: "Também eu fui alvejado tendo ouvido o sibilar das balas em torno da minha cabeça..." (9/2 , OP, Agência Americana)

g) "O Sr. Antonio Carlos, presidente de Minas, respondeu ontem ao ministro do interior, quanto ao telegrama desta dando-lhe conhecimento do despacho dos Srs. Mello Vianna e Carvalho Britto, sobre as ocorrências de Minas Gerais, e pedindo-lhes esclarecimentos. O Sr. Vianna do Castello deve ter recebido este telegrama depois do meio-dia, e guardou sobre o mesmo a mais absoluta reserva, nem mesmo dando dele conhecimento a conhecidas figuras da Concentração Conservadora que se meteram no seu gabinete. Em todo caso, em fonte autorizada, colhemos sempre alguma coisa sobre este despacho do presidente mineiro. O Sr. Antonio acusa ter recebido o despacho declarando que somente tivera notícia daquelas ocorrências pelo telegra do governo federal. E acrescenta, em tom de estranheza discreta, que essa ausência de notícias decorre do fato de ter sido o telêgrafo federal e o da Estrada

de Ferro fechados insolitamente para o próprio governo do Estado. E declara, em seguida, que o seu governo, lamentando as ocorrências, vai, porém, agir como é do seu dever, mandando para Montes Claros autoridade especial e forças, para apurar a extensão e a realidade dos acontecimentos. Em resumo, afirma-se ser este o telegrama do presidente Antônio Carlos em resposta ao ministro do Interior". (CM, A Sucessão Presidencial, 19 pg.)

g) "A morte trágica do Dr. Rafael Fleury da Rocha, uma das vítimas do atentado de Montes Claros causou profunda consternação nos círculos sociais desta capital. O Dr. Rafael Fleury, que morreu ainda muito moço (...) foi membro do ministério mineiro. Presentemente, o malogrado advogado era um dos secretários do Vice-Presidente da República, que o tinha em grande estima." (CM, 19 pag., A Sucessão Presidencial)

h) "Uma comissão composta dos deputados (...), vereadores (...) e outros, realizará hoje, às 7 horas, um comício de protesto em São Paulo..." (CM, 19 pg., A Sucessão Presidencial)

i) "Faleceu o menino Hostílio Telles, atingido pelas balas durante os acontecimentos de anteontem em Montes Claros." (CM, 19 pg., Agência Americana)

j) "... se dirigiam a casa destinada à hospedagem do Dr. Mello Vianna, ao defrontarem a residência do Dr. João Alves, irmão do deputado Honorato Alves, partiram do interior do edifício e de cima das árvores duas longas descaragas de carabina..." (CM, 19 pg., A.A., A Sucessão Presidencial, telegrama de Mello Vianna)

m) "Por pessoas procedentes de Montes Claros começam a chegar esclarecimentos sobre os sucessos que ali se desenrolam na noite de 5.^a feira. Como se sabe, privou-se o governo do Estado de comunicações telegráficas com aquela cidade, de modo que, as primeiras informações, não timbradas pelos elementos dos Srs. Carvalho Britto e Mello Vianna, sô agora, por testemunho pessoal, se vem obtendo. Desde que se anuncia as visitas dos chefes da Concentração Conservadora a Minas Gerais, os elementos responsáveis da Aliança Liberal ali promoveram intenso trabalho no sentido de conseguir a abstenção dos seus correligionários de qualquer assistência à chegada dos trens especiais. Para esse fim, fizeram circular boletins assinados por todos os chefes liberais, recomendando insistentemente ao povo que não comparecesse à estação para não dar lugar às provocações. Enquanto isso, os partidários da Concentração praticavam ameaças dizendo que cairia na bengala quem discordasse das aclamações ao Sr. Mello Vianna. Antes de quinta-feira, já existiam na cidade tipos suspeitos, que se sabe, foram levados pelo conde Dolabella Portella. Nas proximidades da estação não se viam partidários da Aliança Liberal, mas o elemento feminino e crianças ali se achavam, atraídos pela curiosidade. (...) Em vez, porém, de (o cortejo) tomar a Avenida Francisco Sã, caminho natural, tangenciou pela rua que desemboca na praça onde fica a residência do Dr. J. Alves. Ao romper por aí, os manifestantes começaram a viver os seus chefes e dar morras à Aliança Liberal e aos seus nomes representativos. (...)" (CM, 1.^o pg., A Sucessão Presidencial, do correspondente)

n) "Tendo alguns jornais noticiado aí no Rio que o atentado

2a) "Ele Getúlio Vargas) se considera um candidato da nação, reagindo contra a máquina política de que o presidente da república é o grande manipulador e com a qual vai impondo soberanamente a sua vontade ao país. (...) Nesta condição, entendeu o Sr. Getúlio Vargas que era a opinião pública que ele deveria, em primeiro lugar, se dirigir" (CM) .

3b) "Ainda não tinham cessado as aclamações, quando o Sr. Evaristo de Moraes, em rápida oração, proferiu eloquente saudação ao civismo carioca (...) Começou declarando (João Neves, líder gaúcho) nunca ter pensado lhe tivesse sido reservada tamanha felicidade de falar para tamanha massa de brasileiros... Enalteceu a atitude do Sr. João Pessoa... e passou a elogiar o povo carioca. (...) O Sr. Epitácio Pessoa, porém, solicitado, usou da palavra proferindo violento discurso de combate ao governo. Disse que a causa da Aliança o eletrizava. ... Continuando, o Sr. Epitácio Pessoa ataca fortemente o governo declarando que a sucessão presidencial do país não pode se processar por herança testamentárias". (CM)

1f) "Falando pelo congressistas, o vice-presidente do Senado recapitulou em síntese a obra administrativa do governo, salientando, com aplausos de todos, os atos de patriótico acerto e indicustida benemerência que vêm caracterizando a gestão atual . (...) Entremos no novo ano confiante e tranquilos: atento, prestigioso e prestigiado o governo saberá cumprir o seu dever." (OP)

4a) "Diz (João Pessoa) um dia que dispomos apenas de um terço do eleitorado, conforme suas declarações no Jornal do Comércio -

de Montes Claros foi originado em um comício político, onde falavam oradores prestistas e aparteavam elementos aliancistas , eu venho reafirmar que não houve na cidade do crime nenhum comício político. O que houve e deve ser levado ao conhecimento de todos é que os acontecimentos criminosos em questão nada mais foram do que uma bem urdida emboscada... (...) Para melhor confirmção de que foi uma verdadeira emboscada em Montes Claros , passo a transcrever do *Estado de Minas*, órgão aliancista, pertencente ao consórcio Chateaubbriand, a descrição feita por este jornal sobre os horrorosos fatos". (OP, 9/2, 1ª pg., do correspondente em Belo Horizonte).

3) Dia 11/2/1930

a) "O inominável atentado de Montes Claros. Nem só a Nação, pelos seus mais lídimos intérpretes, mas até representantes de países estrangeiros nesta capital profligam a brutal chacina. O grande comício de protesto promovido pela maioria das forças políticas do Distrito. O Sr. Mello Vianna continha a melhorar . Outros informes." (OP, 1ª pg., Manchetes).

b) "Os graves sucessos de M.C. O procurador da República Gallotti e o chefe de polícia de Minas Gerais chegaram àquela cidade" (CM, Manchetes, 1ª pg.).

c) "A emboscada cruenta de Montes Claros, que tão bem define o sinistro liberalismo, continua a impressionar consternadoramente a opinião pública. De toda parte chegam a manifestações de protesto pela horrenda chacina e expressões de solidariedade ao governo da República pela sua moderação, sua calma ante os

desmandos, aos ataques, às provocações da louca, desorientada A liança Liberal." (OP, texto introdutório de 19 telegramas, todos favoráveis ao governo)

d) "O povo, em altas vozes, condenava a imprensa que está defendendo os "princípios" do Sr. Antonio Carlos. E aos gritos de "empastela, empastela", entrou na praça João Mendes (...) Em meio à multidão, viam-se figuras das mais representativas da sociedade paulistana: advogados, médicos, engenheiros, grandes comerciantes lá estavam, com o povo, dizendo do seu protesto contra a selvageria que manchou a história do glorioso povo mineiro e que não mereceu do seu atual governo a menor providência para evitar a consumação do negro atentado (...) A voz da mocidade também se fez ouvir. E ela falou pelos acadêmicos da Universidade de Belo Horizonte, que perante a população paulista, fizeram o seu depoimento das violências, das arbitrariedades que o Sr. Antônio Carlos, friamente, vem praticando contra os brios do altivo povo de Minas Gerais." (OP, 10 e 11/2, 1ª pg., transcrição do texto do *Correio Paulistano* relatando comício de protesto em São Paulo).

e) "Não está claramente, lealmente justificada a ação do governo federal, fazendo seguir para Montes Claros o procurador da União Dr. Gallotti. Ouvimos que o presidente da República deseja que os fatos sejam rigorosamente apurados. Outro não é o desejo do Sr. Antonio Carlos. (...) O Sr. Antônio Carlos diz que só tem motivos para acolher bem a presença do Dr. Gallotti . (CM, 1ª pg., Os graves sucessos de Montes Claros)

4) Dia 12/3/1930

a) "O inominável atentado de Montes Claros. Continua o Sr. Presidente da República a receber telegrama de solidariedade e reprovação sobre a selvageria. O telêgrafo não esteve trancado a serviço da Concentração Conservadora". (Manchetes, OP, 12/2, 1ª pg.).

b) "O inominável atentado de Montes Claros. Continua o Sr. Presidente da República a receber telegramas de solidariedade e reprovação sobre a selvageria. O telêgrafo esteve trancado a serviço da concentração Conservadora." (Manchetes, OP, pg. 5)

c) "Quase todos os governadores que protestaram solidariedade aos Srs. Mello Vianna e Carvalho Britto assim o fizeram sem conhecimento de causa. O diretor dos telêgrafos quis desmentir o presidente de Minas. O que o Sr. Antonio Carlos informa ao *Correio da Manhã*". (CM, 1ª pg., Manchetes de A Sucessão Presidencial)

d) "A imprensa da Aliança Liberal, no seu afã de desvirtuar a verdade, tem afirmado, à guisa de recurso de oposição, que o telêgrafo estivera trancado em Montes Claros, ao serviço da Concentração Conservadora. Essa increpação é feita de modo a deixar patente a fonte de promana, ou seja, o Palácio da Liberdade". (CM, pg. 5)

e) "Noticia-se que o presidente do Estado de Minas Gerais convocou para uma reunião, que se realizou em todo sigilo, os membros mais influentes do Partido Republicano Mineiro. (...) A

reunião teria sido para examinar a posição em que se vê o situa-
cionismo, em consequência dos acontecimentos de Montes Claros."

(OP, pg. 5)

f) "O caso de Montes Claros ocorreu na noite de 6 para 7 do corrente. O país dele só teve conhecimento, propriamente, no dia seguinte, porque o governo monopolizou as comunicações tele-
gráficas. Ao 8, porém, já todos os governadores e presidente dos 17 Estados com que conta o Sr. W. Luiz telegrafavam aos Srs. Mello Vianna e Carvalho Britto, não apenas felicitando haverem escapado à morte, mas também condensando o crime "nefando", "he-
diondo", "revoltante" ou "premeditado" conforme o paladar lite-
rário de cada um. (...) Os governadores e presidentes prejudga-
ram a cena lutuosa de Montes Claros com uma precisão tão absolu-
ta quanto absoluto e inexplicável é o desconhecimento em que es-
tão do que de muito grave se passou no Rio Grande do Norte" (CM, 19 pg., A Sucessão Presidencial)

g) "(...) Adianta o *Diário de Notícias* que os conservadores da Concentração tudo têm feito para achincalhar o povo de Minas e provocar a intervenção federal naquel Estado. Diante de tudo isso, acentua o jornal, pouco importa saber quem disparou o pri-
meiro tiro. O episódio sangrento era inevitável diante da a-
ção temerária e provocadora da Concentração reacionária de Mi-
nas. (CM, 19 pg., com o sub-título 'Como um jornal de Porto Ale-
gre comenta os acontecimentos')

5) Dia 13/2/1930

a) "O presidente de Minas aconselha ordem e recusa a manifes

tação de solidariedade que os seus amigos lhe iam fazer. Depois de agredida em Natal, a caravana Luzardo é bem recebida em Mossoró. (CM, 1ª pg., Manchetes de A Sucessão Presidencial)

b) "Pelos telegramas que nos chegam de Minas, percebe-se que a preocupação dos Srs. Mello Vianna e Carvalho Britto é espalhar no interior do Estado, principalmente nos municípios mais remotos, a confusão gerando receio. Informações que temos à mão nos garantem que o Sr. Britto fez constar, onde os incautos são mais numerosos, que o governo de Minas e a gente do Partido Republicano Mineiro insultam o presidente da República. (...) Esse sistema de realizar a campanha eleitoral é curioso. Registramos os fatos, para deles conheça e mande apurar o Sr. W. Luiz". (CM, 1ª pg., A Sucessão Presidencial)

6) Dia 14/2/1930

a) "A propósito do inominável atentado do Norte de Minas . A inominável emboscada de Montes Claros." (Manchetes, OP, 1ª pg.)

b) "Um importante depoimento. A selvageria de Montes Claros relatada por uma testemunha ocular". (Manchetes, 1ª pg., OP)

c) "A congregação operária Júlio Prestes, diante dos acontecimentos desenrolados em Montes Claros, vem trazer a V. Exc. mais uma vez, neste instante triste para a vida política da Nação , sua mais completa solidariedade e mais veementes protestos contra cenas de vandalismo praticadas por falsos liberais do Estado de Minas Gerais". (OP, 1ª pg., telegrama)

d) "O laudo (perícia médica feita no Sr. Mello Vianna) toda via, não está revestido de todos os requisitos legais, pois dos dois médicos encarregados do exame, sõ um, o Dr. Oscar Negrão, o assinou. O outro, Dr. Versiano, nega-se a tal porque declara não ter encontrado no Sr. Mello Vianna vestígio nenhum de ferimento por arma de fogo. O Dr. Versiano diz que sõ se vêem no pescoço do Sr. Mello Vianna sinais de contusões." (CM, 1ª pg., A Sucessão Presidencial com o sub-título 'O exame pericial dos ferimentos no Sr. Mello Vianna)

e) "O Sr. Carvalho Britto controla todos os serviços federais, chegando ao ponto de visar qualquer telegrama apresentado ao telêgrafo nacional, mesmo os assinados pelo Sr. Mello Vianna. O Presidente da Câmara de Montes Claros, Dr. Alfredo Coutinho, lança um enérgico protesto, declarando não emprestar a sua solidariedade ao conflito, sendo do seu interesse que tudo se esclareça, apurando-se quais sejam os culpados." (CM, 1ª pg., Belo Horizonte, do correspondente em A Sucessão Presidencial, com o sub-título 'O Sr. Carvalho Britto')

7) Dia 15/2/1930

a) "Dr. Alfredo de Souza Coutinho — Disse que não presenciou o conflito e que tudo quanto depõs sabe porque ouviu dizer. (...) Declarou saber que na ocasião se realizava um baile improvisado na casa do Dr. João Alves. (...) Dr. João José Alves — Disse que se realizava em sua casa um baile, quando por ali passou a comitiva Mello Vianna dando morras ao Sr. Antonio Carlos, à Aliança Liberal e ao depoente. Um dos manifestantes, mais exaltada —

do, alvejou, então, a sua residência indo ferir de morte o menor conhecido por Fifi. (...) Daí teve origem rápido e cerrado tiroteio. (...) Acrescentou que antes da chegada do Sr. Mello Vianna, chegaram cerca de doze vagões, trazendo pessoas de fora, jagunços das granjas reunidas, de Benópolis, com o fim de manifesto de perturbar a ordem (...) Luiz Onofre Lafeta — (...) Disse não poder afirmar se os primeiros disparos foram feitos da casa do Dr. João Alves, mas viu tiros partirem dali. (...) Pedro Marçal Guimarães — Confessou-se partidário do Sr. Mello Vianna. Disse não poder precisar como teve início o tiroteio. (...) Antonio Dias Macedo — Declarou-se adversário do Dr. João Alves e disse que os tiros partiram das janelas da residência deste". (CM, 1ª pg., sub-título 'OS acontecimentos de Montes Claros e o depoimentos das testemunhas' de A Sucessão Presidencial).

8) Dia 16/2/1930

a)"A inominável emboscada de Montes Claros. Importantes declarações obtidas pelo correspondente d'*o País* ." (Manchetes, 1ª pg., OP)

"Pelos depoimentos e declarações tomadas, ficou absolutamente esclarecida a responsabilidade do Dr. João Alves como mandante e mandatário de terrível emboscada." (OP, 1ª pg. com o sub-título O encerramento do inquérito)

b)"Os responsáveis pela covarde sortida repudiados pelos próprios correligionários." (OP, 1ª pg., sub-título que precede texto extraído de A Gazeta do Nordeste)

c) "As declarações de Canuto vieram positivar ter havido o conveniente preparo da parte do Dr. João Alves para a elimina - ção dos Drs. Mello Vianna e Carvalho Britto. Assim, revelou Ca nuto que, no dia do crime, fora procurado por José Dias, que em nome do Dr. João Alves, lhe dissera fosse à tarde à casa do chefe do Partido Republicano Mineiro convenientemente armado , pois, neste dia, deveria chegar o homem. (...) Perguntado pelo Dr. Gallotti (procurador da República) a que homem se referia , respondeu Canuto ser o Dr. Mello Vianna." (OP, 1ª pg., com o sub- título Depoimento do jagunço Canuto de Tal, que fez parte da To caia, do correspondente especial)

9) Dia 20/2/1930

a) "Encerrado o inquérito de Montes Claros, subsiste a certeza de que não houve crime político". (CM, 1ª pg., Manchete de A Sucessão Presidencial).

b) "Perguntado se acredita em criação de um complô, o Dr. Viotti (procurador Geral do Estado de Minas Gerais) respondeu: O que posso afirmar a esse respeito é que em fase das provas co lhidas na ampla investigação policial ali procedida, não houve nenhum complô ou conspiração com objetivo marcado de se tirar a vida de determinada ou determinadas pessoas." (CM, 1ª pg., A Su- cessão Presidencial)

10) Dia 23/2/1930

a) "Agora que estão esclarecidos os acontecimentos de Mon - tes Claros, tomamos a liberdade de protestar contra a imperti -

nências de telegrama de V. Exc. (embaixador americano Morgan) , dirigido ao Dr. Mello Vianna, no qual V. Exc. qualifica de infame atentado o incidente em que o inquérito policial com a presença do procurador da República apurou não haver premeditação nem alvo determinado (...)" . (CM, 1ª pg., A Sucessão Presidencial, com o sub-títulos Um telegrama ao embaixador Morgan. A propósito dos acontecimentos de Montes Claros).

b) "CARIOCAS: Lembrai-vos de que todas as grandes obras de saneamento e embelezamento de que o Rio de Janeiro se orgulha , foram concebidas e executadas por Governo Paulistas. Pensai no crescente esplendor de vossa incomparável cidade, nos altos interesses da cultura e do progresso do Brasil e votai em JÚLIO PRESTES e VITAL SOARES." (CM, pg. 6, Publicações especiais)

. Do modo de qualificação do episódio e do modo de retomar a voz do outro

Se nos colocarmos no lugar do leitor comum de 1930, habituado a comprar um mesmo jornal, por exemplo OP, qual o retrato que formaríamos do episódio de Montes Claros (daqui para frente MC). Provavelmente, o caracterizaríamos como *hediondo, brutal ou premeditado* e seríamos levados a crer na sua natureza política.

Se, no entanto, fôssemos leitores do CM teríamos uma visão atenuante do acontecimento, tendo a acreditar que houve uma provocação inicial por parte dos partidários da Concentração Conservadora. Logo, o acontecimento teria um acentuado caráter cri-

minal.

Esta esquizofrenia de leituras se forma em função da oposição radical entre os relatos presentes nos dois jornais. Afinal, o tiroteio foi premeditado ou não? Houve provocação por parte da Concentração Conservadora ou não? E Mello Vianna, levou ou não três tiros na cabeça? Em resumo, o que aconteceu em Montes Claros? Não pretendemos responder a estas questões, mas sim entender como o funcionamento discursivo de OP e do CM produz sentidos tão diferenciados.

A partir, portanto, de uma leitura inicial deste conjunto de textos percebe-se de imediato que cada jornal tem como objetivo formar junto à opinião pública uma determinada imagem do acontecimento que seria a sua versão verdadeira.

Neste sentido, em primeiro lugar, destaca-se o modo como o episódio é qualificado e conseqüentemente determinado politicamente em cada jornal. Reproduzimos, abaixo, duas listas⁽⁷⁾ com algumas das diferentes expressões qualificadoras do episódio depreendidas da superfície lingüística de cada jornal. São elas:

OP

- . atentado selvagem (1a)
- . acontecimento gravíssimo (1a)
- . monstruoso e covarde crime (1c)
- . trágica emboscada (1g)
- . inominável atentado (3a)
- . acontecimentos altamente lamentáveis (1e)
- . tragédia política mais brutal e sanguinária (*)
- . delinquência inominável, chacina (3f)

CM

- . acontecimento (2b, 2i)
- . grave ocorrência (*)
- . atentado (2g)
- . graves acontecimentos (1b)
- . o caso de MC (4f)
- . ocorrências de MC (*)
- . conflito (11 e 6e)
- . covarde atentado (*)

- | | |
|--|---------------------------|
| . atentado frio, selvagem
permeditado, com requintes
de ferocidade e covardia(*) | . grosseiro atentado(*) |
| . brutal chacina (3a) | . ocorrências ltuosas (1) |
| . graves ocorrências 2c) | . cena ltuosa (4f) |
| . carnificina (2d) | . graves sucessos (3b) |
| . horroros fatos (*) | |
| . verdadeira emboscada (2n),
negro atentado (3c); embos-
cada cruenta (3c); selvagē-
ria (4a, 3d, e 6b) | |

Em OP, à caracterização do episódio como *atentado/emboscada* superpõe-se uma qualificação que o determina como *selvagem, cru-ento, sanguinário, etc.*

Os diferentes sujeitos enunciadorez destas expressões ocu-pam o mesmo lugar político, isto é, pertencem à FD governista . Nos vários textos que formam o discurso jornalístico-político de OP (sobre Montes Claros), estes sujeitos enunciadorez aparecem ou como vozes individualizadas (no caso das matérias assinadas) ou como vozes que representam instituições como, por exemplo, a Congregação Operária Júlio Prestes.

De qualquer forma, essas vozes, quando tomadas em conjunto, formam um coro uníssono que tem por objetivo silenciar qualquer outro sentido dado ao episódio. Não há espaço, em OP, para vo-zes divergentes, isto é, que oriundas de outras FDs, leiam dife-rentemente os acontecimentos.

O modo de organização do discurso sobre o acontecimento de MC em OP é baseado na repetição incessante do seu ponto de vis-

ta. Este vem representado por estas diferentes vozes, todas aliadas entre si.

Cabe salientar que esta determinação (fixação) de um sentido negativo estende-se e contamina a Aliança Liberal e seus partidários. Não apenas o episódio de MC é "selvagem" e "cocarde"; a própria aliança também o passa a ser, como se pode observar por exemplo em "aos demandos, aos ataques, às provocações da louca, desorientada Aliança Liberal (3c); "... cenas de vandalismo praticadas por falsos liberais..." (6c). Este processo discursivo de deslocamento do sentido permite a construção de uma imagem politicamente negativa da Aliança Liberal perante a opinião pública. Em contrapartida, o governo não fica com o "ânimo abalado" (2c) pois recebe "telegramas e solidariedade" (4b) e apóia o povo que protesta (3d).

Examinemos, o funcionamento do OP como um todo, retomando os fragmentos textuais do dia 8/2: la, lc, ld, le, lf, lg. Os textos em questão — todos extraídos da primeira página — representam a enfática repetição do mesmo tema, isto é, a existência de um atentado político violento em MC.

Observemos, agora, diacronicamente OP a partir dos fragmentos lc — "Da residência do chefe da Aliança Liberal naquela cidade do Norte de Minas informam que os membros do Congresso do Algodão, inclusive os Drs. Mello Vianna e Carvalho Britto, "foram ali atacados aliancistas locais"; 2e — "Quando se dirigiam para a casa destinada à hospedagem do Sr. Mello Vianna ao defrontarem a residência do Sr. João Alves, partiram duas longas descargas de

carabina e revólver"; e 3d — "... fizeram o seu depoimento das violências, das arbitrariedades que o Sr. Antonio Carlos vem praticando..." Nestes três casos, além da retomada constante do mesmo ponto de vista, coexiste a repetição, exaustiva de uma mesma manchete ao longo dos dias: "O inominável acontecimento de MC".

Em outras palavras, estamos chamando a atenção para o fato de que em *OP* a repetição do ponto de vista de que houve emboscada tanto se efetua na intertextualidade de uma mesma edição (cf. fragmentos do dia, 8/2) como, paralelamente se perpetua nas edições diárias e sucessivas (cf. 1c, 2e e 3d).

A nível de superfície lingüística, o mecanismo enunciativo básico é o da paráfrase, ou seja, a reformulação do mesmo sentido de um enunciado sem o acréscimo de dados novos. Através da paráfrase e da repetição sistemática, *OP* institui e eterniza o sentido dado ao episódio. É também através da paráfrase e da repetição que se tenta silenciar a voz adversária — em *OP* não sobra quase espaço para vozes de *FD* antagônicas.

Mesmo tendo como objetivo calar o adversário, o silêncio instaurado pela repetição do mesmo, em *OP*, não impede totalmente a presença de outras vozes. São poucos os momentos em que é feita a retomada da voz do outro. Quando isto ocorre (cf. 2n e 2d) *OP* não cita textualmente o ponto de vista contrário ao seu, isto é, a imagem do acontecimento tal qual foi construída pela voz adversária. O que se retoma é o simulacro da voz do outro para então incom-

preendê-la.

Tal incompreensão se faz através de quatro estratégias discursivas básicas: 1) apresentação de contra-argumentos (cf. 2n "... Para melhor confirmação de que foi uma verdadeira emboscada em MC, passo a *transcrever* do Estado de Minas, órgão aliancista, a descrição feita por este jornal sobre os horrorosos fatos") ; 2) pela extrema virulência com que é descrito o fazer político da Aliança Liberal (cf. 2c — "A *sinistra chacina* veio coroar a *onda rubra* com que o liberalismo pretende *intimidar* o país, forçando-o a render-se ao seu programa de *truculência* e *fratricídio*..."); 3) pelo modo como OP se investe de voz da verdade (cf. 14/2, "... As perguntas e respostas em seguida alinhadas dizem eloquentemente o que *há de verdade* sobre o assunto (...) " em oposição a 4d — "A imprensa da Aliança Liberal, no seu afã de *desvirtuar a verdade*..."); 4) ou ainda, pelos artifícios da ironia, produzidos, por exemplo, através do conto *Os Imortáveis*, de Antonio Carlito, uma clara alusão ao governador de Minas Gerais e seus correligionários liberais.

No que se refere ao funcionamento discursivo do CM, por outro lado, há que se considerar fundamentalmente que, paralelo ao modo de determinação do sentido do acontecimento, existem processos de exposição de argumentos e de retomada e negação do ponto de vista adversário — ambos os processos repetidos até a exaustão.

Nesta perspectiva, o CM tem um funcionamento discursivo distinto de OP. Diríamos que, especificamente no caso de CM, OP en

quanto representante da FDG se investe maniqueisticamente do papel do ultrajado e do ofendido, atribuindo à FDAL o seu reverso, isto é, o que não tem limites e portanto não respeita as regras do jogo político. Deste modo, resta ao CM elaborar uma defesa, desfazendo esta imagem.

Observemos, inicialmente, que no CM há dois tipos de caracterização do episódio em função do sujeito enunciador do texto: quando o enunciador pertence ao jornal ou compartilha de seu ponto de vista político, o episódio é relatado como "grave ocorrência", "acontecimento", "caso", "conflito" existindo, deste modo, um abrandamento da concepção de crime político.

Quando, no entanto, o texto da reportagem resulta da transcrição de notas das agências de notícias, telegramas, notas ou depoimentos dos conservadores, depreende-se um enunciador antagônico à Aliança Liberal, havendo por este motivo, uma caracterização igual ou semelhante à que se encontra em OP: "covarde atentado", "grosseiro atentado".

Há, ainda, uma terceira variação no modo de determinação do fato ocorrido em MC representado em 4g e 4f. Nestes casos, o sujeito enunciador da FDAL retoma as expressões produzidas na FD governista para então, incompreendê-las, negando o seu sentido.

O discurso jornalístico-político do CM, portanto, vem constituído neste aspecto, por vozes oriundas seja da FDG, seja da FDA. Mais uma vez, o CM procura fazer juz à sua imagem de sério.

As diferentes vozes que constituem o CM explicitam, no interior do próprio discurso jornalístico-político, o confronto entre

FDS antagônicas.

Este procedimento, longe de apontar para uma pluralidade política por parte do jornal, representa uma estratégia discursiva que também tem como objetivo formar junto à opinião pública um sentido determinado para episódio político em questão. Tal sentido — houve crime comum — opõe-se ao que vem sendo veiculado por OP — houve atentado político.

No que se refere ao modo de organização do discurso jornalístico-político como um todo, temos que a partir do dia 9/2, o CM busca construir a imagem de que o tiroteio em MC foi resultado de uma provocação oriunda da Concentração Conservadora, não tendo ocorrido neste sentido nenhum crime político.

Os fragmentos 2m ("Desde que se anunciou a visita dos chefes da Concentração Conservadora de Minas Gerais, os elementos responsáveis da Aliança Liberal ali promovem intenso trabalho, no sentido de conseguir a atenção de seus corregligionários de qualquer assistência à chegada dos trens especiais. Enquanto isso os partidários da Concentração Conservadora, praticavam ameaças dizendo que cairia na bengala quem discordasse das aclamações ao Sr. Mello Vianna"); 4g ("O episódio sangrento era inevitável diante da ação temerária e provocadora da Concentração reacionária de Minas"); 9a ("Encerrado o inquérito em Montes Claros, subsiste a certeza de que não houve crime político"); e 10a ("Agora que estão esclarecidos os acontecimentos de Montes Claros, tomamos a liberdade de protestar contra a impertinência do telegrama...") funcionam como paráfrases que objetivam reforçar o ponto de vista de que os partidários da Aliança Liberal estão isentos

de responsabilidade sobre o que ocorreu.

Paralelamente, o CM oferece argumentos que defendem sem ponto de vista. Tais argumentos baseiam-se no fato de que o gover-
no mentiu (cf. 4c e 6d), censurou notícias (cf. 4f). Além dis-
so, quando o CM se vê obrigado a retomar as vozes adversárias (em
nome da sua seriedade jornalística), não tem como negá-las expli-
citamente. A saída é diluí-las no meio de outras vozes, estas
pertencentes à FDAL (cf. 7a).

Há ainda um outro mecanismo enunciativo presente nos dois
jornais e também responsável pela indeterminação da voz do outro.
É o caso de 2m ("Por pessoas procedentes de Montes Claros...
(CM)); 3c ("De toda parte chegam manifestações de protesto... e
expressões de solidariedade ao governo da República..." (OP)) ;
3d ("O povo, em altas vozes, condenava ... A voz da mocidade tam-
bém se fez ouvir... (OP)); e 4e ("Notícia-se... (OP)).

Nestes exemplos, ou existe um sujeito enunciador — "pes-
soas", "o povo"— explícito sintaticamente, mas obscuro semanti-
camente ou este sujeito vem indeterminado sintaticamente por estar
na 3ª pessoa do singular com o pronome -se — "notícia-se" —
ou ainda, esse sujeito enunciador aparece nominalizado ("...
chegam manifestações... expressões").

No discurso citado do jornalismo político, tal sujeito enun-
ciador é configurado como voz paciente, sofrendo os limites impos-
tos pelo discurso direto e pelo discurso indireto. Trata-se ,
deste modo, de um duplo obscurecimento semântico desses sujeitos
no interior do discurso jornalístico, ou seja, o leitor não sabe

quem são "as pessoas procedentes de Montes Claros".

No entanto, quando remetidas para o interior do relato em si, tais sujeitos enunciadoreis confrontam maniqueisticamente os protagonistas do episódio.

Em resumo, verifica-se que na organização do discurso jornalístico-político a respeito do ocorrido em MC coexistem dois movimentos que se superpõem: seja o da construção política de uma imagem do fato, de acordo com o ponto de vista partidário de cada jornal, seja o da desconstrução da (possível) imagem elaborada pelo adversário. O episódio de Montes Claros é pretexto para o confronto entre as Formações Discursivas antagônicas.

Neste sentido, os dois jornais configuram um percurso discursivo que tanto compartilha aspectos comuns (modo de determinação do episódio e apresentação repetitiva de um ponto de vista específico, juntamente com argumentos que visam fundamentá-lo), como imprime diferenças que são fundamentais na caracterização de cada um em particular. Estamos nos referindo ao modo de incompreensão e silenciamento da voz do adversário.

Vimos, com a análise das expressões qualificadoras do episódio que o CM e OP possuem funcionamentos discursivos distintos. São estes mecanismos que produzem a regulação do sentido dado por cada jornal ao fato ocorrido em MC. Ou seja, OP intensifica uma imagem negativa do episódio na medida em que compõe um coro homogêneo de vozes da FDG. Este coro por sua vez, repete, seja em uma mesma edição, seja na sequência das edições diárias um mesmo conjunto de expressões desmerecedoras da FDAL.

O CM funciona discursivamente de modo distinto, pois é constituído por vozes pertencentes à FDs antagônicas, governista e liberal. Quando se trata de vozes oriundas da FDG, estas, ao serem citadas ou retomadas, são imediatamente incompreendidas e negadas. Deste modo, o espaço polêmico formado por ambos os jornais se instaura no corpo discursivo do CM.

Há que se observar, porém, que os modos de determinação do sentido descritos não são exclusivos de cada jornal. O CM irá proceder da mesma maneira que OP quando passa a descrever outro episódio igualmente violento que ocorre em Natal, no Rio Grande do Norte. Nesta cidade, um novo tiroteio tem lugar e as vítimas, desta vez, são da Aliança Liberal. Vejamos os fragmentos abaixo:

11) Dia 10/2

a) "As ocorrências de Natal vêm reunir-se ao acervo sangrento da Aliança, como complemento subversivo à chacina de Montes Claros. (...) Em contraste com a serenidade do governo Federal e com a calma das forças que apoiam as candidaturas nacionais, a Aliança, dita Liberal, tripudia, esbraveja, espuma em raiva impotente, epiléptica de desespero por toda parte onde surge e verifica sua desvalia. Os telegramas abaixo relatam pormenorizada - mente, a verdade dos sucessos desenrolados em Natal." (OP, pg. 2, com o título: A verdade sobre os lamentáveis sucesso de Natal)

b) "A caravana Luzardo sofre novo batismo de fogo. O atentado brutal e premeditado de Natal, em que tomou parte um irmão do presidente Lamartine." (CM, 1ª pg., Manchetes)

c) "Os acontecimentos de Natal, com as notícias autorizadas que dali chegam, bem revelam como certas situações, nos Estados, reduzem os mesmos a condições lamentáveis de satrapias. Pouco se sabia das ocorrências da capital do Rio Grande do Norte, com a cautela acumplicada do governo Lamartine, correndo das atrocidades da sua polícia. Mas esses d^ẽs^ẽspotas mirins jamais se lembram que esses expedientes s^ão prec^ária. E hoje damos oportuna reportagem, feita por nosso companheiro junto a caravana, por onde se aprecia, em toda a justeza, o que foi a horrenda n^õdoa com que o Sr. Lamartine cobriu de vez o seu governo. N^ão queremos fazer coment^ários. Preferimos registrar, agora, essa correspond^ẽncia do nosso companheiro, seguido dos telegramas de diversas origens." (CM, 1^ª pg., Com o t^ítulo geral 'A caravana Luzardo sofre novo batismo de fogo')

12) Dia 13/02

a) "Depois de agredida em Natal, a caravana Luzardo é bem recebida em Mossor^õ." (CM, sub-t^ítulo, pg. 2)

13) Dia 20/2

a) "Outro epis^ódio que é um exemplo do qual n^ão poder^ã jamais a cr^ônica pol^ítica do Rio Grande do Norte: Dentre as v^ítimas da sanha desordeira caiu baleado, na noite terr^ível, o menor Indaleto de Freitas. Ao ser socorrido, numa demonstra^ço de precocismo, comum nas nossas popula^ço^ẽs, o pequeno her^õi exclamava que morria na certeza de que o candidato da Alian^ça Liberal seria vencedor." (CM, A Sucess^ão presidencial, 1^ª pg).

Como se pode observar, o CM caracteriza o episódio como "noite terrível", "atentado brutal e premeditado", "atrocidade", "horrenda nãdoa", "sanha desordeira", registrando, "sem comentário", telegramas de solidariedade que narram o ocorrido.

É ainda nestes fragmentos de discurso jornalístico político do CM que vai se dar o deslocamento — contaminação — do sentido dado ao episódio aos partidários de Washington Luiz, através de expressão "dēspostas miríns".

Prosseguindo, depreende-se que o jornal destaca o "cívismo do pequeno herói Indaleto de Freitas" — em oposição à demonstração de não civismo dos governistas — e a crença de que, apesar de tudo, "o candidato da Aliança seria vencedor" (13a). Ressaltamos que este modo de funcionamento discursivo coexiste com os outros já descritos, formando uma rede de sentido intra-discursivo com CM.

Por outro lado, embora OP comece a descrição do fato com "as ocorrências de Natal" (em um processo semelhante ao adotado pelo CM quando do episódio de Montes Claros), no seu desenvolvimento continua com o ataque à Aliança Liberal. O jornal OP joga novamente com a noção de verdade — "Os telegramas abaixo relatam pormenorizadamente a verdade dos sucessos de Natal." Ao se imprimir a voz da verdade é preciso que a Aliança "dita liberal" represente a voz da mentira.

Desse modo, OP envereda por um mecanismo discursivo cada vez mais maniqueista cujo objetivo é desautorizar as vozes da Aliança Liberal, ao mesmo tempo em que busca instiuir-se como o

lugar da verdade e da seriedade.

3.2 O período pós-eleitoral (março a setembro)

A tensão política que o país vinha sofrendo desde o início do ano, quando a disputa eleitoral se tornou mais acirrada, re-crudesce a partir de março, ao ficar constatada a derrota política da Aliança Liberal.

Os dois jornais empenham-se em seguir de perto a apuração das eleições, informando dia a dia a contagem da votação. De início, quando a vitória aliancista ainda era possível, o CM destaca os resultados em grandes manchetes. No entanto, ao se observar o CM no mesmo dia 2/3, vê-se que João Pessoa tem um resultado expressivamente mais favorável do que o expresso no CM :

Ambos os jornais não são explícitos quanto à origem dos resultados, mas de qualquer forma, a derrota de Vargas parecia inevitável. A partir daí, a atitude do CM torna-se mais agressiva no sentido de divulgar denúncias sobre as "eleições a bico de pena". Do mesmo modo, OP parte para denunciar fraudes e "compressões" ocorridas nos estados que formavam a Aliança — Minas, Paraíba e Rio Grande do Sul.

É bastante significativo o texto de 1.^a página do dia 4/3 de OP. Neste texto, é retomado o discurso da continuidade defendido pela FDG, ao mesmo tempo em que mais uma vez busca-se de-sautorizar as propostas aliancistas chegando mesmo a caracteri-

zar seus participantes como "inimigos da nação":

(1) "Não obstante as invencionices, as intrigas, as agitações de que lançaram mão os chamados 'liberais' (com evidente menosprezo do significado verdadeiro da palavra) (...) o povo brasileiro em consciência dos seus direitos, com absoluta noção dos seus deveres, elegeu para presidente da República o Dr. J. Prestes (...). O povo brasileiro não renunciou, felizmente, às conquistas e realizações de 41 anos de democracia e soube manifestar sua firme vontade eleitoral sem oferecer aos inimigos de suas legítimas aspirações, o espetáculo tão ardentemente desejado por eles do motim, da indisciplina, da anarquia (...) A votação alcançada foi a melhor afirmação de que o povo brasileiro na sua maioria esmagadora encarna naqueles eminentes patrícios as suas aspirações de ordem, de trabalho e de continuidade administrativa." (OP, 19 pg., 4/3)

A única resposta possível a este editorial foi articulada no CM, com o retorno da coluna "A Sucessão Presidencial" a partir de 14/3. Para o CM, assim como para outros segmentos políticos, a sucessão ainda estava em aberto.

Alguns fatos políticos relevantes ocorreram de março ao final de maio e contribuíram para o aumento da tensão política. Foram eles: (1) entrevistas concedidas por Borges Medeiros ao jornal *A Noite* e à Rádio Cruzeiro do Rio Grande do Sul em 30/3 afirmando que não haveria revolução e que a Aliança havia relamente perdido as eleições ; (2) tiroteio em Belo Horizonte em frente à residência de Carvalho Brito entre aliancistas e partida

rios de Concentração Conservadora, em 4/4; (3) rebelião de canga_uceiros na cidade de Princesa na Paraíba, em 5/4; (4) o empréstimo concedido a S.P. por bancos americanos em 26/4; (5) a morte de Siqueira Campos em desastre de avião no Uruguai em 11/5; (6) a viagem do presidente eleito Júlio Prestes à Europa e aos EUA em 21/5; e (7) a leitura do manifesto comunista feito por Luiz Carlos Prestes no Uruguai em 30/5. Cabe ressaltar que o OP não menciona a morte de Siqueira Campos.

Vamos nos deter um pouco sobre o modo como o discurso jornalístico-político do CM e de OP se apropriou de alguns de tais fatos, pois tal modo representa uma vez mais o espaço de inter-incompreensão existente entre os FD governista e aliancista e representadas nos dois jornais.

As entrevistas concedidas por Borges Medeiros — líder político gaúcho — representam uma cisão no interior da Aliança Liberal.

Nestas entrevistas, transcritas na íntegra para o CM e OP, Borges afirma que a "campanha da sucessão presidencial terminou em 19 de março" (CM, 19/3) e que "O povo do Rio Grande não dará um só passo para perturbar a ordem do país." (OP, 20/3).

Nas duas entrevistas o líder gaúcho, quando indagado acerca de uma possível revolução afirma: "O povo! Mas o que é o Sr. chama de povo? Olhe, veja bem: o Brasil tem quarenta milhões de habitantes. Desses quarenta, apenas compareceram às urnas dois

milhões, desses dois milhões, couberam ao Sr. Júlio Prestes mais dum milhão, couberam ao Dr. Getúlio setecentos mil. Pois bem , desses setecentos mil, dois terços são pacifistas e um terço quer a revolução. O Sr. acha razoável que esse trecho insignificante diante de quarenta milhões possa ser chamado de povo? Não, não é possível. Quer que lhe diga uma coisa com franqueza? Os que estão em situação precária é que desejam a revolução." (CM, 19/3).

"Nenhum homem de responsabilidade definidas, de inteligência e de patriotismo pensa na revolução que seria agora, mais do que um crime monstruoso, um crime contra a Pátria". (OP, 20/3)

Tal atitude de Borges de Medeiros recebe dois tipos de comentários. Por um lado, em OP, a entrevista é narrada de modo impressionístico pelo jornalista. Este pontua todo o texto com observações positivas do seguinte teor: "Falava o Sr. Borges de Medeiros com uma decisão que nos impressionava. Detendo-se, momentaneamente , de vez em quando, logo a frase lhe vinha clara, precisa, límpida." (OP, idem)

Por outro lado, no CM, houve uma forte reação no sentido de desautorizar as afirmações de Borges de Medeiros. Em artigo de 19 pg., dia 30/3, Borges é chamado de "velho opressor", "septuagenário e sem saúde nenhuma", "desertor de Irapuazinho", e suas entrevistas de "desastradas e contraditórias." O ataque a Medeiros parece ter surtido algum efeito, já que notícias a seu respeito desaparecem de ambos os jornais.

Outro episódio que merece ser destacado é a questão da invasão por cangaceiros da cidade de Princesa, na Paraíba.

Na versão do CM, este episódio representa "um movimento sub-

versivo" cujos "revoltosos são mentores do movimento contra o presidente Júlio Prestes" (5/4). A partir deste período o CM passa a ter um registro quase diário sobre a sucessão dos acontecimentos naquela localidade, sempre reforçando o ponto de vista legalista, partidário de João Pessoa, em oposição à "gente do Sr. José Pereira" (3/7), cangaceiro e defensor de Washington Luiz.

Quanto ao OP, o interesse do jornal encontra-se sobretudo em desmoralizar a figura pública do presidente da Paraíba. Neste sentido, há eventualmente artigos que, conforme alguns mecanismos discursivos que se tem visto — ironia e qualificação maniqueísta bom/mau, verdadeiro/falso — reforçam o efeito de desautorização da fala do outro ao mesmo tempo que constroem uma imagem negativa do sujeito político em questão. Observemos o seguinte fragmento:

(2) "Continua o presidente da Paraíba a querer passar por vítima dos homens e dos acontecimentos. Segundo as suas constantes mensagens (...) o Sr. João Pessoa é um perseguido da situação política federal e dos governos dos Estados limítrofes (...) Conforme estas versões, o presidente da Paraíba estava administrando tranqüilamente a sua terra; seu gênio administrativo produzia milagres; a política estadual mantinha-se coesa no apoio que lhe dava e recebia do presidente o máximo prestígio. Um dia, porém, somente porque o Sr. João Pessoa aderiu à Aliança Liberal, os adversários dessa se levantaram para abater o gestor paraibano, interropendo-lhe os prodígios administrativos, cindindo e enfraquecendo o seu partido, obrigando-o a fazer governo de

policiamento, perseguindo-o, em suma, por todos os meios perversos e desumanos.

Mais uma vez, vamos nós demonstrar com fato que tudo isso não passa de uma fábula e que o Sr. João Pessoa, buscando explicar desse modo a sua triste situação, tem em vista dissimular as suas próprias responsabilidades, a sua culpa na convulsão ser taneja e no desastre eleitoral da Aliança na Paraíba." (OP, pg. 2, 16/5, com o título: "A verdadeira situação do Sr. João Pessoa", grifo nosso)

Neste fragmento, enuncia-se tudo aquilo supostamente feito, falado ou pensado por João Pessoa, ao mesmo tempo em que OP assume a voz de quem demonstra "com fatos que tudo isso não passa de uma fábula". João Pessoa é tratado ironicamente como "vítima" ou "gênio", cabendo a OP falar sobre sua "verdadeira enunciação".

O inverso desta situação discursiva pode ser observado em "Um homem e sua época", longo artigo em honra a Carvalho Brito, quando ocorreu o tiroteio em frente a sua casa em Belo Horizonte. Neste caso, tratava-se de construir a imagem do bom cidadão e abnegado pai de família.

(3) "Belo Horizonte, 10, do correspondente especial do País — de todas as espécies de heroísmo enfileiradas nas nobres galérias humanas de um Emerson ou de um Carlyle, a personalidade do herói é sempre animada por um super humanismo (...) O seu 'eu' é como um cristão em cujas facetas se refletem, reunidos, a vontade, a decisão, o império e o comando (...) O herói moderno, portanto, deve ser aquele que se sacrifica aos interesses dos

que aparentemente comanda, mas que efetivamente o comandam (...) E foi esse homem (Carvalho Britto) contra quem o governo de Estado açulou uma interminável matilha de mastins, e foi contra Carvalho Britto e seu lar que os usurpadores da gente e da terra de Minas (...) atiraram balas assassinas, visando a eliminação do chefe que mesmo assim triunfaria na mocidade que o cerca (...)" (OP, 11/4, 19 pg.) O leitor de OP é chamado a participar do combate maniqueista entre os falsos liberais e os heróis solitários do governo. São duas fontes enunciativas que percorrem de modo permanente o discurso do jornalístico político do OP.

Resta, ainda, o episódio da leitura do manifesto comunista feita por Luís Carlos Prestes. Julgamos relevante mencioná-lo porque ele evidencia uma clara linha divisória no interior da F.D.A.L. É a partir desse momento que Prestes formaliza a pre-sença da Formação Discursiva Comunista.

Até então, algumas idéias "de esquerda" apareciam esporadicamente nos discursos de alguns deputados, como, por exemplo, Maurício de Lacerda. Com o manifesto de Prestes, fica explici-tada uma corrente ideológica com discurso próprio, ficando também demarcada sua forma de ação na sociedade brasileira. Reproduzimos, abaixo, alguns dos comentários feitos por OP sobre o referido manifesto:

(4) "Queremos reproduzir na íntegra do manifesto comunista do ex-capitão Carlos Prestes, divulgado na imprensa de oposição, a fim de chamarmos sobre esse expressivo documento a atenção público conservador e patriota, dos bons e sensatos brasileiros ,

dos verdadeiros amigos da nossa terra. O oficial insubordinados e foragido, que tantos e tamanhos males causou às populações do interior do Brasil, acaba de tomar um rumo que é preciso reconhecer-lo coerente consigo mesmo. (...) O comunismo é o roubo da propriedade, a dissolução da família, a servidão do povo, a destruição da pátria. Não há religião, não há lar, não há Nação dentro dos princípios, das doutrinas e das práticas bolcheviques. A idéia de Deus desaparece. A idéia de Pátria não existe. A idéia de propriedade é um crime. A idéia de liberdade é um crime. (...) Pois é com o fim de escravizar aos tiranos vermelhos o nosso Brasil, acabar com a nossa Pátria, aniquilar a nossa liberdade, destruir a nossa família, desorganizar o nosso trabalho, extinguir a nossa propriedade, aviltar a religião dos nossos maiores e ludibriar as nossas massas operárias, tão livres e tão pacíficas, que o ex-capitão Carlos Prestes acaba de sentar praça nas hostes do bolchevismo. Por isso pareceu-nos útil transcrever o seu manifesto. Ei-lo: (...) "(OP, 31/5, 19 pg., com o título: "O cabecilha revolucionário Carlos Prestes aderiu ao bolchevismo e apresentou manifesto aos seus correligionários").

(5) "... Raro é o parágrafo em que não haja uma heresia contra as leis naturais do modo de ser, do desenvolvimento político, econômico e social do país. Sob quatro pontos de vista podemos analisá-los: social, político, econômico e militar. Sob o ponto de vista social, Prestes começa o manifesto se dirigindo 'ao proletariado sofredor das nossas cidades, aos trabalhadores oprimidos das fazendas e das estâncias, à massa miserável do nosso sertão...' Quem são esses, a quem ele se dirige? É a grande

número de imigrantes que aqui vêm trabalhar, em quase sua totalidade dominados por taras ancestrais, refratários à civilização ; todos eles, do sertão ou da cidade, moldados por religiões que se degradam em feitichismo grosseiro (...) tornam-se refratários aos influxos do idealismo, presos, como estão, pela necessidade de viver, por pesada cadeia ao terra a terra da vida cotidiana. (...) Aconselharia Luiz Carlos Prestes a ler Silvio Romero, para analisar as taras ancestrais que o nosso povo herdou; assim, talvez o compreendesse, o analisasse e visse o despaupério cometido..." (OP, 6/6, 1ª pg., com o título: "O manifesto comunista e o bom senso", assinado por Major Lysias)

Nestes fragmentos, pode-se observar a importância que OP dá à oposição entre o "grande público conservador e patriota , (dos) bons e sensatos brasileiros (dos) verdadeiros amigos da nossa terra" e os comunistas e suas idéias.

Tal oposição é fundamental na medida em que o comunismo — isto é, "o roubo da propriedade, a dissolução da família, a servidão do povo, a destruição da pátria" — estava (ou estaria?) aliado à causa da Aliança Liberal. Deste modo, a imagem negativa que OP vem construindo da Aliança recebe um reforço extra através de outra construção maniqueísta: os bons são os conservadores e os maus são aqueles que defendem o manifesto onde "raro é o parágrafo em que não haja uma heresia contra as leis naturais do modo de ser, do desenvolvimento político, econômico e social do país".

A relação entre a Aliança Liberal e os comunistas vem ain-

da mais enfatizada nos dias seguintes, como se pode notar em:

(6) "O discurso da Câmara provocado pela carta e pelo manifesto de Luiz Carlos Prestes, até ontem não tinha encontrado eco entre as muralhas esboroadas da Aliança Liberal. (...) Se os jornais do aliancismo precavidamente emudecem ante aquelas declarações edificantes, menos silenciosa não ficam os parladores que a Aliança tinha na Câmara. (...) A mudez dos jornais e dos corifeus aliancistas indica, é verdade, uma tática de prudência (...) O perigo passou, sem dúvida, e felizmente Luiz Carlos Prestes e a Aliança, um tentando tragar o outro, supondo assim, no seu sinistro egoísmo, servir melhor, cada qual aos seus subalternos interesses, acabaram por se sentir impotentes para invadir e convulsionar a nossa terra. O plano falhou, e começa agora o ajuste de contas que, em muito promete em escândalos a lástima, mostrando o que realmente foram esses homens, profiados em arruinar o país e assaltar o poder com desmoralizada bandeira do liberalismo. (...) Supomos não será neste momento, são delicado para a memória da Aliança Liberal, que os seus últimos remanescentes, até há pouco tão arrogantes e turbulentos, se recolham ao silêncio e fujam à discussão. (Op, 8/6, 3ª pg., com o título "Depois do perigo").

(7) "Os comunistas, os revolucionários e os 'liberais' — todos queriam o poder, fosse como fosse! Uns entravam com armas, munições e dinheiro, outros com homens, ou a vida e a boa fé alheias! Nesse contrato de locação de serviços, por fim, contavam cada qual embrulhar o outro!" (Op, 11/6, pg. 5, títulos)

Estes artigos, ao mesmo tempo em que recobrem antigas sus -
peitas e denúncias formuladas em OP sobre a vontade revolucionária
dos grupos de oposição ao governo, evidenciam a cisão políti
tica que esse mesmo grupo passa a ter de assumir após a divulgação
do manifesto comunista.

Separaram-se, assim, os revolucionários e os liberais dos
comunistas. Estes grupos políticos, com formações discursivas
próprias, que antes estavam aliados entre si, passam, a partir
da tomada de posição ideológica de Luiz Carlos Prestes, a de-
monstrar para a sociedade um antagonismo. Tal antagonismo pode
ser lido no *Correio da Manhã*.

(8) "Com o inesperado manifesto comunista de Luiz Carlos
Prestes, confirma-se um boato, aqui divulgado, sobre as mais re-
centes opiniões deste comandante revolucionário emigrado em Bue-
nos Aires. A sua declaração, assim dada ao conhecimento da popu-
lação, causa uma surpresa que não se disfarça. É uma surpresa ,
indaga-se a verdade, que conduz no seu bojo uma decepção extraor-
dinária. Quando em 1924 o antigo guia da Coluna, que lhe tomou
depois o nome, saiu do seu quartel, no interior do Rio Grande do
Sul, para defender de armas em punho o ideal de um Brasil me-
lhor, livre da opressão de castas e classes oligárquicas, teve
por si o apaluso de todos os bons patriotas. A saída, aliás ,
não era mais do que uma consequência digna de movimento anterior-
mente focalizado em São Paulo, sob o comando em chefe do coronel
Isidoro, movimento que, por sua vez, ressurgia, ampliando o he-
rótico protesto de 1922. Os três episódios se encadeavam, insni-
rando-se nas campanha memorável organizada pela Reação Republicana

na, campanha que, como se sabe, visava o renascimento da Nação sob um legítimo governo do povo pelo povo, dentro do puro e rigoroso espírito constitucional. O que então se reclamava e ainda se reclama era a soberania das leis escritas para todos sem distinção de indivíduos. Não era o regime que se combatia; eram os homens que dele se valiam e que das posições se serviam para mais a vontade explicá-los. (...) Dados os antecedentes do caso, com a autoridade que temos para nos pronunciarmos sobre os três movimentos a que aludimos, é claro que não podemos deixar de estranhar a mais recente atitude de Luiz Carlos Prestes comprometendo o seu passado, numa investida de bolcheviques no Brasil. (...) Redigido no exílio, sem dúvida pela mão de quem perdeu a fé, a lógica das coisas, esse manifesto é mais um apelo ao desespero do que um documento sereno, um documento patriótico de confiança que todos nós devemos ter nos destinos nacionais." (CM, 30/5, pg. 4, título: "O manifesto de Luiz Carlos Prestes").

(9) "SP 31 (DTM) — O Partido Democrático de SP, por seus dirigentes mais autorizados, recusa qualquer solidariedade às idéias comunistas pregadas em seu último manifesto pelo capitão Luis Carlos Prestes (...)" (CM, 11/6, pg. 2)

(10) "Porto Alegre, 31 (DTM) — O Partido Libertador do Rio Grande do Sul, por seus chefes mais autorizados, repele as declarações feitas pelo capitão Luiz Carlos Prestes e recusa-lhe qualquer solidariedade às idéias comunistas que o conhecido revolucionário vem se abraçar. O manifesto aqui divulgado na Inte -

gra causou péssima impressão". (CM, 31/5, pg. 2)

(11) "Conforme antecipamos, está assim redigido e assinado o protesto dos revolucionários que divergem do manifesto comunista de Luiz Carlos Prestes: "Nós abaixo-assinados que tivemos nossos nomes envolvidos nos acontecimentos revolucionários de 1922 e 1924, declaramos que divergimos de modo radical e absoluto do programa constante do manifesto de Luiz Carlos Prestes". (CM, 3/6, pg. 2, título: "O protesto dos revolucionários")

A leitura destes fragmentos nos remete de imediato a uma premissa da Análise do Discurso que diz: "O lugar de onde se fala é constitutivo do dizer." Neste sentido, afirmações como "é uma surpresa" e "decepção extraordinária" marcam o lugar de onde os opositores do governo — e agora, também, opositores de Prestes — falam. O comunismo, assim que é explicitado, é negado pelas FDR, FDG e FDAL. Isolado, ele não tem voz nem vez no CM, nem em OP.

São lugares de fala diferentes, os de Prestes e o dos revolucionários e liberais. O editorial de 30/5, no CM enuncia que todas as campanhas revolucionárias empreendidas no Brasil defendiam "a soberania das leis escritas para todos. Não era o regime que se combatia, eram os homens que dele se valiam..."

Desse modo, parece que se busca evidenciar uma distância ideológica entre os grupos de oposição. Se os "revolucionários" e os "liberais" recusam "qualquer solidariedade às ideias comunistas", com que ideias estão afinal comprometidos?

Ainda seguindo o CM, podemos ler que os revolucionários "são conduzidos pelo sonho atormentado de verem seu país engrandecido e glorificado por uma democracia sincera e pura, isto é, a democracia da verdade" (CM, 6/6, pg. 4).

Para os liberais, segundo o manifesto de Vargas à nação, "a solução dos problemas brasileiros deve ser dada de acordo com a índole e os interesses do povo brasileiro e *não com adoções teóricas estranhas ao nosso meio*" (CM, 11/6, pg. 3, com o título: "O Sr. Getúlio Vargas dirige-se à nação", grifo nosso).

Esse procedimento de exclusão do comunismo do papel de aliado aos opositores do governo é de vital importância na revolução que se aproxima.

Do mesmo modo, é importante para o governo criar uma imagem bastante nociva sobre o comunismo e associá-la aos "liberais" e aos "revolucionários".

Após o assassinato de João Pessoa, as linhas de ação do governo federal são a censura e o retorno enfático de editoriais contrários ao comunismo paralelamente à exaltação das virtudes do presidente eleito.

O jornal OP, no seu papel de porta-voz da FDG, mantém o ataque tanto aos "lenines mirins" (OP, 2/8, pg. 3), como a Antonio Carlos e Getulio Vargas, João Pessoa e João Neves, "homens irrefletidos e agitados" (OP, 13/7, pg. 3).

Em função da censura, por fim, os meses de agosto e setembro apresentam pouco polêmica política. As notícias internacionais, concursos e anúncios voltam a ocupar as páginas de CM com

maior evidência. Enquanto isso, em OP, artigos elogiando o gouverno permanecem com destaque.

3.2.1 Caso 3: As Eleições de 19 de março

Resumo:

Ambos os jornais descrevem o dia das eleições como calmo e tranqüilo. No entanto, conforme as apurações vão apresentando a derrota de Vargas, o comportamento do CM e OP se altera sensivelmente. As denúncias de fraudes e "eleições a bico de pena" crescem e fazem com que o processo sucessório se mantenha em evidência para os eleitores/leitores.

Dia 1/3

1a) Pela grande maioria das suas forças políticas, o Brasil indicou ontem como candidato à Presidente e Vice-Presidente da República os eminentes cidadão JÚLIO PRESTES e VITAL SOARES. Pela grande, esmagadora maioria do seu eleitorado, o Brasil vou e-legê-los hoje pacífica e triunfalmente! (OP, 19 pg., manchete)

1b) A nação brasileira exercerá, ainda uma vez, livremente, o sagrado direito do voto, símbolo da sua própria soberania. (OP, 19 pg., manchete)

1c) Não é preciso lembrar, neste dia, a magnitude do ato em que se concretiza a própria grandeza do regime, dando a cada cidadão livre o livre direito da opinião eleitoral. De acordo

com os estatutos básicos da República, esse direito consubstancia as conquistas esmplêndidas da democracia. (...) O que é mister acentuar com jubilo patriótico é a expansão das energias conscientes da Nação, as quais, arregimentando-se sob a segurança das leis, se preparam para afirmar sua vontade nas urnas, apresentando uma cota de eleitores que é, de si mesma, um atestado da vitalidade do regime republicano no nosso país. (...) (OP, 19 pg.)

ld) "A Concentração Conservadora convida a imprensa carioca a verificar a violenta compreensão eleitoral exercida pelo Governo de Minas!" (OP, 19 pg., título)

le) "Os liberais gaúchos não querem ficar dos seus parceiros de Minas e da Paraíba. A truculência é uma qualidade liberal. (...) aos partidários da Aliança teria de ficar na história política nacional sua marca indelével, sanguinária e violenta, do desvirtuamento da palavra liberalismo e do ideal de liberdade que, para eles, significa tudo o que há de criminoso, de arbitrário, de truculento, de macabro. É uma verdadeira inversão de idealismo e de sentimento." (OP, 19 pg.)

lf) "As eleições de hoje. A nação neste dia os futuros presidente e vice-presidente da República, recompondo o Câmara e renovando o terço do Senado. Por unanimidade de votos, o Supremo Tribunal Federal evitou ontem o grande golpe de intervenção em Minas." (CM, 19 pg., manchetes)

lg) "Está finalmente travado a grande batalha democrática, agitada com a eleição da suprema magistratura do país, a recom

posição da Câmara e a renovação do terço do Senado. Hoje, 19 de março, se trava o pleito federal no seu tríplice aspecto. Esta tríplice incidência de eleições nun sô embate veio dar, indubitavelmente, o maior interesse possível à campanha, que desta vez foi ateada pelos três estados promotores da Aliança Liberal. O pleito, desde o início, foi colocado dentre de termos animadores, de movimentação da maior massa eleitoral, de que há memória, nos anais políticos brasileiros. Pode-se dizer que o dissídio, mesmo, se gerou pelo impulso extraordinário que inicialmente os Estados de Minas, do Rio Grande do Sul e da Paraíba deram aos seus alistamentos eleitorais. E, definida a campanha, os demais Estados, com o apoio do governo Federal, se entregaram à mesma febre do que se poderia chamar o inflacionismo eleitoral. Então, passou a ser comum falar-se em contingentes de 40.000 mil, 500 mil e 8.000 mil. E hoje já o pleito se trava até num ambiente de ilusão quanto à possibilidade a afluir às urnas, em todo o Brasil, um exército de 2 milhões, de que, evidentemente, estamos muito desacostumados. O pleito, no Distrito Federal, até agora, se inicia dentro de um ambiente de calma, sem isto importar em diminuir o entusiasmo do pleito." (OP, 19 Pg.)

dia 2/3

a) "Também no Distrito Federal as eleições para presidente e vice-presidente da República, bem como para a renovação do Senado e Câmara Federal, decorrem animadas, e num ambiente de perfeita ordem e calma. Refletindo a cultura política do país, em uma

das suas mais belas expressões, a atitude da cidade em face das urnas foi deveras notável e digna de aplausos. O interesse dos cidadãos pelo seu maior e primordial dever cívico é, de alguma maneira, expressivo de que uma idade nova inaugura para o Brasil livre e consciente de seus direitos e deveres. (...) As eleições do Distrito refletiram, assim, perfeitamente, o ambiente geral da Nação na grande parada cívica de ontem." (OP, 1ª pg., título: Como decorreram as eleições no Distrito Federal).

2b) "Não há exagero algum em se considerar como fora de qualquer dúvida a derrota da Aliança Liberal no pleito presidencial de ontem. Pelos resultados conhecidos até as primeiras horas da manhã de hoje, e que consignamos em outro lugar desta edição, os candidatos nacionais vencerem no Distrito Federal e em todos os Estados imunes ao indesejável contato aliancista. Pleito concorridíssimo, rigorosamente fiscalizado, compreende-se a tardança dos resultados quanto possível completos. (...) Assim, pois, os simples prognósticos ou presunções cedem lugar às conformadoras perspectivas da vitória da causa nacional, vitória tanto mais valiosa e brilhante, quanto foi conseguido no pleito mais calmo, ordeiro e pacífico, não obstante disputadíssimo, que já se travou no Brasil republicano. Não devemos esquecer que a Aliança se converteu, nas vésperas da pugna, numa apavorante máquina de boatos os mais tétricos, embora os mais absurdos. Faz-se ela de prever e denunciar compressões e violências que estariam sendo planejadas por toda a parte. (...) Nada se confirmou. (...) O governo fez questão de garantir com absoluta imparcialidade o exercício desses direitos e a inviolabilidade das urnas,

e conseguiu-o inteira e resolutamente. Foi esse o primeiro desastre moral da Aliança. Anunciou violências e compreensões que não se verificaram (...) A esse primeiro desastre moral vem juntar-se outro, agravando o desmoranamento político: a derrota da Aliança veio demonstrar que tanto as suas idéias quanto seus processos de campanha foram repudiadas e repelidos pela maior da opinião republicana do país. (...) Agora só resta à Aliança conformar-se com o resultado impecável, honesto e altamente significativo do pleito presidencial, porque esse resultado fielmente traduz a vontade soberana do Brasil." (OP, pg. 3 , título: Conformem-se!)

2c) "Manda a lealdade que se assinale a ordem, em grande parte devida ao ato do policiamento em que ocorreu o pleito de ontem. Aliás, de nenhum ponto do país chegou até agora notícia alguma de perturbação ou distúrbio. Da parte dos liberais esse procedimento não pode espantar, pois na própria razão de ser desta corrente se acha englobado o dever de respeitar as opiniões alheias. Mas o governo, que tem a seu serviço toda a máquina e - leitoral, com seu imenso cortejo de ébrios e desodeiros, deve ter sido categórico nas disposições tomadas para manter dentro dos limites essa mesma gente que, a serviço de outros governos, acostumou-se à prática dos crimes pelos quais vinham depois receber a devida recompensa, e isso, muitas vezes, dentro da própria polícia. (...) Seria injusto que um jornal independente, cuja missão é de criticar severamente os excessos do poder, não cha - masse a atenção do público do fato auspicioso que verificou — com franqueza o confessarmos — com certa surpresa." (CM, 1ª pg.)

2d) "Na 13ª seção do Engenho Velho, o fiscal do Partido Democrático, Dr. Eduardo Lemos de Oliveira, acompanhado de vários eleitores do partido, protestou contra diversas irregularidades verificadas na apuração do pleito. Eram 3 horas da manhã. O presidente da seção recebeu o protesto o que não agradou ao candidato Alberico de Moraes, a quem aproveitava a fraude. Houve debate e o Sr. Alberico começou a dizer desaforos. O Dr. Eudoro, sempre prestigiado pelos eleitores reagiu, o que motivou o mesmo Sr. Alberico não só agredir fisicamente o Dr. Eudoro, como ordenar que este fiscal e seus correligionários fossem presos. A ordem, apesar de absurda, foi cumprida." (CM, 1ª pg., com o título: "O Sr. Alberico é autoridade policial?")

2e) "Alguns dos cartazes em que o Sr. Julio Prestes aparece de macacão, descansando o cotovelo num martelo, amanhecera, ontem, com uma inscrição que encobria a epígrafe pomposa 'O trabalhador'. A inscrição era: 'O leiloeiro'. Povo carioca, muito mal se dirá de ti. Mas negar-te o espírito é impossível." (CM, 1ª pg., com o título: Episódios do Pleito).

Dia 4/3

3a) "Está de parabéns o Brasil. (...) Não obstante as invencionices, as intrigas, as agitações, todas as armas eleitorais de que lançaram mão os liberais (com evidente menosprezo ao significativo verdadeiro da palavra) o povo brasileiro, em consciência dos seus direitos, com absoluta noção dos seus deveres, elegeu para presidente da República, no próximo quadriên-

nio constitucional o Dr. Júlio Prestes, e para vice-presidente o Dr. Vital Soares, nomes que concretizam as justas aspirações nacionais de tranqüilidade política e administrativa, de progresso econômico, moral e cultural. O povo brasileiro não renunciou , felizmente, às conquistas e realizações de 41 anos de democracia, e soube manifestar a sua firme vontade eleitoral sem oferecer aos inimigos de sua legítimas aspirações o espetáculo, tão ardentemente desejado por eles, do motim, da indisciplina, da anarquia (...)." (OP, 19 pg.)

3b)"Nesta capital, devido não só à morosidade do processo de apuração, como às diversas circunstâncias outras que, no momento, seria longo enumerar, só ontem se pode ter o resultado completo das eleições aqui procedidas, que, aliás, o CM já apreciou devidamente. Esse resultado, como frizamos em nossa última edição, não muda nada a significação moral da eleição que é, exatamente, aquela mesma que traçamos em nosso editorial de domingo , com a nossa costumada isenção e com a lealdade e franqueza com que costumamos falar ao povo. (...) — damos, abaixo, os resultados parciais do pleito aqui e nos Estados. Devemos, porém, chamar a atenção dos nossos leitores que esses resultados são muito incompleto e que por eles não se pode firmar, ainda, um juízo definitivo sobre o verdadeiro pronunciamento da nação." (CM, 19 pg., com o título O resultado final do pleito no Distrito Federal e as informações muito incompletas que nos chegam dos Estados).

Dia 5/3

4a)"É este o aspecto geral do pleito: onde a Aliança fiscali

zou as seções, ou a eleição não se efetuou ou o número de eleitores presentes foi menor a 30% do eleitorado (...) Assim, onde a Aliança não pode fiscalizar, o pleito correu inteiramente fraude (...) A Aliança promove, por meios legais, mostrar as fraudes". (CM, 1ª pg., com o sub-título O pleito na Bahia, segundo a Aliança Liberal, do Departamento de propaganda da Aliança Liberal).

4b) "... em várias seções nos nossos fiscais foram corridos e impedidos de funcionar; em muitos pontos as eleições foram feitas 2 ou 3 dias antes do pleito. Temos tido um trabalho infernal para documentar as ligeirezas dos presteistas. (...) O professor Bruno Lobo passou o dia de ontem autenticando as fotografias tiradas nas seções eleitorais, demonstrativas da fraude e compreensão. (...) A população está confiante na vitória da Aliança Liberal e tranquilamente aguarda os resultados do pleito." (CM, 1ª, pg. com o sub-título)

Dia 6/3

5a) "Chegam telegramas particulares de todo o Estado do Rio Grande do Sul, anunciando uma série de inomináveis violências e atos de terror implantado nas seções eleitorais contra as candidaturas nacionais dos Drs. Júlio Prestes e Vital Soares" (OP, 1ª pg., A. A., título O liberalismo do governo gaúcho)

Dia 18/3

6a) "Regressou ontem ao Rio a caravana Liberal que, sob a chefia do deputado Batista Luzardo, percorreu vários Estados do Norte em propaganda das candidaturas dos Srs. Getúlio Vargas e

João Pessoa. (...) O povo carioca fez-lhe carinhosa e festiva recepção. No cais (...) comprimia-se considerável massa popular em manifestações de intenso entusiasmo. (CM, 19 pág., A Sucessão Presidencial).

. Da descrição das eleições e da não derrota de Vargas

Ao compararmos as manchetes de OP (1a, 1b) com a do CM (1f) no dia primeiro de março, que corresponde ao próprio dia das e-leições presidenciais, percebemos a existência de uma diferença fundamental na organização discursiva dos jornais.

De um lado, encontra-se o CM assumindo na sua manchete uma neutralidade, ao colocar a eleição como uma escolha — "a nação escolherá" — sem se posicionar frente a tal escolha.

No entanto, essa neutralidade passa a se configurar como a parente uma vez que o enunciado seguinte — "Por unanimidade de votos..." — aponta, ainda que indiretamente, para as ameaças repressivas do governo federal contra o estado de Minas Gerais, partidário da Aliança Liberal.

Por outro lado, OP mais uma vez valendo-se do uso hiperbólico dos adjetivos constrói a imagem da vitória de Júlio Prestes e Vital Soares. Ambos aparecem indicados e nomeados pela "nação brasileira". O Brasil, enquanto "grande maioria das suas forças políticas" indicou os candidatos; o Brasil, enquanto "grande, esmagadora maioria do seu eleitorado", elegerá esses mesmos candidatos. Estes dois enunciados configuram as ações a serem reali-

zadas e os seus protagonistas.

Porém, embora a referência ao Brasil seja única — só existe um Brasil — a comparação entre o uso do termo nos dois enunciados aponta para uma dicotomia: o Brasil que indica os candidatos não é o mesmo que vai elegê-los. Quem indica são as forças políticas; quem elege é o eleitorado. Mas a que grupos ou comunidades discursivas "forças políticas" e "eleitorado" se referem?

Tais expressões são por si só indeterminadas. Apenas sua inserção no contexto político nos permite fazer uma leitura: a Aliança Liberal corresponde a maioria das forças políticas e seus eleitores representam uma parcela mínima do eleitorado.

No dia das eleições portanto, as manchetes aparentemente indeterminadas e/ou neutras do CM e OP têm seu sentido produzido tanto pelo contexto histórico e político como pelo intertexto próprio a cada jornal.

É também a intertextualidade que permitirá caracterizar a adesão política de cada jornal. Ao observarmos lc, ld e le, fragmentos de OP, verificamos que se constrói uma oposição entre "a cada cidadão livre o livre direito do voto" e "a violenta compreensão eleitoral exercida pelo governo de Minas". Esta oposição configura mais uma vez a Aliança em um campo político negativo, isto é, o campo "do desvirtuamento da palavra liberalismo."

De modo semelhante, nos fragmentos lf, e lg do CM, depreen-de-se o golpismo do governo contrapondo-se "A campanha ateadada pelos três estados promotores da Aliança Liberal." Cabe ressaltar ainda em lg que as expressões "grande batalha" e "embate" deslo-

cam o sentido das eleições para um campo semântico de luta através do voto.

Na continuação da descrição das eleições nos dois jornais e evidencia-se a certeza com que OP prognostica a derrota da Aliança Liberal, como se pode ler no enunciado de 2b: "Não há exagero algum em se considerar como *fora de qualquer dúvida a derrota da Aliança Liberal* no pleito presidencial de ontem."

Paralelamente, no jornal governista, constrói-se a imagem de que a vitória de Júlio Prestes representa a vitória do povo . É interessante observar, neste sentido, o apagamento dos nomes dos candidatos alinacistas, tanto nos enunciados que enfatizam a vitória do governo, como naqueles em que a previsão da derrota da Aliança aparece somada à sua desqualificação. Como nos casos: "... a derrota da Aliança veio demonstrar que tanto as suas idéias quanto seus processos de campanha foram repudiados e repelidos pela maior parte da opinião republicana do país." (2b) e "Está de parabéns o Brasil (...) Não obstante as invenções ... de que lançaram mão os liberais (com evidente menosprezo do significado verdadeiro da palavra), o povo brasileiro... com absolute noção dos seus deveres elegeu para presidente da República o Dr. Júlio Prestes...".

Quando, porém, nos detemos em analisar os fragmentos do CM, observamos que pela primeira vez este jornal tem atitudes de ataque menos disfarçadas.

As denúncias de fraudes cometidas pelo governo (2d, 4a, 4b e 5a) vêm destacadas e descritas com minúcias. Provas escritas e fotográficas são apresentadas como argumentos comprobatórios da

veracidade destas denúncias.

Do mesmo modo, piadas ferinas a respeito de Júlio Prestes (cf. 2e) constituem junto com certas afirmações igualmente ferinas (cf. 2c) a imagem do descrédito nas eleições e nos candidatos do Partido Republicano Paulista.

Nesta campanha de incompreensão do discurso constituído em OP, dois outros pontos emergem configurando a um só tempo a defesa da FDAL e o ataque à FDG. De um lado, o aspecto da "significação moral da eleição" (3b) e de outro o retorno da coluna "a sucessão presidencial", apresentando somente notícias da oposição.

Em resumo, no episódio das eleições de março, observa-se que OP mantém o discurso de incompreensão e desqualificação da voz adversária nos mesmos moldes maniqueístas já descritos anteriormente. Já o CM, assume uma voz de ataque mais transparente.

Ressaltamos que não há contradição entre os sujeitos-enunciadores do CM em posição de ataque e a postura eventualmente imparcial do jornal (cf. 3b: "... com a nossa costumada *insenção* e com a *lealdade* e *franqueza* com que costumamos falar ao povo"). Na verdade, a imparcialidade do jornal é usada como justificativa para o exercício do ataque e da crítica. Em seu nome, o CM fala ao povo podendo ser porta-voz da Aliança Liberal. A heterogeneidade discursiva é constitutiva desses sujeitos-enunciadores, permitindo que eles falem de mais de um lugar (isto é, de comunidades discursivas diferenciadas) mesmo pertencendo à formação discursiva da Aliança Liberal.

3.2.2 Caso 4: A morte de João Pessoa

Resumo

João Pessoa, presidente da Paraíba, viaja para Recife com o objetivo de visitar um amigo doente. Ao chegar em Recife, é assassinado por João Dantas, seu inimigo político.

1) Dia 27/7

a) "O presidente João Pessoa assassinado ontem em Recife. O crime foi cometido pelo Dr. João Duarte Dantas, inimigo pessoal do presidente." (OP, 1ª pg., manchetes)

b) "Começam a ser conhecidos pormenores do assassinato do Dr. João Pessoa. S. Exc. chegou a esta cidade hoje de manhã, tendo vindo de automóvel, sendo geralmente ignorada a sua viagem. Veio em visita ao juiz federal Dr. Cunha Melo, seu amigo, internado em uma casa de saúde, onde convalesce de grave enfermidade. São depois do meio-dia se espalhou na cidade a notícia da presença do Presidente Pessoa, que tinha sido visto em mais de um ponto do centro urbano, em companhia de amigos. Aproximadamente às 5:20 da tarde, achando-se o Presidente da Paraíba na confeitaria Glória, à rua Nova, foi alvejado com diversos tiros de revólver pelo bacharel João Duarte Dantas. Este, praticado o crime, procurou fugir, mas foi a seu turno alvejado pelo ajudante do chofer do carro do presidente. O Dr. Dantas ficou ferido na fronte e foi imediatamente preso." (OP, 1ª pg.)

c) "Foi ouvido pelo chefe de polícia o Dr. João Duarte Dan-

tas. Confessou haver assassinado o presidente João Pessoa em de fesa de sua honra privada, que vinha sendo difamada pelo mesmo presidente das colunas do jornal *A União*. Declarou mais que o presidente da Paraíba mandou depredar a sua residência em Teixeira. Disse não estar arrependido. Aguarda sereno a ação da Justiça..." (OP, 19 pg.)

d) "Entre a família Dantas e o presidente João Pessoa existe profunda inimizade, exacerbada, ultimamente, pela prisão, por parte das autoridades paraibanas, de várias pessoas daquela família, e por violenta polêmica travada entre o órgão oficial do presidente agora vitimado e o Dr. João Dantas, pelas colunas do Jornal do Comércio desta capital onde se achava. O Dr. Dantas fugira da Paraíba há cerca de dois meses e viera fixar-se nesta cidade. (...) Seu irmão Joaquim Dantas, foi preso e recolhido à cadeia de Piancó, onde, durante 38 dias sofreu castigos e humilhações. (...) Diversas senhoras da família Dantas, quando, em fins de fevereiro a polícia assaltou a cidade de Teixeira, foram pre - sas e estiveram na cadeia pública como criminosas comuns..." (OP, 19 pg.)

le) "Foi assassssinado o Dr. João Pessoa. Quando estava na confeitaria Glória, em Recife, o presidente da Paraíba foi alvejado pelo Sr. Duarte Dantas, tendo morte imediata. O "chauffeur" do Dr. Pessoa, por sua vez, atirou sobre o homicida, que caiu fe rido" (CM, 27/7, 19 pg., manchetes)

lf) "A notícia da morte do presidente da Paraíba se espa - lhou pela cidade com uma rapidez extraordinária. Momentos depois

uma enorme massa de povo acorria de todos os pontos da capital, impedindo o trânsito, apesar dos esforços feitos pela polícia para manter a circulação livre nas imediações do lugar onde se deu a cena de sangue. A emoção foi extraordinária. Telegrafamos às 21 horas. A agitação de ânimos é extrema" (CM, 27/7, 1ª pg, título: "A a agitação de ânimos é extrema, agência A.B.).

1g) "Recife — O Sr. Duarte Dantas, ao aproximar-se do Sr. João Pessoa disse-lhe: "Eu sou João Dantas", e detonou sua arma cinco vezes em seguida contra o presidente da Paraíba. O chofer, que esperava na calçada fronteira, ao ouvir as detonações, correu para junto do presidente paraibano que caía: "Um brasileiro como este não morre sozinho!", e desfechou vários tiros contra o Sr. João Duarte Dantas, que caiu ferido na cabeça dizendo: "Moro satisfeito". Verificou-se, depois, que o assassino do Sr. João Pessoa foi vítima muito mais do choque traumático do que do ferimento na cabeça." (CM, 1ª pg., Título: "Palavra do chofer do Sr. João Pessoa", Agência AB)

1h) "Quem é o heróico chofer"; "O povo não teve medo" , "Por medo do governador de Pernambuco um farmacêutico nega-se a medicar o Sr. João Pessoa".; "A premeditação" (CM, 1ª página, Título diversos)

2) Dia 28 e 29/7

a) "O assassinato do Sr. João Pessoa. O governo Federal decreta luto oficial por três dias. Homenagens prestadas à memória do morto pelo Supremo Tribunal, Senado, Câmaras Federais e Conse-

lho Municipal". (OP, 1ª pg., manchetes)

b) "Não haverá no país quem não condene com a maior e a mais justa veemência o assassinato do presidente da Paraíba. Nós o lamentamos e profligamos com tanto mais sinceridade, quanto aqui combatíamos os seus atos e atitude política e não admitiríamos ja mais que o combate a um homem público excedesse os limites desse ambiente. Pelo depoimento do criminoso se verifica que o atentado caracteriza uma desafronta pessoal, embora a origem da violenta inimizade cujo desfecho todos deploramos, possa filiar-se aos acontecimentos da política paraibana. (...) O próprio depoimento do matador revela que ele agiu em represália, por vingança pessoal e por exclusiva iniciativa sua. (...) Estamos, portanto, dentro das linhas mestras do nosso velho programa republicano, ao reprovamos, viva e veementemente, o assassinato do presidente da Pa-raíba, que deploramos com tanto mais sinceridade, quanto não lhe poupamos os incontáveis desvios da boa ética política que desde as funestas agitações da campanha presidencial vinham, infelizmente, assinalando sua conduta pública." (OP, 1ª pg., editorial)

c) "Jornais aliancistas e deputados de matriz notariamente infensa à paz pública não tiveram cerimônia em repetir, a propôsito do crime de Recife, a velhíssima increpação rebatida tantas vezes quanto ousar-se insinuar à luz meridiana: o governo federal era responsável pelos sucessos sertanejos da Paraíba; daí o deduziram que a esse mesmo governo cabe a culpa de ter sido assassinado em Recife o Sr. João Pessoa" (OP, pg. 3, título: "Calúnia! Calúnia! A facilidade com que se arranja uma culpa".)

d) "Um atentado brutal que emociona todo o país.

"Continuam a chegar detalhes do crime bárbaro que abateu, em Recife, o Dr. João Pessoa, o heróico presidente da Paraíba."

"O corpo do ilustre brasileiro já chegou à capital do Estado, onde se desenrolam cenas emocionantíssimas e brevemente virá repousar em terra carioca." (CM, 1ª pg., manchetes)

e) "Repercutiu dolorosamente em todo o país como, não podia deixar de acontecer, o bárbaro e covarde assassinato do Dr. João Pessoa, presidente do Estado da Paraíba. A nação inteira sentiu-se ofendido e enxovalhada por esse miserável desfecho da política gem de aldeia que está sendo praticado e desenvolvendo pela minoria impopular que toma conta dos altos postos da República. E esse enxovalho à nossa civilização custou a vida de um cidadão de t^{em}pera rara entre o nossos homens públicos (...) A gente que se levantou contra o Sr. João Pessoa na Paraíba não o faria sem que isto fosse do agrado da politicagem central, que despejou todo o seu ódio apenas contra o presidente Paraibano, porque seria no mínimo uma aventura duvidosa escolher para vítima Minas Gerais ou o Rio Grande do Sul ao invés de um dos menores Estado da Federação (...)" (CM, 1ª pg.)

3) Dia 30/7

a) "O assassinato do presidente João Pessoa. O pesar nos Estados pelo trágico destino. A boa impressão causada pelo telegrama do Sr. presidente da República". (OP, 1ª pg., manchetes)

b) "Continua impressionando vivamente a opinião pública o crime nefando de que resultou a morte do Dr. João Pessoa."

"O corpo do malogrado presidente da Paraíba, será embarcado amanhã, no Itajubá, com destino ao Rio de Janeiro, tendo daqui partido ontem, de avião, para acompanhá-lo até esta capital, o coronel José Pessoa."

"Por ordem do governo, foi fechada ontem a estação da rádio Cruzeiro." (CM, 19 pg., manchetes)

4) Dia 31/7

a) "O governo desmente que o chefe dos cangaceiros de Prinsa, José Pereira tenha solicitado uma audiência ao presidente da República. O Sr. Getúlio Vargas, em acordo com os Srs. Oswaldo Aranha e João Neves, reafirmou o seu propósito de evitar perturbações da ordem, pondo a polícia do Rio Grande à disposição do poder central." (CM, 19 pg., manchetes)

b) "O nefando atentado do Recife volta a agitar os trabalhos da Câmara. O Sr. Maurício de Lacerda, em causticante crítica, focaliza a responsabilidade do Catete e do governo republicano" (CM, 19 pg., títulos)

c) "A Câmara dos deputados esteve ontem muito animada. O assassinio do presidente João Pessoa ocupou os oradores durante todo o tempo da sessão. O Sr. Gama Cerqueira, que se achava enfermo há vários dias, declarou que o acontecimento que tanto emocionou o país lhe havia dado forças para vencer a moléstia e vir protestar pela única tribuna que resta aos Democráticos contra essa

manifestação vil da paixão política — o assassinio. O prof. Gama Cerqueira culpa o governo federal da morte do presidente pa - raibano, no que é vivamente contraditado pela maioria. Respon - de-lhe o Sr. Bernardo Jr., leader do governo, que se associa ao prazer geral do assassinio do Sr. João Pessoa propondo o levanta - mento em homenagem ao morto. Protestava no entanto, contra as ex - pressões do Sr. Garcia Cerqueira em relação ao governo federal , que qualifica de profundamente injustas. Feitas essas ressalvas, o orador propôs o levantamento da sessão e o lançamento em ata de um voto de pesar. Falou a seguir o Sr. Zoroastro Gouvea ao entrar em discussão o requerimento do Sr. Bernardes Jr. O discurso do representante democrático foi violento, acentuando as expressões do Sr. Gama Cerqueira quanto à atitude do governo da República . De novo a maioria protesta energicamente. Mais uma vez o Sr. Ber - nardes Sobrinho vai à tribuna para contraditar os representantes oposicionistas (...) Trocam-se vários apartes veementes. O re - querimento foi finalmente aprovado (CM, 19 pg., título: Sessão A - nimada na Câmara de São Paulo).

5) Dia 1/8

a) "Falou ontem na Câmara o Deputado Cyrillo Junior. Numa o - ração elevada, de claro e empolgante raciocínio, além da comunica - tiva vibração, o representante paulista confundi e desbaratou os cruéis exploradores da fatalidade que abateu o presidente da Paraíba" (OP, pg. 2, título: "Requinte de mãe fê").

b) "O covarde atentado da confeitaria Glória, em Recife. O corpo do Dr. João Pessoa, o heróico presidente da Paraíba será

embarcado hoje, pela manhã, em Cabedello, no paquete Rodrigues Alves, que o transportará ao Rio. Está oficialmente desmentida a notícia de ter o Sr. Getúlio Vargas posto a Brigada Policial do Rio Grande do Sul à disposição do governo federal". (CM, 1ª pg., manchetes)

c) "Porto Alegre, 29 (AB). Continuam a circular nos meios políticos desta capital informes de toda a espécie. Diz-se , entre outras coisas, que em telegrama enviado ao Sr. Getúlio Vargas, o Sr. Borges de Medeiros declarou que qualquer movimento de protesto do Rio Grande só mereceria a simpatia do Brasil inteiro. Acrescenta-se, no entanto, que o Sr. Getúlio Vargas não quer de nenhuma forma levar o povo a qualquer movimento de protesto." (CM, 1ª pg., título: "O Sr. Getúlio Vargas não quer protesto").

d) "É ainda o nefando atentado de Recife que empolga os trabalhos da Câmara".

"O Sr. Cyrillo Jr. faz a defesa do governo e o Sr. José Bonifácio volta a atribuir ao presidente da República a responsabilidade de ter criado o ambiente propício ao monstruoso crime." (CM, 1ª pg., títulos)

6) Dia 2/8

a) "O comunismo, delicado tema para um livro de capa vermelha e títulos espantados, também meteu o seu narizinho em nosso ambiente. O povo rude, a turba tradicionalmente ignorante, a massa das ruas, enfim, que ama o espalhafato e a exibição, recebeu

com vivo entusiasmo — embora não as compreendendo nem pela rama — as idéias atiradas em outros centros por outros agentes (...). O operário brasileiro é bastante inteligente para aceitar assim de golpe, o espetaculoso cavalo de tróia no qual os agentes de Moscou se esforçam por vê-lo montado. Demais, o operário no Brasil é o trabalhador que mais regalias recebe, que maiores liberdades goza, tornando-se mesmo um gentilhomen diante do operariado de outras nações. Dentro da classe operária indígena há, naturalmente uma percentagem minúscula de descontentes, de fanáticos, de enfermos. Essa porção diminuta, contudo, sofre o repúdio e a indiferença da grande maioria que compreende perfeitamente a excelência de nossas leis (...)" (OP, pg. 2, Editorial, Título: "Comunismo a prestação").

. Da imagem da morte de João Pessoa ao confronto político nos jornais

A morte de João Pessoa: causas políticas ou pessoais? A pergunta que formulamos não corresponde a uma dúvida suscitada nos jornais. Pelo contrário, o CM e OP empenharam-se em caracterizar diferentemente e de modo inequívoco a causa do assassinato.

A já mencionada situação de porta-voz político determinou

o posicionamento de cada jornal frente ao acontecimento.

No CM lê-se: "... A gente que se levantou contra o Sr. João Pessoa na Paraíba não o faria sem que isto fosse do agrado da politicagem central, que despejou todo seu ódio contra o presidente paraibano" (2e). Enquanto isso, OP publica: "Jornais aliancistas (...) não tiveram cerimônia em repetir, a propósito do crime em Recife, a velhíssima increpação (...) : o governo federal era responsável pelos sucessos sertanejos , daí deduziram que a esse governo cabe a culpa de ter sido assassinado o Sr. João Pessoa" (2c).

Ao compararmos nos dois jornais as manchetes divulgadoras do fato (la e le), podemos verificar que desde o início OP caracterizou o crime como pessoal, tendo sido motivado pela defesa da honra.

É no depoimento do próprio João Dantas (lc) que se encontra objetivamente a motivação — ou melhor dizendo, esclarecimento — do crime.

Segundo o relato do enunciador-jornalista (voz agente da FDG), João Dantas "foi ouvido" (o que produz em efeito diferente de prestar depoimento ou depor); "confessou" o motivo do crime, isto é, "a defesa de sua honra privada"; "declarou" outros atos impiedosos de João Pessoa; "disse", em função dos

argumentos apresentados, "não estar arrependido" e "agurada se reno", também em função dos argumentos apresentados, "ação da justiça."

O discurso indireto empregado no fragmento mencionado, dá homogeneidade à enunciação da voz paciente. Embora o artigo não o afirme explicitamente, o leitor é induzido a crer que João Dantas não tinha alternativa, tendo sido levado a matar João Pessoa instigado pelo próprio João Pessoa. É o "discurso da vítima" que OP vai construindo em torno do assassino.

No entanto, uma contradição poderia ser destacados, já que em OP encontramos tanto artigos que apóiam este "discurso da vítima" (cf. 1c e 1d) como outros com posicionamento contrário à atitude de João Dantas (cf. 2b).

No fragmento 1d, uma longa lista de atrocidades cometidas por João Pessoa contra Dantas e sua família reforça a imagem de vítima que se constrói em torno do assassino. Entretanto, por que motivo no primeiro enunciado do dia 28/7 (2b) encontra-se a afirmação: "Não haverá neste país quem não condene com a maior e a mais justa veemência o assassinato do presidente da Paraíba." Estaria o discurso jornalístico-político de OP apresentando pela primeira vez vozes dissonantes? Ou ainda, estas posições diferenciadas (contra ou a favor de J. Dantas) representariam al-

guma ruptura na FDG?

Para que uma das hipóteses acima se concretizasse, seria necessário que a oposição entre as vozes fosse de natureza política e isto não ocorre.

No editorial do dia 28/7, configura-se o repúdio ao ato de João Dantas exatamente por este ser um crime pessoal "*em reñhesãlia, por vinganças e por exclusiva iniciativa sua*" (de João Dantas). Ao frisar este ponto de vista, *OP* pode circunscrever a natureza do assassinato e repudiá-la, afirmando: "Estamos, portanto, dentro das linhas mestras do nosso velho programa republicano ao reprovarmos viva e veementemente o assassianto do presidente da Paraíba."

Concomitantemente, produz-se uma associação entre a crítica o crime e o criticar ao próprio João Pessoa: "... quanto não lhe (João Pessoa) poupamos os incontestáveis desvios da boa ética política que desde as funestas agitações da campanha presidencial vinham infelizmente assinalando sua conduta pública" (2b).

Deste modo, podemos afirmar que essas duas vozes depreendidas na intertextualidade de *OP* formam uma só unidade, isto é, são complementares e não oponentes. Estes procedimentos discursivos tem como efeito estratégico tirar de cena (ou melhor de foco) o presidente paraibano assassinado. Nas páginas de *OP*, seu nome só aparece vinculado à desaprovação moral de um crime comum ou como lembrança de sua não qualificada conduta política e pública.

A partir desta estratégia discursiva, *OP* pode colocar-se *OP*

numa posição mais confortável de defesa frente aos ataques alian^ucistas. "Calúnia! Calúnia!" (2c) é o que resta a OP bradar.

O crime, nas manchetes e artigos do CM recebe outra caracterização. A retomada de telegramas (publicados em 24/7) mencionando documentos encontrados na casa de João Dantas, que seriam indicadores de uma conspiração contra a ordem na Paraíba, serve de argumento contrário à tese de defesa da honra citada em OP.

Um léxico formado em torno de expressões como "têmpera rara", "ilustre brasileiro", "bárbaro e covarde assassinato", "povo enfurecido", "dolorosamente" é repetido durante vários dias, criando, no CM, sentimentos de perplexidade e raiva em função do assassinato.

Dois grupos de personagens protagonizam a teatralização da morte de João Pessoa: o povo exaltado e os políticos de oposição entram em conflito com o governo, responsabilizando-o pelo assassinato. A morte de João Pessoa torna-se assim, pretexto para o exercício maniqueísta da disputa política.

Vejamos a configuração deste processo no funcionamento discursivo do CM.

A imagem projetada pelo CM é, portanto, a do crime político, de um "bárbaro e covarde assassianto". Nas primeiras descrições do acontecimento, o foco incide sobre João Dantas, João Pessoa, o chofer e o povo (cf. 1e e 1f).

Em todo o percurso descritivo do CM, retorna-se sempre ao povo como o lugar da emoção ("a agitação de ânimos é extrema"), da revolta ("o povo não teve medo"; "o povo, enfurecido, queima

residências"), e da reivindicação ("o povo do Rio Grande do Sul exige que o governo tome uma atitude enérgica"). Enquanto isso, cresce, por um lado, a imagem negativa do governo federal e, por outro, a imagem do pacifismo da oposição reaparece com mais intensidade: "... o presidente mineiro é contrário a qualquer solução fora da lei, entendendo que os liberais deve combater , pela tribuna e pela imprensa o governo federal, condenando-o pa ra o país inteiro e expondo-lhe como um castigo os erros e as violências".

Aos poucos, na sucessão de reportagens sobre o assassinato, vai se produzindo o apagamento de João Dantas no cenário do cri me para que em seu lugar pudesse ficar o governo de Washington Luiz. Desloca-se o foco de atenções (embora o CM continue dando notícias pequenas sobre João Dantas até 4/8) e junto com ele se que a dramaticidade e a repulsa pelo crime. Em outras palavras quando o governo culpabilizado entra em cena, a ele é atribuída a imagem negativa criada em torno de João Dantas.

Podemos traçar um paralelo, portanto, entre enunciados do tipo "A nação inteira sentiu-se ofendida e enxovalhada por esse miserável desfecho da politicagem de aldeia" (2e), onde já ocor re o apagamento da figura de João Dantas, e outros como "O Sr. Maurício de Lacerda, em causticante crítica, focaliza a responsabilidade do Catete e do governo de pernambuco" (4b), em que se ev idência a culpabilização do governo,

O funcionamento discursivo do CM também se caracteriza pelo excesso de pormenores nas descrições do episódio (cf., por exem-

plo lg) e pela contínua repetição do crime ao longo de mais de uma semana. No fragmento ld, o requinte na descrição chega a produzir um efeito dramático, até mesmo romântico. O detalhamento do crime (cf. os títulos de lh) toma conta de toda a 1ª página no dia 27 e permanece nos dias subsequentes.

A morte de João Pessoa é, assim, prolongada, mantida em suspenso.

Sete dias após o assassinato, quando o corpo ainda não havia sido enterrado, houve a celebração de missas em vários pontos do país. O CM referiu-se detalhadamente a cada um delas, acentuando sempre a presença do povo como se pode notar no fragmento 6b.

Por fim, gostaríamos de fazer uma referência ao discurso relatado presente em 4c e em 5c, ambos fragmentos do CM.

No primeiro fragmento, os sujeitos-enunciadores políticos (voz paciente) são discriminados nominalmente e seus dizeres são citados indiretamente pela voz agente. Ocorre, em 4c, a passagem do discurso indireto para o discurso indireto livre, e deste para a descrição dos discursos.

A citação indireta ("O Sr. Gama Cerqueira declarou que...") e sua transformação em descrição ("O discurso do representante democrático foi violento...") evidencia a interpretação e homogeneização de uma pluralidade de vozes pela voz agente.

Por outro lado, em 5c, as formas verbais com o pronome se ("Diz-se, acrescenta-se") indeterminam o sujeito enunciatador que estaria fornecendo informações a respeito das declarações de

Borges de Medeiros e de Getúlio Vargas. Trata-se, portanto, de um caso em que existe uma indeterminação sintática da voz paciente feita pelo enunciador jornalista. Ao mesmo tempo, esta voz paciente torna-se voz agente, pois a ela é atribuída o relato dos dizeres de Medeiros e Vargas.

Cabe ressaltar que neste jogo de indeterminação de quem disse o que para quem, Vargas assume mais uma vez o papel do político contrário à violência.

Em resumo, o assassinato de João Pessoa foi pretexto para a Aliança Liberal reacender a luta política que havia permanecido latente desde as eleições. Podemos ter acesso a parte desta luta, já que ela está inscrita no espaço discursivo polêmico formado pelo CM e OP.

3.3 O período revolucionário e o pós-revolucionário

O movimento revolucionário tem seu início em 4 de outubro no Rio Grande do Sul. Quase que ao mesmo tempo, eclodem conflitos em Minas Gerais e no Nordeste. No dia 5, o governo federal decreta o estado de sítio nos estados revoltosos, estendendo-o poucos dias depois a todo o Brasil.

Durante esse período inicial, somente a voz do governo se faz entender seja através dos jornais que tradicionalmente são seus porta-vozes, como OP, seja através de outros que, em função da censura, não têm como registrar o que estaria acontecendo, como é o caso do CM.

Neste momento da análise iremos ressaltar, então o modo como OP se apropria dos acontecimentos até seu empastelamento por populares em 24 de outubro.

Lembremos, ainda, que o CM não se constitui como seu interlocutor neste período na medida em que sofria a ação da censura.

Vejamos as seguintes manchetes:

(1) "A situação geral é excelente para a legalidade. E tudo fazer crer que muito em breve estará completamente dominada a inominável rebelião encabeçada pelos governos de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul". (OP, 9/10, 10 pg., manchetes)

(2) "Mantém-se firme e vigilante a confiança do povo na ação patriótica dos poderes constituídos. As operações das forças legalistas prosseguem com grande vantagens nos objetivos visados." (OP, 14/10, 19 pg., manchetes)

(3) "Ante a pressão das forças legalistas os rebeldes abandonaram Santa Rita do Jacutinga, Guaranesia e Guaxupê. Em Itararé, na fronteira São Paulo-Paraná, foi rechassado um novo ataque dos sediciosos, que sofreram grandes perdas e deixaram cerca de 200 prisioneiros em poder das tropas da União." (OP, 17/10, 19 pg., manchetes).

(4) "Sabe-se agora que, exceptuados alguns elementos esparsos, as guarnições federais do Rio Grande do Sul, em sua totalidade, mantiveram-se fiéis ao governo da Nação." (OP, 22/10, 19 pg., manchete)

Estes quatro fragmentos (além de outros semelhantes) referem-se à eminente vitória do governo. Tal ponto de vista é determinado por expressões adjetivadoras — tais como "situação geral excelente"; "grandes vantagens"; "... os sediciosos, que sofreram grandes perdas..." — que visam construir a imagem de fragilidade do movimento armado em oposição à força do governo.

Ao mesmo tempo, em tais manchetes, configura-se mais uma vez a dicotomia maniqueísta construída no discurso jornalístico-político de OP entre os 'bons' isto é, a ação patriótica dos poderes constituídos"; "o governo da nação"; "as forças legalistas") e os 'maus' ("os sediciosos"; "os rebeldes mineiros").

Cabe ressaltar que esta dicotomia se acentua de tal modo que através dela instaura-se uma perplexidade que estaria sendo sentida pelo governo e pelo povo frente aos acontecimentos, como se pode observar nos fragmentos:

(5) "Antes de tudo, ocorre recordar que o vício de origem da candidatura de Sr. Getúlio Vargas foi a traição. As cartas famosas aí se acham para comprová-lo. Diante da reprovação geral suscitada pela conduta desse político, reprovação que já prenunciava a sua derrota nas urnas, imediatamente se desfecharam contra o país ameaças revolucionárias. Revolução para mascarar a felonía. ... Mas revolução por que? Até agosto de 1929, o oficialismo riograndense e o oficialismo mineiro apoiavam incondicionalmente o programa político-administrativo do Sr. Presidente da República. Teria, dessa data em diante, praticado o Sr. Presidente da República algum ato que desvirtuasse o seu programa, apoiado por mi-

neiros e riograndenses desde 15 de novembro de 1926? Não. Nenhum. (...) Essa era a situação do Brasil no momento em que o Sr. Antonio Carlos, não podendo ser candidato nem do seu próprio Estado, aliciou a memorável hipocrisia do Sr. Getúlio Vargas para a empreitada do funesto aliancismo. Declarou-se aí a cisão no situacionismo federal e travou-se a campanha sucessória. Na vigência desta campanha teria o Sr. Presidente da República praticado algum ato que, mesmo por hipótese, pudesse dar aparência de fundamento a uma revolução? Não. Nenhum. (...) Por que , pois, revolução? Quem assim interroga não somos nós: é a opinião nacional. O governo profundamente brasileiro, exemplarmente tolerante, severamente probo, preocupado com o prestígio, o progresso e a dignidade do Brasil, o governo do Sr. Washington Luiz não poderia provocar essa vergonhosa e criminosa vilania que aí está, não mereceria e não merece essa abominável ingratidão, que meia dúzia de ambiciosos vulgares e tartufos execrandos cevaram no despeito e no ódio e vão desentranhando em sangue de irmão." (OP, 9/10, 19 pg., título: "Revolução por que?")

(6) "Em nosso editorial de domingo deixamos rigorosamente documentada a conduta inominável do presidente do Rio Grande do Sul em relação ao Sr. Presidente da República. Essa conduta assinou-se desde o começo, invariavelmente, por toda sorte de perfídia, visando a ludibriar a estima e confiança do chefe da nação. Convirá, por isso, insistir no exame dos fatos arguidos, para que tenha a opinião pública a noção perfeita do caráter desse homem, desde a aproximação da época em que se deveria cuidar da sucessão presidencial até o dia sinistro em que o Sr. Getúlio Vargas resol

veu botar abaixo a máscara e atirar a sua polícia contra o exército nacional, a ordem jurídica do país, a harmonia e a paz da família brasileira. (...) Os fatos que ali se arrolam são incontestáveis, por largamente notórios e exhaustivamente demonstrados. Constituem-nos mais tortuosas perfídias de que é capaz a deslealdade mais fria, mais calculada e mais degradante, excluindo os desvãos, as gretas, as frinchas, as escuridades de um caráter que não podia resvalar para outro despenhadeiro mais lógico do que esse, em que o Brasil hoje o vê, entre o nojo e o horror da sua mais legítima repulsa." (OP, 14/10, 19 pg., título: "As perfídias do Sr. Getúlio Vargas").

(7) "Ainda hoje, atônita, a opinião pública pergunta: por que revolução?" (OP, 22/10, 19 pg., título: "A alucinação da felonia").

(8) "Sabem todos, inclusive os rebeldes, que motivo algum havia para essa revolução sinistra, que aí premedita a destruição nacional. O país reerguia-se de terrível crise econômico-financeira que o assaltou, como reflexo da crise que sofreram e ainda sofrem todas as nações. (...) Que querem eles? Aniquilar o Brasil! Não haja a menor dúvida. Depois de nos terem desunido, de terem feito correr desumanamente o generoso sangue de irmãos, de terem comprometido o crédito, a fortuna, o prestígio internacional do país, eles visam confessadamente retalhar a nossa terra. (...) Não é possível que isso se verifique! O Brasil não quer morrer e não morrerá! Os brasileiros não querem ficar sem pátria, e não a perderão! (OP, 24/10, 19 pg.).

"Revolução por quê?" é o enunciado gerador de toda uma estratégia discursivo-argumentativa de OP que tem como objetivo atribuir ao movimento revolucionário o sentido que a FDG deseja: não há motivos para a revolução, por isso os revoltosos não passam de "ambiciosos vulgares e tartufos exercráveis". Este enunciado é atribuído tanto ao povo, como ao governo.

Para justificar esta atribuição de sentido, é retomada a história recente do Brasil ("Antes de tudo, ocorre recordar..."). Este apelo à memória constrói uma ficção, "a ficção de uma história imóvel" (Courtine, 81: 1982).

Em outras palavras, a memória histórica retomada pela ótica da FDG, dominante no momento, torna possível a montagem de uma história — uma 'ficção' — que explicaria os acontecimentos do presente.

Tal ficção (segundo as próprias palavras de Washington Luiz: "O Brasil seguia com segurança havia três anos, no rumo da sua vida de progresso...") pode ser instituída na medida em que a interlocução, antes representada no espaço discursivo polêmico formado pelos dois jornais, foi recalcada.

Se não há interlocutores, não há possibilidade de reversão entre os papéis de voz agente e voz paciente e o objeto do discurso — no caso, o movimento revolucionário — recebe o sentido dominante impresso pela voz agente, isto é, aquele produzido no interior da FDG.

Assim é que expressões do tipo — "memorável hipocrisia" ; "empreitada do funesto aliancismo"; "vergonhosa e abominável ví-

lania"; "abominável ingratitude"; "conduta inominável do presidente do Rio Grande do Sul"; "deslealdade mais fria"; "destruição nacional" — são outras marcas lingüísticas — hipérboles — sobre as quais também se apóia a construção de uma imagem negativa acerca dos revolucionários para a opinião pública. Neste momento, os revolucionários são exemplos de não-brasileiros, inimigos e responsáveis "por terem feito correr desumanamente o generoso sangue de irmão".

Há que se chamar a atenção para a associação feita entre os revolucionários e os comunistas, no discurso jornalístico-político de OP. Vejamos, então, como tal associação é formulada:

(9) "Não há dúvida alguma sobre isto: Luiz Carlos Prestes é um dos generais ao serviço da revolução vergonhosa do Sr. Getúlio Vargas (...). Outros comparsas de Luiz Carlos Prestes são encontrados em Minas e Paraíba, sem contar os que foram desbaratados no Pará. Portanto, iniludivelmente, nessa resolução indigna e calamitosa, os três governos celerados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba se acham associados aos bolchevistas chefiados por Luiz Carlos Prestes. (...) Brasileiros, a postos! As armas contra a traição e o comunismo!" (OP, 12/10, pg. 2, título: "O comunismo está com os masoquistas! Mais uma razão para reagirmos e vencermos!").

(10) "Além das naturais conseqüências calamitosas de natureza moral, social e econômica, dessa rebelião sinistra, que está aí ensanguentando a nossa terra, apresenta-se ela com característica e objetivo que imediatamente exigem identificação de todos

os brasileiros patriotas nun sō corpo e numa sō alma, para combater a traiçoeira insurreição. *Estã rigorosamente demonstrado que Luiz Carlos Prestes e seus asseclas comunistas participam da luta desencadeada no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais e na Paraíba.* Acham-se eles à frente de formações revolucionárias, perfeitamente identificados com as polícias sublevadas e com os que as sublevaram, que são precisamente os chefes dos três Estados. Evidente é que esses sequazes do soviets conjugam com os politiqueiros sediciosos para tentar realizar seja como for as suas idêias dissolventes, embora entre o seu insano desejo e a realidade, que será a vitória do Brasil, vá um abismo. (...) Ora, que é que prega o comunismo? A destruição do estatuto jurídico da sociedade, isto é, a sua dissolução e a sua escravização; o aviltamento da família (...) é, em suma, a eliminação das pátrias. (...) Mas com outro flagelo igualmente insuportável está nos ameaçando os rebeldes: o separatismo, a mutilação da Pátria, a redução territorial e política do Brasil, o esfacelamento da nossa terra e da nossa gente — e consta que, no desígnio de dar forma prática a tão miserável atentado, o Sr. Getúlio Vargas e seus aliados já estão procurando apoio que represente uma traição vil, contra a qual se levanta, em indignada repulsa, o nosso inflamado patriotismo. Assim, de um lado temos o comunismo, identificado em Luiz Carlos Prestes e de outro, o separatismo, anunciado desde muito tempo pelo Sr. Afranio de Mello Franco ao Sr. Epitácio Pessoa. (...) Conhece-se agora a intenção do Sr. Getúlio Vargas e de seus associados: quebrar a unidade nacional (...) O governo vai reprimindo a rebeldia com as armas que lhe proporcionou a Constituição. O dever de todos acha-se, pois,

3.3.1 O período revolucionário

Durante este período, que vai do início de outubro até dia 24, quando ocorre o levante do Forte Copacabana, a deposição e prisão de Washington Luiz, consagrando o movimento, o CM torna-se uma espécie de réplica de OP (cf. Anexo 6 e 7). A leitura de um ou de outro jornal aponta para os mesmos informes, ou seja, os comunicados do governo, a convocação dos reservistas, a situação do abastecimento da cidade do Rio de Janeiro, a fiscalização do leite e, acima de tudo, as sucessivas vitórias dos legalistas sobre os revolucionários.

Tal fato nos faz supor uma forte censura por parte do poder federal sobre os órgãos de imprensa e, dentre eles, o CM. Esta situação é confirmada e relatada pelo próprio jornal após a instalação do governo provisório. Entre os dias 3 (início do levante) e 24 (vitória da revolução) a única pista que encontramos no jornal a respeito da censura é a seguinte nota: "... damos no ticiário desenvolvido, *procurando tanto quanto nos é possível*, informar nossos leitores". (CM, 5/10, 1ª pg., grifo nosso)

No entanto, em um aspecto o OP se distingue do CM: a sua explícita adesão à causa legalista. A defesa do governo empreendida pelo jornal e o conseqüente ataque ao movimento revolucionário representam uma continuidade política.

traçado: reagir, repelir, esmagar, vencer. Para isso, nada mais nos cumpre do que apoiar as diretrizes redentoras do poder legal, que escudado na Constituição, defende o regime e salva o Brasil. (OP, 15/10, 1ª pg., título: "Comunismo e separatismo — estes os dois flagelos que o Brasil está combatendo e cuja sinistra ameaça os brasileiros de honra estão repelindo!")

De acordo com estes fragmentos discursivos, os comunistas, associados aos revolucionários — no caso os partidários de Getúlio Vargas — estariam tomando parte ativa no movimento armado, "combatendo a República e o Brasil!"

O que se lê nas páginas de OP é a ameaça do "separatismo" e a "eliminação da Pátria" feita pelos "sequazes soviets" e pelos "politiqueiros sediciosos". Enquanto isso, o governo "vai reprimindo a rebeldia com as armas que lhe proporcionou a Constituição".

A partir da oposição instituída entre o "poder legal" e a "traíçoeira insurreição", torna-se viável circunscrever o lugar dos revolucionários e mais, permite que se forme uma identificação ideológica entre os dois grupos de revoltosos.

Não há grandes sutilezas discursivas em OP neste caso. A atribuição de sentidos é clara: "O comunismo está com os masor - queiros! Mais uma razão para reagirmos e vencermos!" Destacam-se, nesta prática discursiva as afirmações categóricas, sempre seguidas de frases no imperativo que visam a consecução, i. e., a luta contra os revolucionários, separatistas e comunistas.

Como veremos a seguir, no período pós-revolucionário, ao se inverter a situação política, inverte-se também o sentido insti-

tuído pela FDG para termos como revolução, povo, pátria.

3.3.2 O período pós-revolucionário

. Das formas de silenciamento à instituição da nova ordem política.

Como já afirmamos anteriormente "silenciar não é o mesmo que calar o interlocutor". No caso do período pós-revolucionário, ocorre um silenciamento das vozes da FDG, que é resultado de ações concretas.

Tais ações, como frisa o CM, são efetuadas tanto pelos revolucionários, como também pelo povo que, desse modo, passa a ter o status de co-autor da revolução.

Dentre as principais ações, temos:

a) a prisão e posterior exílio dos principais líderes do governo como é, por exemplo, o caso de Washington Luiz:

(1) "A vitória da revolução. O Sr. Washington Luiz, presidente deposto da República, foi recolhido, preso, ao forte de Copacabana. As medidas tomadas pela Junta Militar para restabelecimento da ordem e da paz do território nacional." (CM, 25/10, 1ª pg., Manchetes).

b) o empastelamento de diversos jornais legalistas, dentre os quais, JP:

(2) "A avenida Rio Branco viveu ontem o seu maior dia. A artéria central da cidade, entumescida, latejando sob a pressão das multidões delirantes, que ovacionavam a insurreição, foi teatro ora de cenas de intensa cólera popular, ora de incontidas explosões de afetuosidade, de tropa e povo confraternizados. Mal repercutira a notícia da renúncia do governo, a população tomou a avenida Rio Branco. Sobre todas as sacadas, como que por encanto, surgira, de improviso, tremulando ao vento, inúmeras bandeiras nacionais. Os autos desfilavam com os para-brisas e os radiadores ornados com bandeirolas e galhardetes rubros. (...) Em pouco, as multidões, como batidas por ondas de uma procela invisível, tomaram-se de uma indignação irrefreável, indescritível, e num ímpeto, invadiram as redações de *O País*, *A Notícia*, *A Gazeta de Notícias*, *O Jornal do Brasil* e *A Noite*. Das janelas dos órgãos atingidos, rolaram móveis, máquinas, papéis de toda a ordem, livros e uma infinidade de outros pequenos objetos que, empilhados nos largos passeios da avenida, foram queimados. As fogueiras flamejaram, as labaredas crepitaram violentas, e, em volta, a multidão dava vivas à Revolução e à Liberdade. (...) (CM, 25/10, 1ª pg., título: "Na avenida Rio Branco")

A esse processo de silenciamento que se realiza na materialidade de determinados atos (a vertente social da prática discursiva revolucionária), somam-se outros procedimentos que têm como objetivo institucionalizar e sedimentar a "nova" ordem política.

Alguns destes procedimentos são resultados de ações não puramente discursivas, como por exemplo a nomeação da Junta Governativa, a nomeação de Vargas como presidente e a substituição de

placas contendo o nome de ruas e praças "por outras , contendo o nome do inolvidável João Pessoa" (CM, 25/10, pg 3).

No entanto, a institucionalização desta nova ordem e de suas vozes se faz sobretudo pela retomada dos dizeres governistas — para enfim calá-los — e pela lembrança dos ideais da revolução republicana de 1889. Estes dois aspectos constituem a vertente discursiva da revolução. Observemos, de início, que a retomada dos dizeres governistas é feita para que se possa desconstruir seus possíveis efeitos sobre a opinião pública.

Assim é que, se o governo afirmou antes que o movimento estava liderado por uns poucos rebeldes, é necessário, agora, evidenciar a adesão irrestrita de militares e populares; se o governo chamou os revolucionários de "tartufos execrands", cabe, agora , chamar esses mesmos revolucionários de "patriotas e heróis"; se o governo demonstrou perplexidade face ao movimento armado, é importante, nesse momento, evidenciar que a revolução resulta de um descontentamento de pelo menos dez anos, possuindo o apoio popular; e, por fim, se o governo associou os revolucionários aos comunistas, torna-se vital estabelecer novamente uma dissociação entre estes dois grupos (ou comunidades discursivas).

Trata-se, em suma, da desconfiguração dos sentidos produzi - dos no interior da FDG, para a instituição de outros sentidos, a aqueles próprios do movimento revolucionário, ou melhor dizendo , da formação discursiva da revolução (que neste momento não se confunde com a FDG dos revolucionários, que, como vimos , é representada pelos militares dos movimentos de 1922 e 1924.)

É por este motivo que no discurso jornalístico-político do

CM encontram-se certas marcas na enunciação, depreendidos da superfície lingüística, que realçam o sentido que os revolucionários visam instituir nesse momento.

Uma desta marca é a *negação* daquilo que o governo disse ou fez. A negação — expressa por um advérbio ou por outras expressões que a evidenciam — apresenta-se, em geral, seguida de provas — como depoimentos — que imprimem uma autenticidade ao discurso jornalístico e paralelamente, legitimam o movimento revolucionário. Vejamos alguns exemplos:

(3) "*Ocultando a verdade, o governo não quis, porque não lhe convinha, dizer à nação que mais da metade do glorioso exército nacional estava com a causa popular contra a tirania central e as tiraniazinhas podres e sem base dos 17 estados que dobram servis às imposições da volutariedade do Sr. Washington Luiz*". E, *entretanto*, logo três dias depois de estalar simultaneamente no Rio Grande do Sul, em Minas e na Paraíba o movimento destinado a fazer o que foi feito ontem, para alegria geral dos brasileiros — a deposição do governo federal — estavam com a revolução os seguintes corpos: no Rio Grande do Sul — 79, 89 e 399 regimentos de infantaria (...)" (CM, 25/10, pg. 2, título: "Uma coisa que os comunicados oficiais não disseram", grifo nosso).

(4) "*A revolução não foi um movimento de surpresa. Ela vem sendo preparada a um decênio, inspirada nos mais altos e nobres ideais e visando, principalmente, a necessidade do país se entregar ao governo de si mesmo, garantido o direito de representação*

e assegurado o império da lei e da justiça. " (CM, 26/10, pg.2, título: "Recapitulação", grifo nosso)

(5) "Procuramos ontem ouvir alguns generais mais diretamente ligados ao movimento armado de 24 de outubro, e que depôs o Sr. Washington Luiz, encarcerando-o como necessidade pública, na Fortaleza de Copacabana. As opiniões são uniformes. Devemos resumi-las aqui, a fim de com elas, ao pé da verdade, reconstituirmos os fatos históricos como eles realmente se passaram. (CM, 28/10, pg. 30 : "No preparo do Movimento, grifo nosso).

Além da negação, há, ainda, um outro modo de operar com a desconfiguração do sentido produzido pela FDG.

Estamos nos referindo mais uma vez à adjetivação excessiva — hipérboles — usada para caracterizar os acontecimentos e os sujeitos-políticos envolvidos na revolução. Juarez Távora a ser "o bravo general libertador" (CM, 29/10, 1ª pg.), Getúlio Vargas torna-se "o generalíssimo das forças revolucionárias vitoriosas" (CM, 3/11, 1ª pg.).

Do mesmo modo, a descrição do "delírio popular" que toma conta da cidade do Rio de Janeiro, quando ocorre a deposição de Washington Luiz, ou quando Getúlio Vargas assume o poder, é uma forma de evidenciar através do uso abusivo dos adjetivos que a opinião pública sempre foi favorável ao movimento revolucionário.

Os fragmentos abaixo reproduzem a descrição de cenas de adesão popular:

(6) "Logo que se teve aqui confirmação de que o Sr. Washington Luiz havia sido forçado a deixar o poder, o povo, saindo em massa para as ruas e praças, entregou-se ao mais delirante entusiasmo, percorrendo as artérias dando vivas à liberdade, na mais legítima expansão aos seus sentimentos até aqui sopitados..." (CM, 25/10, pg. 3)

(7) "O povo carioca recebeu ontem o Sr. Getúlio Vargas com plena exuberância de entusiasmo, reafirmando-lhe, já hoje livre pelas próprias mãos, as simpatias que demonstrara, quando ainda sujeito ao jogo do regime oligárquico, ao então candidato da Aliança Liberal. Abriu os braços acolhedores ao comandante-chefe do Exército do Sul, podendo dizer que o fazia com pleno direito, porque soubera também ele, como os outros povos das unidades da Federação, conquistar a liberdade, correndo aos quartéis para cooperar com as tropas revoltadas, na gloriosa jornada de 24 de outubro, e três dias depois quando a traição vermelha pretendeu ameaçar ao triunfo revolucionário. (...) é o segundo contato que o Sr. Getúlio Vargas tem com a alma carioca, para ser assim ovacionado, e poucos homens públicos já houve que dessem motivos ao povo desta terra para uma 'reprise' de vitória. É pois um bom augúrio para o estadista que acaba de pisar este solo hospitaleiro fazê-lo pela segunda vez sob o delírio das massas que sabem aplaudir e ser justas, mas que raramente têm encontrado quem mereça a repetição do seu aplauso. O Sr. Getúlio Vargas mereceu-o agora vindo como um batalhador da liberdade nacional à frente de uma das hostes que se levantaram

em todas as unidades da República para abater os opressores. A nação está certa de que, aberta esta nova era de redenção, o estadista dos pampas que extinguiu os dissídios políticos em sua terra e irmanou os gaúchos, irmanará o Brasil inteiro numa obra de regeneração de costumes como a prometida por todos os próceres de hoje e pela qual se vinham batendo, há longa data, no terreno das idéias, e há um decênio no campo das lutas, os patriotas incansáveis que tudo vinham dando pelas conquistas democráticas a cujo limiar nos acaba de trazer a revolução vitoriosa. A tarefa de nos conduzir do limiar ao recinto, ontem o povo do Rio de Janeiro, vibrante de esperança, pôs aos ombros do Sr. Getúlio Vargas". (CM, 1/10, 1ª pg.)

(8) "Um dia de grande, intensa, formidável vibração popular. Chegou ontem ao Rio, as 6:25 da tarde, o presidente Getúlio Vargas. A população carioca fez-lhe verdadeira apoteose". (CM, 1/10, 1ª pg., manchetes)

Cabe ressaltar que, nestes discursos sobre a adesão popular, não se encontra a idéia de que a revolução teria sido feita para o povo. A imagem construída é a do povo em ação nas ruas, empastelando jornais ou ovacionando seus líderes.

Nesse sentido, enunciados do tipo "A vitória da Revolução foi a vitória da opinião popular" (CM, 25/10, 1ª pg.) ou ainda "Até aqui, o povo obedecia ao governo; agora, é o governo que tem de obedecer ao povo" (CM, 5/11, 1ª pg.) são enunciados que fixam o sentido de uma participação efetiva da população na causa revolucionária.

No entanto, conforme se depreende no próprio discurso jornalístico-político do CM, o movimento foi essencialmente militar.

Nas primeiras reportagens, o termo *revolução* alterna-se, eventualmente, com *golpe militar*, embora as grandes manchetes repetam as expressões "A vitória da revolução" e "A revolução triumfante" (cf. anexo 8).

Como já vimos, os revolucionários são denominados "heróis". No que se refere a Vargas, em particular, observamos que, no discurso jornalístico-político do CM, sua figura política permanece com a imagem de tranquilidade e com uma certa dose de ironia.

O relato da entrevista concedida à imprensa, como se pode observar no texto abaixo, é um bom exemplo do modo de representação de Vargas no CM:

(10) "Na tarde de ontem, o major Barbosa Gonçalves comunicou aos jornalistas ali creditados o convite do chefe do governo provisório para uma recepção. Ao ingressarmos no salão dos despachos, apoiado ligeiramente à sua mesa de trabalho e junto a uma pequena estante, o generalíssimo das forças revolucionárias folheava um livro. Voltando-se para os jornalistas teve a seguinte frase: "Curioso: Estou a ver este livro, que é uma defesa da candidatura do Sr. Julio Prestes. O seu autor, entretanto, não poucas cartas de solidariedade escreveu..." Todos os jornalistas sorriram. (...) O chefe do governo provisório come

çou por agradecer, com frases expressivas a atitude da imprensa livre e independente para com o governo que se inicia após a vitória da Revolução" (CM).

A ironia presente nas palavras de Vargas também se constitui em uma forma de silenciamento e de desautorização de seus adversários políticos. Ao mesmo tempo, ao ironizar, Vargas se institui no lugar da verdade sem precisar enunciá-la.

A negação, apresentação de provas e a adjetivação são marcas lingüísticas que organizam formas de estratégias discursivas de silenciamento da FDG e de legalização da ordem revolucionária.

Nesta perspectiva, resta verificarmos o tipo de estratégia que daria conta da questão comunista. Para tanto, observemos o fragmento abaixo:

(9) "(...) Por falta de originalidade, os comunistas deram o mesmo golpe, ontem, aqui. Posto de lado que o coronel Bandeira de Mello, comandante do 5º Batalhão, por sebastianismo, e uma parte do 2º por motivo de inferioridade da bôia, se houvesse revoltado, o que pode significar e talvez signifique um propósito de reanimar o regime reacionário morto e bem morto, o que se mostrou nesta capital, às primeiras horas do dia de ontem, foi apenas uma demonstração da perversidade comunista, pois que os ridículos vermelhos que a polícia reacionária convenceu de que representavam uma força, certos mais do que ninguém de que nada representam e ainda mais certos de que o nosso povo lhes é visceralmente contrário, quiseram apenas atirar uns contra os ou

tros os corpos armados que fizeram o triunfo revolucionário, para que, enquanto durasse o entrelaço, saqueassem as casas de armas e, armados, pudessem fazer o mesmo que os seus êmulos fazem na China, onde o comunismo usa a guarnição como todo o salteador que se preza... O resultado foi em parte o que esperavam os autores do plano sinistro. Nos encontros que houve, sacrificaram-se vidas, de lado a lado; mas ao serem acalmados os ânimos verificou-se que, com pequenas discrepâncias, todas as forças de terra e mar que se haviam unido, a 24 do corrente, para depor o regime opressor que vinha caindo aos pedaços, agora, como a 24, se acham coesas em torno da Junta e prontas para manter-lhe o prestígio. (...) Sirva, portanto, isto de exemplo para os soldados da terra e mar. Não dêem eles ouvidos aos que se insinuem para provocar rivalidade que não pode existir. Olhem-se todos como irmãos, porque já passou o período sinistro dos ódios entre brasileiros e a nação carece da harmonia entre os seus filhos, para a marcha acelerada em busca dos destinos grandiosos que a aguardam. E façam mais ainda: para defesa da causa que é de todos e só não é dos sem-pátria, não aceitem as intrigas urdidas pelos que desejam dividir para reinar, e, ao contrário, a todos quantos procurem atirá-los uns contra os outros, detenham em nome do poder, para o castigo exemplar que merecem. (...)" (CM, 28/10, 1ª pg., título: "Uma agitação devido a falsas notícias de um levante da Polícia Militar.")

O que se percebe neste fragmento, bem como no CM como um todo, é a ausência da negação de um envolvimento entre os revolucionários e os comunistas. O CM não atua como porta-voz de des-

mentidos da FDAL sobre a participação comunista no movimento armado. Há um silêncio no Jornal. Ou há ataques aos "ridículos vermelhos", conforme se lê no fragmento acima.

Mais uma vez, portanto, a estratégia resulta em isolar o comunismo, não associá-lo nem identificá-lo com nenhuma outra força política. O governo anterior, de Washington Luiz, é caracterizado como reacionário, mas nos comunistas é destacada a "perversidade". — E a perversidade a que o artigo se refere reside na tentativa de desestabilizar a revolução. Nesse sentido, não é necessário desmentir as antigas denúncias do governo. Os próprios atos comunistas se encarregam disto.

O jogo maniqueísta anteriormente encenado em OP reaparece nas páginas do CM, apresentando os novos representantes do mal: "o governo reacionário" e os "perversos e ridículos vermelhos". Cabe ressaltar que, deste modo, o discurso assumido pela revolução sobre Washington Luiz é político, isto é, o governo anterior é taxado de "reacionário" e "autoritário", termos usuais na política. Contra os comunistas, no entanto, se realiza o discurso do Bem e da Moral.

Vimos, até agora, como o discurso jornalístico político do CM empreendeu a retomada das formas do dizer da FDG para poder silenciá-las. Como afirmamos no início deste capítulo, esta foi uma das etapas necessárias para a institucionalização da Revolução.

A outra etapa, que apresentaremos a seguir, refere-se à reconstituição histórica dos ideais da República e dos movimentos

militares de 1922 e 1924.

Em outras palavras, a Revolução de 30 traz à cena acontecimentos políticos relativamente recentes da história do Brasil, caracterizando-os como constitutivos do movimento revolucionário.

A questão dos levantes militares de 22 e 24 aparece de imediato nas páginas do CM. Já no dia 25/10 (cf. anexos 8 e 9) uma fotografia dos "dezoito do Forte de Copacabana" divide com a manchete "A vitória da revolução" as atenções do leitor. Ainda nesta mesma edição, na página 3, encontra-se uma fotografia dos revolucionários de 24 "após a sua travessia gloriosa dos sertões brasileiros de norte a sul".

No dia 30/10, em depoimento prestado ao CM, Juarez Távora afirma que dois grupos fizeram a revolução, mas só enuncia um: os revolucionários de 1922.

No que se refere à citação dos ideais da Revolução (cf. fig. 7), encontram-se as imagens de "renovação do regime" com "a implantação do império da lei justa e rigorosamente aplicada...". Tais afirmações são feitas na ocasião do dia 15/11, como se pode observar nos fragmentos abaixo:

(11) "Quarenta e um anos depois. Vitoriosa a revolução, o Brasil assiste hoje à renovação do regime, tornando realidade os verdadeiros ideais dos propagandistas de 89." (CM, 15/11, 19 pg., Manchetes)

(12) "A comemoração de hoje da data da fundação do regime republicano no Brasil tem uma significação especial, porque se

celebra em pleno início da era renovadora dos nossos costumes políticos e administrativos. Os brasileiros sentem-se confiantes no alto do triunfo revolucionário e por isto, mostram-se mais entusiastas do regime que se fundou em 89 e que esperam seja neste momento historicamente definitivamente consolidado, com a implantação do império da lei justa e rigorosamente aplicada e dos princípios democráticos galhardamente seguidos na sua pureza cristalina. (...) (15/11, 19 pg.)

Nestes fragmentos podemos perceber que se forma um elo entre a revolução de 1889 e a de 1930. A primeira instaurou a república; a seguinte, 41 anos depois, torna "realidade os verdadeiros ideais dos propagandistas de 89".

O período intermediário, deste modo, não representa "o império da lei justa" porque não seguiu "os princípios democráticos". O silenciamento que ocorre sobre os 41 anos intermediários permite estabelecer uma continuidade cuja base não se faz em termos cronológicos, isto é, em termos de sucessão de presidentes e suas obras no período, mas sim, em termos de *ideais políticos* conquistados através de rupturas (ou tentativas de rupturas como em 1922 e 1924) com o sistema vigente.

No caso da Proclamação da República em 1889, há o rompimento com o sistema imperial de governo, o que implica em uma reorganização das forças na sociedade.

Será que poderíamos dizer o mesmo do movimento de 1930? Esse movimento rompe com o quê? Segundo o CM, a revolução "quebrou a máquina política e administrativa que se tornara por demais corrupta" (CM, 13/2, pg. 2). Logo, não ocorre uma mudança no regi-

me, e sim uma alteração nos quadros detentores do poder.

Expressões como "renovação do regime" e "início da era renovadora do nossos costumes políticos e administrativos" parecem justificar, por um lado, o elo direto com o movimento de 1889 e, de outro, as mudanças internas ao sistema, mas não o seu fim.

Mais uma vez, portanto, a retomada do passado legitima, justifica e legaliza o presente, ao mesmo tempo em que apaga as passagens históricas consideradas inconvenientes. Em termos da prática discursiva do jornalismo político do *Correio da Manhã*, esse retomar histórico atua formando uma consciência junto à opinião pública. (Indiretamente, também, responde à perplexidade expressa nos artigos de OP). Além disso, tece o fio da memória do que seriam os principais acontecimentos políticos na história do país.

5. AFINAL, QUAL BRASIL?

"Il serait étrange que les praticiens de l'analyse du discours soient les derniers à s'avertir de la conjonction entre l'aveuglement de l'histoire et la surdité à la langue qui concerne à la fois leurs objects et leurs pratiques."

(J.J. Courtine: Analyse du discours politique)

O espaço discursivo polêmico instaurado entre OP e CM configura e inscreve a tensão política existente em 1930.

Na análise que empreendemos, buscamos compreender o funcionamento do discurso jornalístico-político de ambos os jornais, tendo em vista sua prática discursiva específica.

Neste percurso, privilegiamos a relação de determinadas marcas lingüísticas extraídas da superfície textual com as formações discursivas dominantes. Além disso, conjugamos esta análise com o papel da imprensa na formação da opinião pública e construção da memória social. Em outras palavras, a comparação entre o funcionamento discursivo do CM e OP evidenciou as estratégias de adesão ou confronto destes jornais face aos diversos acontecimentos e vozes políticas. Estas estratégias (o dizer), por sua vez, produziram efeitos de sentido — desautorização, ironia, acordo, conflito ou apagamento — imediatos sobre a opinião pública e, a longo prazo, contribuíram na construção da memória histórica da disputa política que culminou no movimento revolucionário de outubro de 1930.

No quadro da página seguinte, procuramos sintetizar, em linhas gerais, a análise das marcas lingüísticas correlacionando-as com as estratégias e os efeitos produzidos.

Superfície lingüística	Situação (em relação às outras FDs)	Funcionamento Discursivo	Efeito produzido (em relação às FDs)
. Adjetivação excessiva (hipérbole)	adesão	reforço positivo de determi- nado ponto de vista ou do sujeito	legitimação da imagem do acontecimento ou do sujei- to; ufanismo, seriedade.
	confronto	reforço negativo de determi- nado ponto de vista ou do sujeito	ironia, desqualificação, confronto, autoritarismo.
. Paráfrase e repetições	adesão	reforço positivo de determi- nado ponto de vista	legitimação do dizer da FD
	confronto	reforço negativo de determi- nado ponto de vista	indeterminação do dizer da FD
. Verbo + prō nome se e nominalização	adesão	apagamento da voz agente ou da voz paciente	apagamento
	confronto	apagamento da voz agente ou da voz paciente	
. Discurso di- reto e dis- curso indi- to	adesão	evidência que a voz agente e a paciente situam-se na mesma FD	legitimação da voz paciente
	confronto	isolamento da voz paciente	incompreensão (e desautoriza- ção) da voz paciente
. Advérbios e expressões de negação	adesão	negação da voz adversária	legitimação de de- terminado ponto de vista
	confronto	negação de acusações	legitimação de de- terminado ponto de vista

Em termos, especificamente, do CM, é importante frisar que, embora ele mantenha de modo uniforme o lugar de porta-voz da oposição, seu discurso jornalístico-político não apresenta uma homogeneidade total de janeiro a dezembro.

No período pré-eleitoral, por exemplo, o CM não promove ataques diretos ao governo de Washington Luiz. Percebe-se sua adesão à FDAL e sua oposição à FDG na medida em que há uma predominância de artigos e reportagem relativos aos projetos aliancistas, bem como a citação integral dos dizeres de Vargas, João Pessoa e deputados liberais.

Deste modo, a interlocução polêmica é estabelecida indiretamente, permitindo que o CM reforce a imagem de jornal "sério e independente" e ao mesmo tempo produza um silêncio sobre a voz adversária.

No entanto, verificamos que quando o acontecimento narrado favorecia o interesse da oposição — como é o caso do episódio de Natal ou da morte de João Pessoa — no CM encontram estratégias visando a incompreensão da FDG. Apenas no período pós-revolucionário é que esta incompreensão e conseqüente desautorização atinge seu ponto máximo.

Há, porém, aspectos recorrentes no discurso jornalístico-político do CM. A quantidade de minúcias, o recontar perene dos acontecimentos em uma mesma edição ou em edições subseqüentes, o relato de fatos "pitorescos" e ainda, o uso de um vocabulário despojado de termos eruditos e ou moralistas em excesso, são indícios de que este jornal tem como objetivo atingir principalmente as camadas médias da população carioca.

Indo mais além, podemos entrever que deste modo de narração dos acontecimentos e citação da fala do outro (modo este situado no espaço discursivo da polêmica e do confronto entre duas FDs antagônicas) que é possivelmente se encontra enquadrado o fio discursivo do populismo. Em outras palavras, segundo hipótese de Orlandi⁽⁸⁾, o discurso populista é constituído pelo que vai aparecendo como 'resíduo' no confronto entre as formações discursivas. Nos artigos do CM, por exemplo, encontram-se comentários⁽⁹⁾ aparentemente desnecessários (como nos fragmentos — da leitura da plataforma Vargas; — e do tiroteio em Montes Claros e — da morte de João Pessoa), mas que, mais tarde, vão também configurar o perfil do populismo Vargas. Acreditamos que uma pesquisa interessada em discutir a memória do populismo deveria tanto retomar certos episódios relativos a Vargas narrados no CM, como também, seu modo de narração.⁽¹⁰⁾

O discurso jornalístico-político de OP também busca criar os mesmos efeitos de desautorização, desqualificação e apagamento das vozes e fatos adversários. Seu modo de funcionamento, no entanto, diferencia-se do CM em várias instâncias.

Em primeiro lugar, OP internaliza a polêmica, isto é, produz um confronto direto e maniqueísta entre o governo — o lugar do bem, do heróico, do patriótico e da verdade — e da Aliança Liberal — o lugar do mal, do antipatriótico e da mentira. Neste confronto direto, OP individualiza as vozes para diferenciá-las, colocá-las em foco, no centro da cena.

O confronto direto, instaurado em OP, portanto, compõe o discurso da crítica, da denúncia e da ironia contra a FDAL. Visa à construção de uma imagem negativa dos aliancistas perante a

opinião pública.

Por outro lado, este mesmo confronto engendra o discurso do patriotismo, da benevolência e do moralismo. Tais atributo transformam-se em argumentos favoráveis ao continuísmo (da ordem e progresso) da administração de Washington Luiz através de Júlio Prestes.

Em resumo, comparando os dois jornais, observa-se que do ponto de vista do discursos jornalístico-político de OP — lugar da seriedade e da verdade — a Aliança Liberal e, conseqüentemente, o CM, falam de um país de faz de conta, um Brasil imaginário, cuja única finalidade de existência é a desestabilização da República.

Já no jornalismo político do CM, se lê o cansaço do povo e de um conjunto de políticos (ou seja, de algumas comunidades discursivas) frente à conjuntura da época. Lê-se, também, que os desejos do povo por mudanças correspondem aos anseios deste conjunto de políticos pelo restabelecimento da paz, da democracia e do direito de viver.

Mas, afinal, qual é o Brasil de que estes jornais falam?

Talvez não se trate, exatamente, de responder a esta pergunta: ela simboliza as representações sócio-políticas em luta no ano de 1930, representações estas que estão decalçadas no discurso jornalístico político do CM e de OP.

A questão, deste modo, deve ser outra: qual dessas representações do Brasil foi cristalizada, perpetuada na história? Com certeza não foi o país sério e moralista de Washington Luiz. Também não foi a dos comunistas...

Não é preciso ir muito longe nem prolongar mais esta charada.

Com certeza, a revolução vitoriosa de 1930, ou melhor, seus ven
cedores ⁽¹¹⁾ são os responsáveis pelo desenvolvimento de deter-
minadas visões da história oficial. Podemos indicá-los também
como co-responsáveis na produção de uma imagem negativa do comu
nismo.

PARTE III

OUVINDO 1930

1. DAS ENTREVISTAS E DOS ENTREVISTADOS

"A palavra é o Território comum do locutor e do interlocutor."

(M. Bakhtin: Marxismo e Filosofia da Linguagem)

Pensamos em ouvir jornalistas que atuavam em 30, porque consideramos a possibilidade de cotejar o dizer de tais jornalistas com o próprio discurso jornalístico político do CM e OP.

Como seria o rememorar dos jornalistas? Sob que ótica seriam lembrados os acontecimentos? Que histórias seriam narradas? E quem as estaria narrando? O sujeito jornalista ou o sujeito histórico? Que fatos seriam mais citados? Enfim, como era feito o jornalismo em 1930?

Tendo estas perguntas em vista, fomos à A.B.I. (Associação Brasileira de Imprensa) e obtivemos o depoimento de três antigos e respeitados nomes da imprensa carioca: Barbosa Lima Sobrinho, Paulo Mota Lima e José Mota Maia.

A partir de duas questões básicas — como era feito o jornalismo em 30? Como foi o movimento revolucionário? — procurávamos desenvolver alguns aspectos enunciados pelo próprio depoente no momento da entrevistas. Não nos propusemos, portanto, a seguir um esquema rígido de perguntas, e, por este motivo, não há uma equivalência total entre as questões das três entrevistas.

ENTREVISTAS

I - ENTREVISTA COM JOSÉ MOTA MAIA

B ... Bom dia, o senhor é o senhor Maia.

J.M.M. José Mota Maia:

B Tá bom. Por favor, senhor José Mota Maia, como é que era o jornalismo no ano de 30?

J.M.M. A sua, a sua pergunta é muito, é muito genérica, muito vaga...

B Não sou boa jornalista. (risada)

J.M.M. Não, não é isso (incompreensível) , não, mas a sua pergunta é, é válida, mas eu digo é que ela é muito vaga no sentido de, de se conseguir uma definição. Sabe o que era jornalismo em 30? Por exemplo, seria um jornalismo... exageradamente político? Seria um jornalismo... é... de um jornal de, de... é ... é ideológico? Ou seria um jornalismo minucioso?

Nê? um pouco difícil, realmente. É uma resposta difícil , porquanto a pergunta seja pertinente. O que dominava naquela época era, realmente, a paixão política. A sociedade brasileira dividiu-se em duas grandes correntes políticas: uma do, uma do situacionismo que exacerbou-se com a candidatura do, do Dr. Júlio Prestes, ex-governador de São Paulo. Sucedeu-lhe Washington Luiz, que era presidente da república, que era paulista e a oposição deflagrada a cisão da força, das forças políticas situacionistas, que era justamente o situacionismo de Minas Gerais, presidente Antônio Carlos, que deflagrou uma dissidência, ou uma, ou uma oposição à imposição do, do presidente

Washington Luiz de fazer (incompreensível) o seu político Doutor Júlio Prestes. Desta cisão nasceu o quê? Nasceu um agrupamento ou um reagrupamento das forças políticas brasileiras em que sumiam os estados de Minas Gerais, os estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, dois grandes estados e, e um estado menor que foi a Paraíba, Paraíba do Norte que era governado pelo presidente João Pessoa e dessa, dessa adesão de, da Paraíba do Norte surgiu a candidatura natural do João Pessoa para Vice-Presidente era um símbolo dos estados menores para uma composição com a oposição. Além disso, a essas forças, que eram situacionistas, juntaram-se todas aquelas forças, é, políticas e até militares que tinham feito a revolução de 22, a revolução de 24 em São Paulo, não? Essas forças eram, eram, eram jovens oficiais que tinham sido derrotados nessas duas revoluções e que estavam até exilados e essas forças se uniram inclusive é, para, para efeito de, de fortificar o dispositivo político que deu lugar então à revolução, ao movimento armado. A revolução de 30 realmente comporta várias interpretações. Talvez não seja, não se possa resumir é, apenas como resultado de divergências políticas e dissensões políticas com forças situacionistas, jogo de ambições ou de de adversários políticos. Talvez tenha sido uma causa, causa importante ou decisiva tenha sido a crise econômica porque coincidindo com a crise, com a crise econômica dos Estados Unidos foi o caos nos Estados Unidos — e também a crise do café no Brasil que era o principal produto de exportação de nossa riqueza. Agora, como se situou a imprensa nesse, nesse quadro político? A impren-

sa reflete realmente a opinião ou, a sua opinião, ou as preferências dos que do minava, quer dizer, dos donos de jornais e os dirigentes de jornais. Então nós tínhamos, talvez a maioria da imprensa do Rio de Janeiro fosse, realmente, tivesse passado para a oposição. É, agora, você situou muito bem, elegeu muito bem dois grandes jornais para definir neste divisor de águas. *O País* é um grande jornal, é um jornal, é situacionista. *O Correio da Manhã* é um outro grande jornal e fazia justamente a oposição com o governo. Sendo *O Correio da Manhã* sempre foi um jornal tradicionalmente oposicionista. Ele já tinha feito oposição nas associações presidenciais anteriores, ou seja (pausa) à associação presidencial de 1926, de 22 a 26, e que resultou a eleição de José Artur Bernardes e também oposição à candidatura de Washington Luiz, cujo governo correspondia ao quadriênio de 26 a 30. Agora, a imprensa realmente brasileira naquela ocasião era, tinha um alto nível intelectual porque de um lado e de outro havia grandes figuras intelectuais (incompreensível). N' *O País* houve inclusive uma cisão porque um dos maiores, um dos grandes redatores, um dos grandes articuladores de *O País* era o (incompreensível) e era do Rio Grande do Sul e com a cisão política ele passou para a oposição. Dirigia *O País* um grande jornalista também, o Alves de Souza, Evaristo Alves de Souza é, se encontra no (incompreensível).

B É, exato.

J.M.M. *O Correio da Manhã* era de Edmundo Bittencourt.

B Exato.

J.M.M. E era um jornal tradicionalmente de oposição. Agora, ao lado dos jornais, se bem me lembro, formava uma composição outros jornais, outros grandes jornais, grandes e pequenos jornais. Por exemplo, na oposição um jornal dirigido pelo jornalista (Incompreensível) (pausa) *O Globo*, pra fazer oposição ao governo, *A Esquerda*, em oposição ao governo, *A Batalha*, de oposição...

B Mas esses últimos já são jornais *ê*, partidários mesmo, né?

J.M.M. Partidários, eram partidários.

B E como *ê* que ficava essa questão dos comunistas? Eles tinham entrado na imprensa sem ser partidária?

J.M.M. *Ê*, bom, os comunistas, além de ter o seu jornal que era *A classe operária* e a *Voz operária* dessa época eles tinham os jornalistas, os repórteres, os redatores e os jornais capitalistas, por exemplo (incompreensível) que eles eram assalariados. Então eles estavam em todos os jornais. Outro jornal governista *ê* *A Noite*. (incompreensível) Outro jornal governista: *O Jornal do Comércio* que era dirigido por um antigo ministro.

(corte)

J.M.M. Mas os jornais, além dos jornais, dos jornais ideológicos, quer dizer, comunistas de esquerda, havia a, eu não gígo infiltração, né? A presença de jornalistas de esquerda, ou comunistas ou socialistas na condição de assalariados pelos vários

jornais. E no *O Correio da Manhã* havia muita esquerda. Havia também um grande jornal aí dentro dos que traziam oposição ao governo: O célebre jornal *Crítica*, de Mário Rodrigues. Esse é muito importante esse, *Crítica*. O outro jornal, um jornal de muita classe, embora não fosse um jornal muito importante, mas tinha muito conceito na época que era o, que era ligado ao governo era (pausa) *Diário Nacional*. Era dirigido pelo jornalista Márcio Pimenta e congregava alguns intelectuais de grandes (incompreensível) do Rio de Janeiro. Agora, com a vitória, o líder intelectual da imprensa na época era dos maiores, né? Porque grande parte desses diretores de jornais, desses jornais, alguns, quer dizer, quase todos eram parlamentares, Deputados, Senadores. (incompreensível) E, e os que não eram parlamentares eram homens muito viajados, com muita influência na, no contato com a Europa (incompreensível) (pausa) Félix Pacheco, *Jornal do Comércio*. Nesses, no ano de 30 fundou-se um outro jornal, também na oposição, que alcançou um grande prestígio e que sobreviveu até a década de 50 — é o *Diário de notícias*. Ele era muito bem feita, muito bom.

B E qual, qual seria, assim, a diferença ou diferenças, né? entre, é, o jornalismo de 30, né? Com esses jornais que o senhor tá fazendo a diferença entre grandes e pequenos, tá? E o jornalismo atual?

J.M.M. Bom, o jornalismo atual, realmente, é... incorporou técnicas mais modernas de imprensa de comunicação.

B O quê que são técnicas modernas?

J.M.M. Técnicas modernas é a forma de redação é, são reportagens São as grandes reportagens, até a forma de se apresentarem as reportagens, né? São, quer dizer, são técnicas modernas assimiladas justamente dos modelos estrangeiros. Antigamente a nossa imprensa largou muita ênfase face ao noticiário policial, que... era vender jornal, né? Hoje eles dão ênfase, dão maior ênfase às reportagens de natureza cultural. O que, realmente, é a falta de orientação. Inclusive os articulistas hoje são, são realmente muito mais, muito mais... atualizados com a atualidade mundial. Eu ia esquecendo — um outro jornal de grande prestígio na época era o *Diário Carioca*...

B Ah! sim.

J.M.M. ... dirigido por um dos maiores jornalistas brasileiros, que chamava-se José Duarte Macedo Soares (pausa). Agora, os jornais de hoje, é ... adquiriram um nível, um nível gráfico, um nível intelectual gráfico superior ao daquela época. Não quer dizer que não houvesse, realmente, grandes jornalistas naquela época, mas os jornais daquela época eram mais articulistas e hoje são mais, e hoje, hoje predomina mais a reportagem...

B Exato.

J.M.M. ... a reportagem de categoria, não é reportagem policial, reportagem de fatos sensacionais, é reportagem dos grandes fatos sociais, filosóficos, né? Outro jornal de grande prestígio também na época e que desapareceu foi *A Noite*.

B A Noite...

J.M.M. É, porque... houve uma cisão na A Noite. Pessoal d' A Noite e o principal redator, ou um dos principais redatores d'A Noite era o jornalista Irineu Marinho, pai do Roberto Marinho. Ele saiu de lá e fundou O Globo.

B Agora, num momento assim, como em 30, né? que era uma revolução, qual seria a função da imprensa?

J.M.M. A função da imprensa, é, é...

B Perante a sociedade?

J.M.M. Era formar uma consciência, era formar uma consciência, não é? Uma consciência pró ou contra o governo, né? Você vê mesmo, saindo do Rio de Janeiro, passando para o estado de São Paulo, você encontra em São Paulo, na época, O Estado de São Paulo, que já foi o maior jornal do Brasil. Até hoje é um grande jornal, mas no Rio de Janeiro nós temos jornais que empatam com O Estado de São Paulo, que é O Globo e Jornal do Brasil. Mas O Estado de São Paulo era o maior jornal, era o melhor jornal do Brasil e hoje ainda tem ao lado do O Estado de São Paulo, tem A Folha de São Paulo. Naquela ocasião, em São Paulo, enquanto O Estado fazia a oposição ao governo, ao governo federal, ao Washington Luiz, havia O Correio Paulistano, outro grande jornal porque era governista, que era do partido republicano paulista.

B Hum, Hum.

J.M.M. Nê? De modo que a diferença entre as duas épocas é a elevação do nível, do nível, eu já não digo intelectual porque havia dois jornalismo naquela época, como hoje, mas no nível técnico dos jornais. A imprensa modernizou-se em termos de apresentação editorial e gráfica porque houve uma grande evolução na imprensa.

B Então...

J.M.M. ... assimilando modelos estrangeiros, sobretudo a influência da imprensa européia. Hoje já há mais uma influência da imprensa americana.

B Americana...

J.M.M. É...

B Então, olha só: se a gente fosse pensar, nê? pelo menos na idéia que se tem de um modo geral é que cabe à imprensa informar... de uma maneira imparcial.

J.M.M. Certo,

B Nê? Mas o senhor então acha que ela, a imprensa, apesar, nê? de, de ter, nê? como dogma a informação, ela forma a opinião pública?

J.M.M. Forma, sem dúvida nenhuma. Porque ela é facciosa, facciosa no sentido técnico, tá? Ela conduz a opinião, ela forma opinião, não é só noticiário, ela forma opinião, através da doutrina, através da crítica, é, de modo que, ... nós tivemos um caso, por exemplo, um caso típico é o caso do *O Correio da Ma-*

nhã, por exemplo. *O Correio da Manhã*, antes de 30, na sucessão presidencial, na Campanha presidencial de 1922, *O Correio da Manhã* encampou a notícia, o fato, de que o único candidato à presidência do país, que era o presidente de Minas Gerais, o Dr. Artur Bernardes, tinha escrito cartas injuriosas contra as classes armadas e provou-se depois, ou chegou-se a conclusão de pois que essas cartas eram falsas, elas tinham o objetivo de indispor o ex-candidato contra as classes armadas e como consequência dessas cartas, ditas falsas — me parece que eram falsas mesmo porque depois os próprios falsificadores confessaram isso — como consequência disso. Como consequência das cartas falsas foi que houve os grandes movimentos militares, né? A carta falsa deu lugar à prisão da figura mais mais eminente das forças armadas que era o Marechal Hermes da Fonseca...

B Nossa!

J.M.M. Era o chefe supremo do exército e que tinha sido presidente da república, era o presidente do clube militar, né? E daí veio uma proção de, quer dizer, com a prisão do Marechal Hermes, né? Veio a revolução de 5 de julho, no forte de Copacabana, no Rio de Janeiro.

B Em 22, né?

J.M.M. Em 22. Esses oficiais foram derrotados, alguns morreram, outros foram exilados, mas ficou o fermento dessa (incompreensível) deu lugar à revolução de São Paulo de 1924, e da revolução de São Paulo de 1924 nasceu a Coluna Prestes, que percor

reu o país durante 4 anos, né, prá você ver, tudo isso, quer dizer, tudo isto influenciado pela imprensa, né? Agora, o nível da imprensa naquela época era alto também, um dos grandes jornalistas do ... Você pode citar Macedo Soares, que era oposição, tinha Menezes de Albuquerque, grande jornalista, governista, né? Félix Pacheco, *Jornal do Comércio*, grande jornalista, e do governo. *O País*, Alves de Souza, não é, e assim pro diante. Mário Rodrigues, *A Crítica*, era um jornal, era um jornal sensacionalista, não é? Um jornal, um jornal policialisco, vamos dizer assim, mas era um, era um panfleto, né? De modo que, quer dizer, a influência da imprensa foi decisiva, não só noticiário, mas para formação de opinião no Brasil, opinião pública e a tendência é oposição, né? Do povo.

(corte)

O movimento militar de trinta só se verificou por causa da morte de João Pessoa porque, porque, apesar da, do fragor e da força da oposição naquela época, né? É, mas havia uma máquina eleitoral do governo (incompreensível), eleição mais ou menos fraudulentas, e o governo venceu, o candidato vencedor foi realmente o Dr. Júlio Prestes, de São Paulo, e com a circunstância de que o Getúlio Vargas não era homem prá fazer revolução, ele era o homem que ia ser o ministro da fazenda do Washington Luiz, tinha sido feito governador do Rio Grande do Sul por influência do Washington Luiz e não estava muito interessado em revolução. A revolução deflagrou por causa da morte de João Pessoa, foi, foi, foi o motivo imediato. Naturalmente foi a, foi a gota,

nê? Que transbordou, né? mas um caso que podia encher mas que não transbordava. Bastou a morte de João Pessoa e exacerbou-se muito...

B É, a morte de João Pessoa foi em julho e a revolução eclodiu em outubro. Agora, Getúlio Vargas, quer dizer, ele teve um certo espaço na imprensa por ser candidato à sucessão...

J.M.M. Sim.

B ... Mas quando ele perdeu, ele sumiu, né? pelo menos...

J.M.M. Ele, pois é, quando, quando, quando se proclamou o resultado eleitoral, o Getúlio procurou contatos. Ele escreveu para o, para o Washington Luiz dizendo que se conformava com a, com a vitória do candidato oficial, candidato situacionista, e estava vigorando (incompreensível) uma posição muito eminente no Rio Grande do Sul, né? e, mas veio o fato da morte de João Pessoa, embora tivesse, a morte de João Pessoa tivesse uma conotação privada, que foi, foi o revanche daquele João Dantas com a publicação das cartas amorosas que a companheira dele, romântica dele (incompreensível), ele, então, ele resolveu vingar-se do João Pessoa, e assassinou-o em Pernambuco. Agora, só mais um pouco, você não quer, a sua intenção não é, não é saber as origens da revolução de 30.

B Não, não.

J.M.M. Saber é a imprensa, o panorama da imprensa.

B É.

J.M.M. INCOMPREENSÍVEL

B É.

J.M.M. A força.

B A força da imprensa.

J.M.M. Que a imprensa teve neste momento.

B É.

J.M.M. Agora, você pode dizer o seguinte: a maioria da im prensa, numérica, a maioria munérica, era oposição.

B E mesmo assim a oposição perdeu.

J.M.M. Perdeu sim.

B Por causa das fraudes.

J.M.M. Perdeu porque as eleições não eram um fato, quer dizer, não eram honestas, eram eleições (incompreensível) com influências políticas, era, não havia voto secreto. Hoje, por exemplo, é voto secreto, o que não impede que INCOMPREENSÍVEL, pela opressão, pelo dinheiro, pela compra de votos, pela associação de políticos com o bicheiro, com o narcotraficante, mas naquela ocasião havia o, era o voto a descoberto, era muito mais difícil o sujeito manifestar a sua, a sua intenção de...

B É isso então.

II - ENTREVISTA COM BARBOSA LIMA SOBRINHO

B.L.S. A diferença maior entre o jornalismo atual e o de mil novecentos e trinta estava exatamente no fato de que hoje o jornalismo está muito mais preocupado com a informação do que estaria em mil novecentos e trinta. Não que em trinta também não se buscasse a informação, mas não havia todos os meios necessários para encontrar uma divulgação mais ampla. As redações eram menores, não havia as possibilidades atuais, as facilidades de encontro. De modo que tudo isso que veio a constituir o progresso para a investigação jornalística, concorreu para que o jornalismo atual tivesse um campo de ação e de informação muito mais amplo do que existia em mil novecentos e trinta. Eu fui jornalista exatamente nessa quadra de vinte e trinta. Eu era encarregado de escrever os artigos de fundo no *Jornal do Brasil*. E acompanhava os acontecimentos. Mas basta dizer que eu era o único jornalista que fazia os artigos de fundo do *Jornal do Brasil*. Hoje, o *Jornal do Brasil* tem um processo diferente: ele reúne todos os dias vários editorialistas (são, creio, pelo menos uma meia dúzia), discutem entre eles quais os temas mais importantes e se resolve então qual o tema que deve ter o artigo de fundo, e então decidem-se os jornalistas que devem escrever o artigo de fundo para a publicação do jornal. No fundo, afinal de contas, é, são cinco ou seis jornalistas para substituir um só. E naturalmente que daí resulta uma diferença muito grande, porque naturalmente que cinco ou seis jornalistas têm um conhecimento muito maior dos fatos, das circunstâncias, das circunstâncias históricas de cada acontecimento do que apenas um jornalista incumbido, ele só, de

redigir todos os dias o artigo de fundo do jornal. Esse é um aspecto da diferença.

B E como que era especificamente nesse período de trinta? O senhor falou que as redações eram menores... Havia, enfim, a intervenção de censura? Como era feito...?

B.L.S. Em trinta não havia censura. O período de censura tinha acompanhado todo o governo de Artur Bernardes. Artur Bernardes deixou o governo em 15 de novembro de 1926. E Washington Luis teve exatamente a preocupação de não renovar o estado de sítio, de modo que sob o governo dele a liberdade de imprensa era total. Podia-se dizer o que se quisesse. Havia vários jornais de oposição aqui no Rio de Janeiro. Como se pode ver através dessa pesquisa que se fez aqui sobre o jornalismo na fase de, de trinta, na fase de vinte, porque, nessa pesquisa, tiveram oportunidade de falar redatores de diferentes órgãos de imprensa daquela época. (pausa) Mas a liberdade de imprensa era livre e, ou, ou podia-se dizer tudo que estivesse de acordo, naturalmente, com a opinião de cada jornal. Agora, havia jornais de oposição vigorosos e a preocupação de procurar sempre notícias as mais expressivas possíveis e as mais atuais para a informação do jornalismo.

B Eu estive na Biblioteca Nacional observando já o *Correio da Manhã* e uma coisa me chamou atenção: a primeira página do *Correio da Manhã* só tinha notícias estrangeiras, notícias internacionais. Porque esse fato?

B.L.S. Esse foi um movimento que ocorreu em diferentes jornais. Houve épocas em que o Brasil dava mais importância aos acontecimentos externos que aos acontecimentos nacionais. Isso era fácil de encontrar em quase, em diferentes jornais do país. Aqui, nos estados, em toda parte. De modo que não é de estranhar o que se fazia no *Correio da Manhã*, porque estava de acordo exatamente com a mentalidade da época. Houve um momento aqui no Brasil, inclusive, em que os jornalistas, os escritores nacionais, não tinham o mesmo acolhimento nos jornais que tinham, por exemplo, os escritores portugueses. Os colaboradores de jornais, muitos deles eram portugueses, essa que era a Amália Urtigão Cândido de Figueredo. Havia um número enorme de jornalistas, escritores portugueses em primeiro plano, que eram colaboradores assíduos da imprensa brasileira. (pausa) E os escritores brasileiros, só partir do começo do século é que eles começaram, pouco, a ter um aparecimento maior, sem contar evidentemente a fase de Machado de Assis, porque esse realmente foi um jornalista que sempre teve uma presença permanente no jornalismo brasileiro.

B Quer dizer que então isso foi um processo, né? A partir de um certo momento.

B.L.S. Um processo. Aqui... o *Correio da Manhã*, aliás, tinha uns certos setores ligados a Portugal. E, e esse período foi um período em que se formou uma corrente no próprio *Correio da Manhã*. A corrente se chamava Nacionalista, mas nacionalista no sentido de ser anti-lusitana, porque eles achavam que combatendo Portugal já era o bastante para representar as tendências

nacionais do Brasil. Eu achava que já naquela época Portugal já não era mais motivo para o nacionalismo brasileiro que iria se interessar com a Inglaterra e depois com os Estados Unidos. Portugal já tinha deixado de ser o motivo importante para as coqitações do nacionalismo brasileiro.

B Tem uma outra questão também que me chamou atenção , nesse momento em que eu estava folheando o *Correio da Manhã*, que é o seguinte: eu pesquisei, é, enfim, tomando como ponto de partida o dia da revolução, o dia que a gente tem nos livros de história, né, eu olhei um mês antes e um mês depois e vi mencionado o nome do Getúlio Vargas raramente. E eu achei isso estranho porque, nos livros de história, a gente sempre lê que Vargas encaminhou a marcha revolucionária. E a partir daí, então, eu fiquei me questionando até que ponto o jornalismo é uma instituição que realmente ajuda a construir a memória histórica de um país.

B.L.S. É bom você verificar se a partir de 3 de outubro , quando (pausa) se pronunciou a revolução do Rio Grande do Sul, se a partir daí não houve uma medida do Washington Luiz estabelecendo estado de sítio. Porque a, a revolução tinha estourado em Porto Alegre. De modo que se justificava o estado de sítio, e o estado de sítio não permitia que os jornais daqui dessem o nome de, de Getúlio Vargas. Agora, em compensação, veja os jornais do Rio Grande do Sul, daquele tempo, e vai verificar que eles estão cheios de Getúlio Vargas e, de do movimento que, se, se inicia a 3 de outubro exatamente em Porto Alegre.

B. F., mas, mas essa questão é interessante, porque eu andei também olhando alguns jornais do Sul — eu olhei dois, para ser sincera, — e vi pouquíssimas menções ao Getúlio. Vi muito mais ao Borges de Medeiros. E, nesse sentido, é que eu fico pensando nesse problema de, da história mesmo, né? Essa história que a gente aprende hoje, a história de cinquenta anos atrás. Qual a importância do jornalismo na construção dessa história?

B.L.S. Havia aqui no Rio de Janeiro um jornalista, Argemiro Zinnerman, que era correspondente do *Correio do Povo* de Porto Alegre e ele, nesse período, ele mandava para Porto Alegre até (incompreensível) publicados no país combatendo Getúlio Vargas. Mas exatamente era (incompreensível) mais provocadores do que outra coisa. De modo que devem ter sido até fatores do movimento revolucionário do Rio Grande do Sul, porque eram violentos contra Getúlio Vargas, saíam no jornal *O País*, que era o jornal de confiança de Washington Luiz e das forças políticas situacionistas. De modo que, *O País* publicava chegava lá no Rio Grande do Sul e irritava muito mais do que (pausa) apaziguava os ânimos revolucionários. De modo que eu acho que até a presença de Zinnerman, nesse momento, foi uma presença importante no que ele concorreu para que em 3 de outubro surgisse lá no Rio Grande do Sul o movimento revolucionário que vinha sendo preparado longamente.

Mas o movimento revolucionário de trinta teve altos e baixos. E teve um momento em que desapareceu totalmente perspectiva de guerra. O (incompreensível), como eles chamavam. Eu tenho aliás um livro que eu escrevi sobre a revolução de 30

— A Verdade sobre a Revolução de 30 — em que eu mostro exatamente essa, essas transformações no movimento revolucionário, que teve fases de crescendo e fases de regresso e descida e de declínio extraordinário. Agora, o que de fato veio permitir o recrudescimento da revolução foi o assassinato de João Pessoa. João Pessoa foi assassinado em Recife, provocou uma reação imediata, sobretudo no Rio Grande do Sul, e ficou com a idéia de que tinha abandonado João Pessoa e João Pessoa tinha sido vítima do Rio Grande do Sul, quando o assassinato em Recife não tivera nenhuma origem propriamente política. Foi uma questão pessoal entre João Pessoa e João Dantas, que era adversário político dele na Paraíba.

B Tem um... o senhor falou em informação e opinião.

B.L.S. Opinião.

B Eu fico me perguntando até que ponto a gente pode dizer que quando há, bom, enfim, uma imprensa mais informativa, se ela não é também, quer dizer, não deixa de ser ou não continua sendo opinativa. Opinativa no sentido de argumentativa, de formadora de uma opinião pública.

B.L.S. Certo. Através do tempo, pode-se observar uma transformação permanente. A imprensa, nas suas origens, foi muito mais opinativa do que é atualmente. Mas isso foi um, um declínio lento. Os jornais, por exemplo, da independência, eram jornais meramente de forma opinativa. Surgiram para defender deter-

minada tese, a favor ou contra a independência do Brasil, a favor do, do José Bonifácio ou a favor do Gonçalves Ledo. Mas isso ainda se prolongou durante muito tempo, até o segundo reinado encontrava-se muito. Nós vimos também uma imprensa republicana que surgiu tão somente para divulgar (pausa) opiniões a favor da república, mas aos poucos foi desaparecendo esse esforço, essa preocupação opinativa, cedendo lugar à informação. Tanto que nós verificamos, por exemplo, na (pausa) da república, os jornais de maior tiragem, *Gazeta de Notícias* aqui no Rio, lá em São Paulo o *Correio Paulistano*, e a *Província de São Paulo* que já existia naquela região. Esses jornais escondiam de certa maneira a sua tendência republicana ou deixava que ele ficasse no canto do jornal como uma matéria paga. A *Gazeta de Notícias*, que era republicana, publicava os artigos da Silva Jardim a favor da república, publicava na segunda página quase que não a página. Isso fazia também A *Província de São Paulo*, o *Diário Popular* lá de São Paulo, todos eles escondiam de fato é, é esse compromisso com a república para continuarem a, a serem um jornal de grande circulação. Foram todos esses, a *Província de São Paulo*, o *Diário Popular*, a *Gazeta de Notícias* aqui, *O País*. *O País* era o jornal de Quintino Bocaiuva, que foi um dos patronos da República. Não se declarava republicano, e publicava lá os artigos de, de Quintino Bocaiuva, dissimuladamente como o público, depois a própria correspondência de Silva Jardim. De modo que, agora, atualmente a gente vê que os jornais se atrelam de uma maneira beneptória a determinadas causas, a determinadas reivindicações. Eles fazem questão de serem sobretudo informativos. O

Estado de São Paulo hoje, mesmo a *Folha de São Paulo*, aqui o *Jornal do Brasil*, *O Globo*, todos eles estão, têm uma linha me nos partidárias e mais acentuadamente informativa.

B Mas, quando é que assim, agora quem tá falando é a leitora comum, tá — como é que a gente diz assim "Ih, mas olha sô! O JB tá apoiando o candidato tal" ou *A Folha de São Paulo* nem fala no Jânio Quadros" ou mostra uma foto do Jânio Quadros, enfim, num estado lamentável ao lado de outra do Fernando Henrique Cardoso bem disposto e tal...

B.L.S. Porque aí a simpatia do jornal fica um pouco através da preferência por certo noticiário, mas, há, há uma declaração expressa, categorica de que eles defendem essa causa, nem em São Paulo, nem aqui. Houve um tempo aqui que nós achávamos que o *Jornal do Brasil* não estava sendo favorável à eleição direta, porque o *Jornal do Brasil* não dava o espaço para as manifestações que estavam ocorrendo em todo o Brasil como deveria ter dado se fosse favorável à eleição direta. Assim também era o *Estado de São Paulo*, não tinha maior entusiasmo. O único jornal que, de certa maneira, veio a se inclinar mais a favor de eleição direta foi a *Folha*, mas isso mesmo não foi imediatamente. Há um processo lento e, sobretudo, não há uma declaração expressa — "nós defendemos tal opinião" — apenas pode-se notar uma preferência por noticiário maior ou menor em relação a determinado assunto. Mas me parece que essa a ...

B Então, quer dizer, o fazer político e o fazer jornalís-

tico caminham muito juntos, ou não?

B.L.S. Caminham perto um do outro, mas sem uma mistura total e completa, não. Cada um conversa a sua independência e tanto que já jornais que não gostam que seus redatores políticos se, se, tenham qualquer posição partidária. E, em geral, quando eles têm posição partidária, fica até um pouco afastada da certa atividade jornalística. O jornal tem a preocupação de ter a sua linha própria, e sua linha própria é uma linha de independência, de autonomia, que se pode ter preferência por um, por um, mas não propriamente um compromisso expresso, categórico e total, com determinadas causas.

B E, mas assim, é, é, em termos assim das instâncias, não, a gente pode dizer que o jornal tem um dono, ou, enfim, um, uma corporação, enfim, os acionistas, não, o editor ou os editores... Na verdade, quando a gente recebe aqui na rua, quando a gente compra na banca de jornaleiro, quem que organizou aquilo na verdade, a linha...

B.L.S. É, essa linha dos jornais depende de diversos fatores. Às vezes, depende até de uma questão de, de influência maior ou menor dentro de uma família. Há elementos dentro de uma família que são mais simpáticos a uma causa e elementos dessa mesma família que são menos favoráveis a essa causa. De modo que a própria situação do jornal que representa interesses diversificados de vários elementos de uma mesma família tem que ser também uma posição de equilíbrio entre esses elementos. De modo que tem que manter uma certa cautela para não se radicalizar muito no apoio

a uma dessas correntes familiares.

B E, é, a gente pode dizer então que o jornal, a primeira página mesmo, né, ela tem um corpo próprio, enfim, de natureza talvez até argumentativa mesmo, né, quer dizer, o fato de privilegiar uma manchete ou outra... É assim que funciona ou, de que maneira funciona?

B.L.S. Há uma certa influência também dos próprios redatores, porque um jornal, quando os redatores todos se inclinam por uma tendência ou por outra, por mais que o, propriamente, que o diretor do jornal, o dono do jornal, esteja numa corrente oposta, aquela influência dos redatores não deixa de pesar numa certa orientação do jornal que dá a orientação definitiva. Mas essa orientação hoje tende mais a ser informativa do que menos de que brar lanças por determinadas candidaturas. Isso se pode ver aqui, pode-se ver também nos Estados Unidos. O *New York Times*, por exemplo, não foi tão favorável à candidatura do Reagan nessa eleição como outros jornais dos Estados Unidos. E assim acontece. A própria imprensa se divide, e uns jornais são a favor, outros jornais são contrários e isso reestabelece a liberdade de imprensa, porque tira da imprensa o caráter de monólogo, que seria a negação da liberdade de imprensa.

B E, agora, prá fechar talvez, em termos de linguagem, né, o meu trabalho é com linguagem, e o jornalista lida com as palavras também, né?

B.L.S. Em matéria de linguagem, há pessoas que criticam muito o jornalismo, porque às vezes há um certo desleixo em relação à linguagem do noticiário em geral. Nós temos aqui na Academia de Letras um companheiro nosso que é Renault , que cataloga todas esses defeitos e vícios que surgem na imprensa e se insurge contra eles, e fica indignado. Portanto que eu acho que se você quer ter uma informação completa a respeito do aspecto de linguagem não deve deixar de ouvir o Edgar Renault .

B. Ah, tudo bem, mas não era nem só isso que eu estava enfocando, não, é... O senhor sente mudanças, quer dizer, a linguagem em trinta obviamente é diferente da linguagem de agora , sem dúvida. Mas, até que ponto a gente pode correlacionar isso historicamente, né, de que maneira você pode, a história constitui a própria linguagem, dentro do fazer jornalístico, dentro do, enfim, da constituição mesmo da matéria?

B.L.S. O jornal está mais perto da forma coloquial. Não é um jornal escrito por puristas. Tem mais a tendência de, de expressar a linguagem que houve e a linguagem que se transmite com facilidade dos jornais para os seus leitores. Porque , de certa maneira, a influência é recíproca entre os leitores e o jornal. Essa presença coloquial faz com que o jornal seja a linguagem viva, a linguagem atuante, a linguagem que precisa ter sempre presente porque é aquela que facilita mais a comunicação.

B. Está mais próxima do leitor comum.

B.L.S. Da comunicação.

B Então tá. Eu acho que era... Obrigada.

B.L.S. Se você quiser mais informações, você pode...

III - ENTREVISTA COM PAULO MOTA MAIA

P.M.L. Como data e como ponto de partida o ano de 1930 é interessante fazer-se uma distinção, né? Trinta com Washington Luiz e trinta com Getúlio Vargas, né? Bom, antes havia evidentemente um movimento político de amplitude nacional, né, que era representado pela Aliança Liberal. Tinha líderes conhecidos, né, é, que percorreram todo o país e como, falando, tratando-se de uma tese(pausa)destinada a uma universidade de Campinas (pausa) devemos lembrar a, a atuação de algumas figuras paulistas que participaram dessa campanha, né, como Paulo Duarte, né, que acompanhou a caravana de Vargas e Pessoa ao Nordeste, fazendo propaganda da Aliança Democrática, né. Então eu posso te dizer que tive o privilégio de fazer a reportagem junto dessa caravana representando o jornal chamado *A Batalha*, aqui do Rio de Janeiro, né. E o Paulo Duarte era não só representante de um jornal de São Paulo, né — salve engano, parece que já era o *Estado* ou um jornal de grande importância e era sem dúvida um jornal de grande importância. Mas não apenas isso, ele era também um (pausa) desse movimento, né, tanto que ele... enquanto nós fazíamos reportagem e acompanhávamos os discursos, ele ou fazia as mesmas reportagens ou ele mesmo discursava, né, como desse movimento, né. Aí, era uma campanha política aguda que marchava para uma insurreição armada, né.(pausa) E, é compreensível que, que os jornais vivessem uma época excepcional. Alguns sofrendo a tentados, né, os próprios jornais ou os jornalistas, né, e era um momento de ebulição nacional, né. Depois de trinta, houve en-

tão uma outra fase muito sensível ao exercício da nossa profissão. Veio o Washington Luiz, veio o Getúlio Vargas, né, veio Washington, veio Getúlio Vargas e então surgiu a República Nova antes da Nova República, né? Houve essa distinção. Antes era República Nova, hoje é Nova República, né?

Naquele momento, muito mais do que agora, houve decepções. Hoje, há restrições feitas ao movimento decorrentes da, da vitória de Tancredo Neves sobre Maluf, né, mas as pessoas, assim, num raciocínio mais sereno, compreendem que ainda estamos num momento de transição, né? Esse momento de transição pode ser conduzido num bom sentido ou não, isso depende do futuro, né? Agora, em, vitorioso o Washington Luiz, vitorioso o Getúlio Vargas, né, e derrubado o governo de Washington Luiz, houve muito o, o adesismo, né, elementos que pertenciam ao governo derrubado, né, passaram para esse lado, né, uns por convicção, outros por oportunismo, né? E isso tinha, naturalmente, repercussão nos jornais de repercussão popular, etc. Marchou-se, então, aí, para uma saída da situação brasileira. O governo, o presidente da república era o homem que tinha vindo no (pausa) de uma insurreição armada, né? Então, seria necessário constitucionalizar o país, né? E coube aos paulistas o papel de, de liderança no movimento da constitucionalização do país através da (pausa) até de um movimento armado também que houve em São Paulo em 1932. Mas uma vez aí, os cronistas políticos tiveram muito trabalho no sentido de distinguir, naquele movimento, o que havia representativo do que se costuma chamar "a plutocracia paulista", né, os banqueiros de São Paulo, os fazendeiros de São Paulo e o povo de São Pau

lo e o povo de São Paulo, e principalmente os estudantes e a mo-
cidade em geral, né, que participava da luta com a melhor das
intenções, com bravura, né, e com sacrifício, né? Então, os jor-
nalistas políticos daquela época puderam testemunhar, é, quando
o, o Getúlio Vargas resolveu aceitar o encaminhamento da, da
Constituinte, da elaboração de uma constituição que seria, que
seria feita aqui no Palácio Tiradentes, né. Havia, entre os cro-
nistas políticos, aqueles que se deixavam fascinar ou sofriam
influência dos seus jornais, jornais conservadores, né, que ti-
nham uma grande admiração pelos líderes do movimento constitucio-
nalista de 1932 em São Paulo, né. E eu me lembro que eles tive-
ram uma grande decepção diante do fenômeno do (ininteligível) e,
quase diria, do adesismo, né, desses homens que se articularam
com Getúlio Vargas, né, esquecendo certas, certos princípios e
certas posições, né. (pausa) Bom, aí estamos em 32, né? Trinta e
dois. (pausa) A evolução política do país nos conduziu a etapas
ainda mais avançadas, né? Começaram a surgir questões, por e-
xemplo, se falava em luta contra latifúndio, né, (pausa) e então
algumas correntes políticas levavam a bandeira de luta contra o
imperialismo, né. Essa palavra era nova, soava como uma uma
coisa estranha a muitos ouvidos, né? E houve até um caso curio-
so: um dos jornalistas mais brilhantes do Rio de Janeiro — eu
não quero dizer o nome, porque trabalhei com ele, né, e não que-
ro deixá-lo numa situação grotesca, ele já é o morto, né, estou
contando história de muitos anos atrás, né — ele estranhou que
se falasse imperialismo tantos anos depois de proclamada a repú-
blica, né? Ele (risos) ele confundia a, a, o imperialismo né, é

a influência do poder do capital financeiro internacional, né , com a política imperial ou republicana, né, é.

Imperialista realmente chamava-se, no tempo de campanha republicana, aos partidários do império, né, que eram os adversá - rios do, do, do... Mas então surgiram palavras novas, né? Com a evolução do tempo, essas palavras foram sendo substituídas qua se que por, por outras querendo dizer a mesma coisa, quase que sinônimos, né? Então, hoje(pausa) muitas pessoas ainda não u - sam a expressão "imperialismo", né, mas usam constantemente, é "multinacionais", né, que vem a ser a mesma coisa, né? Mas já existiam naquela época, né, mas não tinham essa definição espe - cífica, né, que hoje tem. E essa especificidade é decorrência, na turalmente, da, do esclarecimento do problema, né. Antes fala - va-se, o imperialismo de um modo geral, né, era o capital finan - ceiro internacional, né, a influir nos países do tipo do nosso , né, que naquele tempo não havia definição de primeiro, segundo e terceiro mundo, né, mas já havia o, uma evolução do colonialismo para o semi-colonialismo, né, e para o neocolonialismo de hoje , né. Então surgia essa, essas impressões, essas expressões novas, né. Hoje muita gente conservadora, né, não tem, é não tem dúvi - da nenhuma em, em se delcarar contra as multinacionais, porque a influência delas tornou-se tão sensível, tão sensível que no país dificilmente pode haver pessoas, ou mesmo grupos políticos que abertamente, né, se declarem a favor delas, né, é. Os homens que, evidentemente, estão do lado das multinacionais, não confes - sam, né. Se nós formos perguntar ao Dr. Roberto Campos se ele é, numa entrevista né, se ele é contrário aos interesses da pátria ,

ele vai dizer que não, né? Se ele é, agora, se ele é inimigo das multinacionais, aí, ele já começa, como advogado, né, a apresentar, é, argumentos de, a procurar cononestar né, a invo - car o princípio da livre iniciativa, né, embora sendo professor de economia, e devendo saber que a livre iniciativa desapareceu quando surgiram os monopólios. Porque não pode haver as duas coisas ao mesmo tempo: livre inciativa e os monopólios, né. En - tão, com o surgimento dos monopólios a, o, a força natural que surgiu para fazer frente a elas foi a política nacionalista ba - seada em muitos casos em empresas do Estado, né. Então, hoje se fala, a gente lê nos jornais campanhas contra os estatismos, excesso de estatismos, né, mas nunca são especificadas essas questões ou quase ou nem sempre são especificadas, né. No caso, por exemplo, da Petrobrás. Eu me lembro de ter lido há poucos dias um jornal de São Paulo que(pausa) a Petrobrás estava crescen - do assustadoramente. Ora, (risos) a pessoa assustar-se com o crescimento de uma empresa brasileira, né? É forte, né, é forte, né? "A Petrobrás está crescendo assustadoramente". Ora, se a Petrobrás não crescesse assustadoramente, assustadoramente esta - ria crescendo a influência da Standard Oil, da Esso, e de todas essas outras empresas de petróleo, né, que têm uma influência mundial, fazem guerras em toda parte, fazem guerras no Oriente Médio por causa de petróleo e essa coisa toda, né. Então a, a, o, o eu quero lembrar, voltando a, ao confronto entre o, o jorna - lismo daquela época e o jornalismo de hoje é que antes havia al - gumas idéias gerais, começava a brotar no cérebro das pessoas , né, e que, com a evolução econômica e a evolução política esses fenômenos foram se tornando mais claros, né. As palavras foram

sendo modificadas, né. Em vez de imperialismo, multinacionais, né?

B O senhor sabe, pode citar mais algum caso de palavras novas, dessa questão da linguagem...

P.M.L. Ah, sim. (pausa)

B Como que ia pro jornalismo — por exemplo, os jornais.

P.M.L. Sim.

B Eles, é, buscavam explicar o significado das palavras ou eles simplesmente...

P.M.L. Não, não buscavam pelo seguinte: porque essa evolução, do conhecimento geral, ela, ela era tão ampla que os próprios jornais em certa época, os próprios especialistas, não conheciam também. Eles foram aprendendo na prática, foram aprendendo na prática. Então, eles não podiam ensinar porque não tinham aprendido ainda, né. (risos) Depois que eles aprenderam é que eles passaram a ensinar, porque eles tinham o veículo, né, de, de, de esclarecimento da, da opinião pública, que é o jornal, que é a imprensa, né. Mas, a, durante certa época, é, os assuntos não eram, não eram conhecidos e aí está o exemplo que eu citei há poucos instantes do, de um eminente jornalista brasileiro, né, que não sabia, que não distinguia, né, entre monarquia, monarquismo, né e imperialismo, né.

B Eu queria só interromper o senhor... o senhor falou, nê, a função do jornalismo de esclarecer o público leitor. Até que ponto, além de informar e esclarecer, nê, também não é moldar, formar uma opinião pública?

P.M.L. Esclarecendo, o jornalista, é, forma opinião pública nê? Agora, é preciso termos em conta o seguinte: nós falamos, defendemos a liberdade de imprensa. Agora, mas não deixamos de reconhecer que a, a imprensa hoje é constituída de empresas cada vez mais poderosas, nê. A evolução natural de todas as coisas faz com que as grandes empresas absorvam as pequenas, nê. Há, há cerca de meio século, nê, nós estamos em 85 , nê, estávamos falando ainda agora de 1930, nê? Então, havia aqui e em São Paulo e em todas as grandes cidades do Brasil, os jornais, o jornal de Fulano. Hoje, não existe jornal do grupo tal. Não há... Antigamente um jornalista, um jornalista levantava pequenos capitais, nê, e começava a fazer o seu jornal na oficina de outro, pagando, nê, não era dono de uma oficina. Depois ele progredia, comprava uma rotativa. E hoje tudo isso é diferente. As empresas são tão poderosas que as pequenas ficam sendo, acabaram absorvidas pelas, pelas grandes. Aqui no Rio de Janeiro, falamos em 30, os grandes jornais de 30 e de campanhas anteriores, como por exemplo, *Jornal do Brasil*, *O País*, *o Correio da Manhã*, *A Noite*, desapareceram. Uns há mais tempo, outro há menos tempo, nê. Mais recentemente desapareceu o *Diário Carioca*, que por sua vez era sucessor de um outro grande jornal do mesmo homem, que era Macedo Soares e que era *O Imparcial*, *O Imparcial*, que surgiu, na segunda década do século, mil

novacentos e vinte e tantos, havia *O Imparcial*, né. Em seguida, então, esse *Imparcial* morreu em 1927 surgiu o *Diário Carioca* de Macedo Soares, José Duarte Macedo Soares. Edmundo Bittencourt do *Correio da Manhã*.

Mário Rodrigues teve um jornal de grande popularidade, né, e de orientação (pausa) às vezes violenta e até em certo ponto discutível, mas não deixava de ser um jornal popular de grande influência, né, também desapareceu, né. Hoje, nenhuma pessoa pode pensar em fundar um jornal, nenhum jornalista pode fundar um jornal. *O Globo*, *O Globo* ainda foi fundado por um grupo de redatores saídos da *Noite d'A Noite*. À frente, evidentemente, Irineu Marinho, que era o mais dinâmico de todos eles, né, mas cercado de um grupo de homens que eram empregados, assalariados, né, jornalistas profissionais. Eram redatores d'A Noite, que era um jornal comparável aos daquela época e que poderiam ser fundados, podiam viver seis meses, depois morrer, depois o mesmo dono fundava um segundo, e assim iam vivendo como empresas pequenas e fracas, né, transformou-se numa polêmica. E no Rio de Janeiro o número de jornais vai diminuindo cada vez mais, né. Ao passo que a importância dos que sobrevivem, dos grandes, vai aumentando, né, vai aumentando. Seria assim uma coisa que a gente pudesse, poderia comparar a um fenômeno de autocanibalismo, né. Jornal comendo jornal, jornal comendo jornal, nenhum engordando, né? (risos)

B E como assim, é, situar, é, alguma relação, se há, e como há, né, entre fazer jornalístico e fazer político.

P.M.L. Fazer jornalismo e fazer política, né?

B Exato. Quer dizer...

P.M.L. Mas política, vamos dizer, partidária, política eleitoral imedialista, né.

B Exato. Não só a partidária, ou se a gente voltar a 30, a oposição à revolução. Quer dizer, como se dá a passagem da, dessa política na sociedade pro jornal, como como que é...

P.M.L. Bem, essa, essa evolução, ainda aí existe a preponderância da empresa da qual o jornalista é empregado, né. A relação, é, empregado — empregador nos jornais, né? Naturalmente, não é a mesma coisa que uma fábrica, né, porque aí se trata de um trabalho intelectual, né. E, o exemplo disso é o seguinte: se nós entramos numa grande empresa, industrial, né, nós encontramos lá técnicos de grande categoria né, engenheiros, especialistas, operários qualificados, operários que têm uma tarefa mais simples, mais singela, né, então eles se dirigem ao patrão como um patrão, como um patrão, né, e o patrão se dirige a eles, como a gente fala, a um empregado, né. No jornal é diferente. No jornal, ainda se, ainda resta uma, uma certa, a, forma de, de tratamento, né, que o, de um modo geral e quase em todos os casos, o, o jornalista, o diretor de jornal que, na maioria dos casos, não na totalidade, também é jornalista, também é jornalista, né, ele trata o seu redator como um colega, né, como um profissional. Vamos fazer uma comparação. É como se ele fosse um, vamos di -

zer, um professor de, de medicina, diretor de um grande hospi -
tal falando a um, a um médico recém-saído da faculdade, está
procurando abrir barriga de gente, etc. Existe aquela, aquela
sentimento de, de cordialidade, né, e de respeito à, à profissão.
Existe isso. Mas, quem decide, é a empresa, né. Quem dá a orien -
tação é a empresa. E essa evolução, a passagem, a sua pergunta é
a passagem de fazer política de um modo geral, né, como política,
como uma ideologia, né, com uma orientação e fazer política parti -
dária, isso aí depende da empresa, né? Depende da empresa. E
o jornalista profissional é obrigado a, a seguir aquela orienta -
ção. E não pode ser de outra maneira, né, porque nós temos a li -
berdade de escrever, né. Assemelha-se a liberdade de voar, né!
Agora, qualquer cidadão é livre para voar, né? Não há lei que im -
peça, mas ele têm que ter um avião particular ou comprar uma pas -
sagem. Não é? Então, no jornal, nós temos a liberdade para es -
crever, mas se escrever para publicar, e a, e a, e o que a gente
é publicado nos jornais e os jornais têm dono. (risos) E os do -
nos dos jornais são grandes empresas. Então essa, essa evolução
que há, (ininteligível) uma orientação geral, vamos dizer ,
baseado numa doutrina, numa ideologia, né, ela está subordinada
principalmente, à empresa, aos interesses da empresa, a empresa ,
sabe-se que o que sustenta o jornal é a chamada matéria paga, são
os anúncios. Não é a venda avulsa, porque o, o preço de custo do
jornal, embora esteja muito caro hoje, a gente paga dois mil ,
três mil cruzeiros por um exemplar de jornal, mas ali tem muito
mais de dois mil, três mil cruzeiros de papel, de trinta e de, e
de, vamos dizer, custo de produção. Então por que então o jornal

pode ser vendido, embora caro, vendido por dois, três mil cruzeiros? Porque ali está o anúncio, né. Vai se ver o preço de linha, vai se ver o que paga uma grande, um grande anunciante por uma página de jornal. Então existe essa influência, compreende? É natural, é fatal. Nós devemos, é, vê-la como um fato da sociedade em que vivemos. Não vamos nos revoltar por que não adianta, né. Mas é fatal. É isso mesmo. Ele tem que se ajustar ao interesse econômico empresarial, né. Então, agora, como eu, eu fiz referência agora ao fato de que quase todos os diretores de jornal são jornalistas também, e não apenas donos de jornal, há sim um sentimento de solidariedade e de respeito, né. O, em, geralmente, o diretor de jornal conhece os seus redatores, sabe a, o que eles pensam. Hoje, há várias concepções políticas, né, há várias concepções políticas, né, e então ele sempre tem de um modo geral, a delicadeza de, ao pedir a elaboração de uma matéria opinativa, né, ele vai pedir àquele que pensa da maneira como ele está pensando ao encarar determinado assunto, tá compreendendo? Ele não vai pedir, vamos fazer uma comparação. Vamos fazer uma comparação em termos de, de campanha política, né? Ele sabe que aquele redator, seu empregado, simpatiza mais com um candidato A. Se ele quer uma matéria a favor, ele vai pedir aquele, né. Então existe esse respeito e existe essa, essa coisa, que é meritória e é, e é, saudável pra nós, pra todos nós, né! Eu vou citar um exemplo também que se deu comigo. Nesses vinte e tantos anos de governo absolutista, né, de intolerância, violência, assassinatos, etc., né, desaparecimentos, sujeitos, a família não sabe nem os cadáveres aonde estão enterrados, aonde foram enterrados, etc., né, então, no meu caso, eu tive dificuldades assim no exer

cício da profissão, né. Mesmo porque eu tenho uma posição política que foi muito marcada pelos homens que tomaram o poder em 1964, né. Bem, então, houve uma, eu estava (num) jornal muito precário, né, e apareceu um cidadão que veio me, me pedir para trabalhar numa agência dele que distribuía histórias em quadros, né. Aquilo vem, os clichês prontos né, quase tudo era importado, vinha de fora, né, então aquilo era um trabalho quase que comercial, né. "Só que eu não entendo, nunca trabalhei nisso", "não, você vai lá e coisa e tal, vai aprender e tal". E eu passei uns, uns meses lá trabalhando com ele, né. Não me ambientei, né, porque não era o ambiente de jornal, era o ambiente de uma empresa que aí deixava de ser jornalística e era puramente industrial ou comercial, né. Então isso a gente sente em todos os jornais. E quando hoje o diretor de um grande jornal contrata um redator, ele sabe quem está contratando, e respeita. Há um relativo respeito.

B E, outra coisa também. É até que ponto a gente pode dizer, que o jornalismo, né, esse fato das pessoas comprarem todo dia, ler o jornal e tal, ele ajuda a, a produzir história, né? Quer dizer, ele ajuda a fazer a história do Brasil, né, nesse caminhar dia a dia.

P.M.L. Bom, ele ajuda por uma razão muito simples, porque ele reflete os fatos, né? E a evolução natural das coisas influencia na política, né. Inversamente, acontece a mesma coisa. A política influi na condução dos fatos, né. São, são problemas correlatos né. Mas sem dúvida nenhuma o, o, o jornal tem uma, uma, um

papel positivo, nê, de esclarecimento e influi, sem dúvida nenhuma, influi. Mesmo com essa diversidade de pontos de vista e essas oscilações a que eu fiz referência, nê, e essa, essa condição de empresa que é naturalmente conduzida a, a atender a sua clientela graúda, que não é a do homem que compra a banca do jornal, é a clientela do guichê de publicidade, nê. Mas mesmo as - sim o jornal tem sempre uma posição positiva, um papel positivo da história.

E O senhor, assim, lembrando, nê, do período de 30, o se - nhor poderia, ê, exemplificar isso que o senhor tã falando. Como foi em 30, nê, quer dizer, ajudou a escrever a história do Brasil o jornal, ê, a memória toda que nós temos, nê, que a gente lê no livro de história.

P.M.L. Sem dúvida ajudou. Ajudou. Com todas essas, essas restrições a que eu fiz referência, ajudou. Porque o jornal , mesmo sujeito a determinadas imposições de ordem econômica, nê , ele é forçado a, a acompanhar os fatos, nê. Pode haver pequenos desvios, nê, mas o essencial, ele é forçado a acompanhar os fatos, nê. Por exemplo, eleição de Tancredo Neves, nê! Um fato. Tancredo Neves foi eleito, Maluf foi derrotado. Então, esse fato ti nha que ser exposto, nê, de maneiras um pouco diferentes, com cer tas maneiras, mas o essencial foi exposto, nê. Então, aí está um reflexo dos fatos. Agora, o jornal reflete os fatos objetivamente, primeiro, porque existe um critério de notícia, objetividade, que aprende-se nas faculdades que a gente tem que escrever de a - cordo com os fatos observados, etc. Se, por uma questão qualquer,

por um motivo secundário, uma empresa, o jornal de uma empresa distorce fora de certa medida, ele perde leitores. Perdendo leitores, perde anunciante. E então aí ele desperta e, e, e resolve então, é, procurar uma linha melhor, né! Então, está sempre subordinado aos fatos, né? Sempre, e isso é positivo, porque traz o ensinamento histórico, uê! (pausa) Um jornal, um jornal empenha-se numa campanha anti-popular. Vamos dizer, uma eleição. Um jornal, por determinadas circunstâncias, a empresa acha que deve puxar brasa prá sardinha do candidato A ou B, né, por interesses, às vezes, de imprensa, né, não, não conhecido, né; não conhecido. Então, se ele exagera um pouco, cai a venda. O leitor, "Ah, esse jornal tá elogiando o deputado, o candidato tal", né, então deixa de vender, né. O anunciante nota imediatamente, que ele controla isso, né, é ele que paga o anúncio, né? Ele paga prá ter uma publicidade maior, né. E então ele está sempre mais ou menos preso ao fato e a verdade histórica. Pode ser até por convicção, né. (risos)

B Eu só fico me perguntando, assim, até que ponto consegue ser tão objetivo, se tem todo o problema da, da linha da empresa que domina, ou do dono, como era antigamente, que você estava falando, ou da linha do próprio jornalista, né, a linha ideológica. Quer dizer, né, até que ponto, a objetividade, ela existe, né?

P.M.L. Em certos casos, a objetividade é quase que completa, né, é plenamente respeitada. Em certos casos, quando, por exemplo, um, vamos dizer, um repórter parlamentar, né, é, o deputado faz um discurso, vamos dizer, esse deputado é de um parti-

do do, contrário à orientação do jornal aonde ele trabalha, não, ele pode torcer um pouquinho mas não pode fugir muito, não, porque é escandaloso, não, então aí ele se desmoraliza, não é isso? Então tem que estar sempre mais ou menos preso, mais ou menos preso. Agora, a questão da apreciação do comentário é diferente, não, aí a pessoa, é, uma, uma atitude de um político que alguns comentaristas acham que é positiva, outros têm direito de achar que é negativa e cada qual defende, não, a sua, o seu modo de ver, reflete o seu modo de ver a questão, não.

B E no período de 45? O senhor trabalhava aonde? Como é que foi com Vargas de novo? Sai Vargas, entra Vargas, volta. Que que o senhor lembra?

P.M.L. Eu me lembro, sim, de muita coisa. Por coincidência, eu, eu fui repórter aqui da Câmara, quando funcionava no Palácio Tiradentes. Acompanhei tudo aquilo, não! E eu me lembro perfeitamente que, por exemplo, a bancada de imprensa, havia os cronistas parlamentares, não, e, de um modo geral, havia uma coincidência entre o pensamento desses cronistas e o pensamento dos jornais onde eles trabalhavam, não. Havia essa coincidência. E essa coincidência não era casual, porque era resultante de uma escolha, não. Não é isso? O, o, o redator-chefe de um jornal, o chefe da reportagem, o chefe da reportagem política. Fulano, se o jornal, vamos dizer, o jornal Campanha, Campanha, Jânio Quadros - Lot Jânio Quadro (incompreensível). Então, o chefe da reportagem política diz "olha, o Fulano simpatiza com o Lot", não, se esse jornal tá fazendo a campanha do Lot, chama fulano prá tra

balhar ali e assim havia um ajustamento, havia uma arrumação, né. Havia isso. (pausa) Havia essa coincidência por isso, porque é mais interessante o redator, é, fazer uma apreciação política de acordo com o que ele está sentindo, e não apenas de acordo com o que é recomendado pelo jornal, não é, é. Aí, se aí se chega a, a melhor, posição, a posição mais, mais interessante, né. Mais interessante para o jornal e mais interessante para o profissional, o empregado do jornal, né.

B Será que cresce período de 30 e 45 isso já era bem direcionado, quer dizer, os jornais. Hoje em dia a gente vê, né, quem compra o *Jornal do Brasil* não compra aquele jornal *O Dia*, e quem compra o jornal *O Dia* não compra o *Jornal do Brasil*.

P.M.L. Já havia sim.

B Já havia?

P.M.L. Menos, mas já havia.

B Como que ela, essa divisão, em relação às classes.

P.M.L. Sim, sim.

B Como era isso?

P.M.L. Bom, ainda hoje existe no Rio um jornal que mantém essa posição de, chamada jornal popular ou, talvez, populista que, a primeira página tem sempre aquelas manchetes de fatos

polícias, né, assassinatos, assaltos, etc., né? Então, aí, a meu ver, trata-se do seguinte: uma concessão, a meu ver, não muito justificável que se faz ao baixo nível do leitor.

B Como?

P.M.L. Uma concessão que se faz ao leitor de um nível mais modesto. O leitor que não tem uma compreensão política, que não se, não se interessa pelos assuntos mais elevados, né. Que ele quer saber que houve um assalto, que mataram, a mulher tomou veneno, o marido atirou na esposa infiel, né, houve um assassinato às facadas, etc., né. Então essa curiosidade é um pouco primária, não é, o leitor que se interessa por isso. Então, muitos jornais procuram esse nível de leitor e baixam o seu próprio nível, né, o seu próprio nível. Então, isso sempre houve, né. E ainda existe alguns jornais assim, que fazem esse tipo de sensacionalismo. E outros passam a se interessar por assuntos de interesse mais amplo, né, a política nacional, política internacional, e outros assuntos assim, né.

B E, às vezes, será que não é, isso de, esse jornal mais sensacionalista, não seria uma maneira até mesmo de não falar de política para essas classes?

P.M.L. Não, isso aí é o seguinte, é voltado para um determinado, vamos dizer, público, né, uma determinada freqüência, vamos dizer em vez de público, freqüência, né. A mercadoria destinada a determinada freqüência. A mercadoria é produzida mas destinada

da freguesia, nê. Quer dizer, é gente que prefere aquelas coisas nê. Agora, esses mesmos têm, sentem a necessidade de lá dentro ter um editorial, nê, com as coisas assinadas, nê. Aí já tem uma orientação política, nê, porque eles reconhecem a importância disso, nê, eles não ignoram, eles não são primários, eles não têm o gosto do leitor, nê. Ele tem o gosto igual ao de um diretor de um grande jornal, mas ele faz essa concessão pra vender um determinado público nê.

B E o senhor teria, assim mais alguma coisa a acrescentar...

P.M.L. Não, não me ocorre.

B E hoje em dia, como o senhor vê?

P.M.L. Esse fenômeno?

B Tudo do jornal, hoje em dia. O problema da empresa, o problema...

P.M.L. O que eu acho, hoje em dia, o problema da empresa é, acentua-se cada vez mais essa tendência, nê, acentua-se cada vez mais essa tendência

B Era melhor fazer jornalismo em 30 ou hoje?

P.M.L. Em 30 era melhor. Em 30 era melhor. Em 30 nós nos sentíamos mais à vontade. Trinta é apenas uma data que nós estamos tomando, nê, é. Vamos dizer, no passado, alguns anos atrás, era

melhor, antes de haver, essa evolução decorrente do fenômeno de absorção dos pequenos jornais pelos grandes, que vão se tornando cada vez mais poderosos e cada vez menos numerosos, né, porque o Rio de Janeiro tinha quinze, vinte jornais, hoje têm dois ou três ou quatro, né, não é isso? São Paulo é a mesma coisa. E no estrangeiro também.

B Também.

P.M.L. No estrangeiro também. A gente lia a, a, o *Times* de Londres, aquela (inteligível), etc. também sente crise, né?

B. Então tá!

P.M.L. Tá!

2. Memória de jornalistas e o fio discursivo da memória histórica

"Qu'est-ce qu'énoncer, tenir le fil d'un discours, mais aussi répéter, se souvenir, oublier pour un sujet énonciateur pris dans les contradictions historiques du champ politique?"

(J.J. Courtine: La toque de elements)

As lembranças de Paulo Mota Lima, Barbosa Lima Sobrinho e José Mota Maia a respeito do jornalismo em 30 e do movimento revolucionário ocorrido no mesmo ano configuram uma mescla entre o relato pessoal e histórico oficial do período.

Dos três jornalistas, é Lima quem mais se desvia de um discurso didático sobre a revolução de 30 ao enveredar por sua militância política. Barbosa Lima Sobrinho alterna seu lugar de enunciação, falando ora como jornalista, ora como historiador. José Mota Maia, por outro lado, impregna de didatismo sua fala de jornalista, expondo metodicamente as etapas que constituíram o movimento revolucionário.

Podemos atribuir este aspecto didático (até mesmo "professoral" em alguns momentos) à própria situação das entrevistas: uma entrevistadora jovem e estudante dirigindo-se a entrevistados mais velhos e experientes — profissionais ensinando ao aprendiz... ()

De toda forma é a este didatismo que podemos atribuir um

dos fatores que ocasionou a maior presença do relato em 3.^a pessoa ("A imprensa modernizou-se em termos de...") do que o relato em 1.^a pessoa do singular ("Eu fui jornalista exatamente nesta quadra de vinte a trinta...") ou em 1.^a pessoa do plural ("Nós fazíamos reportagens e acompanhávamos os discursos").

É neste relato em 3.^a pessoa, quando os entrevistados mais parecem estar editando uma matéria, que observamos o consenso, isto é, abordagens semelhantes sobre o fazer jornalístico e sobre a revolução.

Das questões relativas à imprensa, as duas que nos interessam mais dizem respeito ao jornalismo em 30 e à sua função tanto naquela época como nos dias atuais.

Parece não haver dúvidas quanto ao caráter opinativo da imprensa naquela época. Ela "refletia realmente a opinião", diz José Mota Maia. A explicação para este fato encontra-se nas palavras de Barbosa Lima Sobrinho: "Não que em 30 também não se buscasse a informação, mas não havia todos os meios necessários para encontrar uma divulgação mais ampla."

O jornalismo atual, em contrapartida, estaria mais a serviço da informação. Segundo Barbosa Lima Sobrinho, esse informar, no entanto, ("escrever de acordo com os fatos narrados") não deixaria de influenciar os leitores.

É o próprio Barbosa Lima Sobrinho quem desfaz o mito da informação objetiva, neutra, dizendo que "o jornal tem a preocupação de ter sua linha própria e sua linha própria de independência, de autonomia, que se pode ter preferência por um, mas não um compromisso expresso, categórico e total com determinadas cau

sas".

Este ponto de vista aparece mais explicitado por José Mota Maia, quando este afirma que "ela (a imprensa) conduz à opinião; ela forma a opinião através da doutrina, através da crítica."

É interessante notar, porém, que os três jornalistas parecem oscilar a respeito da função informativa da imprensa, não apresentando um ponto de vista único.

O depoimento de Paulo Mota Lima (assim como o de Barbosa Lima Sobrinho) é bastante significativo a este respeito. Nele depreendemos um duplo posicionamento; o jornal tem "um papel positivo de esclarecimento" ao mesmo tempo em que "influi (na opinião pública) sem dúvida nenhuma, influi".

Hã, neste sentido, um heterogeneidade constituindo duas vertentes de seus depoimentos: o jornalista que "edita" em 3.^a pessoa estaria mais propenso a defender a objetividade da informação e teria como seu oposto o sujeito histórico consciente da influência das empresas publicitárias, etc.

No caso de Paulo Mota Lima, por exemplo, a heterogeneidade entre o discurso do jornalista e o discurso do militante político aparece explicitada no relato feito em 1.^a pessoa do plural so bre a situação dos jornalistas: "Então, no jornal, *n*ós temos a liberdade para escrever, *mas se* escrever para publicar (...) é publicada nos jornais e os jornais têm dono." (grifo nosso) Observamos que a heterogeneidade aparece marcada também através de uma ruptura sintática ocasionada pelo pronome se.

Barbosa Lima Sobrinho, por seu lado, afirma em dado momento que "atualmente a gente vê que os jornais se atrelam de uma ma - neira beneptória a determinadas causas, a determinadas reivindicações." Prosseguindo, acrescenta contraditoriamente: "Eles fazem questão de serem sobretudo informativos".

Esta heterogeneidade que se manifesta quanto a referência é o fazer jornalístico não reaparece quando o foco da entrevista incide sobre o "como foi a revolução de 30". Neste caso, as lem branças organizadas pela memória oficial parecem se sobrepor às lembranças da vivência pessoal.

Nos três depoimentos, encontramos uma coincidência acerca dos principais fatos condicionadores da revolução: "a cisão do situacionismo", a adesão dos revolucionários de 22 a 24 e a mor te de João Pessoa. Existe uma repetição de enunciados cris talizados historicamente (ou "formulações, segundo Courtine , 1981) que recalca a experiência do sujeito histórico. Ou, em outros termos, tais enunciados cristalizados têm a força de homo geneização das lembranças, inserindo-as na memória construída na formação discursiva dominante da época.

Este domínio da memória acerca de 1930 — com seu conjunto de enunciados cristalizados, organizado na formação discursiva dominante e cujo fio discursivo se estende até os dias atuais — não foi construído apenas após os acontecimentos.

Como observamos na análise do CM e OP, o período de tensão política que o Brasil atravessava em 1930, se configurava, a nível discursivo, no espaço polêmico e de interincompreensão en tre duas formações discursivas: a FDAL e a FDG, representadas

nos jornais CM e OP respectivamente.

A relação de antagonismo entre ambas fazia com que cada uma negasse e excluísse os sentidos produzidos no interior da outra. Com a vitória da revolução, reafirmaram-se os sentidos produzidos pela FDAL, excluindo-se aqueles engendrados na FDG. Indo mais além, foram estes sentidos produzidos na formação discursiva vitoriosa que se perpetuaram a nível histórico. São estes sentidos, reencontrados nos três depoimentos, que configuram uma imobilidade histórica.

Faremos, por fim, somente uma pergunta: e se a FDAL não houvesse vencido a polémica? Como seriam as lembranças de Barbosa Lima Sobrinho, Paulo Mota Lima e José Mota Maia?

CONCLUSÃO

"As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. É por tanto claro que a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados. (...) A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais."

(M. Bakhtin, Marxismo e filosofia da linguagem)

O discurso jornalístico-político organizado no *Correio da Manhã* e em *O País* em 1930 representa um espaço onde as formações discursivas comunistas, governista e da Aliança Liberal-revolucionária se defrontam polemicamente.

A análise deste espaço discursivo permitiu-nos evidenciar a relação entre a crise social e política de 30 e os modos de significação da linguagem. Mais especificamente, foi na relação entre a lingüística e o histórico que se configurou a constituição e hegemonia de certos sentidos em detrimento de outros, cujo apagamento permitiu a legitimação das formas de dizer da FD revolucionária.

Cabe ressaltar que este processo de engendramento e fixação do sentido se realizou no próprio presente histórico dos acontecimentos. Tal constatação nos leva a considerar que aquilo que chamamos de passado é construído como passado no próprio desenrolar dos acontecimentos.

Deste passado, muitas vezes tornado imóvel, muitas vezes congelado na materialidade discursiva, chega-nos seu eco, obrigando-nos a repetir determinadas formas "linguageiras" que expressam outras tantas representações sociais e ideológicas.

No discurso dos jornalistas, a memória oficial sobre o período de 30 sobrepõe-se à memória dos sujeitos históricos que viveram os acontecimentos da época. Na maioria dos depoimentos, depreendemos a repetição de enunciados já cristalizados sobre a revolução de 30, evidenciando o assujeitamento a um certo dizer e uma submissão a certa visão do passado. No entanto, enquanto sujeitos históricos, esses jornalistas também participaram da construção da memória, também foram fotógrafos que aprisionaram determinadas imagens acerca dos acontecimentos.

E, um dos lugares em que este passado teve sua configuração delimitada foi o das páginas do *Correio da Manhã*. Memória histórica e discurso jornalístico-político se mostram, assim, indissociados.

Correio da Manhã

Fundador - EDMUNDO BITTENCOURT

DIRECTOR

M. PAULO VILLOZ

ADMINISTRADOR

RIO DE JANEIRO, TERÇA-FEIRA, 7 DE JANEIRO DE 1930

CORRESPONDENTES

LARGO DA CATHICA, 13

Falando sobre o seu programma de trabalho, o general Primo de Rivera declara que o seu governo deixará o poder em meados deste anno

LISBOA, 6 (U. P.) — O presidente do Ministerio, discursando na inauguração do Hospital de Teia, declarou que sua politica consistia em paz e cohesão, mobilizando a colaboração de todos sob a bandeira republicana, e afirmando que a situação politica regressaria a normalidade quando a nação melhorasse, mas nunca voltando aos processos anteriores a 28 de maio de 1926. Finalmente, pediu que o povo tivesse em expectativa contra os inimigos da diadema.

PARIS, 5 (U. P.) — As embaixadas da Italia e da Belgica desmentiram oficialmente, de modo categorico, a noticia de ter havido um attentado em Roma contra a vida do rei Alberto da Belgica.

Dois premios no concurso de NAS VESPERAS DO CASAMENTO DO BEIRO ITALIANO



Dois premios no concurso de NAS VESPERAS DO CASAMENTO DO BEIRO ITALIANO. A esquerda, o vencedor, o Sr. João de Deus, e a direita, a vencedora, a Srta. Maria de Deus.

O PROGRAMA DE TRABALHO DE PRIMO DE RIVERA

Segundo declarou o general Primo de Rivera, o seu programa de trabalho é de paz e cohesão, mobilizando a colaboração de todos sob a bandeira republicana, e afirmando que a situação politica regressaria a normalidade quando a nação melhorasse, mas nunca voltando aos processos anteriores a 28 de maio de 1926.

O general Primo de Rivera declarou que a situação politica regressaria a normalidade quando a nação melhorasse, mas nunca voltando aos processos anteriores a 28 de maio de 1926.

O general Primo de Rivera declarou que a situação politica regressaria a normalidade quando a nação melhorasse, mas nunca voltando aos processos anteriores a 28 de maio de 1926.

O general Primo de Rivera declarou que a situação politica regressaria a normalidade quando a nação melhorasse, mas nunca voltando aos processos anteriores a 28 de maio de 1926.

O general Primo de Rivera declarou que a situação politica regressaria a normalidade quando a nação melhorasse, mas nunca voltando aos processos anteriores a 28 de maio de 1926.

O general Primo de Rivera declarou que a situação politica regressaria a normalidade quando a nação melhorasse, mas nunca voltando aos processos anteriores a 28 de maio de 1926.

O general Primo de Rivera declarou que a situação politica regressaria a normalidade quando a nação melhorasse, mas nunca voltando aos processos anteriores a 28 de maio de 1926.

O general Primo de Rivera declarou que a situação politica regressaria a normalidade quando a nação melhorasse, mas nunca voltando aos processos anteriores a 28 de maio de 1926.

O general Primo de Rivera declarou que a situação politica regressaria a normalidade quando a nação melhorasse, mas nunca voltando aos processos anteriores a 28 de maio de 1926.

O general Primo de Rivera declarou que a situação politica regressaria a normalidade quando a nação melhorasse, mas nunca voltando aos processos anteriores a 28 de maio de 1926.

OS PREÇOS BAIXOS DO CAFÉ

AS OBSERVAÇÕES QUE FAZEM EM UM RELATÓRIO SOBRE O COMÉRCIO LATINO-AMERICANO DURANTE O ANNO PASSADO

Washington, 6 (U. P.) — O relatório sobre o Comércio Latino-Americano, preparado pelo Sr. George H. H. Smith, chefe do Departamento de Comercio, relata as condições de mercado durante o anno passado. A situação do café de alta qualidade de São Paulo e de Santos, bem como a de baixa qualidade de Minas Gerais, é mencionada. O preço do café de alta qualidade caiu para o seu mais baixo nível em muitos annos.

A SUCESSÃO PRESIDENCIAL

De Santos, em avião, o Sr. Getúlio Vargas regressou a Porto Alegre

Passageiro do "Giulio Cesare", o Sr. João Pessoa volta hoje ao Rio

A Aliança e as suas correntes cilióticas

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

A SUCESSÃO PRESIDENCIAL

De Santos, em avião, o Sr. Getúlio Vargas regressou a Porto Alegre

Passageiro do "Giulio Cesare", o Sr. João Pessoa volta hoje ao Rio

A Aliança e as suas correntes cilióticas

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

A SUCESSÃO PRESIDENCIAL

De Santos, em avião, o Sr. Getúlio Vargas regressou a Porto Alegre

Passageiro do "Giulio Cesare", o Sr. João Pessoa volta hoje ao Rio

A Aliança e as suas correntes cilióticas

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

Um grupo de deputados da Aliança regressa ao Rio

3-feira, 19 de Fevereiro de 1930

19

O "KERGUELEN" APANHOU FORTE TEMPORAL

Regressou ao Rio, a seu bordo, monsenhor Gonzaga do Carmo, que chefou a peregrinação brasileira a Roma

Passou ontem, pelo porto de nossa capital em viagem por Buenos Aires, o "Kerguelen", procedente da Havre e tendo de volta a esquadra pelos portos da Europa.

Montamos, quando a bordo, os tripulantes, que, após piquete, foram para o porto de Buenos Aires, onde, horas depois de partir da Havre, foi recebido por fortíssimo temporal, que da noite para o dia, trazendo em seu rasto não somente os passageiros, mas até os tripulantes.

A maior intensidade da borrasca verificou-se às 5 horas da manhã, do dia 1 do corrente, ficando a bordo o resto da esquadra de navio e fazendo navegar a favor do vento e das vagalhões.

Os passageiros, tal era o furo do mar, não podiam permanecer de pé e cinco de les caíram, tendo sido levados ferimentos.

Não poucas moças tiveram de multar-se e grande parte da boia de bordo quebrada.

Sómente depois de dois dias de luta com o temporal, foi que o "Kerguelen" pôde entrar no Rio de Janeiro, não tendo sido a bordo nenhuma vítima, devido a um grupo de barcos de artilharia que se formou na entrada do referido porto, em consequência da tempestade.

MONSENHOR GONZAGA

A bordo do "Kerguelen", o monsenhor do Rio, monsenhor Luiz Gonzaga do Carmo, chegou ao Rio de Janeiro, onde a matriz de ilustre.

Ha cinco meses, pouco mais de um ano, o distinto sacerdote, partiu para Roma chefiando a grande peregrinação brasileira, onde se em vinda aos santuários de Lourdes, Fátima e da Capela do Carmo.

Monsehor Gonzaga, ao regressar, trouxe consigo uma grande quantidade de livros, entre os quais se encontram os mais recentes da literatura católica.

Monsehor Luiz Gonzaga do Carmo, quando ainda se achava a bordo, foi acompanhado por uma comitiva de sacerdotes, composta dos dezes de Teófilo, Castro Lima, Paulo Fernandes, e Pedro de Faria, e o Sr. Dantas (Baptista).

As despedidas, o estimado sacerdote foi recebido, no Clube do Furo, por numerosa reunião de amigos, amigos e conhecidos, e em seguida, foi recebido no Clube do Furo, onde se realizou uma reunião de despedida.

Com destino ao Rio, viajou no "Kerguelen", o oficial médico da missão militar francesa, Dr. Philipe Jouve, e o capitão de mar e guerra, Dr. Jouve, e o capitão de mar e guerra, Dr. Jouve, e o capitão de mar e guerra, Dr. Jouve.

As despedidas, o estimado sacerdote foi recebido, no Clube do Furo, por numerosa reunião de amigos, amigos e conhecidos, e em seguida, foi recebido no Clube do Furo, onde se realizou uma reunião de despedida.

Com destino ao Rio, viajou no "Kerguelen", o oficial médico da missão militar francesa, Dr. Philipe Jouve, e o capitão de mar e guerra, Dr. Jouve, e o capitão de mar e guerra, Dr. Jouve.

As despedidas, o estimado sacerdote foi recebido, no Clube do Furo, por numerosa reunião de amigos, amigos e conhecidos, e em seguida, foi recebido no Clube do Furo, onde se realizou uma reunião de despedida.

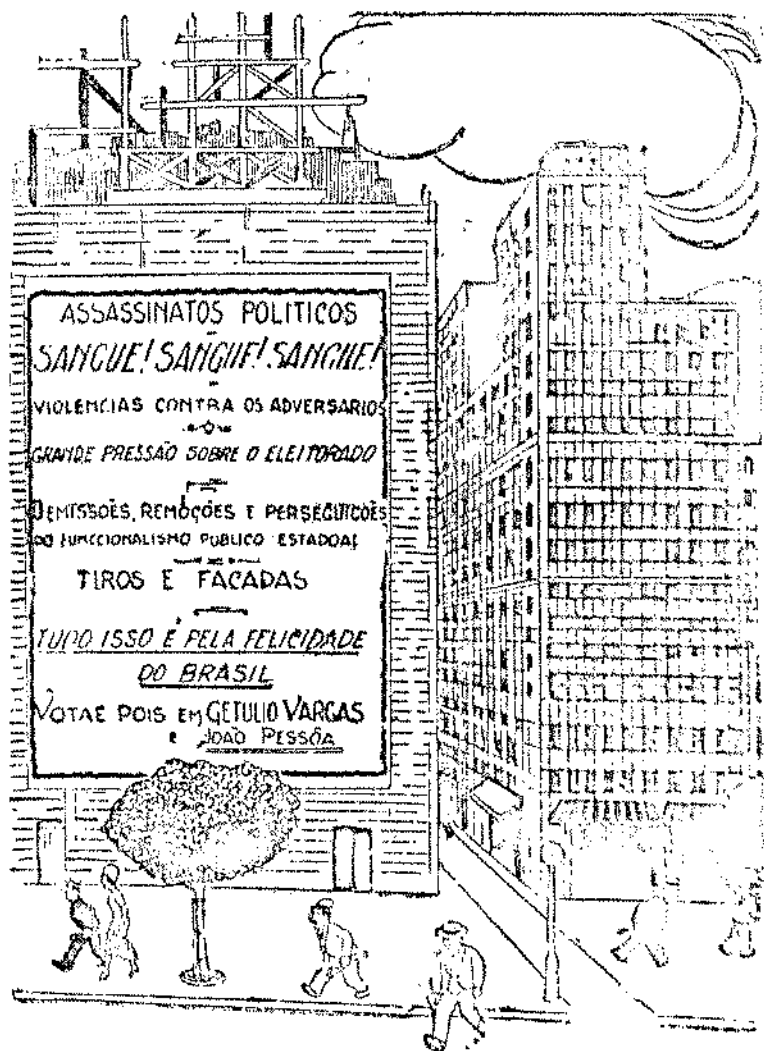
Com destino ao Rio, viajou no "Kerguelen", o oficial médico da missão militar francesa, Dr. Philipe Jouve, e o capitão de mar e guerra, Dr. Jouve, e o capitão de mar e guerra, Dr. Jouve.

As despedidas, o estimado sacerdote foi recebido, no Clube do Furo, por numerosa reunião de amigos, amigos e conhecidos, e em seguida, foi recebido no Clube do Furo, onde se realizou uma reunião de despedida.

Com destino ao Rio, viajou no "Kerguelen", o oficial médico da missão militar francesa, Dr. Philipe Jouve, e o capitão de mar e guerra, Dr. Jouve, e o capitão de mar e guerra, Dr. Jouve.

As despedidas, o estimado sacerdote foi recebido, no Clube do Furo, por numerosa reunião de amigos, amigos e conhecidos, e em seguida, foi recebido no Clube do Furo, onde se realizou uma reunião de despedida.

PUBLICAÇÕES ESPECIAIS



Artas de propaganda da Aliança "Liberal"

(Transcripto do Mito, de 13 de Fevereiro)

Temos dito e vamos repetir: — o "CORREIO DA MANHÃ" provocado pelas ações da publicidade e por outras interessadas na campanha dos candidatos, reservou aqui, nesta seção de PUBLICAÇÕES ESPECIAIS, um determinado espaço para a divulgação de notícias, críticas e doutrinas que os diversos interessados queriam fazer ao conhecimento do povo. Continuamos a pedir a atenção dos leitores para a declaração que lhes fazemos novamente. Não somos, não seremos, nem poderemos ser beneficiários de qualquer coisa com as opiniões ou idéias contidas nas ditas PUBLICAÇÕES ESPECIAIS. Queremos, como qualquer anúncio nesta página ou noutra, puramente e exclusivamente MATÉRIA DE FOMENTO à propaganda política, para todos os reclamantes, que se tratam de assuntos políticos, religiosos, filosóficos, econômicos, sociais, etc. Tudo isso, porém, é independente do mundo inteiro, ou que tem autoridade moral e intelectual, e não das subsídios dos governos ou dos "auxílios" dos particulares, ou seja, o mundo político das publicações remuneradas, ainda que constantemente delatadas por uma imprensa livre e corajosa. É o que também fazemos. A declaração seria desnecessária se não houvesse interesses mais desprevindidos, supondo talvez, que tais publicações fossem feitas para o benefício, o que seria absurdo. Repetimos não somos nem poderemos ser beneficiários de qualquer coisa com as opiniões ou idéias contidas nas ditas PUBLICAÇÕES ESPECIAIS.

CONTRA OS MAIORES PRO-

Correio da Manhã

FUNDADO POR EDMUNDO BITTENCOURT

N.º 2000 FILMO

ANO XXII — N.º 1000

RIO DE JANEIRO, SEXTA-FEIRA, 11 DE OUTUBRO DE 1930

Lançado — LUIZ ALVES

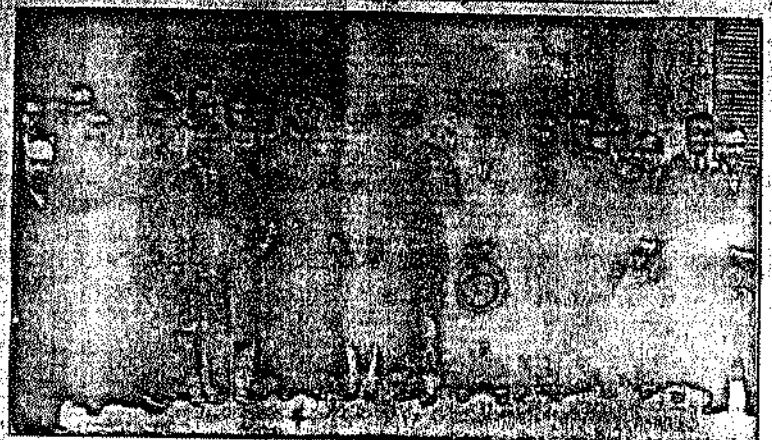
Estimado Preço: 100 Réis

«Nada quero, nada devo querer», disse-nos hontem o bravo Juarez Tavora

O DR. GETULIO VARGAS CHEGARÁ HOJE AO RIO, PELA MANHÃ

ENTREVISTA COM O GENERAL JOAREZ TAVORA

OS IDEIAS DA REVOLUÇÃO ATRAVÉS DE UMA PALESTRA COM O COMMANDANTE EM CHEFE DO EXERCITO DO NORTE



Os jornalistas que haviam covilado as palavras do general Juarez Tavora

O general Juarez Tavora, chefe do Exército do Norte, foi entrevistado por um grupo de jornalistas. Ele falou sobre a revolução e a situação política do Brasil. Segundo ele, a revolução é necessária para a construção de uma nova pátria. Ele também mencionou a importância da educação e da moralidade na sociedade.

O general Juarez Tavora, chefe do Exército do Norte, foi entrevistado por um grupo de jornalistas. Ele falou sobre a revolução e a situação política do Brasil. Segundo ele, a revolução é necessária para a construção de uma nova pátria. Ele também mencionou a importância da educação e da moralidade na sociedade.

O general Juarez Tavora, chefe do Exército do Norte, foi entrevistado por um grupo de jornalistas. Ele falou sobre a revolução e a situação política do Brasil. Segundo ele, a revolução é necessária para a construção de uma nova pátria. Ele também mencionou a importância da educação e da moralidade na sociedade.

O general Juarez Tavora, chefe do Exército do Norte, foi entrevistado por um grupo de jornalistas. Ele falou sobre a revolução e a situação política do Brasil. Segundo ele, a revolução é necessária para a construção de uma nova pátria. Ele também mencionou a importância da educação e da moralidade na sociedade.

O general Juarez Tavora, chefe do Exército do Norte, foi entrevistado por um grupo de jornalistas. Ele falou sobre a revolução e a situação política do Brasil. Segundo ele, a revolução é necessária para a construção de uma nova pátria. Ele também mencionou a importância da educação e da moralidade na sociedade.

CONTROLANDO OS STOKES DE GÊNE-ROS EXISTENTES NESTA CAPITAL

Termos hoje o prazo concedido para as respectivas declarações

Termos hoje o prazo concedido para as respectivas declarações. O governo está controlando os estoques de gêneros existentes nesta capital. Os comerciantes têm até hoje para apresentar suas declarações.

O governo está controlando os estoques de gêneros existentes nesta capital. Os comerciantes têm até hoje para apresentar suas declarações. A medida visa a evitar a especulação e a garantir o abastecimento da população.

A medida visa a evitar a especulação e a garantir o abastecimento da população. O governo está controlando os estoques de gêneros existentes nesta capital. Os comerciantes têm até hoje para apresentar suas declarações.

Uma precipitação de Bapista Lacerda no povo do Rio de Janeiro

O general Juarez Tavora, chefe do Exército do Norte, foi entrevistado por um grupo de jornalistas. Ele falou sobre a revolução e a situação política do Brasil. Segundo ele, a revolução é necessária para a construção de uma nova pátria. Ele também mencionou a importância da educação e da moralidade na sociedade.

O general Juarez Tavora, chefe do Exército do Norte, foi entrevistado por um grupo de jornalistas. Ele falou sobre a revolução e a situação política do Brasil. Segundo ele, a revolução é necessária para a construção de uma nova pátria. Ele também mencionou a importância da educação e da moralidade na sociedade.

O general Juarez Tavora, chefe do Exército do Norte, foi entrevistado por um grupo de jornalistas. Ele falou sobre a revolução e a situação política do Brasil. Segundo ele, a revolução é necessária para a construção de uma nova pátria. Ele também mencionou a importância da educação e da moralidade na sociedade.

O general Juarez Tavora, chefe do Exército do Norte, foi entrevistado por um grupo de jornalistas. Ele falou sobre a revolução e a situação política do Brasil. Segundo ele, a revolução é necessária para a construção de uma nova pátria. Ele também mencionou a importância da educação e da moralidade na sociedade.

O general Juarez Tavora, chefe do Exército do Norte, foi entrevistado por um grupo de jornalistas. Ele falou sobre a revolução e a situação política do Brasil. Segundo ele, a revolução é necessária para a construção de uma nova pátria. Ele também mencionou a importância da educação e da moralidade na sociedade.

O general Juarez Tavora, chefe do Exército do Norte, foi entrevistado por um grupo de jornalistas. Ele falou sobre a revolução e a situação política do Brasil. Segundo ele, a revolução é necessária para a construção de uma nova pátria. Ele também mencionou a importância da educação e da moralidade na sociedade.

A Aderção. A imigração

A Aderção. A imigração. O governo está controlando os estoques de gêneros existentes nesta capital. Os comerciantes têm até hoje para apresentar suas declarações. A medida visa a evitar a especulação e a garantir o abastecimento da população.

A partida do dr. Getulio Vargas para esta capital

O trem especial que o conduz deverá chegar ao Rio entre 10 e 11 horas da manhã

O trem especial que o conduz deverá chegar ao Rio entre 10 e 11 horas da manhã. O dr. Getulio Vargas está viajando de trem para a capital. A partida ocorreu ontem à noite.

O trem especial que o conduz deverá chegar ao Rio entre 10 e 11 horas da manhã. O dr. Getulio Vargas está viajando de trem para a capital. A partida ocorreu ontem à noite. A chegada é esperada para esta manhã.

O trem especial que o conduz deverá chegar ao Rio entre 10 e 11 horas da manhã. O dr. Getulio Vargas está viajando de trem para a capital. A partida ocorreu ontem à noite. A chegada é esperada para esta manhã.

Partida hontem às 10 horas a este ministro da noite, do estado do Rio de Janeiro, e trem de Estado continuando o dr. Getulio Vargas e sua comitiva. Segundo informou a Central do Brasil, o trem chegará a esta capital entre 10 e 11 horas da manhã de hoje.

Partida hontem às 10 horas a este ministro da noite, do estado do Rio de Janeiro, e trem de Estado continuando o dr. Getulio Vargas e sua comitiva. Segundo informou a Central do Brasil, o trem chegará a esta capital entre 10 e 11 horas da manhã de hoje. O dr. Vargas está acompanhado por sua comitiva.

PERPETUANDO A MEMORIA DOS MORTOS DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA

UM MONUMENTO DO POVO AOS SEUS HERÓIS MORTOS NO MESMO LOCAL ONDE CUBRA O CORPO DO NORTE

UM MONUMENTO DO POVO AOS SEUS HERÓIS MORTOS NO MESMO LOCAL ONDE CUBRA O CORPO DO NORTE. A ideia de um monumento em homenagem aos mortos da revolução brasileira está sendo discutida. O local escolhido é o mesmo onde ocorreu o conflito.

A ideia de um monumento em homenagem aos mortos da revolução brasileira está sendo discutida. O local escolhido é o mesmo onde ocorreu o conflito. O monumento será uma homenagem ao povo e aos seus heróis.

PERPETUANDO A MEMORIA DOS MORTOS DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA

UM MONUMENTO DO POVO AOS SEUS HERÓIS MORTOS NO MESMO LOCAL ONDE CUBRA O CORPO DO NORTE

UM MONUMENTO DO POVO AOS SEUS HERÓIS MORTOS NO MESMO LOCAL ONDE CUBRA O CORPO DO NORTE. A ideia de um monumento em homenagem aos mortos da revolução brasileira está sendo discutida. O local escolhido é o mesmo onde ocorreu o conflito.

A ideia de um monumento em homenagem aos mortos da revolução brasileira está sendo discutida. O local escolhido é o mesmo onde ocorreu o conflito. O monumento será uma homenagem ao povo e aos seus heróis.

PERPETUANDO A MEMORIA DOS MORTOS DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA

UM MONUMENTO DO POVO AOS SEUS HERÓIS MORTOS NO MESMO LOCAL ONDE CUBRA O CORPO DO NORTE

UM MONUMENTO DO POVO AOS SEUS HERÓIS MORTOS NO MESMO LOCAL ONDE CUBRA O CORPO DO NORTE. A ideia de um monumento em homenagem aos mortos da revolução brasileira está sendo discutida. O local escolhido é o mesmo onde ocorreu o conflito.

A ideia de um monumento em homenagem aos mortos da revolução brasileira está sendo discutida. O local escolhido é o mesmo onde ocorreu o conflito. O monumento será uma homenagem ao povo e aos seus heróis.

PERPETUANDO A MEMORIA DOS MORTOS DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA

UM MONUMENTO DO POVO AOS SEUS HERÓIS MORTOS NO MESMO LOCAL ONDE CUBRA O CORPO DO NORTE

UM MONUMENTO DO POVO AOS SEUS HERÓIS MORTOS NO MESMO LOCAL ONDE CUBRA O CORPO DO NORTE. A ideia de um monumento em homenagem aos mortos da revolução brasileira está sendo discutida. O local escolhido é o mesmo onde ocorreu o conflito.

A ideia de um monumento em homenagem aos mortos da revolução brasileira está sendo discutida. O local escolhido é o mesmo onde ocorreu o conflito. O monumento será uma homenagem ao povo e aos seus heróis.

PERPETUANDO A MEMORIA DOS MORTOS DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA

UM MONUMENTO DO POVO AOS SEUS HERÓIS MORTOS NO MESMO LOCAL ONDE CUBRA O CORPO DO NORTE

UM MONUMENTO DO POVO AOS SEUS HERÓIS MORTOS NO MESMO LOCAL ONDE CUBRA O CORPO DO NORTE. A ideia de um monumento em homenagem aos mortos da revolução brasileira está sendo discutida. O local escolhido é o mesmo onde ocorreu o conflito.

A ideia de um monumento em homenagem aos mortos da revolução brasileira está sendo discutida. O local escolhido é o mesmo onde ocorreu o conflito. O monumento será uma homenagem ao povo e aos seus heróis.

NOTAS

- (1) Segundo Maingueneau(1988:39) "a prática discursiva designa esta reversibilidade essencial entre as duas faces social e textual do discurso. (...) A noção de prática discursiva integra, então, estes dois elementos: de um lado a formação discursiva, de outro, aquilo que denominaremos a comunidade discursiva".
- (2) Estamos nos referindo aqui à noção formulada por Althusser e retomada por Pêcheux de que a ideologia interpela os indivíduos em sujeito.
- (3) Segundo Van Dijk (1985: 2) "Tagether with psycho and sociolinguistics discourse analysis has definitely brought linguistics to the realm of social sciences".
- (4) A expressão "cena enunciativa", de acordo com Maingueneau (1987: 22) não deve ser concebida tal como expressa a pragmática, isto é, como re-presentação de realidades, de conflitos (sociais e econômicos) dados previamente. Neste sentido , quando utilizamos esta expressão, referimo-nos à instituição do processo histórico de 30 nos jornais analisados.
- (5) Também foi possível depreendermos outras comunidades discursivas que não nos interessou integrar na análise. Estas não possuem um caráter político explícito, como é o caso dos gruu

pos operários favoráveis ao governo ou ainda do grupo 'feminista', isto é, mulheres que escreviam para os jornais posicionando-se em relação à moda, aos acontecimentos políticos e culturais.

- (6) Queremos esclarecer que se pautássemos nossa seleção pela historiografia oficial, teríamos basicamente dois momentos políticos que são usualmente enfocados: a morte de João Pessoa e o movimento revolucionário. Nosso procedimento foi inverso, isto é, partimos da leitura dos jornais para então selecionarmos os acontecimentos que, devido ao destaque pelos jornais, pareceram-nos mais promissores em termos de análise.
- (7) As expressões marcadas com asterisco(*) não se encontram nos fragmentos textuais relacionados neste trabalho.
- (8) Esta hipótese foi formulada durante uma reunião de orientação.
- (9) Cf. Foucault (1973) "o comentário permite dizer-se outra coisa que não seja o próprio texto..."
- (10) Da mesma forma, julgamos interessante uma proposta de pesquisa que trabalhe a formação da representação do comunismo no Brasil.
- (11) Segundo de Decca (1984: 108) "a revolução de trinta como memória histórica do vencedor da luta, fazendo parte do exercício -

cio de dominação, edifica o futuro ao mesmo tempo que refaz o passado, qualificando tanto os agentes como o seu próprio sentido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, F. et alii. História da Sociedade Brasileira, Ao Livro Técnico, Rio de Janeiro, 1979.

ALVES, I. (org.) A Imprensa da década de 20, ABI/FINEP, Rio de Janeiro, 1980.

ANDRADE, C. D. O Observador no Escritório, Record, Rio de Janeiro, 1985.

AMARAL, L. Técnica de Jornal e Periódico, Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1969.

———. Jornalismo: Matéria de Primeira Página, Tempo Brasileiro/U.F.C., Fortaleza, 1982.

AUTHIER, J. 'Les formes du discours rapporté. Remarques syntaxiques et sémantiques à partir des traitements proposés', em DRLAV, nº 17, 1978, pp. 1-89.

———. 'Hétérogénéité(s) Énonciative(s)', em Langages, nº 73, 1984, pp 98-111.

——— e Romeu, L. 'La place de l'autre dans un discours de falsification de l'histoire', em Mots, nº 8, 1984, pp 53-71.

BAKHTIN, M. Marxismo e Filosofia da Linguagem, Hucitex, São Paulo, 1981.

BENVENISTE, E. Problemas de Lingüística Geral, São Paulo, Ed. Nacional, 1976.

CHEVALIER, J. V. e KUENTZ, P. (org.) Langue Francaise, nº 15, 1972.

CARBONELL, C. C. El Grand Octubre Russo, Ed. Guadarrama, Madrid, 1968.

COSTELLA, A. F. O Controle da Informação no Brasil, Vozes, Petrópolis, 1970.

COURTINE, J. J. 'Analyse du Discours Politique', em Langages, nº 62, 1981.

———. 'Definition d'orientations Théoriques et Construction de Procedures en Analyse du Discours', em Philosophiques, nº 2, 1982, pp 239-264.

———. 'La Toque de Clémentis' em Le discours psykanalitique, nº 19, pp 12-16.

DECCA, E. de 1930. O Silêncio dos Vencidos, Brasiliense, São Paulo, 1984.

— e VESENTINI, C. A. 'A revolução do Vencedor' em Ciência e Cultura, nº 29, 1976, pp 25-32.

ERBOLATO, M. L. Técnicas de Codificação em Jornalismo, Vozes, Petrópolis, 1978.

FARIA, J. E. Política e Jornalismo: Em busca da Liberdade, Perspectivas, São Paulo, 1979.

FERNANDES, F. O que é Revolução, Brasiliense, São Paulo, 1985.

FOUCAULT, M. L'Ordre du Discours, Gallimard, Paris, 1971.

FOWLER, R. (org.) Language and Control, Routledge and Kegan Paul, Boston, 1979.

GINSBURG, C. 'Signes, traces, pistes', em Le Débat, nº 8, 1980, pp 3-44.

—. O Queijo e os Vermes, Companhia das Letras, São Paulo, 1987.

GRAMSCI, A. Os Intelectuais e a Organização da Cultura, Civilização Brasileira, 1982, pp 161-203.

HAROCHE, C. L. et alii. 'La Sémantique et la Conure Saussurienne: Langue, Langage, Discours', em Langages, 24, 1971, pp 93-106.

- . Faire Dire, Vouloir Dire, Presses Universitaires de Lille, Lille, 1984.
- IPANEMA, M. de. Estudos de História da Legislação de Imprensa, Aurora, Rio de Janeiro, 1945.
- LAGE, N. Linguagem Jornalística, Ática, São Paulo, 1986.
- . Ideologia e Técnica da Notícia, Vozes, Petrópolis, 1982.
- . 'A Investigação sobre a verdade nos jornais' em Comunicação, nº 3, 1978, pp 79-97.
- MAINGUENEAU, D. Imitation aux Méthodes de L'Analyses du Discours, Hachette, Paris, 1976.
- . L'approche de l'énonciation en Linguistique Française, Hachette, Paris, 1981.
- . Sémantique de la Polémique, L'age d'homme Lausanne, 1983.
- . Genèse du Discours, Ed. Pierre Mardaga, Bruxella, 1984.
- . Nouvelles Tendances en Analyses du Discours, Hachette, Paris, 1987.

- MALDIDIER, D. et alii. 'Discours et Ideologue: quelques bases pour une recherche', em Langue Française, nº 15, 1972, pp 116-42.
- MARCONDES Fº C. Política e Imaginário nos Meios de Comunicação de Massa no Brasil, Summus, São Paulo, 1985.
- MONTENEGRO, J. C. 'Imprensa: além da Censura', em Revista de Cultura Vozes, Ano 70, Volume LXX, Maio, 1976, nº 4, Vozes, Petrópolis, 1976.
- MOUILLAUD, M. 'Le système des journaux', em Langages, nº 11, 1968, pp 61-83.
- ORLANDI, E. Linguagem e seu Funcionamento. As Formas do Discurso, Pontes, Campinas, 1986.
- . Discurso e Leitura, Cortes/Editora da UNICAMP, Campinas, 1988.
- PÊCHEUX, M. Analyse Automatique du Discours, Dunad, Paris, 1969.
- . Les vérités de la Palice, Maspeto, Paris, 1975.
- et FUCHS, C. 'Mises au Point et perspectives à propos de l'analyse du discours', em Langages, nº 37, 1976, b, pp 7-80.
- . Matérialités Discursives, P.U.L., Lille, 198.

- et GADET, F. La Langue Introuvable, Maspero, Paris, 1983.
- PERELMAN, M. C. 'Éthique et Sociologue du Langage', em Le Langue II, Genève, 1966.
- PERELMAN, Ch. 'A Propos de L'Objectivité de L'information', em Publics et Techniques de la diffusion collective.
- RIZZINI, C. O Livro, O Jornal e a Tipografia no Brasil - 1500-1822, Rio de Janeiro, 1945.
- ROSSI, C. O que é jornalismo, Brasiliense, São Paulo, 1981.
- SAUSSURE, F. de Curso de Linguística Geral, Culcix, São Paulo, 1977.
- SERRA, A. A. O Desvio Nosso de Cada Dia, Achiamê, Rio de Janeiro, 1980.
- SODRÊ, N. W. A História da Imprensa no Brasil, Civilização Brasileira, 1966.
- TOLEDO, M. M. El Discurso Político, Ed. Nueva Imagem, México, 1960.
- TRINDADE, H. (org.) Revolução de 30: Partidos e Imprensa Partidária no RS (1928-1937), LPM, Porto Alegre, 1980.

TRONCA, I. A Revolução de 1930 - A Dominação Oculta. Brasiliense, São Paulo, 1985.

VAN DIJK, T. A. (org.) Handbook of Discours Analysis, Vol. 4, Academic Press, 1985, pp 1-8.

VESENTINI, C. A. 'A Instauração da Temporalidade e a (refundação na História: 1937 e 1930', em Revista Tempo Brasileiro, Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1962, pp 104-122.

VEYNE, P. Como se Escreve a História, Edições 70, Lisboa, 1975.

———. O Inventário das Diferenças, Brasiliense, São Paulo, 1983.

VOGT, C. Linguagem, Pragmática e Ideologia, Hucitec-FUN CAMP, São Paulo, 1970.

WOOLF, V. Diário - 1915-1926, Bertrand, Lisboa, 1987.